

SUELY APARECIDA MARTINS

**A FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE DO MOVIMENTO SEM
TERRA NO ESTADO DO PARANÁ**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Catarina como
parte dos requisitos necessários para a obtenção
do título de Doutora em Sociologia Política.**

**Orientadora: Prof^a. Doutora Janice Tirelli
Ponte de Sousa**

**FLORIANÓPOLIS
2009**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

- M386 Martins, Suely Aparecida
 A formação política da juventude do movimento sem terra no estado
 do Paraná [tese] / Suely Aparecida Martins ; orientadora, Janice
 Tirelli Ponte de Sousa. – Florianópolis, SC, 2009.
 281 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
 de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em
 Sociologia Política.
- Inclui bibliografia
1. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 2. Sociologia
 política. 3. Juventude rural. 4. Trabalhadores rurais – Paraná.
 5. Assentamentos humanos. I. Sousa, Janice Tirelli Ponte de.
 II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
 em Sociologia Política. III. Título.




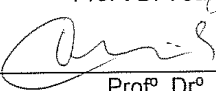
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
 Universidade Federal de Santa Catarina
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Campus Universitário - Trindade
 Caixa Postal 476
 Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
 E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

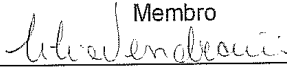
**“A FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE DO MOVIMENTO SEM TERRA NO
 ESTADO DO PARANÁ”.**

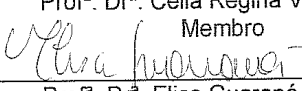
SUELY APARECIDA MARTINS

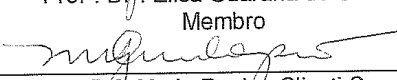
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma
 final pela Orientadora e Membros da Banca
 Examinadora, composta pelos Professores:

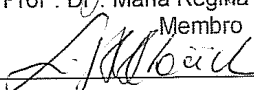

 Prof.ª. Dr.ª. Janice Tirelli Ponte de Sousa
 Orientadora


 Prof.ª. Dr.º. Ricardo Gaspar Müller
 Membro


 Prof.ª. Dr.ª. Célia Regina Vendramini
 Membro


 Prof.ª. Dr.ª. Elisa Guaraná de Castro
 Membro


 Prof.ª. Dr.ª. Maria Regina Clivati Capelo
 Membro


 Prof.ª. Dr.ª. Lúcia Helena Hahn Lückmann
 Coordenadora

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2009.

**Ao meu esposo, Paulo,
pelo companheirismo, compreensão e incentivo.**

**Aos meus pais, Maria Lucy e Luiz,
pela dedicação e exemplo de vida.**

**Aos meus irmãos, João, Jair, Braulia, Jurandir e Sonia,
pelo carinho, solidariedade e amizade.**

**Ao amigo Marcos (in memorian),
que partiu deixando saudades.**

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas, entidades e instituições que direta ou indiretamente contribuíram para elaboração dessa pesquisa. Somos gratos a todos e, especialmente:

A minha orientadora, professora Janice Tirelli Ponte de Sousa, pela sua orientação segura, combinando paciência, competência, rigor e liberdade.

À professora Maria Regina Clivati Capelo pela amizade, incentivo e ensinamentos tanto na pesquisa como no ensino.

À professora Célia Regina Vendramini, pelas sugestões realizadas no seminário de qualificação.

Ao professor Ricardo Gaspar Müller pelas contribuições realizadas no seminário de qualificação e posteriormente.

As amigas: Vilma Santos, Neuza Freitas, Márcia Cora e Valéria Silva pelo companheirismo e amizade que atravessam tempo e distância.

Aos meus familiares, especialmente minha sogra, Dona Cida, e todos meus sobrinhos, pelo carinho e incentivo.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, aos colegas do doutorado, da turma de 2004, principalmente a Helana Freitas e Karine Goss. À Albertina e à Fátima, pela presteza no atendimento e pela paciência na resolução dos problemas burocráticos.

Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná a Marga Eliz Pontelli, Sonia Marques, Marinêz Mazzochin, Sandra Mendonça, Fernando Sampaio e Júlio César Paisani, pelo incentivo e confiança. Aos colegas do Colegiado do Curso de Pedagogia, pela colaboração que propiciou um período de afastamento das atividades docentes.

Na Universidade Estadual de Londrina aos professores e colegas Ileizi Fioreli Silva, Maria José de Rezende, Elsio Lenardão e Arioaldo de Oliveira pelo incentivo recebido no início da vida acadêmica e profissional.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, principalmente a Jovana Cestille e Simone Aparecida Rezende pela contribuição para a realização da pesquisa.

Aos jovens, de maneira especial, pela disponibilidade e confiança em compartilhar suas trajetórias e experiências no MST.

RESUMO

O interesse acadêmico pela juventude rural tem crescido nas últimas décadas. Todavia, ainda são poucos aqueles preocupados em entender as formas de socialização e inserção política dos jovens nos diversos movimentos sociais rurais. A presente pesquisa analisa as experiências sócio-educativas de jovens vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Paraná, de modo a revelar o processo de formação política dos jovens militantes Sem Terra e as contradições que envolvem esta relação de aprendizado político. Analisam-se as respostas que os jovens têm dado a esse processo, se elas apontam a continuidade dos interesses e dos propósitos do Movimento e em que medida oferecem elementos novos qualificando-o ou indicando sinais de seu rompimento. Para tanto, fez-se necessário entender as diversas formas de inserção dos jovens no MST e como contribuem para cimentar uma nova visão de mundo entre eles. A categoria experiência, elaborada pelo historiador marxista Edward Thompson, foi central para o entendimento do processo de constituição da consciência de classe das novas gerações do MST como resultado da vivência da realidade concreta e para revelar as contradições que permeiam as relações entre as gerações no Movimento. A pesquisa, de caráter qualitativo, baseou-se em fontes primárias e secundárias. Em relação às fontes primárias constituíram-se de materiais produzidos pelo MST e de entrevistas realizadas no período de 2006 à 2007, com jovens entre 15 à 29 anos de idade, inseridos na estrutura orgânica do Movimento no Paraná. As fontes secundárias, por sua vez, ajudaram a entender a trajetória do MST. Privilegiou-se destacar o processo de concentração de terras e modernização da agricultura brasileira; como os trabalhadores e os jovens reagiram a ele; a história do Movimento e suas perspectivas quanto à educação, à formação política e à participação da juventude. Tais questões ajudaram a reconstruir o quadro histórico, social e político que acompanha a formação atual dos jovens do MST no Paraná. A pesquisa constatou que as experiências sócio-educativas dos jovens do MST, neste Estado, além de proporcionar a formação política dos jovens, contribuindo para que se identifiquem com o Movimento e deem continuidade à sua luta, também tem proporcionado, a eles e ao MST, problematizar questões que perpetuam relações de desigualdades e preconceito no interior do Movimento, especialmente no que se refere às relações entre as gerações. E, ainda, apontou o desafio do MST em conciliar as lutas por transformações estruturais com transformações no cotidiano.

Palavras-chave: juventude rural; experiências sócio-educativas; jovens rurais e participação política; movimentos sociais rurais – Paraná; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

The academic interest by rural youth has grown in the late decades. However there are still a few people concerned about understanding the young's political socialization and insertion ways in several social and rural movements. This research analyses the youth socio-educational experiences linked to the Landless Workers' Movement (LWM) in Paraná state, so as to reveal the process of policy learning of the Landless young militants and the contradictions that involve this relation of policy formation. The responses given to this process by the young have been analyzed, to verify if they demonstrate any kind of continuity of the concerns and purposes of the Movement and to what extent they offer new elements qualifying or indicating signs of its collapse. In order to get this, it was necessary to understand the several ways of insertion of the young in the LWM and as they have contributed to a new vision of the world among them. The experience category, made by the Marxist historiographer Edward Thompson, was the most important aspect to understand the process of class consciousness formation of the LWM new generations as a result of the concrete reality, as well to reveal the contradictions that the relations among these generations in this Movement. The research, in a qualitative character, was based on primary and secondary sources. Regarding to the primary sources, they were constituted by material produced by the LWM and interviews from 2006 to 2007, with young, from 15 to 29 years old, in the organic structure of Paraná state Movement. The secondary sources, by its turn, were useful to understand the LWM trajectory. It was emphasized the land concentration process and modernization of Brazilian agriculture, as the workers and the young have reacted to it; the history of this Movement and their expectations related to education, policy formation and youth participation. These issues helped to reorganize the historic, social and political chart that follows the current formation of the young from the LWM in Paraná state. The research has found out that the socio-educational experiences of the young in the LWM in this state, not only provide them a policy formation, contributing to identify themselves with the Movement and keep on struggling, but also make them capable to problematise issues that perpetuate the inequality and prejudice inside the Movement, mainly as regards the relations among the generations. It pointed out the LWM challenge to join the structural changes with every day changes.

Keywords: rural youth; socio-educational experiences; rural young and political participation; socio-rural movements – Paraná state; Landless Workers' Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Perfil dos jovens entrevistados	51
Quadro 2: O que atrai os jovens para a luta	178
Quadro 3: O que afasta os jovens da luta	179
Quadro 4: Aliados e inimigos do MST	188
Quadro 5: Frequência à escola nos acampamentos e assentamentos – MST/PR	221
Quadro 6: Comparativo sobre a experiência escolar	226
Quadro 7: Ser Jovem	242
Quadro 8: Pertencimentos culturais	243
Quadro 9: Trabalho	244
Quadro 10: Política	245

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACB - Ação Católica Brasileira
ACE - Ação Católica Especializada
AI5 - Ato Institucional nº 5
AP - Ação Popular
APEART - Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário
ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CANGO - Colônia Nacional General Osório
CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPATEC - Centro de Formação e Pesquisa do Contestado
CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNLCB - Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CTO - Centro de Teatro Oprimido
CUT - Central Única dos Trabalhadores
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAP - Frente Agrária Paranaense
FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FSM - Fórum Social Mundial
GETSOP - Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná
GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITEPA - Instituto Técnico de Educação e Pesquisa na Reforma Agrária
ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
JAC - Juventude Agrária Católica
JDC - Juventude Democrata Cristã
JEC - Juventude Estudantil Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
MASTEL - Movimento do Agricultor Sem Terra do Litoral
MASTEN - Movimento do Agricultor Sem Terra do Norte do Paraná
MASTER - Movimento de Agricultores Sem Terra
MASTES - Movimento do Agricultor Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRECO - Movimento do Agricultor Sem Terra do Centro Oeste
MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEB - Movimento de Educação de Base
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MURB - Movimento Unificado da Revolução Brasileira
NB - Núcleos de Base
NPR - Notas Promissoras Rurais
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PJ - Pastoral da Juventude
PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PROJOVEM - Programa Nacional de Jovens
PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB - Partido Socialista Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

SAR - Serviço de Assistência Rural

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

STRs - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUPRA - Superintendência para a Reforma Agrária

TFP - Tradição, Família e Propriedade

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UPE - União Paranaense dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	26
1.1 A SOCIALIZAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA	27
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA COLETA DE DADOS	48
1.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	50
2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	54
2.1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL: DA COLÔNIA A 1ª REPÚBLICA	54
2.2 AGRICULTURA E PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL – 1930-1960	58
2.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	61
2.4 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO PARANÁ	67
3 A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS: DAS LIGAS CAMPONESAS AO MST	76
3.1 AS LIGAS CAMPONESAS	77
3.2 SINDICALISMO RURAL: A ATUAÇÃO DA ULTAB E DA IGREJA CATÓLICA ...	81
3.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS NO PARANÁ ..	85
3.4 A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS	91
3.4.1 A participação política da juventude no campo paranaense: a Ação Popular e a JAC	100
4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICO-IDEOLÓGICOS	105
4.1 O SURGIMENTO DO MST	105
4.2 A CONSOLIDAÇÃO DO MST COMO MOVIMENTO NACIONAL	112
4.3 GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO DO MST NO PARANÁ	122
4.4 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA NO MST	134
4.4.1 Objetivos gerais e princípios políticos	134

4.4.2 A concepção de educação	136
4.4.3 A formação política	140
5 JUVENTUDE E MST	154
5.1 PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NO MST: ASPECTOS HISTÓRICOS	154
5.2 A PERSPECTIVA DO MST EM RELAÇÃO À JUVENTUDE	168
5.3 OS JOVENS E O MST	177
5.3.1 Reforma Agrária	182
5.3.2 Propriedade privada	184
5.3.3 O papel do Estado em relação à Reforma Agrária	186
5.3.4 Democracia e mudança social	189
6 AS EXPERIÊNCIAS SÓCIO-EDUCATIVAS DO MST-PARANÁ NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS	200
6.1 A EXPERIÊNCIA DA EXPROPRIAÇÃO E DA EXPLORAÇÃO VIVIDA NA FAMÍLIA	201
6.2 “NÓS”: A CONSTITUIÇÃO DA VIVÊNCIA COLETIVA	206
6.3 A EXPERIÊNCIA DO RECONHECIMENTO	215
6.4 A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO MST: SUPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL	221
6.5 A EXPERIÊNCIA DA AUSÊNCIA DA EXPERIÊNCIA	230
6.6 O SIMBÓLICO COMO EXPERIÊNCIA FORMATIVA	235
6.7 O RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE SER JOVEM	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS	252
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260
APÊNDICES	276

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo é analisar as experiências sócio-educativas dos jovens militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Paraná, de modo a revelar as contradições no processo de formação política das novas gerações desse Movimento.

O interesse pelos processos de socialização política que envolvem a juventude tem feito parte da trajetória pessoal e acadêmica da pesquisadora. Ainda jovem, a participação em um movimento de juventude inserido na Igreja Católica, a Pastoral da Juventude (PJ), fez emergir certa politização, que contribuiu para sua inserção em associações de moradores, conselhos de saúde, participação política partidária bem como na escolha acadêmica pelo Curso de Ciências Sociais. Na monografia de conclusão desse curso fez-se a opção de pesquisar o processo de conscientização política dos jovens da PJ em Londrina/PR. O ingresso no mestrado, em 1998, possibilitou ampliar e aprofundar o estudo iniciado.

A experiência pessoal e as pesquisas realizadas sobre a Pastoral da Juventude iam contra certa tendência social sobre a tematização da juventude dos anos de 1980 e 1990 que a rotulava como alienada e não propensa à participação política e, portanto, despolitizada. Embora com graus e formas diferentes de participação, os jovens da PJ, em Londrina, mostravam certa atuação política em espaços do cotidiano como a comunidade religiosa e o bairro, em espaços formais como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, entre eles o MST.

Em 2000, o trabalho desenvolvido na Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (APEART) possibilitou uma aproximação com as populações do campo e organizações que atuavam junto a elas, intensificado a partir de 2002 quando, como professora de uma Instituição de Ensino Superior, a pesquisadora atuou em atividades de extensão voltadas para o campo, na região Sudoeste do Paraná, especialmente em áreas de assentamento, o que possibilitou uma aproximação com o MST. Essas atividades indicavam a presença e atuação dos jovens. Nesse mesmo período, participou-se de um grupo de estudos multidisciplinar sobre a juventude, que tinha também preocupação com os jovens rurais. Além disso, observava-se um movimento interno de articulação dos próprios jovens rurais aliado a uma preocupação de organizações e movimentos sociais com a juventude, o que podia ser notado em espaços específicos de discussão que surgiam como a realização do I Congresso Nacional da Juventude Rural (2000); o I Encontro da Juventude do Campo e da

Cidade, organizado pelo MST em vários estados entre 2002 e 2006; o I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, organizado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) - Sul (2003)¹. Por outro lado, as reflexões no grupo de pesquisa indicavam pouca bibliografia em relação aos jovens do campo e do MST, especialmente sobre sua atuação política.

Em relação aos estudos sobre juventude, a maioria dirige-se para a compreensão das juventudes urbanas, sendo de número reduzido aqueles que focalizam os jovens rurais e suas especificidades. Uma análise a respeito da produção sociológica sobre o tema, no Brasil, mostra isso. Nos anos de 1960 e 1970, os estudos focaram os jovens estudantes da classe média urbana e sua participação política². A ênfase recaiu na importância da juventude para os processos de mudança social. Os anos de 1990 são marcados pela retomada dos estudos sobre a juventude, agora se ampliando o leque de interesses dos pesquisadores para além da participação política. Temas relacionados à relação entre juventude e educação, juventude e trabalho, juventude e violência, juventude e política, culturas juvenis³, entre outros, foram objetos de estudo, porém a maioria destinada à compreensão dos jovens urbanos. Weisheimer (2005a) realizou um levantamento da produção acadêmica sobre jovens rurais no período de 1990 a 2004, no Brasil, constatando a realização de 50 trabalhos sobre o tema, porém, destes, 86% foram publicados a partir de 2001.

Entre tais estudos está a pesquisa de Abramovay e Camarano (1999), que, ao analisar os processos migratórios no Brasil no período de 1950 a 1990, demonstrou que, cada vez mais, os jovens deixam o meio rural. Segundo os autores: “Na década de 50, o ponto máximo de migração ocorreu no grupo etário de 30 a 39 anos. Já nos anos 90, este ponto deslocou-se para o grupo de 20 a 24 anos” (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999, p. 05). São dados corroborados pela análise dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 feita por Della Flora (2007, p. 66), que indica ter havido, no período de 1970 a 2000, uma redução na população jovem rural na faixa etária de 15 e 29 anos de 2.068.467 pessoas e, entre 1991 e

¹ Posteriormente aconteceram outros eventos como: o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural (2006); Seminário Jovem Saber, realizado durante o Grito da Terra Brasil (2006); o II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, organizado pela FETRAF Sul (2006); I e II Seminário da Juventude da Via Campesina (2006 e 2007); I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade, organizado pela Via Campesina (2008).

² Entre os poucos estudos realizados, nesse período, sobre o tema estão: *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (1965), de Marialice Foracchi; *O jovem radical* (1968), de Otávio Ianni publicado em um dos quatro volumes da coleção Sociologia da Juventude, organizada por Sulamita Britto. Chama a atenção que somente dois textos desta coletânea tratem da juventude rural: *Problemas de uma sociologia da juventude rural*, de Jacques Guigou e *A juventude rural nos países desenvolvidos e em via de desenvolvimento*, de Edmundo Sustaita.

³ A preocupação com estas temáticas respectivamente está presente em estudos como os de Spósito (2000, 2004), de Martins (1997); Zaluar (1995), Sousa (1999) e Abramo (1994).

2000, o campo perdeu 982.833 jovens. Esse processo migratório, que indica o envelhecimento da população rural, afeta os demais países da América Latina (DURSTON, 1998, p. 21).

Abramovay e Camarano (1999) destacam que é a população jovem feminina que mais migra, gerando uma desproporção entre o número de rapazes e número de moças residentes no espaço rural. Em 1996, por exemplo, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos no Brasil era superior em 14% ao número de moças. Além de questões econômicas, que se referem especialmente à crise nos padrões sucessórios da agricultura familiar, também as questões de gênero e de geração são apontadas como importantes para entender a migração juvenil e feminina, conforme pode ser constatado nas pesquisas realizadas por Abramovay (1998), Abramovay et al (2003) e Weisheimer (2005b). A maioria desses autores chama a atenção para a importância da educação para os jovens rurais. O estudo torna-se para eles, especialmente para as jovens, a possibilidade de entrada no mercado de trabalho não agrícola, de serem reconhecidos e de romperem com uma condição de subordinação e dominação. Durston (1996, 1998), em análise sobre os jovens rurais na América Latina, também aponta a educação, somada ao trabalho assalariado, como possibilidade de maior independência para os jovens, especialmente para as mulheres.

Entre as preocupações apresentadas por Durston, e compartilhadas por outros pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), está a necessidade de incluir os jovens, respeitando-se suas especificidades, como participantes ativos em políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural. Para esses pesquisadores, é preciso potencializar o jovem como agente de desenvolvimento rural. Um exemplo desse esforço pode ser observado no trabalho desenvolvido pelas Casas Familiares Rurais⁴, instaladas em vários municípios brasileiros⁵. Haygert (2000), em pesquisa etnográfica em uma das Casas, localizada no município de Quilombo, estado de Santa Catarina, destacou que a passagem dos jovens por ela, com o envolvimento de pais e filhos no processo educacional, tem proporcionado uma fragmentação da autoridade paterna e a introdução de novos valores no processo de administração da produção familiar.

É importante considerar, no entanto, a advertência feita por Castro (2005) de uma concepção presente em vários programas sociais destinados à inclusão dos jovens rurais que,

⁴ “Esse projeto surgiu na França em 1935, a partir da ação de grupos de agricultores organizados e da Igreja Católica, preocupados em oferecer uma educação alternativa aos jovens rurais, na época, desinteressados com a educação formal oferecida” (HAYGERT, 2000, p. 46). No Brasil, a primeira experiência aconteceu em 1968, no Espírito Santo.

⁵ Atualmente existem em funcionamento, no Brasil, 70 Casas Familiares, a maioria na região Sul do país e trabalham a partir da Pedagogia da Alternância (HAYGERT, 2000).

desconsiderando as condições histórico-sociais da realidade brasileira, tende a idealizar a juventude como agente de transformação social. Nesse caso, aos jovens caberia permanecer no campo, resgatar os valores do mundo rural bem como promover, especialmente por meio da agricultura familiar, o desenvolvimento sustentável. O jovem aparece, assim, como salvador do mundo rural.

Um outro aspecto observado em várias pesquisas recentes sobre os jovens do campo é a preocupação em analisar como os jovens rurais constroem suas identidades. Carneiro (2006), a partir de pesquisa realizada com jovens filhos de agricultores familiares na região de São Pedro da Serra, no Rio de Janeiro, e na região de Nova Pádua, no Rio Grande do Sul, conclui que os ideais da juventude rural apontam para uma síntese: um projeto de vida *rurbano*. Num mundo complexo, em que as fronteiras entre o rural e o urbano cada vez mais se diluem, os jovens rurais constroem suas identidades num processo de negociação entre o tradicional, representado pela família, e o moderno, representado pelo contato com a cidade e com o desejo de melhorarem de vida. Silva (2002) também avalia o processo de construção de identidades dos jovens rurais, porém, no município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. Chama a atenção para os conflitos e ambigüidades vividos pelos diferentes jovens dessa região, consequência da tensão entre o tradicional e o moderno, estando presente aí a *rurbanidade*. Entretanto, isso é experimentado pelos jovens num contexto de privações econômicas que lhes nega novas possibilidades de trabalho se não aquelas que os colocam na condição de migrantes sazonais.

Em relação aos estudos realizados sobre os jovens do MST e/ou de áreas de reforma agrária, eles também são reduzidos, destacando-se as contribuições de Branco (2003); Martins (2003); Castro (2005, 2008) e, especificamente, em relação à formação política os estudos de Andrade (1998) e Sales (2003).

Branco (2003), a partir de uma abordagem da Psicologia Histórico-Social, quando analisa o processo de produção da identidade de jovens de um assentamento do MST, localizado na Fazenda Ipanema, no estado de São Paulo, destaca que as histórias de vida narradas por esses jovens encontram-se articuladas com a história da ocupação da luta dos Sem-Terra. Porém, as suas relações cotidianas com a comunidade e o MST não estão tornando palpáveis muitos dos ideais que aprenderam com a luta. Os jovens sentem-se inseguros em relação ao futuro e tanto a família, a comunidade e o MST não estão propiciando formas efetivas de participação para eles. Os jovens analisados manifestam orgulho de uma identidade coletiva, representante de uma luta, de uma conquista, entretanto,

ao mesmo tempo, sentem-se devedores de uma satisfação à sociedade: devem provar que são pessoas de bem, trabalhadoras e capazes, de forma a desqualificar os rótulos impostos pela sociedade (BRANCO, 2003, p. 142).

Martins (2003)⁶, em *O sujeito oculto da reforma agrária*, ao analisar a vivência da reforma agrária em cinco assentamentos brasileiros, também chama a atenção para a situação dos jovens. Em assentamento localizado no município de Araraquara/SP⁷, o autor identifica dois grupos de jovens: aqueles que pretendem dar continuidade à luta dos pais, pois se identificam com o trabalho agrícola, e aqueles que, educados no meio urbano, buscam a qualificação profissional como estratégia para retornar à cidade e se tornarem assalariados urbanos. Sobre estes últimos, Martins vê um problema de ajustamento das novas gerações que, em nome da inclusão social da reforma agrária, são obrigadas ao trabalho agrícola. Para esses jovens, a reforma agrária é vivida como recusa, pois “suas referências são urbanas e é esse o modo de vida que ordena seu entendimento do que é o trabalho e de quais devem ser os frutos do trabalho” (MARTINS, 2003, p. 69). É oportuno apresentar aqui o resultado da pesquisa realizada por Castro (2005) com jovens rurais de assentamentos da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, cujo resultado não comportaria, automaticamente, a análise de Martins. Castro identificou interesse pelo campo justamente de jovens educados no meio urbano, enquanto os jovens socializados no mundo rural demonstraram desinteresse (CASTRO, 2005, p. 39). A pesquisa foi realizada em três comunidades: Morro das Pedrinhas, Chaperó e Eldorado. Nesta última, em que os jovens foram socializados no meio urbano, “a relação com a terra como conquista e como espaço produtivo (ainda que de difícil retorno financeiro) apareceu com força”. A autora chama a atenção para a necessidade de analisar o desejo ou não dos jovens de permanecerem no campo, considerando suas diferentes trajetórias e como vão sendo construídas as relações deles com a vida e o trabalho rural. Nesse sentido, “sair” ou “ficar” pode significar estratégias familiares de manutenção da terra ou, ainda, mecanismos para se afastar da autoridade paterna, pondo em jogo as condições de reprodução social familiar e a autonomia do jovem (CASTRO, 2008, p. 10).

Castro (2008) destaca, ainda, que as percepções construídas em relação aos jovens são marcadas por relações de hierarquia, em que o peso da autoridade paterna é reproduzido nas relações de trabalho familiar, na organização do lote e em espaços de decisão política do

⁶ José de Souza Martins, em “O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária”, analisa comparativamente a vivência da reforma agrária em cinco assentamentos brasileiros, utilizando-se de estudos de casos realizados em assentamentos das cinco regiões brasileiras entre o segundo semestre de 2001 e início de 2002.

⁷ Com base em resultados obtidos pela pesquisa realizada por Maria Aparecida Moraes Silva.

assentamento ou fora dele, como assembléias e reuniões de associação. Prevalece uma relação de desconfiança em relação aos jovens, devendo estes ser controlados e vigiados pelos adultos. Para a autora, essa perspectiva, que dificulta a participação dos jovens em espaços de decisão, além de expressar relações de subordinação, é fruto da falta de confiança “advinda da associação dos jovens rurais ao desinteresse pelo meio rural e à atração pela cidade” (CASTRO, 2008, p. 13).

Um dos primeiros estudos preocupados com a formação política dos jovens do MST foi a tese de doutorado de Andrade (1998). A autora analisou o processo de formação da consciência política de um grupo de jovens no contexto de um assentamento rural paulista vinculado ao Movimento, identificando três modalidades de consciência: uma consciência fragmentada, observada entre jovens que apresentam uma percepção da realidade naturalizada e pouco senso crítico, revelado, por exemplo, na ausência de opinião política e não participação ativa nas atividades do MST; uma consciência transformadora, apresentada entre aqueles que já participaram de cursos de capacitação técnica promovidos pelo MST, demonstrando percepção dos conflitos de classe e das relações de poder presentes na realidade social e uma identidade militante, expressa em suas ações; uma consciência possível, observada entre os jovens que demonstram uma potencialidade latente de analisar politicamente o contexto social, todavia, limitada pelo contexto pouco estimulante em que se encontram. Andrade considera importante que o MST leve em conta, no processo de formação política, essas diferentes modalidades de consciência existentes, bem como os possíveis campos de consenso que podem existir entre elas.

Sales (2003), por sua vez, analisou o fazer político dos jovens de um assentamento do Estado do Ceará. A autora destaca, em seu estudo, as expressões culturais e o cotidiano como espaços privilegiados desses jovens fazerem política, num processo de reinvenção. As atividades realizadas no referido assentamento por esses jovens, geralmente, estão vinculadas às programações do MST. Porém, isso para Sales, não significa nem a tutela, nem a total autonomia dos jovens em relação ao Movimento. Ela destaca que os jovens, tanto em suas atividades cotidianas como no interior dos grandes eventos do MST, acabam por imprimir um ritmo próprio a essas atividades. Além disso, embora o MST reproduza velhas posturas políticas, também consegue, especialmente no plano micropolítico, ter um agir político que abre espaço para o exercício da autonomia e da construção de saberes.

Na maioria dos trabalhos apresentados observa-se a dificuldade em delimitar o que se define por juventude rural⁸. Para Carneiro (2005), uma das explicações para essa dificuldade reside nas próprias imprecisões do que se define por rural. De fato, atualmente não existe um consenso em relação ao rural, mas é certo que concepções centradas na oposição entre rural e urbano, entre atrasado e moderno, têm sido enfraquecidas devido à “intensificação da comunicação entre os universos culturais do campo e da cidade” (CARNEIRO, 2005, p. 245) bem como ao processo de modernização do campo brasileiro verificado principalmente a partir dos anos de 1980. Além disso, conforme Carneiro (2005, p. 245), “é possível falar de uma tendência à concordância quanto à necessidade de ampliar a definição do rural para além do setor agrícola”. O rural já não abriga somente ocupações agrícolas e nem todos aqueles que moram no campo atuam nessas atividades. Pode-se observar hoje um trânsito entre pessoas que moram na cidade e vão trabalhar no campo e de pessoas que residindo no campo, trabalham na cidade. Porém, deve-se considerar que essa nova realidade que desponta no rural brasileiro não pode ser generalizada bem como, necessariamente, não implica numa melhora nas condições de vida da população rural.

Cumpramos ressaltar que os estudos relacionados à juventude rural não podem estar deslocados de uma determinada compreensão sobre juventude. Nesse sentido, é oportuno, indicar nesta introdução como esta categoria tem sido tratada no âmbito da sociologia e nesta pesquisa.

Geralmente quando se fala em juventude, pensa-se em uma fase da vida entre a infância e a vida adulta, na qual os jovens passam por transformações físicas, emocionais e sociais importantes. Trata-se de um período em que os jovens estariam suspensos de responsabilidades e em processo de preparação para se integrar à vida adulta, porém, mais propensos a mudanças e desafios e, portanto, mais próximos de comportamentos rebeldes e perigosos. Essa perspectiva esteve presente na maioria dos estudos sobre juventude, realizados durante o século XX e que se preocuparam em estudar os processos que levavam à integração social dos jovens ou ainda a tentar compreender os comportamentos desviantes da juventude e seu perigo para a continuidade social. Influenciados especialmente pelos estudos funcionalistas norte-americanos, estas análises, inicialmente, preocuparam-se com os grupos juvenis constituídos por jovens pobres, marginalizados e com comportamentos considerados

⁸ Uma das dificuldades para a delimitação de juventude rural no Brasil refere-se à própria definição de rural utilizada pelo IBGE, que privilegia critérios administrativos, classificando o rural como todas as residências situadas fora dos limites urbanos. Segundo esses critérios, por exemplo, uma cidade, com dez mil habitantes, afastada de grandes centros urbanos e cuja economia gira em torno da aposentadoria rural e da renda agrícola, é totalmente urbana. Desconsidera-se que muitas cidades são mais rurais do que urbanas.

delinquentes. O estudo sobre esses grupos veio acompanhado de reflexões sobre as instituições responsáveis pela sua socialização, indicando, aí, falhas em seu funcionamento e possibilidades para a sua atuação visando o ajustamento dos grupos juvenis.

Posteriormente, os estudos voltaram-se para a compreensão da funcionalidade social dos grupos juvenis. Eisenstadt (1976), em seu estudo sobre as gerações, por exemplo, foi um dos autores que chamou a atenção para as funções integrativas dos grupos juvenis nas sociedades modernas, porém reconheceu o caráter anormativo que podem assumir aqueles grupos que se colocam em oposição às gerações mais velhas, constituindo-se como perigo para a continuidade social.

Frente à perspectiva funcionalista, Abramo (1997) alerta sobre a ênfase em abordar a juventude como “problema social”, relacionando-a à delinquência, à desordem, ao uso de drogas etc. Groppo (2000) reforça essa reflexão ao destacar o papel de intervenção de algumas instituições sobre as fases da vida consideradas perigosas na sociedade moderna. Para esse autor, a criação da escola e, principalmente, a atuação das ciências modernas⁹ contribuíram para a visualização da infância e da juventude como fases perigosas e frágeis da vida humana, propensas a adquirir toda a espécie de males, do corpo e da mente, sendo, portanto, necessário incrementar os mecanismos de vigilância e controle sobre elas.

Outra perspectiva presente nos estudos sobre juventude e que vincula esta categoria especialmente a uma fase de vida é aquela que a trata como um período de moratória social, ou seja, uma fase da vida em que os jovens estariam suspensos de responsabilidades e em processo de preparação, através de estudos e capacitação, para o futuro ingresso na vida adulta. Seria um tempo no qual os jovens poderiam gozar de maior tempo livre, pois ainda não estariam envolvidos com preocupações relativas ao trabalho e à família. Porém, conforme Margulis e Urresti (1996, p. 16-17), tal concepção estaria restrita às classes sociais que pudessem oferecer aos seus jovens a possibilidade de moratória social, ficando fora dessa condição os jovens das classes populares, pois geralmente ingressam cedo no mundo do trabalho, casam-se com menor idade, assumindo obrigações familiares e carecem de tempo e de dinheiro para desfrutar dos signos sociais que caracterizam a juventude. Para os mesmos autores, o tempo livre para esses jovens está vinculado a tempos de crise e desemprego, sendo vivido por eles, não como moratória social, mas como frustração e sofrimento. O autores

⁹ Para o autor, as ciências modernas procuraram diagnosticar fases de maturação dos indivíduos e propor métodos de acompanhamento de cada fase no ciclo da vida. “Trata-se do fenômeno de ‘naturalização’ e objetivação das faixas de idade pelas técnicas sociais e pelas ciências médicas, que enfatizou principalmente a infância e a juventude” (GROPPO, 2000, p. 59), desse modo ajudou a fundamentar a juventude como uma etapa de vida marcada por profundas mudanças e em que os indivíduos estariam sujeitos a comportamentos rebeldes, violentos e mesmo destruidores.

criticam também a concepção que trata a juventude apenas como um signo, uma construção cultural desvinculada de condições materiais e históricas.

As perspectivas apontadas são caracterizadas pela tentativa de homogeneizar a juventude, desconsiderando as diferentes maneiras dos diversos segmentos juvenis se inserirem na estrutura social. É pertinente a crítica apontada por Bourdieu (1983) ao afirmar haver inconsistência ao definir a juventude utilizando-se de critérios definidos biologicamente, sendo necessário, pelo menos, “analisar as diferenças entre as juventudes ou para encurtar entre as duas juventudes....” (Bourdieu, 1983, p. 113).

As “duas juventudes” referidas pelo autor estão separadas por universos econômicos diferentes que as colocam em posição de desvantagem uma em relação à outra na estrutura social. Uma apenas estuda, desfruta de uma boa cultura, diversão, moradia que são subsidiados pela família. A outra, trabalha, veste-se mal, tem poucas possibilidades de diversão e, geralmente, é tratada com preconceito pela polícia. Entretanto, embora Bourdieu tenha chamado a atenção para a diferença existente entre as juventudes, a sua análise focou-se nas diferenças provocadas pelas desigualdades de classe.

Tal perspectiva que se baseia na estrutura econômica como determinante para a análise da juventude, em muitos casos, conforme apontado por Pais (1996, p. 17), minimizou a importância da utilização dessa categoria, “pois mesmo entendida por categoria sempre acabaria sendo dominada por relações de classe”. Em outros casos, conforme Abramo (2005, p. 42) passou-se a negar que a noção de juventude fosse imbuída de significação social.

Rompendo os limites encontrados, seja nos enfoques culturalistas, seja nos enfoques classistas, Margulis e Urresti (1996, p. 15) destacam que a juventude só pode ser compreendida a partir da multiplicidade das situações sociais em que se encontra inserida e dos marcos sociais historicamente desenvolvidos e que condicionam as distintas maneiras de ser jovem. A definição de Margulis e Urresti permite analisar a juventude, como categoria histórico-social, levando-se em conta as diferenças e desigualdades que atravessam essa fase da vida. O que significa estar atento tanto para as desigualdades produzidas pela situação de classe como para aquelas produzidas por questões de gênero, etnia, etc. No entanto, os autores não desconsideram a existência de uma representação simbólica sobre a juventude na sociedade contemporânea, que atribui a esta fase da vida algumas características comuns que as afastam das gerações adultas, mas, ao mesmo tempo, constitui-se como fonte de medo e desejo para essas gerações¹⁰.

¹⁰ À idéia de juventude como fonte de problemas sociais ou como idealista e utópica é somada ao desejo de permanecer sempre jovem, ou seja, ser jovem é tido como parâmetro de modelo ideal de indivíduo. Nesse caso,

Assim, entende-se a juventude como uma categoria histórico-social que, embora apresente semelhanças entre si, é perpassada pelas desigualdades que afetam a sociedade contemporânea. Nesse sentido, considera-se pertinente sobre os jovens do MST a afirmação de Frigotto (2004, p. 181), que trata de jovens com rosto definido, ou seja, são jovens pertencentes “à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas”. Dessa maneira, a situação desses jovens não se constitui como uma escolha, “mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se constituiu no Brasil”. Todavia, esses jovens, ao entrarem no MST, foram se fazendo no processo histórico como parte de um Movimento que luta pela reforma agrária e a transformação social, formando a identidade de jovem Sem Terra e, ao mesmo tempo, revelando as contradições inerentes ao processo.

Feitas essas considerações sobre o campo de estudos da juventude, é pertinente apresentar as principais questões que norteiam este estudo: quais as experiências sócio-educativas que possibilitam a socialização política desses jovens e sua identificação com o MST? Como esse processo se articula com seus interesses de continuidade? Como efetivamente tem sido a participação desses jovens: quais os principais espaços ocupados por eles? Qual o nível de sua participação? No processo de formação política desses jovens articulam-se as lutas por transformações estruturais e do cotidiano? As relações entre as gerações interferem nesse processo?

Para responder a essas questões, a principal categoria de análise utilizada foi a de experiência, nos termos formulados por E. P. Thompson, ou seja, como uma categoria de mediação que articula o ser social com a consciência social e que permite perceber a ação humana nos processos históricos. Trata-se das experiências de homens e mulheres que articulam passado, presente e futuro, fenômenos econômicos, culturais e políticos. Elas acontecem em condições materiais e culturais determinadas, mas trata da experiência de sujeitos concretos que podem aceitá-la, recusá-la, modificá-la, ignorá-la. Nesse sentido, as experiências que educam e socializam, fazem parte das relações vividas pelos jovens do MST. Dentro dessa perspectiva debruçou-se sobre o processo de identificação desses jovens com o

porém, juventude reduz-se a sinônimo de força física, beleza, longevidade, boa aparência, inovação, oportunismo etc. Características que constantemente são veiculadas em novelas, filmes, programas de auditório e reality show, propagandas, entre outros, e que são vinculadas a personagens jovens.

Movimento, buscando revelar no seu cotidiano, a lógica da reprodução das relações de poder entre as gerações e as representações dominantes sobre a juventude.

Com essa perspectiva a pesquisa pretendeu afastar-se de concepções funcionalistas que consideram passivos aqueles que são objetos das instituições socializadoras bem como do culturalismo que trata os processos de socialização desconsiderando a materialidade social. Da mesma forma, quis afastar-se de certa tendência marxista que, ao enfatizar a determinação econômica sobre os processos sociais, acaba por negligenciar o agir humano. Partiu-se do pressuposto teórico marxista de que os homens fazem a história, mas a fazem em condições materiais determinadas historicamente.

Além do objetivo principal que norteou esta tese, é conveniente apresentar os objetivos específicos que auxiliaram no caminho a ser percorrido na investigação, ou seja:

- Identificar mudanças no processo de formação política dos jovens em relação à primeira geração do MST;
- Analisar como as concepções de educação, formação política e juventude presentes no MST se articulam ao objetivo maior desse Movimento, ou seja, a luta pela Reforma Agrária e pelo Socialismo.
- Identificar os principais espaços de formação e participação política dos jovens no MST;
- Identificar e analisar as formas e o grau de participação política dos jovens do MST;
- Analisar a influência da experiência familiar e escolar na formação política dos jovens no MST.
- Analisar as relações estabelecidas entre jovens e adultos no MST.

A tese está dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta o percurso teórico-metodológico que orientou a pesquisa. Traz as contribuições de Gramsci e Thompson para entender os processos de socialização política dos jovens inseridos na organicidade do MST e apresenta a trajetória metodológica da pesquisa, explicitando-se as técnicas utilizadas para a coleta de dados e as principais características dos sujeitos investigados.

O segundo capítulo traz informações históricas e sociológicas sobre o processo de avanço do capitalismo no campo, que conjugou concentração de terras e modernização da

agricultura no Brasil e no Paraná. Autores como Caio Prado Júnior, José Graziano da Silva e Guilherme Delgado, entre outros, foram fundamentais para compor esse quadro histórico.

O terceiro capítulo apresenta como os trabalhadores rurais organizaram-se politicamente para reagir a esse processo e destaca a participação da juventude nos movimentos sociais rurais que antecederam o surgimento do MST.

O quarto capítulo retrata a história do MST e sua perspectiva político-ideológica. Primeiramente destaca a trajetória do MST no Brasil e no Paraná. Em seguida, descreve as concepções de educação e formação política deste Movimento com o objetivo de evidenciar quais os elementos principais que orientam sua visão de mundo. Ao apresentar estas duas questões houve a preocupação de mostrar que elas encontram-se articuladas ao projeto político-ideológico desse Movimento sobre a Reforma Agrária e a transformação da sociedade, interferindo no processo de formação política das novas gerações.

O quinto capítulo está dividido em três momentos. Primeiramente, procura reconstruir a trajetória da participação dos jovens deste Movimento, buscando destacar as diferenças da geração atual com a anterior bem como o momento em que os jovens passam a se constituir como uma preocupação maior para o MST, evidenciado a partir de ações e documentos que surgiram voltados para este segmento. Em seguida, apresenta a concepção de juventude presente no MST e como os jovens, a partir das experiências vividas, tem assimilado tal concepção e temas políticos de interesse do Movimento.

O sexto capítulo analisa as experiências sócio-educativas das novas gerações do MST, tendo a preocupação de revelar o aprendizado político proporcionado nos processos de luta que alimentam a identificação com o Movimento e a formação da consciência de classe entre os jovens e, ao mesmo tempo, trazem as marcas das contradições da sociedade de classes assim como das relações entre as gerações.

As conclusões aqui apresentadas referem-se ao quadro encontrado por ocasião dos levantamentos de campo, por isso, compõem uma entre muitas possibilidades de análise, mesmo porque a dinâmica histórica pode alterar os quadros sociais de acordo com a realidade inclusiva.

1 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Ao analisar o processo de socialização política dos jovens vinculados ao MST no Paraná buscaram-se, principalmente, as contribuições teóricas de dois autores: Antonio Gramsci e Edward Thompson. Estes autores, ainda que apresentem diferenças nas suas abordagens, analisam os processos sociais a partir da materialidade histórica e social, consideram as relações de classe e as lutas de classe fundamentais nesse processo e mostram-se preocupados em enfatizar o agir humano na história.

As análises de Gramsci permitem compreender a socialização ou integração dos indivíduos à sociedade como um processo marcado por conflitos e contradições que tem, na sociedade civil, seu palco privilegiado. Nos diversos organismos da sociedade civil, os indivíduos são educados a partir de uma determinada visão de mundo que favorece aos interesses das classes dominantes. Mas é também na sociedade civil que os mesmos indivíduos resistem, organizam-se e lutam. Nesse processo de luta, estão dadas as possibilidades de se forjar uma reforma intelectual e moral, de se constituir um sujeito coletivo capaz de promover a elevação cultural das classes subalternas. Dessa forma, os processos de socialização podem ser vistos a partir das relações de classe das quais fazem parte e que, portanto, reproduzem relações de dominação e exploração, mas também relações de resistência, conflito e luta.

Thompson, por sua vez, introduz a categoria experiência como fundamental para entender a agência dos sujeitos na história. É pela experiência que “o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades”; é também pela experiência que surgem as condições para que os homens e mulheres que vivem a exploração e a dominação na sociedade capitalista possam refletir e agir sobre elas. E, de acordo com a perspectiva teórica do autor, a classe social é resultado de experiências comuns que podem levar à formação de uma identidade que se opõe aos interesses de outros homens. Para o autor, a experiência expressa a condição social dos sujeitos nas relações sociais, sendo, portanto determinadas historicamente. Todavia, a consciência de classe refere-se a maneira como esses sujeitos lidam com essa experiência em termos culturais, pois, embora a experiência seja determinada, ela manifesta as contradições do modo de produção, que podem ser problematizadas, servindo de mediação para a formação da consciência de classe. Sendo assim, a socialização, entendida a partir das experiências sócio-educativas vividas pelos sujeitos, pode contribuir para a formação da consciência de classe bem como revelar

contradições. Considera-se, portanto, que as experiências vividas pelos sujeitos socializam, educam.

Tanto a perspectiva de Gramsci como a de Thompson ajudam a romper com as teorias que tratam a socialização desconsiderando a ação humana na história ou que reduzem esse processo ao mundo dos significados, ignorando a existência de uma realidade objetiva, independente da vontade dos sujeitos.

1.1 A SOCIALIZAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA

Uma das preocupações dos diversos estudiosos da juventude foi entender os processos de socialização dos jovens na sociedade. Alguns se debruçaram para compreender a função das diversas instituições sociais para a sua integração social bem como explicar os comportamentos desviantes que os jovens podiam ter quando não integrados totalmente à ordem social. Outros perceberam, nas diferentes condições juvenis, um potencial para provocar mudanças sociais, podendo ser despertados tanto para projetos políticos de esquerda como de direita. No cerne dessas questões, estava a relação estabelecida entre os jovens e a sociedade, os jovens e as instituições sociais, incluindo as instituições políticas.

Entre os autores que se preocuparam com a integração social da juventude nas sociedades modernas, Eisenstadt (1976), em seu estudo sobre as gerações, chamou a atenção para o fato de que uma geração e suas características só podem ser compreendidas considerando-se as relações que estabelece com outras gerações. Comenta o autor: “Quer seja vista como um continuum desenrolando-se gradualmente ou como uma série de agudos contrastes e características opostas, são plenamente explicados e compreendidos em termos de suas relações recíprocas” (EISENSTADT, 1976, p. 04).

Para o mesmo autor, nas sociedades modernas, com o desenvolvimento da divisão do trabalho, desenvolvem-se vários tipos de grupos juvenis. ((EISENSTADT, 1976, p. 160). Nessas sociedades, a família deixa de responder à necessidade de “formar” os jovens para os vários papéis exigidos pela estrutura social. Cabe à escola essa tarefa. Entretanto, ao enfatizar atividades preparatórias e especializadas, a escola deixa de atender as necessidades que surgem na personalidade das crianças, adolescentes e jovens, originando os grupos juvenis. Estes podem ou não estar vinculados a organizações destinadas a desenvolver atividades com os jovens, sejam elas religiosas, políticas ou culturais.

Observa-se que a ênfase do autor está nos processos de socialização que objetivam principalmente a integração dos jovens na sociedade. Nesse sentido, a família, a escola e os próprios grupos juvenis aparecem como agências socializadoras fundamentais nas sociedades modernas. Porém, em relação aos grupos juvenis, Eisenstadt (1976, p. 260), salienta que nem sempre cumprem funções integrativas na sociedade. Referindo-se aos grupos juvenis destaca: “Quando, entretanto, semearem a oposição às gerações mais velhas e aos seus valores, estarão assumindo cada vez mais um caráter anormativo”.

Tal concepção reforça a perspectiva teórica de Eisenstadt (1976) que, baseado nos estudos desenvolvidos por Parsons, está preocupado com que os indivíduos ocupem os papéis ou posições requeridas pelo sistema social. A socialização das novas gerações, neste caso, é compreendida como necessária à integração e continuidade social.

Por sua vez, Berger e Luckmann (2002, p. 175) entendem a socialização como “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou setor dela”. Pode ser definida como: socialização primária, que ocorre durante a infância e tem na família seu núcleo principal; e socialização secundária, ou seja, “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”. É a partir da interiorização dos outros significativos presentes no mundo objetivo que o indivíduo constrói sua subjetividade. Ou seja, o indivíduo torna-se o que é por meio de um processo dialético “entre a identificação pelos outros e a auto-identificação, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 177).

Entretanto, se, na socialização primária, não existe problema de identificação, uma vez que as possibilidades de escolha estão limitadas pelo universo familiar, ou seja, não se escolhe pais e irmãos, mas arranja-se com aqueles que se têm; na socialização secundária, o indivíduo é colocado frente a diversas instituições que podem ou não ser coerentes com os significados interiorizados pelo indivíduo durante a socialização primária. Nesse sentido, os processos de socialização também podem ser definidos a partir da relação estabelecida entre as diferentes gerações e as instituições a que estas se encontram ligadas. Salienta-se, no entanto, que tais análises, ao tratarem a realidade objetiva como um universo constituído de significados, ignoram que os processos de socialização encontram-se inseridos numa determinada materialidade histórica, sendo por ela também influenciados.

Caberia entender os processos de socialização a partir da materialidade histórico-social em que eles acontecem. Gramsci, no conjunto de sua obra, traz elementos que ajudam a entender a relação estabelecida entre homem e sociedade e que sugere pistas para perceber a

socialização como um processo inscrito nas relações sociais capitalistas, portanto, marcado pelas relações de classe, incluindo permanência, mas também transformação.

Primeiramente, é importante trazer os questionamentos do próprio Gramsci e que foram objetos de reflexão de Folkemback (2002) em sua tese de doutorado. O autor, após definir o homem como um processo, “precisamente o processo de seus atos”, assevera que é necessário saber: “... dentro de que limites ‘somos criadores de nós mesmos’, da nossa vida, do nosso destino” (GRAMSCI, 1984, p. 38). Para responder tais questionamentos Gramsci detém-se no conceito de homem:

Em suma, deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza (GRAMSCI, 1984, p. 39).

Acrescenta que o homem estabelece relação com outros homens por meio de organismos, sejam eles simples ou complexos e que a sua relação com a natureza é ativa, mediada pelo trabalho e pela técnica. Essas relações que inserem o indivíduo em sociedade, na perspectiva de Gramsci, são ativas e conscientes, ou seja, “correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual” (GRAMSCI, 1984, p. 40). Dessa forma, Gramsci indica que o homem como indivíduo, produto de relações sociais específicas, é um ser capaz de interagir com essas relações e de ter consciência sobre elas. Conforme Gramsci (1984, p. 40):

...cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o ponto central (...). Se a própria individualidade é o conjunto dessas relações, conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações.

O autor chama a atenção para a complexidade desse processo em que o homem toma consciência do conjunto das relações sociais, pois isso implica mergulhar na gênese que possibilitou que tais relações se constituíssem e se solidificassem. É somente nessa volta ao passado que se entende o que é o homem e o que é cada indivíduo em sua singularidade, já que o indivíduo, além de ser a síntese das relações existentes, é também a síntese da história dessas relações. Dito isso, pode parecer que são poucas as oportunidades de intervenção do indivíduo nas relações sociais. Mas, para Gramsci (1984, 40), isso é apenas parcialmente verdadeiro, pois existe a possibilidade de indivíduos, que querem a mesma modificação, associarem-se e organizarem-se para tal fim, sendo “(...) múltiplas as maneiras pelas quais os indivíduos entram em relação com a natureza”, seja por meio das técnicas aplicadas à indústria, seja pelo conhecimento filosófico (GRAMSCI, 1984, p. 40-41).

Gramsci atribui tanto à consciência humana como às relações sociais as possibilidades de transformação, ou seja, o homem “(...) transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais” (GRAMSCI, 1984, p. 43).

A partir da compreensão de que o indivíduo, ao estabelecer relações com a natureza e com os outros homens, desenvolve também a consciência dessas relações e, portanto, desenvolve sua personalidade, pode-se compreender a afirmação de Gramsci (1984, p. 11) de que todos os homens são filósofos, pois são capazes de produzir uma determinada concepção de mundo, ainda que de forma inconsciente, e fazem isso a partir da linguagem, do senso-comum, da religião, dos diversos grupos dos quais participam, enfim, da sociedade da qual fazem parte. Essa concepção de mundo tanto pode estar voltada para a continuidade como para a mudança social. O seu desenvolvimento faz parte do conjunto das relações sociais, portanto, não se trata de algo abstrato ou a-histórico, mas correspondente a um determinado tempo e lugar.

É importante aqui considerar o comentário de Mészáros (2005, p. 50). Para ele, Gramsci reconhece que todo ser humano contribui de alguma maneira para a formação de uma concepção de mundo predominante e que “tal contribuição pode cair nas categorias contrastantes da ‘manutenção’ e da ‘mudança’”, ou pode ocorrer de as duas acontecerem simultaneamente. Destaca Mészáros:

... a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da “manutenção e/ou mudança – num período relativamente estático, muito mais de “manutenção” do que de “mudança”, ou vice-versa no momento em que houver uma grande elevação na intensidade de confrontos hegemônicos e antagônicos – de uma dada concepção do mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa.

Nesse sentido, pode-se arriscar uma primeira definição de socialização a partir de Gramsci, ou seja, o processo pelo o qual os indivíduos se inserem na sociedade e ao estabelecer relações com os outros homens e a natureza vão elaborando uma determinada visão sobre o estar no mundo e dele fazer parte. Esse processo, por sua vez, caracteriza-se pelas possibilidades abertas à transformação. Porém, adverte Gramsci, é uma ilusão supor que esse processo seja puramente individual:

....a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é ‘individual’, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das relações externas, desde as com a natureza e com os outros homens – em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive – até à relação máxima, que abraça todo o gênero humano (GRAMSCI, 1984, p. 48).

Após essa afirmação, Gramsci conclui que o homem é essencialmente político, realizando sua humanidade na atividade para transformar e dirigir conscientemente os

homens. Poderia parecer que, em Gramsci, a consciência política encontra-se *a priori* no homem. Porém, toda forma de consciência, para ele, é resultado de relações que exprimem concepções e entendimentos do mundo que são históricos e marcadas por influências diversas e contraditórias. Destaca Gruppi (1991, p. 77):

Na consciência do homem abandonada à própria espontaneidade, não ainda criticamente consciente de si mesma, vivem ao mesmo tempo influências ideológicas diferentes, elementos díspares, que se acumularam através de estratificações sociais e culturais diversas. A consciência do homem não é mais do que o resultado de uma relação social, e é ela própria uma relação social.

Assim, numa sociedade de classes, como a capitalista, ocorre que as relações estabelecidas entre os homens são marcadas pela desigualdade e pela dominação. Nesse tipo de sociedade impõe-se uma determinada concepção de mundo que se sobrepõe às demais e mistura-se as concepções passadas ainda presentes na consciência dos homens, como a religião, o folclore, o senso comum e mesmo elementos da ciência mais moderna. Para Gramsci, essa concepção de mundo compartilhada pelos indivíduos como homens-massa não é crítica e nem coerente, mas uma consciência subordinada, imposta pelo ambiente exterior e que contribui para a continuidade das relações de classe. Gramsci questiona:

- é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior (...) ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1984, p. 12)

Para Gramsci é possível a superação dessa consciência desagregada e subordinada pelo próprio movimento social. Portanto, o processo de formação de uma consciência crítica é resultado de um processo social, de uma formação político-ideológica, e não “resultado de uma reflexão pura e exclusivamente individual” (GRUPPI, 1991, p. 67).

Tendo em vista as questões discutidas acima, pode-se afirmar que, em Gramsci, a socialização como parte das relações sociais, ocorre de modo que as classes subalternas participem de uma concepção de mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes, ou seja, as classes subalternas apropriam-se de uma ideologia que não é sua e que corresponde aos interesses e à função histórica das classes dominantes. Dito de outro modo, as classes subalternas são educadas a partir da visão de mundo e dos interesses das classes dominantes. Porém, onde ocorrem esses processos educativos? Em que medida é possível alterá-los em favor das classes dominadas?

Para responder a essas questões, ressalta-se que Gramsci, de acordo com Gruppi (1991, p. 31), procurou desvencilhar-se de um determinismo mecânico e conceber a sociedade “como um todo unitário e orgânico, explicado certamente a partir da base econômica e das relações de produção e de troca, mas não inteiramente redutível à base econômica”. Nesse sentido, a análise de Gramsci permite perceber a importância da cultura e da iniciativa política nos processos de manutenção e superação da dominação e pensar nas disputas por hegemonia que se travam na sociedade civil.

Gramsci apresenta como um dos desafios da classe hegemônica na sociedade a capacidade de manter a unidade ideológica, que ajuda a garantir a direção intelectual e moral:

...o problema fundamental de toda concepção de mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma “religião”, em uma “fé”, isto é, que produziu uma atividade prática e uma vontade, nas quais esteja contida como “premissa” teórica implícita (...) – isto é, o problema de conservar a unidade ideológica de todo bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia (GRAMSCI, 1984, p. 16).

Para Gruppi (1991, p. 70), o que define a hegemonia é a “capacidade de unificar através da ideologia e conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe”. Continua o autor:

Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante...

Um dos principais instrumentos da classe dominante para manter e garantir a hegemonia é o Estado. Para Gramsci, o Estado, nas sociedades capitalistas, inclui, além da sociedade política, a sociedade civil, sendo nesta última que “el Estado tiene y pide el consenso, pero también ‘educa’ este consenso com las asociaciones políticas y sindicales, las cuales son; sin embargo, organismos privados, dejados a la iniciativa privada de la clase dirigente” (GRAMSCI, 1971, p. 174). Ou seja, a sociedade política equivaleria ao Estado em seu sentido estrito, sendo constituído pelos “mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar” (COUTINHO, 1981, p. 91). Por sua vez, a sociedade civil far-se-ia presente no que Gramsci chamou de aparelhos privados de hegemonia, ou seja, o conjunto de organizações responsáveis para elaborar e difundir as ideologias, ou ainda, poder-se-ia dizer, uma rede de instituições culturais que socializam, educam os indivíduos de acordo com a visão de mundo que interessa a classe dominante. Seriam aparelhos privados de hegemonia: o sistema escolar, as igrejas, os partidos

políticos, os sindicatos, os diversos meios de comunicação, as associações profissionais etc. De acordo com Simionatto (1995, p 43):

Esses aparelhos têm por finalidade inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isso ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural.

Ambas, sociedade política e sociedade civil, que formam o Estado, conforme Coutinho, atuam para conservar ou promover uma base econômica de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Porém, enquanto na sociedade política a ação é mediada por instrumentos coercitivos; na sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia por meio da direção política e do consenso. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado, a sociedade civil tem nos aparelhos privados de hegemonia seus portadores materiais, ou seja, “organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política” (COUTINHO, 1981, p. 92).

Ressalta-se que o Estado, em seu sentido ampliado, forma a superestrutura da sociedade, expressa as contradições e os conflitos gerados pelas relações sociais do modo de produção capitalista, ou seja, os conflitos de classe fazem-se presentes nessa instituição. Nesse sentido, constitui-se como um campo de disputa entre as classes sociais, um campo de disputa por hegemonia. A sociedade civil é o terreno no qual se “organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições” (SIMIONATTO, 1995, p. 66). Assim, a sociedade civil torna-se um espaço tanto para ações conservadoras como para ações transformadoras.

O Estado, quando dirigido por uma classe dotada de hegemonia, apresenta-se como representante dos interesses gerais e deve mostrar-se como uma instituição de toda a população, a serviço da totalidade social. Dessa maneira, são criadas algumas leis que atendam esses interesses. De outra forma, destaca Cury (1989, p. 51), “a manutenção da representação (universal) do Estado entraria imediatamente em contradição com seu conteúdo real (classista)”. Nas instituições da sociedade civil, são buscados os recursos para manter a hegemonia por meio da difusão e reprodução de valores que interessam à classe dominante e, ainda, atendendo precariamente algumas necessidades das classes subalternas, mas elas também expressam as contradições e conflitos gerados pela sociedade de classes. A sociedade civil, sendo o terreno onde se procura garantir a dominação pelo consenso, também é onde as contradições e conflitos desse processo tendem a se manifestar, podendo revelar a natureza de classes do Estado.

É nesse processo contraditório e conflituoso que Gramsci vê a possibilidade da organização e da ação das classes subalternas e de um processo de construção contra-hegemônica. Dessa maneira, é importante a afirmação de Gruppi (1991, p. 69):

Mas, se as classes subalternas são dominadas por uma ideologia que as atinge através de mil canais, sob a ação das classes dominantes, o fato é que as necessidades efetivas, as reivindicações, inclusive relativamente espontâneas, das classes subalternas impulsionam tais classes a ações, a lutas e movimentos, a um comportamento mais geral que entra em contradição com a concepção de mundo na qual elas foram educadas.

Os próprios aparelhos privados de hegemonia, devido a sua relativa autonomia em relação ao Estado-coerção, podem ser utilizados como instrumentos das classes subalternas, que, se organizadas, também podem desenvolver seus próprios organismos culturais para criar e difundir “padrões alternativos em relação aos identificados com a dominação burguesa” (CURY, 1989, p. 51).

Entende-se, assim, que a hegemonia não pode ser considerada um processo totalizador, com o poder absoluto de impedir a resistência, articulação e mobilização dos subalternos. Conforme Thompson (1979), hegemonia tem a ver com luta de classes, indicando o que está presente no pensamento de Gramsci quando se refere à “luta entre hegemonias”, e que, segundo Coletti (2005, p. 251), permite entender o caráter parcial de toda hegemonia dominante, desenvolvida no interior da luta de classes.

Nesse processo, porém, torna-se importante um movimento orgânico que eleve culturalmente as classes subalternas, de modo a romper com a contradição entre o seu pensar e o seu agir. De acordo com Gramsci (1984, p. 20):

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica.

No entanto, essa consciência verbal, alerta Gramsci, tem consequências, pois revela a vinculação do indivíduo com um determinado grupo que exerce influência sobre sua conduta e sobre sua vontade, podendo, inclusive produzir “um estado de passividade moral e política”. É nesse sentido que se pode compreender a afirmação de Gruppi de que “enquanto existir contradição entre a ação e a concepção do mundo que a guia, a ação não pode ser consciente e não pode se tornar coerente”. As ações existentes são marcadas pela fragmentação, extremismos, passividade e oportunismo. Torna-se necessário, para que a ação se torne coerente, que seja guiada por “uma concepção do mundo, por uma visão unitária e crítica dos

processos sociais”. Torna-se fundamental um movimento político e cultural que elabore essa nova concepção de mundo, começando pela crítica ao senso comum, ou seja, “que parta do senso comum, não para se manter presa ao senso comum, mas para criticá-lo, depurá-lo, unificá-lo e elevá-lo àquilo que Gramsci chama de bom senso, que é para ele a visão crítica do mundo” (GRUPPI, 1991, p. 69). Assim, Gramsci, embora considere o senso comum como uma concepção de mundo que deve ser combatida, não nega que nele encontra-se presente certa dose de experimentalismo e de observação direta da realidade, elementos que devem ser utilizados para elevá-lo ao bom senso.

Esse processo realiza-se por meio do contato entre as massas e os intelectuais. Gramsci mostrou que, na Itália, o catolicismo soube aproveitar essa relação entre intelectuais e simplórios, mantendo os estratos inferiores em sintonia com estratos intelectualmente superiores. No entanto, a ação da Igreja Católica era para manter os simplórios presos ao senso-comum. Para o autor, diferentemente deve ser a conduta da filosofia da práxis, daqueles que desejam constituir uma nova reforma intelectual e moral:

A filosofia da práxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva de senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1984, p. 20).

A ação dos intelectuais das classes subalternas é no processo de luta política contra as classes dominantes elevarem culturalmente as massas. Isso exige que se estabeleça uma relação próxima entre os intelectuais e as massas; é necessário os intelectuais envolverem-se “ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor’ permanente...” (GRAMSCI, 1989, P. 8). Que haja entre intelectuais e massa a mesma unidade que deve haver entre teoria e prática e que os intelectuais encontrem no contato com os simples a fonte dos problemas a serem estudados e resolvidos (GRAMSCI, 1989, p. 18).

É importante considerar que se trata de uma “luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes” (GRAMSCI, 1984, p. 21), e:

Disto se deduzem determinadas necessidades para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo em geral, a saber: 1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literalmente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época (GRAMSCI, 1984, p. 27).

Assim, é fundamental que, no processo de luta política em que as classes subalternas se encontram inseridas, criem-se condições para que se dê a passagem do momento puramente econômico - em que o que movem as classes subalternas são os interesses corporativos - para o momento ético-político, ou seja, “a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1984, p. 53). Trata-se daquilo que foi denominado por Gramsci de “catarsis”. Coutinho (1981, p. 118) relacionando esse processo ao partido político - como tarefa do moderno Príncipe – esclarece:

Consiste em superar inteiramente os resíduos corporativos (os momentos “egoístico-passionais”) da classe operária e contribuir para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular; ou seja, de um grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais.

O autor prossegue afirmando que esse momento catártico que acontece no partido como organismo coletivo, também ocorre, em diferentes níveis, em seus membros individuais que “são capacitados a atuar de modo mais livre e mais consciente na sociedade em que vive”. Ou, nas palavras do próprio Gramsci (1984, p. 53):

Isto significa, também a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade a liberdade”. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas.

Destaca-se o papel dos intelectuais orgânicos das classes subalternas, não como um estrato superior às massas, mas como capazes de mediar o processo de elaboração de um pensamento coerente e homogêneo, com capacidade de contribuir para a elevação crítica das massas. O intelectual orgânico como construtor e difusor de uma nova cultura, que, mantendo contato com os simples, saiba refletir sobre os seus problemas e tirar daí elementos que possam elevar sua consciência, buscando tornar os subalternos dirigentes e responsáveis, sujeitos da história. Isso demonstra a preocupação de Gramsci de que a atuação ativa e consciente na história não pode ser um privilégio apenas de líderes ou intelectuais iluminados, mas também dos simples. De acordo com Konder (2003, p. 110), a perspectiva revolucionária do pensador italiano levava-o a contribuir para a criação de organizações que atuassem num sentido político-pedagógico de modo a ajudar os simples a tornarem mais críticas suas atividades. A intenção dele era de “mobilizar o maior número possível de pessoas para a realização de um programa que resultasse em aumento da liberdade e em diminuição da coerção na sociedade”.

Gramsci fornece pistas para perceber que, mesmo numa sociedade cuja hegemonia é da burguesia, existem espaços para a construção da contra-hegemonia e é neles que os jovens

podem ser socializados a partir de uma nova visão de mundo que entra em contradição com a dominante. Nesse sentido, entende-se que o MST ao propor novas formas de organização das relações sociais, incluindo novos valores, contrapõe-se a ordem social capitalista e oferece aos jovens outras possibilidades de socialização direcionadas a construção da contra-hegemonia.

Entende-se que a análise de A. Gramsci se completa com a de E. Thompson, autor importante para ajudar a entender os processos de socialização considerados a partir de determinada materialidade histórico-social, discutindo as relações históricas a partir da categoria experiência como fundamental no processo educativo e, poder-se-ia dizer, no processo de construção da contra-hegemonia. Aqui, acredita-se, a experiência adquire um caráter central para analisar a educação política das novas gerações do MST e suas contradições.

Thompson não tratou especificamente dessa temática, porém uma aproximação com o conceito de experiência por ele formulado, permite entender que, nas reflexões realizadas por este, a experiência torna-se elemento central para a socialização política de homens e mulheres, para a formação da classe social e na construção de uma contra-hegemonia.

Embora a perspectiva teórica de Thompson bem como o método adotado por ele em suas pesquisas possam ser encontrados no conjunto de sua obra, é em sua crítica ao estruturalismo althusseriano, expresso em *A miséria da teoria* (1981), que se encontra, de forma mais sistematizada, a compreensão teórico-metodológica desse autor. São apresentadas questões referentes ao conhecimento histórico e também, pode-se dizer, sociológico.

Thompson, assim como Gramsci, parte do princípio da dialética marxista da historicidade e totalidade de todo fenômeno social. A história é concebida como processo da vida real dos homens e das relações que estabelecem entre si, entre eles e a natureza, por meio do trabalho. Conforme Kosik (1995), a história, na perspectiva marxista, é a história do mundo real:

Mundo real é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. O mundo real é o mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social (KOSIK, 1995, p. 23).

O mesmo autor esclarece que totalidade não significa todos os fatos, significa “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1995, p. 44).

Levando em conta o princípio da totalidade e historicidade de todo fenômeno social, pode-se afirmar que, para Thompson, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições:

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por 'relações determinadas' indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares (THOMPSON, 1981, p. 111).

Para esse autor, entender a experiência na vida de homens e mulheres reais é compreender o diálogo existente entre ser social e consciência social. Criticando o determinismo presente nas tendências “vulgares” ou ortodoxas do marxismo, Thompson advoga que é por meio da categoria experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15). É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

A categoria experiência permite sair da armadilha do estruturalismo althusseriano que desconsidera a ação humana na história e tende a reduzir todos os acontecimentos sociais ao econômico. A noção de experiência torna-se, portanto, chave para superar a contradição entre determinação e agir humano (FORTES, NEGRO, FONTES, 1998, p. 35). Permite compreender homens e mulheres como sujeitos:

...não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Thompson introduz a categoria e articula-a com a cultura. Segundo Moraes e Müller (2003, p. 12), ambas constituem “um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humanos”. Ao entender a cultura como componente não passivo de análise histórico-social, Thompson reconhece que a experiência vivida, além de pensada é também sentida pelos sujeitos. Conforme ele mesmo afirma:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

Thompson recusa a perspectiva althusseriana de tratar a experiência e a cultura apenas no terreno ideológico. Discorda de que os valores, como expressões culturais, sejam simplesmente impostos pelo Estado através de seus aparelhos ideológicos. Isso, no entanto, não significa negar que os valores encontram-se perpassados pela ideologia dominante, mas afirmar o caráter contraditório das necessidades materiais e culturais. E, mais uma vez, a categoria experiência impõe-se como necessária para ajudar a evidenciar a capacidade de homens e mulheres romperem com condições impostas. Nesse sentido, é importante a distinção feita por Thompson (1981 apud MORAES; MÜLLER, 2003, p. 12) entre experiência I – experiência vivida e experiência II – experiência percebida¹¹. A experiência percebida seria a consciência social, nos termos definidos por Marx. A experiência vivida seria aquela resultante das experiências vividas na realidade concreta e que se chocam com a experiência percebida: “a experiência I está em eterna fricção com a consciência imposta e, quando ela irrompe, nós, que lutamos com todos os intrincados vocabulários e disciplinas da experiência II, podemos experienciar alguns momentos de abertura e de oportunidade, antes que se imponha mais uma vez o molde da ideologia” (1981 apud MORAES; MÜLLER, 2003, p. 13). Isso significa que a vivência da experiência não reproduz obrigatoriamente a ideologia dominante; ao contrário, a experiência pode levar a rever práticas, valores e normas.

Moraes e Müller (2007, p. 24) explicam que Thompson considera que as regularidades presentes no interior do ser social, geralmente, são provenientes de causas materiais que independem da consciência ou da intencionalidade. São essas causas que originam a experiência vivida – experiência I -, porém, não são refletidas automaticamente na experiência percebida – experiência II, apenas como reprodução da ideologia. A experiência I pode trazer elementos que levem à recusa e ao questionamento da consciência imposta, podendo gerar transformações no campo da consciência e do agir humano. Nesse sentido, Moraes e Müller (2007, p. 24) ajudam a esclarecer o conceito de experiência bem como a relação dialética estabelecida entre experiência vivida e experiência percebida:

a experiência (...) constitui e nega, opõe e resiste, estabelece *mediações*, é espaço de prática, intervenção, obstaculização, recusa, é processo de formação de identidades

¹¹ Esta distinção foi apresentada por Thompson em um Seminário em Oxford, na Inglaterra, em 1979, e ofereceu esclarecimentos sobre a relação experiência e cultura em resposta às críticas suscitadas no debate pelos demais expositores (MORAES; MÜLLER, 2007, p. 21).

de classe e, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração, de etnias. Processos dialeticamente articulados que ela, a experiência, expressa de forma privilegiada.

Wood (2006, p. 90), por sua vez, esclarece que embora Thompson tenha tentado distinguir níveis de experiência (experiência vivida e experiência percebida) - o que poderia indicar a intenção de romper com o elo entre ser social e consciência social - o uso que o autor faz dessa categoria vai justamente em direção contrária; ou seja, em Thompson, a experiência é o termo intermediário entre ser social e consciência social, o meio em que o ser social determina a consciência ou, nas palavras de Thompson (1981, p. 112), “é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades”. Esclarece Wood (2006, p. 90):

O conceito de “experiência”, portanto, informa que as “estruturas objetivas” geram efeitos sobre a vida das pessoas; é por isso que, por exemplo, temos classes e não apenas relações de produção. É tarefa do historiador e do sociólogo explorar o que essas “estruturas” fazem à vida das pessoas, como o fazem e como as pessoas reagem – ou, como Thompson poderia ter dito, como as pressões determinantes dos processos estruturados são sentidos e manipulados pelas pessoas.

Thompson critica, ainda, o reducionismo presente no marxismo althusseriano, que se revela especialmente pelo uso mecânico, segundo ele, da “metáfora base-superestrutura”. Esse reducionismo tem levado a análises históricas e sociológicas que tratam eventos sociais e culturais apenas como consequência da afiliação de classe dos atores:

O erro do reducionismo não consiste em estabelecer essas conexões, mas em sugerir que as idéias ou eventos são, em essência, *a mesma coisa* que o contexto causal; que idéias, crenças religiosas ou trabalho de arte podem ser reduzidos (como se reduz uma equação complexa) aos “reais” interesses de classe que expressam (THOMPSON, 1998, p. 92-93).

Para Thompson, deve-se levar a sério a autonomia dos eventos sociais e culturais, “os quais, entretanto, são causalmente condicionados por eventos econômicos” (THOMPSON, 1998, p. 93). Deve-se considerar que eventos econômicos são também eventos humanos, que, por sua vez, encontram-se entrelaçados com eventos sociais e culturais. Conforme Thompson (1998, p. 99): “(...) no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas) é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás do econômico após longa demora; estão na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional”. É pertinente lembrar, ainda, que esses fenômenos só adquirem sentido a partir da experiência de homens e mulheres reais.

Portanto, na análise de Thompson, os fenômenos sociais e culturais ganham relevância e deixam de ser pensados apenas como reflexo imediato da vida econômica. Analisá-los significa, por meio das evidências, investigar suas particularidades e, ao mesmo tempo, perceber como se expressam em condições materiais constituídas historicamente.

Assim, os próprios valores de uma sociedade são percebidos fazendo parte desse nexo relacional e, principalmente, como resultado das experiências humanas:

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (THOMPSON, 1981, p. 194).

É nesse aspecto que se pode entender a recusa de Thompson em aceitar, como demonstrou Silva (1998, p. 53), a noção de classe social como efeito, resultado do modo de produção. Para ele, a classe é um fenômeno histórico, resultado de relações entre os homens reais em contextos reais. Conforme Thompson (1998, p. 102):

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do *tempo*, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de *uma* classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem *disposição* para se *comportar* como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento.

A classe constitui-se no seu *fazer-se*, num movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos sociais. É fruto de experiências comuns que podem levar à formação de uma determinada identidade que, por sua vez, posiciona-se contra a identidade de outros homens em função de interesses materiais e culturais opostos (THOMPSON, 2002a, p. 10). Nesse sentido, o autor entende formações de classe e consciência de classe como um “processo inacabado de relação – de luta com outras classes – no tempo” (THOMPSON, 1981, p. 121). A luta de classes aparece como terreno privilegiado, pois é num processo de luta que as pessoas descobrem a si mesmas como classe. Todavia, a luta de classes deriva de determinadas relações de produção que distribuem as pessoas em situações de classe que provocam antagonismos e conflitos de interesses, criando assim condições de luta (WOOD, 2006, p. 76).

Para Thompson, a experiência de classe resulta das relações de produção em que os homens nasceram e, portanto, encontram-se inseridos, independente de suas vontades; já a consciência de classe “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe” (THOMPSON, 2002a, p. 10). Por sua vez, embora a experiência apareça determinada, é ela que pode mediar a constituição da consciência de classe, uma vez que expressa as contradições do ser social no

capitalismo. São as pessoas que vivem a experiência da exploração, dos conflitos e das lutas inerentes às relações de produção e que trabalham isso em sua consciência. Assim, é “no meio dessa experiência vivida que toma forma a consciência social e, com ela, a ‘disposição de agir como classe’” (WOOD, 2006, p. 89).

O agir como classe, no entanto, não significa de pronto a consciência de classe, significa perceber a possibilidade de seu desenvolvimento e como ela vai-se constituindo no processo histórico. De acordo com Wood (2006, p. 91), a preocupação de Thompson dirige-se aos processos históricos que intervêm entre as formas de consciências criadas de várias maneiras por situações de classe e a consciência ativa da identidade de classe:

Mais fundamentalmente, identificar classe com um nível particular de consciência, ou com a existência de consciência de classe, seria identificar, como faz Thompson, os complexos processos que ajudam a criar a ‘disposição de se comportar como uma classe’.

Essa proposição implica considerar, mesmo nas “formas ‘imperfeitas’ e ‘imparciais’ de consciência popular, as expressões autênticas de classe e de luta de classe, válidas nas suas circunstâncias históricas ainda que ‘erradas’ da perspectiva de desenvolvimentos posteriores ou ideais” (WOOD, 2006, p. 97).

Para a autora, Thompson, ao entender classe como relação e processo, além de afirmar a estrutura objetiva das classes, nega-se a aceitar que elas possam ser simplesmente deduzidas de posições estruturais em relação aos meios de produção ou hipóstase das identidades de classe. Quando se trata de classes como derivadas de posições estruturais, nega-se que elas tenham papel de força motriz no processo histórico e que sofram mutações. O oposto pode ocorrer ao transferir a vontade da ação humana à classe, “uma coisa dotada de identidade estática, cuja vontade é praticamente livre de determinações históricas específicas” (WOOD, 2006, p.92).

É oportuno, ainda, o conceito sobre cultura apresentado por Thompson na introdução de *Costumes em Comum* (2005), procurando afastar dele “a invocação confortável de um consenso”:

Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema” (THOMPSON, 2005, p. 17).

Thompson observa o perigo de generalizações deslocadas de contextos históricos específicos e que levam a não percepção das contradições, das fraturas e oposições existentes. Assim, Thompson (2005, p. 17), ao estudar a cultura plebéia do século XVIII, recusa-se a

tratá-la como situada no “ambiente dos ‘significados, atitudes, valores’”. Para ele, essa cultura deve ser situada num lugar material determinado: “...localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos rituais do paternalismo e da deferência”.

Além disso, condizente com a perspectiva de Thompson sobre a experiência é a explicação que ele realiza, no mesmo texto, sobre certa ambigüidade presente na identidade social de muitos trabalhadores ingleses do séc. XVIII e parte do século XIX. Ao se referir a Gramsci, observa a sua preocupação com a presença de duas consciências em seu homem-massa: a da práxis e a herdada do passado. Destaca que Gramsci viu que a filosofia, espontânea a todas as pessoas, estava fundamentada na linguagem, no senso-comum, no folclore e na religião popular, sendo resultado das experiências compartilhadas no trabalho e nas relações sociais. Conclui:

Assim, as “duas consciências teóricas” podem ser vistas como derivadas de dois aspectos da mesma realidade: de um lado, a conformidade com o *status quo*, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os fiscais dos pobres etc. De outro lado, o “senso-comum”, derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com companheiros de trabalho e os vizinhos, que expõe continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica, com menos frequência, à revolta (THOMPSON, 2005, p. 20-21).

Novamente, a experiência aparece em Thompson como a possibilidade aberta de desnudar a exploração sofrida e manifestá-la por meio da resistência, da revolta, ainda que seja inconscientemente.

Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, organizada em três partes, Thompson mostra o fazer-se da classe operária inglesa no período de 1780 a 1832, de modo a revelar como a consciência de classe desses trabalhadores foi forjada a partir de suas experiências políticas, culturais e econômicas. O seu interesse reside em resgatar os esquecidos da história, os considerados perdedores: “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade” (THOMPSON, 2002a, p. 13).

Na primeira parte – *A árvore da liberdade* – Thompson detém-se a analisar os elementos subjetivos que contribuíram para as agitações jacobinas nos anos de 1790 na Inglaterra. Longe de ver nelas apenas um reflexo da Revolução Francesa, Thompson procura nas tradições populares do século XVIII, os elementos para a sua compreensão. Assim, examinou as tradições dos artesãos e artífices urbanos a partir de três elementos: a tradição da Dissidência e sua modificação pelo revivalismo metodista; as tradições combinadas na idéia

do “direito de nascimento” do homem inglês e a ambígua tradição da turba do século XVIII (THOMPSON, 2002a, p. 23). O autor trata dessas tradições buscando apreender suas contradições. Percebe, por exemplo, o metodismo em suas tendências autoritárias e libertárias; analisa o comportamento subpolítico das massas, mostrando que mesmo entre aqueles considerados desarticulados, desordeiros, superticiosos, passivos, conservavam-se certos valores “- espontaneidade, capacidade para a diversão e lealdade mútua -, apesar das pressões inibidoras de magistrados, usineiros e metodistas (THOMPSON, 2002a, p. 62) e que algumas tradições subpolíticas das massas tiveram influência inicial sobre o movimento operário como os fenômenos dos motins e da turba e as noções populares de um direito de nascimento do inglês. No caso dos motins por alimentos, por exemplo, estava presente uma economia moral “que ensinava ser imoral qualquer método desonesto de aumentar o preço dos alimentos, para se aproveitar das necessidades do povo” (THOMPSON, 2002a, p. 66).

Thompson demonstrou que nas agitações operárias que marcaram o fim do século XVIII na Inglaterra houve o encontro da tradição popular com o movimento jacobino. Por sua vez, as agitações jacobinas tiveram grande alcance para o movimento operário inglês, pois “alterou as atitudes subpolíticas do povo, afetou os alinhamentos de classe e iniciou tradições que se prolongam até o século atual” (THOMPSON, 2002a, p. 111; HOSTINS, 2004, p. 41-42).

Em *A Maldição de Adão* – segunda parte - conforme relata o próprio Thompson (2002a, p. 12), passa-se “das influências subjetivas para as objetivas”, ou seja, as experiências mais relevantes de grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial. O autor procura refutar a tese dominante de que o surgimento da classe operária foi uma causa direta da industrialização, mais especificamente da indústria de tecelagem. Primeiramente, Thompson põe em dúvida se de fato foram somente os operários da indústria algodoeira, antes da década de 1840, que formaram o Movimento Trabalhista. Argumenta que as principais manifestações dos trabalhadores do período – jacobinismo, luddismo – foram obras de pequenos artesãos e trabalhadores qualificados de pequenas oficinas. Conforme o autor:

Em muitas cidades, o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista retirou suas idéias, organização e liderança era constituído por sapateiros, tecelões, seleiros e fabricantes de arreios, livreiros, impressores, pedreiros, pequenos comerciantes e similares (THOMPSON, 2002b, p. 16).

Dessa maneira, é somente a partir da experiência de diversos grupos de trabalhadores que se pode analisar a formação da classe operária inglesa nesse momento histórico; fato que Thompson observa no período de 1790-1830, no qual se evidencia o aumento da consciência de classe dos trabalhadores e o crescimento das formas correspondentes de organização

política e industrial. Consoante com sua perspectiva do agir dos sujeitos na história, para esse autor, o fazer-se da classe operária não foi obra exclusiva e direta do sistema fabril, mas correspondeu a fatos econômicos, políticos e culturais.

As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável na Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres – livre como Paine os legou ou como os metodistas os moldaram. O operário ou o tecedor de meias eram também herdeiros de Bunyan, dos direitos tradicionais nas vilas, das noções de igualdade diante da lei, das tradições artesanais. Eles foram objeto de doutrinação religiosa maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou-se a si própria quanto foi formada (THOMPSON, 2002b, p. 18).

As mudanças nas relações de produção e nas condições de trabalho, porém, submeteram o povo “à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política” (THOMPSON, 2002b, p. 23). Esse processo contribuiu para que se constituísse uma identidade política, de classe, entre os diversos grupos de trabalhadores.

Depois de examinar as experiências dos trabalhadores rurais, artesãos e tecelões bem como apresentar aspectos do modo de vida dos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial, Thompson busca analisar o peso da religião metodista sobre o operariado. Embora concorde que o metodismo serviu como autojustificação ideológica para os patrões, buscando por meio das suas pregações disciplinar e moralizar os trabalhadores, esse autor discorda, entretanto, de que essa religião serviu apenas a esses interesses:

Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e da experiência. Desta forma, a comunidade da classe operária introduziu nas capelas seus próprios valores de solidariedade, ajuda mútua e boa vizinhança (THOMPSON, 2002b, p. 278).

Sentimentos de esperança e solidariedade, disciplina, senso de responsabilidade pessoal foram elementos que os rebeldes políticos metodistas levavam para a sua atividade política. Acrescenta, ainda, que a experiência de exploração vivenciada pelos trabalhadores provocava uma leitura da bíblia, onde se encontravam também textos que podiam simbolizar a luta de classes e que, em alguns casos, serviram como discursos políticos. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que os trabalhadores não receberam as doutrinas metodistas pura e simplesmente. Pelo contrário, essas doutrinas eram reavivadas pelas experiências dos trabalhadores, adquirindo outros sentidos e significados que serviam, em muitos casos, mais à organização política dos trabalhadores do que simplesmente à sua doutrinação. Thompson reconhece que, mesmo quando o metodismo perdeu sua força junto ao operariado, ao ser suplantado pelo owenismo e os movimentos seculares, ainda assim, mantiveram-se alguns traços herdados dessa religião como o auto-respeito e a autodisciplina de classe. A disciplina

da classe trabalhadora poderia ser vista nas marchas realizadas pelos trabalhadores em Newcastle, em 1838 e 1839, caracterizadas por uma intensa ordem. Milhares de artesãos, mineiros e outros trabalhadores marcharam pelas ruas da cidade durante vários dias sem provocar nenhum distúrbio (THOMPSON, 2002b, p. 324).

Na terceira e última parte – *A força dos trabalhadores* – Thompson mostra a resistência e luta dos trabalhadores, às vezes silenciosa, em anos de intensa censura e repressão e como das diversas experiências de grupos de trabalhadores em motins ou organizados em sociedades, sindicatos, igrejas foi emergindo a consciência de classe. Destaca que foram nos anos aparentemente calmos de 1820 que foi se solidificando “uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e a sua situação enquanto classe” (THOMPSON, 2002c, p. 303). Foi nesse período, de maneira mais intensa, que a experiência da Revolução Industrial e a experiência do radicalismo popular insurgido e derrotado passam a ser teorizados e que uma cultura política radical vai-se firmando na experiência dos trabalhadores.

Thompson descreve as experiências educativas de diversos grupos de trabalhadores que contribuíram no processo de formação da consciência política da classe operária. Os trabalhadores aprendiam individualmente e em conjunto. Alguns eram autodidatas e se apropriavam individualmente de literaturas radicais. Os analfabetos, por sua vez, valiam-se da capacidade de ouvir para se apropriarem das idéias políticas da época. Apropriavam-se de discursos políticos, das paródias declamadas nas esquinas ou, ainda, valiam-se da leitura de periódicos feitas pelos companheiros de trabalho. A arte popular (teatro, música) também tinha um toque radical. Essa cultura radical atingia principalmente os trabalhadores mais qualificados, entretanto, não passava incólume pelas massas.

Para compreender esse processo na sua amplitude, faz-se necessário um retorno ao passado - ao século XVII e suas tradições populares; nele foi se formando a nova consciência dos trabalhadores frente à experiência da revolução industrial. É a partir disso que, conforme Thompson (2002c, p. 411), essa consciência pode ser vista sob dois aspectos:

De um lado, havia uma consciência da identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, encarnada em muitas formas institucionais e expressa, numa escala sem precedentes, no sindicalismo geral de 1830-34 (...).

Por outro lado, havia uma consciência da identidade dos interesses da classe operária, ou “classes produtivas”, enquanto contrários aos de outras classes; dentro dela, vinha amadurecendo a reivindicação de um *sistema alternativo*.

Vendramini (2004, p. 32) comenta que Thompson volta às experiências passadas articuladas com as do presente para apreender a emergência dessa nova forma de consciência dos trabalhadores:

Percebe as mudanças e o sentido histórico das associações e experiências coletivas: dos confrontos pessoais aos embates massivos impessoais do futuro; das atitudes subpolíticas à autoconsciência de classe; da experiência da Turba às multidões revolucionárias; da destruição das máquinas à luta contra as relações exploradoras do capitalismo industrial.

Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, portanto, é possível entender como Thompson utiliza-se da categoria de experiência articulada à de cultura, sem, no entanto, abrir mão de percebê-las em seus nexos com a materialidade social. É a partir dessa articulação, observada num diálogo entre passado, presente e futuro e na relação dialética entre ser social e consciência social, que o autor afirma o *fazer-se* da classe operária inglesa na transição entre os séculos XVIII e XIX, nos quais as experiências dos trabalhadores forjaram, no processo histórico, a consciência de classe. Ao tratar classe social como um fenômeno histórico, “definida pelos homens enquanto vivem sua própria história”, Thompson afirma a realidade histórico-social como um movimento contínuo e sujeita às transformações oriundas das lutas de classes. Disso resulta a sua preocupação metodológica de que, para ter validade, toda categoria teórica deva ser considerada histórica. É importante, ainda, a ênfase de Thompson, clara na análise que faz nessa obra, em relação aos perigos das generalizações, pois elas podem desconsiderar as experiências dos sujeitos bem como sua diversidade e não deixar espaço para os conflitos e contradições (HOSTINS, 2004, p. 49).

A partir da perspectiva teórica de Thompson, pergunta-se: como esse autor poderia contribuir com reflexões sobre os processos de socialização? Acredita-se que ele fornece elementos para pensar os processos de socialização a partir da experiência de homens e mulheres concretos. Distanciando-se de uma perspectiva que vê a socialização como um processo educativo em que os indivíduos apenas receberiam valores, normas, regras, formas de comportamentos ou que afirma a socialização apenas como inculcação ideológica, Thompson, por meio da categoria experiência, fornece elementos para analisar a socialização a partir da dialética entre ser social e consciência social e o agir dos sujeitos nos processos educativos em que se encontram inseridos. Nesses termos, falar sobre socialização ou experiência é dizer sobre o processo de formação humana, especialmente aqueles que dizem respeito a coletivos:

Ao refletir sobre a formação humana, toma assento a palavra coletividade. Há diversas formas e espaços de vivenciar experiências, de aprender com elas e de lhes dar sentido, mas é indiscutível que o coletivo, pensado aqui como coletivo que reúne as pessoas em torno de objetivos comuns, em torno de algo que os identifica,

permite a vivência de experiências que podem vir a se tornar emancipatórias. (VENDRAMINI, 2004, p. 35).

Além disso, permite entender que os processos de socialização, ainda que determinados em última instância pela materialidade social encontram-se perpassados pelo político e cultural e que fazem parte do processo histórico. Nesse sentido, ao entender o MST como um sujeito coletivo propõe-se a analisar a experiência dos jovens como parte desse coletivo. Portanto, trata-se de experiências sócio-educativas construídas nas relações estabelecidas no interior do MST que, ao mesmo tempo, possibilitam a vivência de novos valores e práticas, que trazem à tona a dificuldade de superar valores e práticas presentes na sociedade de classes.

É fazendo parte de uma sociedade de classes e lutando contra ela que o MST, em seus diversos espaços, socializa, ou melhor, educa as novas gerações, procurando constituí-las como sujeito político e histórico e participante da construção de uma “contra-hegemonia”. Aqui a experiência da política se constitui em relações que não emergem direta e necessariamente da ação política, mas de uma construção processual de educação, de práticas, valores, ideologias, bem como de ações. Este conjunto é formador do indivíduo, no caso o jovem, com a capacidade de torná-lo agente de práticas emancipatórias, no sentido de se contrapor à ordem dominante substituindo-a por outra, a partir de novas convicções.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA COLETA DE DADOS

Em relação aos procedimentos metodológicos, inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre os estudos relacionados à juventude e ao MST. Esse processo contribuiu para melhor delimitação das questões a serem investigadas. Além disso, forneceu pistas de aprofundamento do referencial teórico, levando à necessidade de entender a questão agrária brasileira e parte da história dos movimentos sociais rurais no Brasil e no Paraná como elementos importantes para a identificação da identidade social dos jovens participantes desse processo. Tratando-se de um estudo preocupado com a formação política da juventude, fez-se necessário entender sociologicamente o que é a juventude bem como buscar informações históricas sobre sua participação nos movimentos sociais rurais.

A pesquisa teve como fontes primárias materiais (cartilhas, jornais, livros, boletins etc.) produzidos pelo MST, especialmente aqueles referentes à educação, formação política e

juventude, além de entrevistas semi-estruturadas, organizadas de modo a possibilitar o resgate da trajetória pessoal e coletiva dos jovens. Foram entrevistados 33 (trinta e três) jovens em diferentes fases de militância: alguns iniciando, outros com mais tempo no Movimento.

As entrevistas, que aconteceram nos anos de 2006 e 2007, foram realizadas individualmente, com exceção de duas jovens que preferiram dar o depoimento juntas; duas foram parcialmente perdidas devido a problemas técnicos. Para preservar a identidade dos entrevistados, no decorrer da análise, estes aparecem com nomes fictícios. Da mesma forma, tomou-se o cuidado para não apresentar informações que pudessem identificá-los. Tomou-se como critério para a delimitação do número de jovens entrevistados a recomendação de Gaskell (2004, p. 71) sobre o emprego da entrevista qualitativa ao afirmar que quando as informações obtidas começam a se repetir tem-se um ponto de saturação sinalizando que o número de entrevistados é suficiente face ao proposto pelo estudo.

Dadas as condições objetivas para a realização do trabalho, optou-se pela realização das entrevistas em locais que aglutinavam um número considerável de jovens, de diferentes lugares do Paraná, em processo de formação no Movimento ou que indicassem a sua militância. Assim, as entrevistas aconteceram:

- na Assesoar, em Francisco Beltrão, durante o Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, nos dias 19 de fevereiro de 2006 e 14, 15, 25 de fevereiro e 23 e 27 de julho de 2007;
- no Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente (CEAGRO), em Cantagalo, durante o Curso Técnico em Agroecologia, nos dias 24 e 25 de agosto de 2006;
- na Escola Milton Santos, em Maringá, com estudantes do Curso Técnico em Agroecologia e com jovens que participaram do encontro da Escola Estadual de Formação Política, realizado no Acampamento Che Guevara, em Ortigueira, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2007;
- no Instituto Técnico de Educação e Pesquisa na Reforma Agrária (ITEPA), em São Miguel do Iguaçu, durante o Curso Técnico em Saúde Comunitária, nos dias 12 e 13 de outubro de 2006;
- na Secretaria Estadual do MST, em Curitiba, nos dias 18 e 19 de setembro de 2006;
- na Secretaria do MST, em Paranacity, no dia 09 de outubro de 2006;
- na Unioeste, Campus de Francisco Beltrão, no período de ocupação desse campus da universidade para pleitear a realização do vestibular para a segunda turma do Curso de

Pedagogia para Educadores do Campo, nos dias 05, 06, 11,13 e 15 de dezembro de 2006;

- na Escola Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo, durante o II Seminário da Juventude da Via Campesina, no dia 26 de julho de 2007.

Durante o período da pesquisa, outro recurso utilizado para a aproximação com a temática abordada foi acompanhar algumas atividades e eventos organizados pelo MST, especialmente no Paraná: em 2005, a pesquisadora participou do Encontro Estadual do MST, realizado no Itepa, em São Miguel do Iguaçu; em 2006, da 1ª Jornada da Educação na Reforma Agrária, realizada em Cascavel; em 2007, do Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília e do Seminário Nacional dos Jovens da Via Campesina, realizado na Escola Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo; em 2008, do I Seminário Estadual dos Jovens do MST, em Maringá. Além disso, participou, entre 2004-2008, como docente, do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, que aconteceu na Universidade Estadual do Oeste Paraná, município de Francisco Beltrão, realizando oficinas sobre juventude, orientando jovens do MST em estágios e monografias bem como acompanhou, em dezembro de 2006, a ocupação da Unioeste, Campus de Francisco Beltrão, pelos jovens do MST e de outros movimentos sociais para pressionar a Universidade a realizar o vestibular para a segunda turma do Curso referido acima.

Além das entrevistas com os jovens do MST do Paraná, foram entrevistados 02 (dois) jovens do Coletivo Nacional de Juventude, 04 (quatro) lideranças adultas do Paraná e 01 (um) dirigente nacional respondeu questões por correio eletrônico. O representante do Coletivo Nacional de Juventude, João Paulo Rodrigues, concordou com sua identificação na pesquisa. As entrevistas ajudaram a entender historicamente como vem-se constituindo a participação dos jovens no Movimento e revelaram perspectivas e dificuldades sobre sua participação na atualidade.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

O vínculo dos jovens no MST resulta das diferentes trajetórias de cada família que vai aproximando-se/juntando-se ao Movimento. Acompanhar seus pais nesse processo implica, necessariamente, uma mudança estrutural em suas vidas; uma parte dos entrevistados chegou ao MST ainda criança; outros durante sua adolescência e juventude e outros lá sempre

estiveram, ou seja, nasceram no Movimento. Por estar numa espécie de “suspensão” à espera do alcance de uma condição de vida mais definitiva para as famílias, ocorrem casos em que, depois de estarem assentados, retornam à cidade e, posteriormente, fazem o caminho inverso. Famílias há que moravam em grandes cidades e resolveram acampar, enquanto outros, inversamente, foram para a cidade e continuaram a contribuir com o MST. Como foi possível registrar, dos 33 jovens entrevistados, a maioria (13) chegou ao Movimento em plena adolescência, entre os 13 e 15 anos de idade; 11 (onze) jovens durante a sua infância, dos 04 aos 10 anos e apenas 03 (três) nasceram no Movimento. A exceção fica por conta de um dos jovens que se integrou ao MST com 20 anos.

O quadro abaixo sintetiza algumas características dos entrevistados quanto à idade, à escolaridade, atividade anterior ao Movimento, participação no processo de ocupação e se morou em algum momento na cidade.

Quadro 1: Perfil dos jovens entrevistados

Nome	Idade	Escolaridade	Atividade anterior dos pais ou própria	Participou de algum processo de Ocupação?	Morou na cidade	Ano em que foi para o Acampamento ou Assentamento	Atualmente onde mora?
Suzana	16	Curso técnico – nível Médio incompleto	Operador de máquinas	Não	Sim	2005	Acampamento
Hugo	16	Curso técnico – nível Médio incompleto	-	Sim	Sim	1998	Na cidade.
Rosane	17	Curso técnico – nível Médio incompleto	Trabalhavam na agricultura	Não	Sim, antes	2005	Acampamento
Tereza	17	Curso técnico – nível Médio incompleto	Trabalhavam na agricultura	-	Não	-	Assentamento
Priscila	18	Ensino Médio	Pais eram arrendatários	Sim	Não	1996 (90 dias) e depois em 2001	Assentamento
Tatiane	19	Curso técnico – nível Médio incompleto	Agricultores	Sim	Não	1997	Assentamento
Miguel	19	8ª série	Bóias-frias	Sim	Sim	2003	Acampamento
Bruno	19	Ens. Médio incompleto	Pedreiro	Sim	Sim	2003	Acampamento
Letícia	19	Curso técnico – nível Médio incompleto	Pais pequenos agricultores	Sim	Não	1992	Assentamento
Leonardo	19	Ens. Médio	Mãe trabalhava numa associação	Não	Sim	2005	Acampamento
Brenda	19	Ens. Médio	Pais eram agricultores	Não	Não	1988	Assentamento
Izadora	20	Curso técnico – nível Pós-Médio incompleto	Pais trabalhavam e moravam na cidade	Não	Não	-	Numa fazenda
Alice	20	Ens. Médio	Bóias-frias	Sim	Sim	1991-92	Pré-assentamento

Maria Eduarda	20	Curso técnico – nível Pós-Médio incompleto	Agricultores	Sim	Não	1987	Assentamento
Larissa	20	Superior Incompleto	Agricultores e mãe professora	Sim	Sim	2001/2002	Acampamento
Lígia	20	Pós-Médio incompleto	Arrendatários	Não	Não	1987	Assentamento
Camila	21	Ens. Médio	Pequenos comerciantes	Sim	Sim	2003	Acampamento
Getúlio	22	Ens. Médio	Arrendatários	Sim	Sim	1988	Assentamento e cidade
Ângelo	22	Ensino Médio – Curso Técnico	Agricultores	Não	Não	1989	Assentamento
Lucas	22	Ens. Superior Incompleto	Arrendatários e agregados	Sim	Sim	1994	Assentamento e cidade
Francisco	22	Ens. Médio	Porteiro e empregada doméstica	Sim	Sim	2004	Acampamento
Angélica	23	Superior Incompleto	Indústria	Sim	Sim	1995	Assentamento
Vitor	23	7ª série	Arrendatários, meeiros, também trabalharam na cidade	Sim	Sim	1997	Assentamento
Gabriel	24	Superior Incompleto	Morava na cidade. Trabalhava de garçom	Sim	Sim	1999	Assentamento
Ana Carolina	24	Superior Incompleto	Agricultores	Sim	Sim	1988	Assentamento
Mateus	24	Ensino Médio	Bóias-frias e meeiros	Sim	Sim	2000	Assentamento
Raquel	25	Ensino Superior	Agricultores/arrendatários	Sim	Sim	1988	Assentamento e cidade
Vinicius	25	Superior Incompleto	Agricultores	Não	Sim	1999	Cidade
Pedro	25	Pós-Médio incompleto	Agricultores	Sim	Não	1989	Acampamento
Gustavo	25	Superior Incompleto	Construção civil	Não	Sim	2000	Assentamento
Augusto	26	Pós-Médio incompleto	Agricultores	Sim	Sim	2000	Acampamento
André	26	Superior Incompleto	Agricultores	Sim	Sim	1987	Assentamento e cidade
Fernanda	28	Curso técnico – nível Médio incompleto	Pintor Faturista	Não	Sim	2001	Assentamento

Conforme mostra o quadro acima, a maioria dos entrevistados encontra-se na faixa etária de 19 a 24 anos, moram em assentamentos e possuem ou estão cursando o Ensino Médio. Entre os que estão fazendo o Ensino Médio ou Curso Superior, com exceção de dois, todos os demais encontram-se em cursos promovidos pelo MST em parceria com o governo estadual e/ou federal. Esses dados relativos à escolaridade podem ser considerados altos para o contexto rural, todavia não devem ser generalizados, pois expressam a seleção feita pela pesquisadora que entrevistou jovens em processo de formação no MST e, em boa parte,

freqüentando cursos organizados por este Movimento. É importante lembrar que a Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizada em 2004, apontou que apenas 7,5% dos jovens das áreas de assentamentos rurais chegam ao Ensino Médio.

A maioria dos jovens entrevistados (23) já morou ou mora na cidade em virtude da militância no Movimento, embora as famílias continuem assentadas e 27 (vinte e sete) deles viveram ou ainda vivem em acampamentos, encontrando-se 10 (dez) acampados na época da entrevista. Dos jovens com experiência em acampamentos, 22 (vinte e dois) declararam ter participado de processos de ocupação. Em relação às atividades de trabalho desses jovens e/ou de seus pais, antes de resolverem juntar-se ao MST, a maioria dedicava-se a trabalhos na agricultura na condição de pequenos agricultores e bóias-frias, os demais exerciam trabalhos nas cidades, tais como pedreiro, porteiros, empregados domésticos etc.

Dos 06 (seis) jovens que não tiveram experiência de acampamento, um nasceu no assentamento; 02 (dois) foram com suas famílias direto para o assentamento; um deles, ainda quando criança; 02 (dois) moravam e trabalhavam na cidade e resolveram ir residir com a família no assentamento. Um iniciou sua militância em Rondônia, na Pastoral da Juventude Rural, tendo desenvolvido algumas atividades no MST naquele estado, depois veio estudar em uma cidade do Paraná e inseriu-se no MST, contribuindo na articulação de acampamentos na região Sul. Além desse jovem, mais 03 (três) tiveram atividades em sindicatos e partidos antes da inserção em atividades do Movimento; 02 (dois) participaram do PT Jovem e um, de sindicato.

A maioria dos jovens entrevistados desenvolve atividades no Movimento nos setores de Educação (9), Produção (7), Cultura e Comunicação (4), Saúde (3), Direitos Humanos (1), Frente de Massas (1), Formação (1), Projetos (1), além de contribuírem com outras atividades da organização; outros jovens disseram ter atuação apenas no acampamento (2), assentamento (3) e na Brigada (1). De todos os entrevistados, 18 recebem uma ajuda de custo para despesas pessoais referentes à militância como educadores, agentes ambientais, técnicos em agroecologia, trabalho com teatro, funções diretivas na área de educação e atuação na Secretaria Estadual. Dois jovens relataram ter renda proveniente do trabalho na cooperativa do assentamento onde moram e outro prestando assistência técnica para os assentados de uma cooperativa. Os demais (12) disseram depender exclusivamente do trabalho na agricultura desenvolvido por eles e pela família nos acampamentos e assentamentos o que, geralmente, apenas garante a subsistência.

2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A atual realidade dos jovens do campo, no Paraná, e especialmente a inserção de vários jovens e de suas famílias no MST, deve-se, entre outros fatores, à forma como se constituiu a estrutura fundiária brasileira e as transformações capitalistas na agricultura advindas com o processo de industrialização e modernização tecnológica levado a cabo especialmente a partir dos anos de 1970.

Assim, neste capítulo busca-se reconstruir o processo de concentração de terras, no Brasil e no Paraná, e como a industrialização e a modernização da agricultura agravou essa situação, contribuindo para expulsar milhares de trabalhadores rurais para as grandes cidades, muitos deles jovens, bem como para que outros tantos dessem continuidade à luta pela terra de seus antepassados e buscassem organizar-se em torno de um Movimento Social – o MST.

2.1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL: DA COLÔNIA A 1ª REPÚBLICA

A estrutura fundiária brasileira é marcada pelo caráter extremamente concentrador herdado da colonização portuguesa desde o século XVI e reafirmado com a Lei de Terras de 1850. Foram doadas a particulares grandes extensões de terras destinadas à plantação açucareira com a finalidade de atingir o mercado externo; esse processo foi denominado de sesmarias. Por sua vez, a mão-de-obra escrava, oriunda da África, foi a responsável pelos serviços nos canaviais.

Dessa maneira, através da grande propriedade, da monocultura e do trabalho escravo, conforme observou Caio Prado Junior (1989), solidificou-se o eixo da atividade econômica principal da colônia: primeiro através da produção açucareira e, mais tarde, já no fim da escravidão, por meio do café. O processo produtivo realizava-se a partir da exploração agrícola em larga escala, incluindo, numa unidade produtiva, extensas áreas de terras, grande número de trabalhadores escravos com organização coletiva do trabalho e especializações. Foi a partir dessa estrutura organizativa, combinando produção em larga escala para o mercado externo com trabalho escravo, que as relações sociais no país se constituíram.

Ao lado dessa produção agrícola dirigida à exportação desenvolvia-se o comércio e algumas atividades administrativas ligadas aos interesses dos senhores de escravos e da própria Colônia. Assim, além dos senhores e escravos, havia, na colônia, conforme salientam Prado Jr. (1989) e Graziano da Silva (1978), brancos que não eram senhores, negros libertos, índios e mestiços. Entre essa população havia os que se ocupavam de pequenas faixas de terras, retirando daí o sustento da família e vendendo as sobras nas feiras das cidades. Sobre esses pequenos agricultores, assim se refere Graziano da Silva (1978, p. 19):

Esses sofridos indivíduos, vítimas do sistema reinante, viviam montando seus pequenos sítios, embora não se fixando definitivamente em nenhum local. Eram verdadeiros sítios volantes que se estabeleciam, atravessando no tempo e no espaço todo o período colonial, estendendo raízes até tempos mais recentes.

Nos engenhos, além desses sitiantes volantes que se dedicavam à agricultura de subsistência, havia também pequenos agricultores, na sua maioria agregado dos grandes domínios¹², e os próprios escravos que, em seu tempo livre, dedicavam-se à produção de alimentos (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 158-159). A produção de gêneros alimentícios por parte dos escravos visava, principalmente, garantir a subsistência da população ocupada nas grandes lavouras e nas fazendas de gado. Por sua vez, o abastecimento urbano provinha de fontes que se diferenciavam da grande lavoura preocupada com o mercado externo. Tratava-se de uma produção especializada em gêneros alimentícios e que, embora contasse com grandes propriedades, na sua maioria, era constituída pela produção em pequenas áreas: chácaras, sítios, roças, terras de agregados.

Durante o período colonial, foi através da pequena propriedade que se desenvolveu a produção de alimentos que abastecia, com dificuldades, o mercado interno; porém, mesmo nessas pequenas propriedades, houve a possibilidade, embora restrita, para o cultivo de outros gêneros, como o cultivo do tabaco, a produção de cana-de-açúcar e algodão. Entretanto, os pequenos agricultores que se dedicavam a essas atividades faziam isso em condições diferente dos grandes proprietários: sem escravos, com precários instrumentos de trabalho e, na grande maioria das vezes, sem a posse legal da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1978, p. 20).

Os pequenos agricultores, embora cumprissem sua “função social” na colônia, não eram reconhecidos e nem valorizados; eram tratados como marginais e subordinados ao poder dos grandes proprietários de terras que, por sua vez, detinham a posse legal da terra e o monopólio do comércio externo que movimentava a economia brasileira no período.

¹² Assim Caio Prado Júnior descreve o agregado: “é um trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio (1989, p. 159)”.

Conforme descreve Prado Júnior (1989, p. 160), a produção de gêneros alimentícios de consumo interno da colônia apresenta-se como “um setor subsidiário da economia colonial, depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças”. Isso pode ser compreendido, segundo Graziano da Silva (1978, p. 27), porque:

A ocupação do território brasileiro foi feita com base na posse de grandes extensões de terra, doadas a quem se habilitasse a explorá-las. Essa exploração implicou sempre na plantação de gêneros de altos preços que sustentavam a política mercantilista européia e era uma poderosa alavanca da acumulação primitiva de capital. A pequena propriedade só pôde se desenvolver com base na posse ilegal, uma vez que não havia sido obtida por doação da Coroa ou de seu preposto.

Além da produção extensiva que se desenvolvia na Colônia, havia o interesse da Coroa Portuguesa de encontrar outra fonte de enriquecimento: o ouro. No século XVII, dirigiam-se para a baía de Paranaguá, nos rios que cortam a Serra do Mar e no Planalto de Curitiba, mineradores paulistas em busca de ouro.

As minas de ouro encontradas no Paraná entraram em crise no século XVIII, porém essa atividade continuou a ser explorada na Colônia com a descoberta de fontes desse metal em Minas Gerais, o que deslocou para este Estado um contingente populacional considerável, provocando o desenvolvimento de uma agricultura de alimentos na região mineira e em outras regiões mais ao Sul, como São Paulo e Rio Grande do Sul.

A mineração causou certo desprestígio da atividade agrícola brasileira, do qual só se recuperou nos fins do século XVIII, especialmente por meio de culturas como o algodão, açúcar, arroz e a atividade pecuária e depois, no século XIX, atingiu o auge com o café, que se desenvolveu principalmente na região Centro-Sul do país. Isso ajudou a constituir essa região como o centro econômico e político do país, substituindo o Nordeste. A estrutura de distribuição de terras no país manteve-se centrada na grande propriedade.

Portanto, é a grande propriedade que se constitui como base da estrutura fundiária no Brasil colonial, por meio do regime de sesmarias, que perdurou até 1820. A Lei de Terras de 1850 confirmou esse caráter concentrador da propriedade de terra e, ao mesmo tempo, introduziu a aquisição de terra mediada pelo mercado. Assim, o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que praticamente impedia o acesso à terra aos escravos que foram libertos (OLIVEIRA, 1994, p. 55) e mesmo a outros homens livres e pobres. A Lei de Terras também autorizava a imigração como forma de abastecer de mão-de-obra a grande lavoura cafeeira. Vale lembrar que esse momento foi o período em que a Inglaterra proibiu o tráfico de escravos; posteriormente, no Brasil, com as campanhas abolicionistas, foi editada a lei que impedia a escravidão no país. Dessa forma,

uma política de apoio à imigração impôs-se como necessária. Todavia, essa lei, ao aumentar os preços das terras, impedia que os imigrantes que aqui chegavam se tornassem proprietários de terra, obrigando-os a dispor a sua força de trabalho a atividade cafeeira. Conforme Graziano da Silva (1978, p. 30):

A Lei de Terras significou, na prática a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população. Ao mesmo tempo, criava condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital. É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial.

Os colonos que chegaram, a partir de 1870, sobretudo em São Paulo, além de se dedicarem às lavouras de café, tinham a permissão de plantarem culturas intercaladas no café em formação. Além disso, vários deles apropriaram-se de pequenos lotes de terra por meio do processo de retalhamento da propriedade ocorrido devido ao enfraquecimento da terra que fazia com que os proprietários buscassem novas terras para a exploração extensiva, colocando a venda lotes a preços acessíveis aos trabalhadores. Esse recurso também foi utilizado pelos grandes fazendeiros em períodos de crises agudas, como a que ocorreu a partir de 1929. Houve casos, ainda, de proprietários que fragmentaram a produção, ou seja, mantinha-se a posse legal da terra, mas esta era dada em arrendamento aos colonos para produção. Nesses casos, os proprietários apropriavam-se da renda da terra paga pelo produtor (GRAZIANO DA SILVA(1980a, p. 28).

Além de São Paulo, a pequena propriedade agrícola expandiu-se também em outros lugares do Brasil, atingindo Minas Gerais, Paraná e outros estados da região Sul, as regiões Norte, Nordeste bem como novas regiões. Nesse caso, em função das culturas comerciais e da criação de gado que se estendiam para o interior, toda uma população era expulsa e obrigada a se deslocar para novas regiões e, nestas, ocupavam lotes de terras, na condição de posseiros.

Graziano da Silva (1978, p. 33) considera que não se pode ver, no fenômeno de retalhamento da grande propriedade, a democratização da propriedade da terra. A pequena propriedade continuou como apêndice da grande, constituindo-se como fornecedora de mão-de-obra barata em épocas necessárias, além de continuar a contribuir com o abastecimento interno de gêneros alimentícios. É importante considerar que no período de crise dos anos de 1930, a agricultura brasileira encontrava-se subordinada ao capital comercial. Embora mudanças importantes processaram-se nas relações de produção com o fim da escravidão, estas ainda foram insuficientes para que o capital se apropriasse do processo produtivo. Além disso, o Brasil, no cenário da economia mundial, ocupava posição de país exportador de

produtos agrícolas. O fraco desenvolvimento das forças produtivas no país inviabilizava a intensificação da divisão do trabalho e impossibilitava o desenvolvimento de uma agricultura de alimentos com caráter essencialmente comercial que, definitivamente, separasse produtor direto e meios de produção. Os brasileiros e imigrantes, ‘livres’ e ‘pobres’, “não se tornam, aqui, pura e simplesmente vendedores de força-de-trabalho. De certa forma, eles se ligam, embora parcialmente, aos meios de produção e produzem seus próprios meios de vida” (GRAZIANO DA SILVA, 1978, p. 31). Isso indica o caráter incipiente da industrialização brasileira desse período.

2.2 AGRICULTURA E PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL – 1930-1960

Aqui desponta uma questão importante: que papel assumiu a agricultura com o processo de industrialização iniciado no Brasil, sobretudo no início do século XX?¹³

Já nos fins do século XIX, observa-se, no país, o desenvolvimento de pequenas fábricas com produção diversificada (chapéus, fiação e tecelagem etc.) Essas indústrias, ainda incipientes, introduzem um novo dinamismo nos centros urbanos: além de centros administrativos, passam também a ser espaços produtivos em processo de crescente urbanização. Isso tudo provocará alterações na produção agrícola. Observa Graziano da Silva (1980b, p. 26):

Consolida-se a produção mercantil de alimentos fora das grandes fazendas de café. Além da produção de alimentos, os pequenos agricultores têm também agora a possibilidade de produzir matérias-primas para as indústrias (como, por exemplo, o algodão, o tabaco, etc.), uma vez que o latifúndio continua a monopolizar a produção destinada à exportação – o café.

O impulso para tal processo acontece, especialmente, com a crise do setor exportador, nos fins dos anos 1920 e início de 1930. E, segundo Romeiro (1994, p. 120), “parte das terras antes dedicadas ao cultivo de culturas de exportação, principalmente o café, são convertidas para a produção de matérias-primas agrícolas destinadas ao mercado urbano-industrial em rápida expansão”. Todavia isso não altera o caráter concentrado da estrutura fundiária.

¹³ De acordo com Castro (1972, p. 95) são consideradas como funções da agricultura no processo de desenvolvimento econômico: geração e permanente ampliação de alimentos e matérias-primas; liberação de mão-de-obra; criação de mercado e transferência de capitais. Mas “as referidas funções só podem ser precisadas, hierarquizadas e ordenadas no tempo, em dependência da experiência histórica considerada”.

Em São Paulo, observa-se o avanço da economia sucro-alcooleira e da cotonicultura. O extremo Sul, com o declínio da hegemonia cafeeira, experimenta o incentivo à produção nacional do trigo e à produção do arroz. A pecuária nacional desenvolve-se de maneira extensiva, contando com os favores oficiais. E são para as culturas geradas nas grandes propriedades que as políticas agrícolas se debruçam. Delgado (2002, p. 211) ressalta que, a partir de 1930, as políticas agrícolas e comerciais são federalizadas e objetivam a defesa dos segmentos rurais oligárquicos. Escreve o autor:

O sentido dessa federalização, os segmentos por ela atendidos e ainda o recorte regional e autárquico das agências governamentais então criadas ou recicladas compunham um arranjo político engenhoso de montagem do poder nacional centralizado, e ao mesmo tempo fortemente articulado aos interesses das oligarquias rurais.

Assim, instituições estatais são criadas ou recriadas no período. A maioria delas voltadas à proteção dos interesses dos grandes setores agrícolas, geralmente ligados à produção do café, açúcar etc., destinados à exportação.

Essa fase, especialmente no período pós-guerra, é dominada pela industrialização substitutiva de importações. Dessa forma, à agricultura estariam reservados os seguintes papéis: “‘financiar’ o esforço de substituição de importações (fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), promover matérias-primas para a indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do país” (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 87).

No período de 1946 a 1961, a política cambial constituiu-se como o aporte necessário para a transferência intersetorial de renda no sentido agricultura-indústria e, para Delgado (2002, p. 215-216),

Em termos técnicos e econômicos, a produção agrícola de alimentos e matérias-primas agroindustriais aparentemente atendeu a demanda interna em franca expansão no período, enquanto que a produção e exportação do café (...) manteve-se elevada, sob os auspícios das vantagens comparativas da nova fronteira agrícola paranaense e da política de valorização externa.

Paralelamente, desenvolvia-se no país a indústria pesada, siderurgia, petroquímica, material elétrico etc., que contribuiriam, tecnicamente, para o desenvolvimento, nos anos de 1960, de indústrias voltadas ao setor agrícola como fábricas de máquinas e insumos agrícolas.

Portanto, desenha-se, no Brasil, uma realidade diferente daquela vivenciada no Período Colonial e na 1ª República. A agricultura, cada vez mais, passa a subordinar-se à crescente industrialização e urbanização do país, verificadas principalmente no período do pós-guerra. Primeiramente, por meio da política cambial, a produção agrícola voltada ao mercado externo, ajudou a financiar a indústria em ascensão. Além disso, forneceu matérias-

primas para o desenvolvimento de uma produção industrial própria no país. Vale acrescentar, ainda, o papel assumido pela agricultura, de fornecedora de alimentos para os grandes centros urbanos em expansão. Essa função, na maioria das vezes, ficou a cargo da pequena propriedade e passou por diversos momentos de crise. Esse processo, em que a atividade agrícola vai aos poucos se subordinando à indústria, aconteceu sem alterar a estrutura fundiária brasileira, ou seja, esta continuou extremamente concentradora. De acordo com Oliveira (1994, p. 56):

Em 1940, 1,5% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 ha, ou seja, 27.812 unidades ocupavam uma área de 95,5 milhões de hectares, ou 485 do total de terras, quase a metade portanto; enquanto isso, 86% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 ha, ocupavam uma área de apenas 35,9 milhões de hectares, menos, portanto, de 19% das terras.).

Até os anos de 1960, entretanto, a agricultura servia apenas como suporte para as atividades industriais; ela própria carecia de ser industrializada e de se inserir totalmente nas relações capitalistas de produção como produtora e consumidora de mercadorias. O caráter considerado “atrasado” da agricultura brasileira constituiu-se como o pano de fundo para as discussões e debates sobre a questão agrária e desenvolvimento econômico suscitados nos anos de 1960. Todavia, em que a agricultura brasileira era atrasada?

Essa questão, nos dizeres de Delgado (2002, p. 216), “(...) colocava-se tanto a nível técnico-econômico, quanto a nível social e político, suscitando várias vertentes de definição da ‘Questão Agrária’” e dominou o cenário político daquele momento, desdobrando-se em impasses até resultar no golpe militar. Poder-se-ia dizer, que duas posições distintas emergiam: uma progressista, que destacava a necessidade de uma reforma agrária para sanar as injustiças da estrutura fundiária e proporcionar ao trabalhador proteção legal adequada e assim, elevar o padrão de vida da população rural; na mesma linha, a proposta da CEPAL indicava que a mudança na estrutura fundiária possibilitaria condições para garantir a oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial.

A proposta conservadora, por sua vez, não considerava a estrutura fundiária e as relações de trabalho no meio rural como relevantes. Delgado (2001, p. 161-162) salienta que essa perspectiva baseava-se no pensamento funcionalista norte-americano, que destacava os papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico: liberação de mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano.

Embora houvesse, no período, um movimento relativamente forte por mudanças sociais no Brasil, com representação no campo e na cidade, ele foi incapaz de impedir o golpe

militar de 1964 e a vitória de uma perspectiva desenvolvimentista conservadora, na qual se confirmou a aliança do capital com a grande propriedade. A questão agrária passa a ser considerada um problema especificamente técnico, devendo ser enfrentada por meio da elevação técnica da mão-de-obra, da mecanização, pela implantação do uso de adubos, enfim por uma estrutura agrária eficiente. (DELGADO, 2001, p. 165). Tratava-se, portanto, de modernizar a agricultura brasileira, mas conservando sua estrutura fundiária concentradora.

2.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Muller (1989, p. 181), baseando-se em Kautsky – *A questão agrária* -, chama a atenção para o fato de que “...o capital se apodera da agricultura, inicialmente pelas vias de circulação e, posteriormente, revolucionando seu modo de produzir”. Assim, para esse autor, no Brasil, no período de 1880 a 1960, “... predominou o aumento da dependência da agricultura via comunicações e comércio, revolucionados pela acumulação do capital na economia nacional...”, e tornando-se mais perceptível no período de 1930-1960. Até essa época, a agricultura serve à indústria, mas as atividades agrícolas ainda continuam presas às formas arcaicas de produção e relações de trabalho. É a partir dos anos de 1960 que, de fato, há “uma revolução no modo de produzir, organizar e distribuir na agricultura, suprimindo o divórcio entre esta e a indústria, entre o rural e o urbano” (MULLER, 1989, p. 181). São essas modificações que marcam a chamada modernização da agricultura brasileira do período pós 1960, que também indicam a constituição, no país, dos chamados complexos agroindustriais – CAIs¹⁴ e inserem o campo no processo de modernização de toda a sociedade brasileira.

Mas o que se entende por modernização? Fleischfresser (1988, p. 11) sintetiza as interpretações:

Uma em que o conceito de Modernização assume um caráter funcionalista, concebe as transformações agrícolas como uma passagem da agricultura tradicional (atrasada) para um estágio moderno (desenvolvido); processo este que seria inerente ao próprio desenvolvimento econômico. Outra interpreta as transformações agrícolas como consequência de alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia – aquela proveniente do setor industrial.

¹⁴ Segundo Graziano da Silva (1998, p. 01), os CAIs referem-se a “substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão social e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário”.

Ainda que ideologicamente, no Brasil, tenha prevalecido a perspectiva de uma agricultura atrasada, que deveria desenvolver-se, seguindo o modelo inovador e técnico produzido pela Revolução Verde¹⁵ nos Estados Unidos e na Europa, concorda-se com Fleischfresser de que é a segunda perspectiva que assume o caráter de modernização tecnológica. Cada vez mais as atividades agrícolas e pecuárias passam a adotar meios de produção de origem industrial, produzidos fora da área rural. A introdução de maquinarias e insumos na agricultura depende de sua aquisição no mercado. Dessa maneira, produto final e também atividade produtiva passam a ser mercantilizados. Tal mercantilização do processo produtivo agropecuário é acompanhada por alterações nas relações de produção.

A modernização da agricultura pode ser considerada como resultado do processo de “crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas¹⁶ e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 30). Esse processo percorre várias décadas e, no caso brasileiro, acentua-se após a década de 1960. A partir daí pode-se perceber três momentos decisivos do processo de modernização: o da constituição dos CAIs, o da industrialização da agricultura e o da integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro.

Os CAIs pressupõem a existência de relações intersetoriais que ligam agricultura e indústria e imprimem nova dinâmica a essa relação. No final do século XIX, a incipiente indústria brasileira, na sua maioria era derivada da atividade agrícola, pouco dispunha de vínculos setoriais com o setor interno de bens e consumo. Já nos anos de 1950, quando se intensifica o processo de industrialização no país, “a agroindústria passa a depender diretamente do desenvolvimento do setor industrial de máquinas e equipamentos para si própria e para a agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 31).

Com a instalação do setor de máquinas e insumos agrícolas no país (indústria de tratores e máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários etc), surgem condições para a “integração entre a agricultura e a indústria processadora bem como as imposições técnicas que esta estabeleceu sobre a produção agrícola (no sentido de garantir uma oferta regular em termos quantitativos e qualitativos de matéria-prima)” (GRAZIANO

¹⁵ De acordo com Ehlers (1999, p. 32), “a Revolução Verde fundamentava-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais ou tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas”.

¹⁶ As mudanças tecnológicas, segundo Graziano da Silva (2003, p. 43-44) referem-se às inovações mecânicas, inovações físico-químicas, inovações biológicas e inovações agronômicas. Essas inovações têm impacto na produtividade e na intensidade e no ritmo da jornada de trabalho.

DA SILVA, 1998, p. 32). Assim, somente a partir dos anos de 1960 e 1970 estabelece-se um complexo agroindustrial no país. A produção agrícola deixa de estar fechada em si mesmo e passa a fazer parte do elo de uma cadeia.

Para a efetivação desse processo, o Estado brasileiro exerceu um papel fundamental, pois criou as condições necessárias para a sua efetivação por meio das políticas de crédito rural surgidas durante os anos de 1970. Além da política de créditos, a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, em 1965, contribuiu para a integração da agricultura ao sistema financeiro e como veículo para o projeto modernizador da agricultura.

É importante lembrar que o período que vai de 1968-1974, denominado “Milagre Brasileiro”, foi um conjunto de medidas econômicas implantadas durante o Governo Médici, que visava controlar a inflação e propiciar o crescimento rápido do país. Esse processo aconteceu por meio da articulação dos interesses do capital estatal, estrangeiro e nacional e por meio de políticas de arrocho salarial combinadas com ações repressivas que impediam a organização dos trabalhadores. O desenvolvimento econômico verificado significou a concentração de renda justificada pela máxima de que “era necessário deixar o bolo crescer para depois reparti-lo”. Esse momento de crescimento econômico entrou em recessão a partir de 1974.

O crescimento industrial, durante o Milagre Brasileiro, voltou-se para a produção de bens e serviços de luxo que atendesse a classe média. A produção agrícola, por sua vez, concentrou-se nos produtos de exportação em detrimento dos produtos alimentícios. Cresceram também a indústria automobilística (caminhões, tratores, máquinas de terraplenagem) e a indústria de equipamentos elétricos para usinas hidrelétricas, setores dominados por capitais estrangeiros e importantes para o processo de modernização da agricultura em curso.

Somado a isso, a criação e o desempenho de empresas estatais de assistência técnica e extensão rural, como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), por exemplo, possibilitaram a adaptação, difusão da tecnologia e simultaneamente, ajudaram a difundir uma “ideologia modernizadora” entre os agricultores, que favoreceu o consumo de insumos modernos e máquinas agrícolas. É oportuno lembrar que entre os instrumentos extensionistas estavam aqueles direcionados aos jovens rurais, como os Clubes 4-S¹⁷, por exemplo.

¹⁷ Silva (2001) destaca que o objetivo fundamental dos Clubes 4-S (a sigla significa Saber, Sentir, Servir e Saúde) era fazer do jovem rural um novo agente de modernização da agricultura brasileira, que abdicasse do

Criadas tais condições, pode-se falar, de fato, de um processo de industrialização da agricultura brasileira, pois a partir daí a indústria passa a dominar e controlar totalmente a base técnica agrícola. Todavia, de acordo com Graziano da Silva (1998, p. 32):

A industrialização da agricultura supõe, além da existência do D1 (departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura), a própria agricultura moderna. Pelo aprofundamento da divisão do trabalho a agricultura se converteu num ramo da produção, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais.

Ou seja, os estabelecimentos agrícolas compram adubos, máquinas (que substituem animais) etc. produzidos fora das fazendas. As unidades agrícolas, por sua vez, tornam-se indústrias responsáveis pela produção de matérias-primas para as indústrias de alimentos, tecidos e outros. Nesse sentido, a própria produção agrícola especializa-se, cada unidade agrícola passa a se dedicar a uma única atividade: ou são produtoras de soja ou são produtoras de café, por exemplo.

A partir dos anos de 1980, emerge um outro tipo de integração, a integração de capitais sob o comando do capital financeiro que, para Graziano da Silva (1998, p. 33), tem reflexos “não apenas na base técnica da atividade agrícola, mas principalmente no plano da concentração do capital e da terra e no plano das relações com o Estado”. Para esse autor, foi a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural que possibilitou a formação do elo do capital financeiro com a agricultura. Porém:

Até 1979 o crédito rural era um crédito específico destinado a desencadear e sustentar a modernização agrícola, com linhas específicas de financiamento a insumos químicos, sementes selecionadas e investimentos rurais. Na década de 1980 esse padrão de financiamento é rompido, inserindo-se o crédito rural num sistema financeiro geral, apenas com taxas de juros e prazos de carências diferenciados, o que se torna atrativo para capitais de outros setores (industrial, bancário etc.), que passam a disputar essa fonte de financiamento com os empresários rurais propriamente ditos (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 35).

Essa ofensiva do capital financeiro na agricultura tem sua realização por meio dos chamados conglomerados empresariais que reúnem grandes grupos econômicos que aplicam capitais em diferentes mercados, entre eles o do agronegócio e o de terras. Empresas como a Cargil, Bunge Alimentos, Pão de Açúcar, Aracruz Celulose, Syngenta estão entre as maiores empresas do agronegócio no país.

Esses processos têm impacto direto nas relações de trabalho agrícolas, pois com a introdução da técnica e ampliação da divisão do trabalho na agricultura, o trabalhador deixa de ter controle sobre o processo de trabalho, sendo destinado ou a manejar máquinas ou a colher produtos manualmente. Isso pode ser observado, no Brasil, a partir dos anos 60,

conhecimento tradicional agrícola de seus pais e se apropriasse dos novos avanços produzidos pela Revolução Verde.

quando se acelera o processo de êxodo rural e forma-se, no campo, um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações de trabalho, familiares e de dependência pessoal. Surge, então, o bóia-fria ou trabalhador rural temporário que, nas décadas de 1960 e 70, era um trabalhador oriundo da zona rural. Já o bóia-fria do início do século XXI, muitas vezes, nunca residiu no campo. Trata-se de um trabalhador urbano que, por falta de opções, vende sua força de trabalho no espaço agrário (BROIETTI, 2004, p. 193).

Além disso, a modernização do campo brasileiro tem acontecido obedecendo à estrutura extremamente desigual da sociedade brasileira. Nesse sentido, Delgado (2001, p. 165), afirma que o caráter heterogêneo da agricultura brasileira tem sido preservado tecnicamente, socialmente e regionalmente. As mudanças na agricultura brasileira têm reproduzido as desigualdades técnicas, sociais e regionais. Assim, segundo esse autor, pode-se visualizar, nesse processo de modernização, “... um pacto agrário modernizante e conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial”.

Observa-se que a modernização da agricultura brasileira não se deu igualmente em todas as regiões brasileiras e, naquelas em que aconteceu, contribuiu para agravar a concentração de terras já existentes¹⁸. Muitos pequenos agricultores, arrendatários e parceiros, por não conseguirem acompanhar os progressos técnicos, acabaram eliminados da estrutura fundiária brasileira ou foram transformados em bóias-frias. Além disso, é mister destacar que a permanência da pequena propriedade acaba subordinada à lógica do capital. Não são poucos os casos de pequenos agricultores que, em determinados períodos, tornam-se bóias-frias como forma de aumentar a renda e, especialmente, garantir a sobrevivência. Da mesma forma, observa-se, cada vez mais, a integração de pequenos proprietários, por meio de contratos, aos circuitos industriais e demais elos da cadeia agro-alimentar. Nesse sentido, o agricultor orienta a sua produção e a organização do processo produtivo subordinando-se a um contrato estabelecido com uma determinada indústria. É o caso, por exemplo, da SADIA que, por meio dos contratos de integração com suinocultores e avicultores, especialmente da região Sul do

¹⁸ É importante salientar que, nos debates sobre a questão agrária, nos anos de 1960, uma das concepções que aparecem é que o latifúndio constitui-se num obstáculo para o avanço do capitalismo no campo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico do Brasil. Porém, as décadas posteriores mostraram a modernização do campo brasileiro, mantendo e, mesmo agravando, sua estrutura concentradora. De acordo com Oliveira (2001, p. 187), dados divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), referentes a 1992, “mostravam que havia no Brasil 3.114.898 imóveis rurais e, entre eles, 43.956 (2,4%) com área acima de mil hectares, ocupando 165.756.665 hectares. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%), com área inferior a 100 hectares, ocupavam apenas 59.283.651 hectares (17,9%)”.

Brasil, tem garantido o abastecimento de suas agroindústrias em condições mais favoráveis de lucratividade (FERREIRA, 1995)¹⁹.

Tem-se, portanto, uma multiplicação das categorias sociais no campo brasileiro reunindo pequenos produtores vinculados ou não às agroindústrias, assalariados agrícolas permanentes e temporários (bóias-frias), arrendatários etc. Essa nova configuração social decorrente do processo de modernização rompe com a continuidade das formas tradicionais de dominação do campo brasileiro em que predominava o caráter paternalista nas relações sociais, no qual o patronato rural estabelecia com os sitiantes locais e empregados uma relação de proximidade que se expressava em laços de amizade, compadrio²⁰ e obrigações mútuas. Essas relações contribuíam para disfarçar as diferenças sociais existentes:

As marcas de qualquer diferenciação social eram diluídas, e em seu lugar emergia uma relação de fidelidade mútua, que significava adesão política ao fazendeiro local, em troca de benefícios recebidos automaticamente. O ‘voto de cabresto’, a adesão política em substituição à opção individual, nasce desta sujeição disfarçada (RICCI, 1999, p. 135).

Com o avanço do capitalismo no campo, essas relações são substituídas por relações mercantis, despersonalizadas e que trazem, na sua lógica, a preocupação com o aumento e eficiência na produtividade, a expropriação da terra dos trabalhadores do campo e o seu assalariamento. Entretanto, isso não significa a abolição completa de formas tradicionais de relações de trabalho, estas convivem com as formas modernas. É o caso, por exemplo, de formas de escravidão que ainda persistem no Brasil.

Vale acrescentar que a eliminação progressiva da pequena propriedade na estrutura fundiária brasileira verificada especialmente a partir dos anos de 1960, contribuiu para a formação dos grandes centros urbanos por meio do que se convencionou chamar de êxodo rural. Conforme o censo demográfico de 2000, 81,22% da população brasileira reside na zona urbana. Esse processo de concentração populacional tem suas raízes nos anos de 1960 e 1970:

De acordo com os censos do IBGE, na década de 1960, 13 milhões de pessoas trocaram o campo para a cidade; nos dez anos seguintes, esse número se elevou para 15,5 milhões. Tudo indica que desde 1970, quando a população rural passou a ser minoritária, até os dias de hoje, mais de 40 milhões de brasileiros migraram do campo para a zona urbana (GONÇALVES, 2001, p. 174).

¹⁹ Não existe um consenso em relação à interpretação dos processos de integração. Nos estudos de orientação marxista pode-se sintetizar em duas as contribuições principais: uma, embora não negue a subordinação do trabalho camponês ao capital por meio das agroindústrias, considera, no entanto, a especificidade do campesinato no âmbito das classes subalternas no capitalismo; outra destaca que os processos de integração às agroindústrias significam “uma forma de proletarização do camponês em que a preservação da propriedade da terra é apenas formal” (FERREIRA, 1995, p. 90).

²⁰ Relações de compadrio estabeleciam-se entre patrões e empregados/sitiantes/arrendatários/moradores. Define Ricci (1999, p. 134): “O compadrio estabelecia que o compadre deveria tomar o lugar do pai, quando necessário, e ajudar na educação e amparo do afilhado. Por sua vez, o afilhado deveria ajudar seu padrinho imediatamente quando este o solicitasse.”

Dessa forma, a agricultura cumpriu uma de suas funções básicas para o processo de industrialização no Brasil, ou seja, a liberação de mão-de-obra para as indústrias e a formação de um mercado consumidor interno.

O processo de modernização da agricultura brasileira vem, portanto, mantendo as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade. A industrialização da cidade e do campo, sob a lógica do capital, tem-se dado às custas da proletarização da grande maioria da população.

Por fim, é importante indicar algumas conseqüências deste processo sob segmento específico da população rural, a juventude, sendo:

- a crescente migração para os centros urbanos, principalmente das jovens;
- um aumento no nível de escolarização, especialmente como forma de enfrentar outras possibilidades de trabalho para além do setor agrícola;
- a necessidade de enfrentar trabalhos precários seja na condição de bóias-frias ou em postos de trabalho com pouca ou nenhuma qualificação nas cidades;
- influência para a mudança e reelaboração na esfera de valores, que passam a ser construídos num processo de conflito/diálogo entre a tradição e a modernidade, sendo isto possibilitado também pelo acesso das populações rurais aos meios de comunicação de massa.

Todavia vale salientar que estas conseqüências não se explicam apenas pela modernização da agricultura, mas pelo conjunto de mudanças — econômicas, políticas e culturais —, provocadas pelo processo mais amplo de modernização da sociedade brasileira, mas que no campo teve seu principal impacto por meio da modernização da agricultura.

2.4 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO PARANÁ

O Paraná utilizou, no início de sua colonização, a concessão de sesmarias como a forma legal de acesso à terra, legitimada pela Coroa Portuguesa. Foi por esse regime,

principalmente durante os chamados ciclos econômicos do tropeirismo, da erva-mate e madeira, que surgiram os primeiros grandes latifúndios do Estado.

Da formação dos primeiros povoados paranaenses, no século XVII, até a publicação da Lei de Terras, em 1850, por intermédio do sistema de sesmarias, foram concedidas várias extensões de terras no Paraná, primeiramente a fazendeiros de São Paulo, Santos e Paranaguá, que tinham como objetivo abastecer as áreas mineradoras descobertas no século XVII²¹. Nesse processo, ocorreu a concessão da primeira carta de sesmaria no estado. Em 1614, tendo como objetivo a extração de ouro, e não exatamente a posse da terra, a Coroa Portuguesa dava direito de propriedade sobre extensas faixas de terras na Baía de Paranaguá, litoral paranaense, a Diogo Unhates. É fundamental considerar que, para a obtenção de lavras, a Coroa Portuguesa exigia a posse de escravos. Isso demonstra que o caráter escravista da economia colonial constituiu-se também como a base econômica da mineração no Paraná.

Com a decadência do ouro, por volta dos anos de 1720 e 1730, a extração desse metal precioso foi sendo substituída gradativamente por atividades como a pecuária extensiva, o tropeirismo, a extração e beneficiamento de madeira e erva-mate. A atividade do tropeirismo, nos séculos XVIII e XIX possibilitou, especialmente no caminho de Viamão que ligava a região Sul a região Sudeste do Brasil o surgimento de várias vilas²² e fazendas. Paralelamente, alargou-se a concessão de terras no Paraná. De acordo com Wachowicz (2001, p. 80), “entre os anos de 1725 e 1744 surgiram inúmeros sesmeiros (cerca de 90). Entretanto, o número de sesmarias era bem maior, já que muitos possuíam duas, quatro e até seis sesmarias”. As fazendas-sesmarias eram utilizadas para a criação de gado e tinha como moradores um empregado de confiança do fazendeiro e alguns escravos. É curioso observar que geralmente aqueles a quem eram concedidas as sesmarias sequer chegavam a se dirigir às fazendas. Enviavam alguns empregados, dois ou três escravos e algumas cabeças de gado para tomar posse da terra e, sob essa alegação, requeriam a sesmaria.

Além das fazendas-sesmarias, existiam no Paraná, os sítios que eram explorados e ocupados por posseiros. Situavam-se próximos aos povoados, às margens da estrada de tropas e alguns dentro das próprias fazendas. Desses sitiantes, escreve Wachowicz (2001, p. 81), “raros eram os que possuíam escravos, não ultrapassando de um casal; cuidavam de uma

²¹ No século XVII, dirigiam-se para a Baía de Paranaguá, para os rios que cortam a Serra do Mar e para o Planalto de Curitiba, mineradores paulistas que formaram os primeiros núcleos de população paranaense. Entretanto, data de 1549, a entrada de paulistas, na Baía de Paranaguá, com o objetivo de aprisionar e traficar índios.

²² Dessas vilas originaram-se os seguintes municípios: Jaguariaíva, Pirai do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa e Rio Negro.

dezena de vacas, alguns cavalos, muares e animais miúdos; plantavam feijão e milho e abasteciam as tropas que passavam pela região”.

Dessa forma, no Paraná, a exemplo do que aconteceu no restante do país, a sesmaria não foi à única forma de acesso a terra. A atuação dos posseiros colocava em evidência que aqueles que não possuíam privilégios que lhe permitissem a concessão das sesmarias bem como condições suficientes para cultivar grandes extensões de terras, tinham na posse ilegal de uma pequena propriedade a forma de garantirem sua sobrevivência.

Entretanto, embora no período colonial a forma de acesso à terra das camadas pobres fosse a posse, com o fim do regime das sesmarias, no século XIX, tal procedimento também passou a ser utilizado por setores abastados que, frente à inexistência imediata de uma legislação que tratasse da destinação das terras devolutas e contando com a conivência das esferas de poder, acabaram apropriando-se de vastas extensões de terra. Primeiramente, apropriaram-se das poucas terras não ocupadas pelo regime de sesmarias nas áreas do litoral, do planalto de Curitiba e dos Campos Gerais, depois adentraram o sertão paranaense. Somente com a publicação da Lei de Terras, em 1850, e, principalmente, com a Constituição de 1891 a questão das terras devolutas ensaiou trilhar novos rumos no Paraná.

Com a Lei de Terras, o processo de apropriação de terras, no Brasil, tornou-se mercantilizado, ou seja, o mecanismo de acesso à terra passou a ser a compra, substituindo o regime de sesmarias e a apropriação por meio da posse. De acordo com Serra (1991, p. 49), isso vinha ao encontro dos interesses dos fazendeiros de São Paulo que, em virtude do processo de abolição da escravidão em curso, corriam o risco de ficar sem trabalhadores para as suas lavouras de café. A solução seria possibilitar a vinda de trabalhadores estrangeiros para o país, porém, era necessário dificultar que eles tivessem acesso à propriedade da terra, que passou a ter preços exorbitantes.

A Lei de Terras, assim, reafirmava a grande propriedade como marca da estrutura fundiária brasileira e, ao mesmo tempo, contribuía para que a maioria dos imigrantes que aqui chegasse tivesse como única opção a venda da força de trabalho nos cafezais. Dessa forma, o Paraná também reafirmou sua estrutura fundiária baseada na grande propriedade. Porém, de acordo com Serra (1991, p. 51), o funcionamento interno das fazendas paranaenses dependia de pouca quantidade de força de trabalho:

A grande propriedade paranaense, na época, era dependente de atividades como o tropeirismo, a pecuária extensiva e a extração de madeira e erva-mate, que de maneira geral não dependiam de grandes disponibilidades de trabalhadores braçais

como dependia, por exemplo, a atividade cafeeira que sustentava a grande propriedade paulista.

Assim, a Lei de Terras no Paraná, além de preservar a grande propriedade, serviu para outros propósitos:

...o efeito maior da Lei 601 para o Paraná foi, de um lado, preservar a extensão das grandes propriedades sob o ponto de vista do interesse dos grupos políticos e econômicos dominantes; de outro lado foi aproveitar aberturas no texto legal para regularizar a estrutura fundiária, para estabelecer o povoamento do território e para fomentar a produção de gêneros alimentícios, da qual a Província era bastante deficiente. Tanto a ocupação do território quanto a produção de alimentos seriam conquistados com base no imigrante estrangeiro (SERRA, 1991, p. 51).

Dessa maneira, implementou-se, no Paraná, políticas de incentivo à imigração, visando atrair estrangeiros, preferencialmente brancos e com experiência agrícola. Primeiramente vieram imigrantes europeus. Nos fins do século XIX foram fundadas várias colônias: de italianos, alemães, poloneses etc., nas proximidades dos municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Palmeira, Castro e Lapa. Já no início do século XX, imigrantes asiáticos chegavam à região Norte do Estado, dando origem mais tarde, aos municípios de Assaí e Uraí. Conforme Serra (1991, p. 55), “...a maior parte dos “colonos”, como eram chamados, era assentada nas colônias agrícolas, em lotes individuais de tamanho variado em torno de 20 hectares cada um”. É importante considerar que muitos projetos de colonização estrangeira fracassaram e, a partir de 1916, os projetos de colonização, já sob a iniciativa privada, abrem-se também para brasileiros.

Devido à necessidade de povoar o território e fazer do Paraná um espaço de produção agrícola, na virada do século, esse Estado, sem abalar a estrutura das grandes propriedades existentes, também passou a adotar um modelo de distribuição de terras baseado na pequena propriedade; ao mesmo tempo, favoreceu as companhias empresariais colonizadoras, pois o Estado desconsiderava que, na maioria das terras devolutas, já havia ocupantes, provocando vários conflitos em torno da posse da terra. Foi a partir dessa política adotada pelo Estado que se possibilitou a “construção das bases em que se daria o avanço do capitalismo no contexto do espaço paranaense” (SERRA, 1991, p. 64). Foi nesse processo que se concretizaram o povoamento das regiões Norte e Oeste-Sudoeste desse Estado.

Foi por meio do café que se iniciou, no século XIX, um processo efetivo de ocupação do Norte do Paraná. Correntes migratórias vindas das zonas cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais instalaram-se no vale do Rio Paranapanema à procura de terras apropriadas ao cultivo de café. Em 1862, surge o que foi chamado de Colônia Mineira, hoje atual cidade de Siqueira Campos. Segue-se a fundação de Tomasina (1865), Santo Antonio da Platina (1866),

Venceslau Braz e São João da Boa Vista (1867), Jacarezinho (1900). Nesse período, extensos territórios foram ocupados, nessa região, de forma irregular e sem o mínimo controle do poder público (PADIS, 1981, p. 88; SERRA, 1991, p. 30). Entretanto, naquele momento, a falta de infra-estrutura adequada para o transporte do café resultou na elevação dos custos de produção e na perda de várias safras.

A ocupação mais efetiva e planejada do Norte paranaense, no entanto, aconteceu via concessão do Estado a empresas particulares; a mais próspera delas foi a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que teve sua origem em grupos econômicos ingleses. De acordo com Padis (1981, p. 91), “desde sua fundação até 1928, a companhia adquiriu uma área contínua de nada menos que 515.017 alqueires, o que corresponde à décima-sexta parte da área total do Estado, mas que é a sua melhor porção em termos de solo”. Essa Companhia investiu na construção de rodovias e ferrovias que ligassem a região Norte a São Paulo objetivando o sucesso do empreendimento colonizador bem como oferecendo condições para o desenvolvimento econômico da região. Além disso, é importante ressaltar que havia preferência para a venda de pequenos lotes. Nesses termos, torna-se importante a afirmação de Fleischfresser (1988, p. 47):

Essa forma de ocupação planejada por parte das empresas colonizadoras e do Estado – em pequenos lotes e com infra-estrutura para escoamento da safra –, e o caráter mercantil das atividades aí desenvolvidas, aliados à política protecionista do café por parte do Governo Federal, permitiram a formação de uma camada de produtores detentores de razoáveis recursos; fenômeno que potencializou a adoção do tipo de tecnologia posta à disposição do setor agrícola no final dos anos 60.

Porém, além dessas empresas colonizadoras que, na maioria das vezes, ignoravam que as terras que iam colonizar já se achavam ocupadas, havia, ainda, a ação de grileiros na região, especialmente em locais onde esses empreendimentos fracassavam, como na região de Porecatu. Instalaram-se vários conflitos envolvendo interesses de posseiros, grileiros, companhias colonizadoras e Governo do Estado.

Com o fim da ocupação do Norte paranaense, as companhias loteadoras centraram suas atividades no Oeste-Sudoeste paranaense.

Nos fins do século XIX e início do século XX, a região Sudoeste já contava com uma pequena população cabocla remanescente das antigas atividades extrativas na região e que vivia nas florestas, em estado de miséria e abandono. Somente a partir dessa data entrou, na região, uma corrente povoadora originária do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, constituída por agricultores de origem italiana e alemã. A vinda de migrantes sulinos intensificou-se, principalmente nos anos de 1950, e muitos desses migrantes adquiriam terras dos posseiros sem a devida legalização. De acordo com Fleischfresser (1988, p. 48),

quando da colonização dirigida, parte das terras adquiridas pelas companhias se encontrava ocupada por posseiros. Além disso, a infra-estrutura levada à região e a conseqüente valorização das terras atraíram os especuladores, que, com o auxílio de “jagunços” e o beneplácito do Estado, se apossavam de grandes áreas.

Nesse sentido, a região foi palco de grandes conflitos pela posse da terra nos fins dos anos de 1950, mas acabaram sendo resolvidos em favor dos pequenos produtores.

Embora observado no Paraná, especialmente a partir do século XX, um movimento de colonização que incorporou a pequena propriedade, esse fato não pode ser confundido com um processo real de democratização da terra nesse Estado, uma vez que as grandes extensões de terras foram preservadas e, além disso, a ação do Estado não impediu (em alguns casos facilitou) que interesses das empresas colonizadoras, de grileiros e especuladores, muitas vezes, prevalecessem em relação aos dos posseiros. Isso pode ser confirmado por meio de dados do Censo Agrícola de 1960. Com base nesses dados, Broietti (2004, p. 41) afirma que os estabelecimentos de porte muito pequeno e de pequeno porte²³, ou seja, até 50 hectares, representavam a maioria (85,88% do total), porém, em termos de área ocupada, sua participação era de apenas 32,74%. Continua o mesmo autor:

Com relação aos estabelecimentos de porte médio, de 50 a 100 hectares, em 1960, eram 7,97% do número total e sua área ocupada representava 13,51%. Já os estabelecimentos de grande porte, de 100 a 1000 hectares, eram apenas 5,78% e sua área ocupada era de 32,36%. Esse elevado percentual de área ocupada denota que havia concentração de terras, sobretudo quando se observa que os estabelecimentos de porte muito grande, com mais de 1000 hectares, representavam apenas 0,33% do total de estabelecimentos e ocupavam 21,39% da área.

Dessa forma, quando iniciado o processo de modernização da agricultura no Paraná, a partir dos anos de 1960 e com mais intensidade na década de 1970, a estrutura fundiária desse estado era concentrada. A modernização em curso não rompeu com essa lógica, pelo contrário, em alguns casos, contribuiu para agravar a concentração da posse da terra.

Assim, como no restante do país, no Paraná assistiu-se a um esforço para modernizar a agricultura e integrá-la à indústria, de modo a proporcionar o avanço do capitalismo no campo. Nesse Estado, a substituição da cafeicultura por culturas como o trigo e especialmente a soja contribuíram nesse processo:

No Paraná, a década de 70 assistiu a uma rápida expansão da soja tanto na estia dos cafezais erradicados como em outras áreas (...). Isso foi um fator substancial para o expressivo aumento no número de máquinas agrícolas e insumos modernos consumidos no Paraná onde, por exemplo, houve uma variação de 328% no número de tratores durante a década, passando a densidade de área por unidade de trator de 183ha/trator em 1970 para 64 há/trator em 1980 (FERREIRA, 1987, p. 14).

²³ Porte muito pequeno: estabelecimentos de até 10 hectares; pequeno porte: estabelecimentos de 10 a 50 hectares (BROIETTI, 2004, p. 40).

Como já salientado, para viabilizar esse processo o governo brasileiro introduziu políticas de crédito e subsídios para aumentar a capacidade de investimentos de grande parte dos proprietários brasileiros, inclusive os pequenos ou aqueles que tivessem um contrato formal de arrendamento. Nesse sentido, o governo criava condições necessárias para aumentar os mercados industriais, aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, disponibilizar matérias-primas para a indústria em expansão e abastecer de alimentos os centros urbanos. No Paraná, conforme Bastos (2002, p. 85), já na década de 1960, o Governo do Estado havia criado uma infra-estrutura adequada para a implantação de indústrias (agroindústrias) e “utilizou-se dos estímulos oferecidos pela economia nacional (aumento do crédito rural) e internacional (bons preços dos produtos agrícolas no mercado externo), para tecnificá-la”. Nesse Estado, o programa de crédito rural foi implantado entre 1970 e 1979. Todavia, os empréstimos aconteciam na medida em que as terras eram dadas como garantia para o pagamento dos financiamentos, provocando a sua valorização. Entretanto, ainda que aparentemente as linhas de crédito beneficiassem a todos os proprietários, conforme salientado por Fleischfresser (1988, p. 50), questões de ordem prática dificultavam aos pequenos produtores o acesso ao crédito, como ausência de agências bancárias em regiões pouco dinâmicas, a própria burocracia bancária que, nos dizeres da autora, propositalmente era complicada “para justamente evitar atender aos produtores que pouco retorno lhes traria”.

As linhas de crédito acabaram contribuindo para diminuir o número de pequenas propriedades no Paraná e favorecer o êxodo rural. Somente durante a década de 1970, o Paraná registrou uma diminuição de 24,2% dos estabelecimentos com menos de 20 hectares, ao passo que os estabelecimentos com mais de 500 hectares aumentaram em 43,8%. Ao mesmo tempo, saíram do meio rural 1,3 milhões de pessoas, fazendo com que, pela primeira vez nesse Estado, houvesse taxas negativas de crescimento da população rural (BONIN; FERREIRA; GERMER, 1991, p. 120).

Dessa forma, os grandes beneficiados foram os grandes proprietários rurais, que contavam com grandes extensões de terras que podiam dar em garantia para o pagamento dos empréstimos. Assim, também podiam produzir para vender diretamente para as indústrias e, ao mesmo tempo, adquirir do setor industrial insumos e implementos agrícolas de forma a modernizar ainda mais sua produção. Desse modo, as linhas de crédito proporcionaram a criação de um amplo mercado para o setor industrial, produtor de máquinas e insumos agrícolas. Broietti (2004, p. 75-76), ao analisar os Censos Agropecuários, destaca, por exemplo, o aumento do uso da força-mecânica nos estabelecimentos em relação ao uso da força animal.

Em 1970, era de 2,93% total, aumentando rapidamente para 25,55% em 1975. Entre 1970 e 1975 o número de estabelecimentos com uso de força mecânica cresceu 650,76%.

(...). Em 1980 era de 44,28%. Passados 15 anos, o Censo Agropecuário 1995-1996 apontou a utilização de força mecânica em 52,28 dos estabelecimentos. (...) ao contrário do uso da força mecânica, cujo crescimento se deu de modo bastante rápido, o uso da força animal se manteve praticamente inalterado, em números percentuais, nas últimas décadas. Em 1975, cerca de 53,22% dos estabelecimentos valiam-se da força animal e vinte anos depois, em 1995, o número era de 51,93%.

O mesmo autor também informa que, em 1985, praticamente a metade dos estabelecimentos rurais utilizava adubos produzidos no setor industrial. Tais dados são importantes, pois ajudam a perceber a tecnificação do campo paranaense a partir, especialmente, dos anos de 1970.

Em relação aos pequenos produtores que conseguiram acompanhar o processo de modernização, a maioria vinculou-se aos complexos agroindustriais por meio dos contratos de integração, especializando sua produção. Poucos foram os que se capitalizaram:

Entre os selecionados, poucos se capitalizaram, ou seja, transformaram-se em burguesia rural. A parcela mais significativa passou a se constituir em produtores altamente especializados (plantadores de soja, de fumo, criadores de suínos e de aves, etc.) e subordinados aos ditames de operação daquele complexo, que pressupunham sua própria modernização como requisito para sua reprodução enquanto produtores (BONIN; FERREIRA; GERMER, 1991, p. 122).

Além disso, no Paraná, a construção de Usinas Hidrelétricas contribuiu para agravar a situação dos pequenos produtores do Estado. Observa-se que, à medida que o capitalismo avança no campo paranaense e com ele as forças produtivas, também foram-se alterando as relações de produção. Além de pequenos proprietários rurais serem expulsos do campo e outros se encontrarem subordinados ao setor agroindustrial, todo um contingente de pequenos produtores associados (parceiros, arrendatários) e trabalhadores permanentes foram atingidos pelas mudanças nas relações de trabalho.

Houve uma redução tanto do número de arrendatários, como de parceiros no espaço agrário paranaense. Broietti (2004, p. 48-49), com base em dados do IBGE, destacou que embora tenha havido pouca alteração na área ocupada pelos arrendatários, o número de estabelecimentos explorados por eles caiu de 12,40% em 1970 para 7,29% em 1995. No que diz respeito aos parceiros, o número de estabelecimentos explorados por eles diminuiu de 22,17% em 1970 para 7,60% em 1995, caindo a área ocupada de 7,30% em 1970 para 2,51% em 1995. A expropriação de pequenos produtores, incluindo associados, durante a década de 1970, fez com que o Paraná, por anos sucessivos, fosse o Estado de onde procedia o maior número de migrantes em Rondônia e no Paraguai; além disso, contribuiu, de forma

significativa, para o aumento da população urbana de cidades como Curitiba, Maringá, Londrina, entre outras.

À medida que se acentua o processo de expropriação dos pequenos produtores rurais, incluindo arrendatários e parceiros, observa-se, de maneira mais evidente, no espaço agrário brasileiro e paranaense, o surgimento de uma categoria de trabalhadores totalmente desprovida dos meios de produção, ou seja, os bóias-frias, que têm como única alternativa para a sua sobrevivência a venda da força de trabalho aos empresários agrícolas, estes, por sua vez, donos dos meios de produção.

3. A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS: DAS LIGAS CAMPONESAS AO MST

O Período Colonial e a Primeira República foram palcos de várias lutas envolvendo a questão da terra, entre elas, Canudos, Contestado e aquelas manifestadas por meio do banditismo como o Cangaço. Elas se constituíram como uma reação ao poder econômico e político seja dos fazendeiros, seja do Estado. Embora tais lutas sejam importantes, optou-se por priorizar os movimentos sociais rurais que antecederam em tempos mais recentes a organização do MST e que, assim como ele, encontram-se diretamente relacionados aos avanços do capitalismo no campo brasileiro.

As lutas ocorridas, nos anos de 1950 e 1960, por meio das Ligas Camponesas e da atuação dos Sindicatos Rurais expressam as mudanças em curso no Brasil com o processo de industrialização iniciado em 1930. Nesse processo, o Brasil, por meio do pacto da burguesia industrial com a burguesia agrária, promoveu a sua entrada no mundo “moderno”, mantendo uma estrutura fundiária altamente concentrada. Ao mesmo tempo, de acordo Ianni (2005, p. 146), foram-se rompendo os elos produtivos e ideológicos que ligavam os trabalhadores rurais aos coronéis e à Igreja, com seus valores e relações do tipo comunitário, criando-se condições para uma identificação dos trabalhadores rurais entre si. Nas palavras de Ianni (2005, p. 146):

Seu grupo, seu ‘nós’, são principalmente os outros trabalhadores. E o fazendeiro, junto com os seus representantes (capataz, administrador ou outros) são os ‘outros’. Uns e outros estão divorciados, são estranhos. Podem se compreender como diferentes, quanto a direitos, deveres e ambições.

Dessa forma, se, na atualidade, é o MST o principal movimento na luta pela reforma agrária no país, o final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 tiveram nas experiências das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais os principais protagonistas dessa luta.

No Paraná, também houve movimentos de resistência dos trabalhadores que antecederam a organização a que chegaram as Ligas Camponesas nos anos de 1960. Foram movimentos espontâneos e localizados, que marcaram a trajetória de luta dos trabalhadores rurais do Estado, além de iniciar-se um processo de organização dos trabalhadores em sindicatos rurais. Nesses processos, como será demonstrado, houve também a participação da juventude.

3.1 AS LIGAS CAMPONESAS

As primeiras experiências das Ligas Camponesas datam da década de 1940, mais precisamente após o término da ditadura de Vargas, em 1945. Nesse momento, as Ligas Camponesas estavam diretamente ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para este partido, era necessário promover a aliança operário-camponesa para consolidar a “revolução brasileira”. Por meio da organização dos camponeses formar-se-ia a “base política capaz de neutralizar o poder dos currais eleitorais sob domínio das oligarquias tradicionais” (BENEVIDES, 1985, p. 72). Porém, a proscrição do PCB, em 1947, pelo governo Dutra e a repressão aos seus militantes acabou atingindo também as Ligas Camponesas, fazendo com que a maior parte dessas entidades fossem desarticuladas e extintas.

Embora passando por um período de pouca visibilidade política, os trabalhadores rurais mantiveram sinais de resistências²⁴. As Ligas só vieram a ressurgir com força em 1955, no Engenho da Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, onde foi formada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco e que teve, inicialmente, como presidente de honra o próprio dono do engenho, Oscar de Arruda Beltrão que logo passou dessa condição a ferrenho perseguidor da Liga. Os camponeses passaram a sofrer várias arbitrariedades por parte de policiais. Foi então que José dos Prazeres, um ex-militante comunista e um dos rearticuladores dos camponeses em Pernambuco, buscou apoio político para os camponeses na capital do Estado, constituindo um grupo de apoio urbano às Ligas Camponesas formado por vereadores, deputados, prefeitos e outros membros de partidos políticos que, mais tarde, constituir-se-ia no Conselho Regional das Ligas Camponesas. Dessas personalidades urbanas, destacou-se o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião, que se projetou como um dos líderes do movimento.

As Ligas²⁵, aos poucos, foram-se espalhando por outros municípios de Pernambuco e de outros estados²⁶. Em parte, isso foi estimulado pelo processo de luta dos camponeses que levou à desapropriação do Engenho Galiléia, em 1959, por intermédio de lei aprovada pela

²⁴ Nesse período, aconteceram a Revolta de Porecatu (1950), a Revolta de Dona Noca (1951), o Território Livre de Formoso e a realização do I Congresso Nordeste de Trabalhadores Agrícolas (1954).

²⁵ A organização das Ligas, como associações da sociedade civil, encontrava-se amparada pelo Código Civil e sua regularização e fundação dependiam apenas de publicação das atas e de seu estatuto em Diário Oficial.

²⁶ Ainda que as experiências mais significativas das Ligas tenham sido no Nordeste, especialmente em Pernambuco e Paraíba, as Ligas também formaram núcleos nos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. Entre 1960 e 1961, estavam organizadas federações das Ligas em dez estados brasileiros.

Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governo de Pernambuco. E, de uma perspectiva que, inicialmente, visava proteger o camponês dos abusos praticados por latifundiários e policiais e lutar contra o cambão²⁷, as Ligas passaram a defender a “reforma agrária na lei ou na marra”. De acordo com Bastos (1984, p. 78), isso indica uma mudança no objetivo da luta das ligas: se, a princípio, a mobilização dos camponeses centrava-se na luta pelos direitos, nos fins dos anos de 1960, esboça-se uma mudança no objetivo da luta, que passa a ser direcionado à reforma agrária. Isso ficou evidente no I Congresso Camponês Nacional, realizado em Belo Horizonte, em 1961, que reuniu representantes das Ligas Camponesas, do Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER)²⁸ e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)²⁹. Nesse Congresso, a bandeira pela reforma agrária radical das Ligas saiu vencedora, contrariando as propostas da ULTAB e do PCB que defendiam teses de reforma de leis de arrendamento rural, de extensão da política salarial e de segurança social urbana aos trabalhadores rurais.

O confronto político e ideológico travado no Congresso entre as Ligas e a ULTAB trazia à tona o conflito entre os “julianistas” e comunistas. Embora as Ligas tivessem sua origem no PCB, o partido acabou por perder a hegemonia dentro do movimento, que passou a ter a sua força no grupo conhecido como “julianistas”, pois era liderado pelo advogado Francisco Julião. Nesse grupo havia também militantes afastados do PCB. De acordo com Aued (2006, p. 83), tanto o grupo dos “julianistas” como o grupo dos comunistas apostavam na conscientização dos camponeses como forma de mobilizá-los para a luta, mas os encaminhamentos de como realizar isso eram divergentes. Inicialmente, na luta pela terra, embora se concordasse que a justiça era o caminho, à medida que essa tática se mostrava ineficaz, os conflitos entre as duas tendências começaram a aparecer e ficaram claro no acirrado debate do Congresso de Belo Horizonte.

A reforma agrária era uma bandeira defendida pelos dois grupos, todavia diferiam na forma de realizá-la:

O PCB, coerente com sua estratégia global de transformação buscava leva-la a efeito pela via parlamentar, pela implantação de reformas de base que assegurassem mudanças gradativas, em outras palavras, pelo emprego tático de acumulação de forças (...).

²⁷ Forma de pagamento em dias de trabalho gratuitos feita pelo arrendatário ao proprietário das terras.

²⁸ “O Master surgiu no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul. Nos anos seguintes, disseminou-se por todo o estado gaúcho (...). O movimento cresceu com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual pertencia o então Governador Leonel Brizola” (MORISSAWA, 2001, p. 94).

²⁹ A ULTAB surgiu, em 1954, apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas, mesmo participando do Congresso de fundação dessa entidade, optou por não se filiar a ela.

Já os “julianistas”, (...), apregoavam a necessidade de realizar o movimento, a exemplo do que havia acontecido em Cuba. Coerentes com aquela proposição de revolução socialista, fundamentam-se no princípio da luta armada, tendo o campesinato como força hegemônica; insistiam na necessidade imperiosa de radicalizar cada vez mais o movimento (AUED, 2006, p. 86-87).

Observa-se, conforme Bastos (1984, p. 84), uma mudança na orientação política das Ligas em relação ao encaminhamento das lutas. Numa primeira fase, as Ligas apostaram numa aliança tática com a burguesia via Código Civil, e consideraram a propriedade privada a base comum das reivindicações da burguesia e do campesinato. Naquele momento, as Ligas compartilharam com o PCB sobre a necessidade da aliança com a burguesia nacional contra o latifúndio. O que aconteceria por meio de medidas graduais e dentro da lei. À medida que as Ligas passaram a colocar a reforma agrária radical no centro de suas lutas, a aliança com a burguesia deixou de ser vista como importante para a radicalização do movimento que, a exemplo de Cuba, levasse à revolução socialista. Por sua vez, para o PCB era a luta nacional-democrática e antiimperialista a questão central que surgia naquele momento, encontrando-se a reforma agrária subordinada a ela. Bastos (1984, p. 84) ressalta que:

Desse modo, para o PC, o aliado do campesinato seria a burguesia nacional em busca de novos mercados no campo, aliança possível na medida em que o projeto encaminha não a eliminação da propriedade privada, mas uma política agrícola que conduza a uma desconcentração da propriedade da terra, beneficiando as propriedades de até 500 hectares, diminuindo os obstáculos à livre conversão do capital na agricultura.

Embora os resultados do Congresso de Belo Horizonte, materializados em seus documentos, mantivesse a unidade dos trabalhadores rurais, o que se viu depois foi sua cisão interna: “... de um lado, a luta pela sindicalização sob o controle do PCB; de outro, as ‘ligas’ atuando isoladamente; e o aparecimento de um novo parceiro, a Igreja, dirigida à organização sindical” (BASTOS, 1984, p. 100-101). Porém, a autora adverte que essa cisão não impediu que, em determinados momentos, fossem celebradas alianças temporárias, principalmente entre as ligas e os sindicatos, sob o controle do PCB.

O isolamento das Ligas pode ser observado na própria tática de luta adotada pela direção do movimento, ou seja, o confronto armado, que se afastava da posição defendida pelo PCB e da Igreja. O PCB apontava para a revolução pacífica como forma de luta contra o imperialismo e o feudalismo ainda presentes na sociedade brasileira. A Igreja, ainda que apresentasse divergências internas, via no sindicalismo rural a forma de manter o seu controle sobre os camponeses e combater a marcha do comunismo no campo. Além disso, deve-se considerar que não havia internamente, nas Ligas, um consenso de como deveria ser encaminhado o confronto armado, apresentando-se duas posições divergentes: uma, liderada

por Francisco Julião, que defendia a organização de combate armado a partir da cidade; e outra, liderada por membros dissidentes do PCB, que apostavam na tática de guerrilha a partir do campo (BASTOS, 1984, p. 101; MORAIS, 2006, p. 52). Foi a partir da segunda proposição que as Ligas organizaram campos de treinamento guerrilheiros em áreas rurais do Brasil. A tática da guerrilha, entretanto, acabou fracassando³⁰, e o confronto com os militares deu-se apenas no campo de treinamento de Goiás.

As cisões internas, a pressão e a violência que os camponeses sofriam por parte dos proprietários das terras, jagunços e polícia contribuíram no processo de enfraquecimento nacional das Ligas após o Congresso de Belo Horizonte. Além disso, a liberalização da sindicalização rural, em 1962, pelo Presidente João Goulart enfraqueceu ainda mais as Ligas, uma vez que a maioria das direções sindicais acabou nas mãos do PCB ou da Igreja Católica. Frente a essa situação, emergiu a necessidade de reorganização das Ligas. Além da necessidade de refortalecer o movimento no Nordeste, criou-se o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil (CNLCB), “um organismo político baseado nos princípios do centralismo democrático e na teoria marxista-leninista de organização” (AUED, 2006, p. 97)³¹. Em outubro de 1963, em Recife, formalizou-se a nova organização com a criação das Ligas Camponesas do Brasil, composta de duas seções: a Organização Política (OP) e a Organização de Massas (OM). Destaca Moraes (2006, p. 62-63):

Esta seção, a OM, tinha estatutos liberais e era ampla, populista, aberta a todos os que desejavam a reforma agrária radical. Por outro lado, a OP compunha-se de rígidos estatutos, destinados a dirigir, de forma unitária e disciplinada, as atividades das Ligas Camponesas do Brasil, coordenando o trabalho de massas com o trabalho clandestino.

Para consolidar a nova proposta de organização, uma das medidas adotadas foi a realização de cursos de capacitação política aos militantes com discussões sobre a história da luta de classes, economia política, revolução brasileira, centralismo democrático, agitação e propaganda e a prática do funcionamento das organizações do tipo leninista. Os militantes aprovados nesses cursos eram incorporados à Organização Política e enviados para atividades na Organização de Massas (MORAIS, 2006, p. 63). Entretanto, o Golpe Militar de 1964 pôs fim a essa tentativa de reorganização das Ligas no Nordeste.

³⁰ Conforme Moraes (2006, p. 53-54), entre os fatores para o fracasso das guerrilhas das Ligas Camponesas estão: a falta de preparação adequada dos guerrilheiros, as relações diplomáticas existentes entre Cuba e Brasil, que impediam um apoio aberto de Cuba às iniciativas guerrilheiras no país, falta de unidade organizativa e diretiva das Ligas.

³¹ Essa proposta veio de Padre Alípio Cristiano de Freitas, diferente da tese de Francisco Julião que defendia a necessidade de unificação das forças revolucionárias brasileiras em torno de um programa comum que incluísse reformas radicais por meio da fundação do Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB).

3.2 SINDICALISMO RURAL: A ATUAÇÃO DA ULTAB E DA IGREJA CATÓLICA

Além das Ligas, atuaram na organização dos trabalhadores rurais, a ULTAB que estava vinculada ao PCB e a Igreja Católica. Essas duas entidades, embora com objetivos distintos, tiveram destaque na articulação e organização dos camponeses em sindicatos rurais.

A regulamentação da sindicalização rural no Brasil só aconteceu em 1962³², entretanto, já se constituía como bandeira de luta dos trabalhadores rurais por meio da ULTAB. Desde sua criação em 1954, durante a II Conferência Nacional dos Lavradores, realizada em São Paulo, o tema da sindicalização rural e da extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo já estava presente juntamente com a reivindicação pela reforma agrária, considerada como necessária pelo PCB para que o país saísse do atraso econômico, social e político que representava o latifúndio. A atuação da ULTAB congregava diferentes lutas: desde a luta pela posse de terras a greves de trabalhadores agrícolas assalariados. Nos 15 meses que antecederam a realização do Congresso de Belo Horizonte, conforme relata Moraes (2006, p. 58), a ULTAB dividia com as Ligas Camponesas várias das iniciativas de lutas no campo:

.... ‘A Grande Marcha dos Camponeses’, em Brasília (Ligas de Formosa e Tabatinga); levante armado dos camponeses de Jales, São Paulo (Utlab); a guerrilha camponesa do Prado, Bahia (Utlab); invasão do campo de treinamento Guerrilheiro das Ligas, Dianópolis (Goiás), por fuzileiros navais e paraquedistas do Exército; choque armado entre os camponeses do município de Pato Branco com a polícia do Paraná (Utlab); levante camponês estudantil em Jussara e Iporá, Goiás (Ligas); choques armados entre policiais e camponeses na região de Sapé, Paraíba (Ligas e Utlab), em Buíque, Pernambuco (Ligas), em Mutum e Jaciara, Mato Grosso (Utlab).

Além disso, durante os anos de 1955 e 1959, foram registradas 15 greves no campo, a maioria no Estado de São Paulo. Nos anos de 1962 e 1963, esse número chega a 28, sendo 18 também no Estado de São Paulo³³. A maioria das greves reivindicava pagamento e aumento de salários, além de outros direitos trabalhistas (MEDEIROS, 1989).

As reivindicações da ULTAB pela reforma agrária ou pela regulamentação dos direitos trabalhistas no campo enquadravam-se no programa político do PCB e representavam

³² Conforme Ricci (1999, p. 51), no Brasil: “A primeira tentativa de organização do trabalhador rural se deu por meio do Decreto nº 979, de 06 de janeiro de 1903, que propunha a criação de sindicatos agrícolas com a congregação de patrões, empregados e cooperativas agrícolas. Contudo não houve qualquer regulamentação. Após 38 anos, em 1941, a Comissão Interministerial de Sindicalização Rural concluiu pela ineficiência desse decreto. O Ministério do Trabalho promulgou, então, o Decreto-Lei nº 7.038, segundo o qual os sindicatos deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho”.

³³ Nesse estado, as Ligas tinham pouca representatividade e a ULTAB apresentava maior número de associações filiadas.

o combate ao imperialismo e feudalismo que impediam o desenvolvimento do capitalismo no país. Tratava-se de modernizar as relações de produção no campo brasileiro. Para o PCB, essas e outras medidas seriam realizadas por meio de uma “frente única nacionalista e democrática”, formada pelo proletariado, camponeses, burguesia nacional e setores de latifundiários³⁴ que viabilizariam as reformas constitucionais necessárias. Porém, isso não pode ser entendido como ausência de luta dos trabalhadores mais diretamente influenciados por esse partido. Ao contrário, conforme demonstrado anteriormente, o PCB, por intermédio da ULTAB, empenhou-se em contribuir para organizar e mesmo direcionar as lutas dos trabalhadores rurais.

À medida que se ampliaram as lutas no campo, a preocupação com a reforma agrária, mais precisamente com a ofensiva dos trabalhadores do campo, deixou de ser interesse apenas do PCB e das Ligas Camponesas. As organizações dos camponeses passaram a ser vistas com preocupação pela burguesia agrária e industrial e pelo Governo João Goulart. A reação da burguesia industrial e agrária teve sua maior expressão no golpe de 1964 e que conduziu os militares ao poder. A reação do governo, por sua vez, veio na tentativa de controle dos trabalhadores rurais por meio de uma legislação trabalhista que garantisse o direito à sindicalização rural e estendesse a esses trabalhadores direitos antes reservados apenas aos trabalhadores urbanos. O direito à sindicalização ocorreu por meio da Portaria 355-A, regulamentada em novembro de 1962. Poder de intervenção pelo Ministério do Trabalho, imposição de um sindicato único por município, funcionamento com base nos recursos provenientes do imposto sindical e estrutura vertical eram medidas que garantiam ao Governo a tutela sobre a organização dos trabalhadores do campo (MEDEIROS, 1989, p. 63). Em 1963, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural e estendia aos trabalhadores do campo direitos como salário mínimo, repouso semanal e férias com remuneração, licença maternidade, obrigatoriedade de registro em carteira assinada etc.

A legislação da sindicalização rural foi bem acolhida pela ULTAB que se empenhou em organizar sindicatos de trabalhadores assalariados agrícolas e em transformar em sindicatos as uniões de trabalhadores agrícolas sob sua influência. De acordo com Bastos (1984, p. 104), esse processo contribuiu para o enfraquecimento das Ligas Camponesas, uma vez que as cartas sindicais que autorizavam a criação de apenas um sindicato por município,

³⁴ Trata-se dos “setores dos latifundiários que possuem contradição com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno” (PCB, 1999, p. 225).

quando não eram liberadas para a ULTAB, eram liberadas para uma outra entidade que se voltava para os camponeses: a Igreja Católica.

Historicamente, o interesse da Igreja Católica pela questão agrária, no Brasil, manifestou-se mais intensamente nos anos de 1950. Entre os fatores que ajudam a entender esse interesse, está a atuação das Ligas Camponesas e do PCB entre a população rural, que passa a ser vista pelo episcopado como sinal do avanço do comunismo no campo brasileiro. Além disso, é importante considerar as mudanças internas que a Igreja vinha experimentando e que acenavam com uma abertura para o mundo moderno e para uma participação mais efetiva do laicato na Igreja e na sociedade. É, nesse sentido, que a ação pastoral dessa instituição envolveu-se ativamente na organização de sindicatos rurais e, como as Ligas Camponesas, passou a lutar pela reforma agrária³⁵ e por uma legislação que regulasse o trabalho rural. Entretanto, a Igreja, por meio de seu episcopado, conforme Martins (1994, p. 110), acreditava que o desenvolvimento econômico, e claramente, capitalista, “orientando-se no sentido da justa distribuição da riqueza, resolveria o problema da miséria rural e, conseqüentemente, suprimiria a possibilidade do proselitismo e da expansão comunistas entre os camponeses”. Dessa forma, a ação pastoral dessa instituição ia contra os interesses dos grandes proprietários de terras, adotando “(...) uma perspectiva moderna, de identificação mais com a força transformadora do capital do que com a força conservadora da propriedade da terra” (MARTINS, 1994, p. 109). Assim, a atuação da Igreja caminhou numa direção reformista.

Concretamente, a ação da Igreja, no processo de sindicalização rural, de acordo com Bruneau (1974, p. 172), iniciou-se em 1959, no Rio Grande do Norte, contando com o apoio de Dom Eugenio Salles por meio do Serviço de Assistência Rural (SAR)³⁶, chegando a Pernambuco em 1961. Nesse ano, um grupo de bispos criou o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE). Tal experiência estendeu-se para os estados da Paraíba, Piauí e Alagoas. Em vários estados, especialmente em Sergipe, Maranhão e Bahia, esse processo de sindicalização rural foi impulsionado pelo Movimento de Educação de Base (MEB). Em São Paulo e no Rio de Janeiro eram os Círculos Operários que estavam a frente da sindicalização rural, enquanto, no Rio Grande do Sul, este trabalho era impulsionado pelas Frentes Agrárias Católicas.

³⁵ Diferentemente das Ligas Camponesas e do Partido Comunista, a Igreja defendia uma reforma agrária gradual e que garantisse a indenização aos proprietários das terras que fossem desapropriadas para efeito da reforma agrária. Além disso, a reforma agrária deveria ser acompanhada por uma ação educativa, por um trabalho de alfabetização e conscientização dos trabalhadores rurais. Trabalho este que a Igreja já vinha desenvolvendo em várias regiões do Brasil (MARTINS, 1994).

³⁶ A SAR era uma organização com atividades em programas rurais desde 1949 no Rio Grande do Norte.

No ano de 1962, a Igreja Católica havia organizado cerca de 50 sindicatos rurais no Nordeste, todavia nenhum deles contava com o reconhecimento do Governo. Após algumas pressões, o então Ministro do Trabalho, Franco Montoro, concordou em reconhecer 22 desses sindicatos. Tal fato contribuiu para a organização de outros sindicatos pela Igreja, reforçado pelas portarias emitidas, no mesmo ano, pelo Governo Federal facilitadoras da emissão de cartas sindicais.

Os sindicatos vinculados à Igreja, com raras exceções, atuavam tentando forçar a aplicação de leis já existentes e lutavam pela criação de novas leis, que garantissem os direitos dos trabalhadores rurais, acreditando-se que tais medidas resolveriam a maior parte do problema dos camponeses. É importante considerar que essa forma de atuação sindical era a orientação geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na defesa de “um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar” (MEDEIROS, 1989, p. 77). Porém, a ação empreendida por padres e leigos nem sempre seguiu categoricamente tais propósitos. Tendo como referência pesquisa realizada na Paraíba, Novaes afirma que houve casos de padres cujo único objetivo, na organização dos sindicatos rurais, era esvaziar as Ligas Camponesas e houve aqueles que:

procuraram contemporizar as questões, tratando de manter unidos os ‘católicos’ de diferentes posições sociais que faziam parte de seu rebanho. E houve aqueles que apoiaram as lutas dos trabalhadores e foram por isso, inclusive, proibidos de rezar missa em algumas grandes propriedades (NOVAES, 1997, p. 69).

Poderiam ser também incluídos casos de padres e leigos que foram além dos objetivos traçados pela Igreja Católica, como aqueles que atuaram na educação sindical no MEB e mesmo aqueles cristãos que ajudaram a fundar a Ação Popular (AP), uma organização política com objetivos socialistas que também atuou na sindicalização rural; além de padres que atuaram nas Ligas e não no sindicalismo rural, como o Padre Alípio, por exemplo. Entretanto, a atuação da Igreja Católica foi mais numa perspectiva conservadora, tendo como objetivo central o combate as Ligas Camponesas e ao comunismo.

Conforme os sindicatos rurais foram-se estruturando seja por orientação da ULTAB, da Igreja e mesmo das Ligas, organizaram-se em âmbito estadual como federações. Tal processo levou à criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963, surgida em meio às disputas pelo seu controle entre a Igreja e o PCB, vencendo este último. A CONTAG foi reconhecida pelo Governo João Goulart em janeiro de 1964 e assumiu como bandeira de luta: reforçar e ampliar os sindicatos, buscar a unidade do movimento e encampar as resoluções do Congresso de Belo Horizonte. Com o Golpe Militar,

assumiu a direção da CONTAG, na qualidade de presidente interventor, José Rotta, liderança dos Círculos Operários, que ficou na sua direção até 1968.

Ricci (1999, p. 79) destaca que, embora houvesse diferenças entre as linhas de atuação do PCB e da Igreja no processo de sindicalização rural, estas duas entidades tinham pelo menos um ponto em comum: a dependência em relação ao Estado. No caso dos comunistas, essa dependência realizava-se “num movimento constante de ocupações de cargos, montagem de alianças internas e pressão para a radicalização dos programas do governo”. Já a relação estabelecida pela Igreja, por meio de suas lideranças, caracterizava-se pela “tentativa de enrijecimento do Estado, tornado-o impermeável à recomposição do bloco no poder, exigindo uma alteração da agenda estatal”. Tal característica estará presente na prática da CONTAG também nos anos posteriores ao Golpe.

3.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS NO PARANÁ

Ao longo da história do Paraná, vários são os registros de conflitos envolvendo a questão da posse da terra e do trabalho no campo. A maioria deles agrava-se a partir do século XX³⁷. Nos anos de 1940 e 1950, merecem destaque os conflitos que envolveram posseiros da região Norte e Sudoeste do Paraná.

A revolta que aconteceu na região Norte do Paraná, principalmente nos municípios de Porecatu e Jaguapitã, evidenciou o conflito entre posseiros, grandes fazendeiros, grileiros e o próprio Estado. Especialmente a partir dos anos de 1940, essa região assistiu a uma ocupação desenfreada de pequenos posseiros, grileiros e cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais que se misturaram à população que já ocupava o local. Para agravar a situação, em 1945, o governador do Paraná Moisés Lupion, concedeu títulos de terras na região para apadrinhados políticos, embora muitas dessas terras já se encontrassem ocupadas por posseiros e, em alguns casos, os posseiros tinham também o título de propriedade. Os posseiros - não sem resistência - começaram a ser expulsos da região pelos grandes proprietários que se utilizavam da violência como mecanismo para intimidá-los.

³⁷ No início desse século merece destaque a Guerra de Contestado, movimento ocorrido entre 1912-1916, numa área de disputa entre Paraná e Santa Catarina. Esse conflito, também conhecido como Guerra dos Pelados, reuniu posseiros expulsos da terra e trabalhadores desempregados contra os fazendeiros, a empresa norte-americana Brazil Railway Company e o governo republicano.

Com a intensificação do conflito, em 1947, o Governador Lupion prometeu título de propriedade de terra no município de Paranavaí para os posseiros que concordassem em deixar a região. Muitos concordaram, mas foram traídos pelo governador que, simplesmente, não cumpriu aquilo que havia prometido. Os trabalhadores, então, resolveram solicitar ajuda das lideranças do PCB. Sob a orientação deste partido, inicialmente, a tática adotada foi denunciar a situação aos meios de comunicação e encaminhar judicialmente a questão. Porém, isso não surtiu efeito, obrigando os posseiros a adotar a tática de guerrilha como forma de luta contra os fazendeiros. Assim, de acordo com Serra (1991, p. 141),

Os camponeses passaram então a receber treinamento de guerrilha na selva, enquanto que em Londrina, escudados na sigla do Partido Trabalhista Brasileiro³⁸, desenvolviam campanhas de solidariedade aos ‘resistentes’, como passaram a ser chamados os posseiros em luta com os fazendeiros.

Nessa época, os posseiros encontravam-se organizados nas Ligas Camponesas, por eles próprios fundados com a orientação do PCB. Havia Ligas funcionando nos municípios de Porecatu, Centenário do Sul e em Jaguapitã; esta última congregava o maior número de filiados, aproximadamente 400. As Ligas possibilitavam aos posseiros agir de maneira organizada frente às freqüentes ameaças a que estavam expostos.

Vários foram os confrontos envolvendo posseiros e jagunços contratados pelos fazendeiros ou policiais. Os posseiros resistiram por muito tempo, mas, em 1951, o movimento ficou totalmente acuado. Um dos motivos desse processo foi, segundo Serra (1991, p. 145), a própria cisão interna entre os posseiros e líderes do PCB, pois, enquanto os militantes comunistas tinham como objetivo a aliança operário-camponesa para a tomada do poder e tinham na guerrilha uma estratégia para esse fim, os posseiros do Norte do Paraná “queriam continuar lutando, mas apenas e tão somente pela definitiva conquista da terra e que estavam pouco a pouco perdendo para os grileiros e fazendeiros”. Essa cisão interna agravou-se quando, em 1951, frente a uma proposta do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que acenava para o fim do conflito e com o compromisso de assentar os posseiros na própria região, o PCB dificultou ao máximo as negociações, impondo uma série de reivindicações. Em resposta, o governador endureceu as negociações com os posseiros e, após vários cercos militares, colocou fim ao conflito (em 1951) e obrigou os posseiros a aceitarem terras na Região Oeste do Paraná.

³⁸ O PCB, na época, agia na clandestinidade e muitos de seus seguidores, para continuarem agindo, refugiaram-se no PTB (SERRA, 1991, p. 141).

Na região Sudoeste do Paraná, os posseiros, na maioria colonos procedentes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, rebelaram-se frente à ação de Companhias Colonizadoras que se instalaram na região a partir de negociatas com o Governador Moisés Lupion.

As terras da região, há tempo, faziam parte de litígios entre o governo federal e o governo estadual. Antes de um pronunciamento da justiça sobre a quem caberia o direito sobre as terras devolutas, o Governo Getúlio Vargas criou a Colônia Nacional General Osório (CANGO) em 1943. De acordo com Wachowicz (2001, p. 219), o objetivo da criação dessa colônia agrícola era atrair excedente de mão-de-obra do Rio Grande do Sul para o Paraná. O quadro complicou-se quando, nos fins dos anos de 1940, o Governador do Paraná, utilizando-se de seu prestígio político, recebeu como forma de pagamento de dívidas o equivalente a 425 mil e 731 hectares de terras na região que estava sendo estruturada pela CANGO.

Em 1950, juntamente com o grupo de empresários paranaenses, Lupion criou a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) e iniciou a venda de lotes aos próprios posseiros e colonos, porém estes estavam impedidos de registrar as escrituras das terras, pois a negociata realizada por Lupion passava a ser contestada na justiça. Após vários impasses envolvendo a CITLA, com a vitória de Lupion novamente a Governador do Estado, em 1955 e também com a vitória de seu aliado político a Presidente da República, Juscelino Kubitschek, as coisas pareciam caminhar para uma solução favorável aos interesses de Moisés Lupion. Assim que reassume o cargo, Lupion cedeu parte das terras da CITLA para duas outras empresas colonizadoras associadas: a Comercial – Companhia Comercial Agrícola Paraná e a Apucarana – Companhia Colonizadora Apucarana Ltda. A CITLA e essas outras empresas retomaram o processo de vendas das terras, contratando “agenciadores” para convencerem os posseiros e colonos a regularizarem a situação de seus lotes perante as colonizadoras, ainda que houvesse dúvidas quanto à autenticidade dos títulos de propriedade que ofereciam (SERRA, 1991, p. 122).

Desconfiados, os posseiros passaram a rejeitar as propostas das colonizadoras e se recusaram a assinar as notas promissórias que eram apresentadas pelas colonizadoras como forma de garantir o pagamento daquilo que tratavam como dívida. Isso desencadeou uma onda de violência contra os pequenos produtores: aqueles que se recusavam a assinar as notas promissórias eram ameaçados de morte, casas eram queimadas, mulheres e crianças violentadas, muitos trabalhadores foram baleados e outros assassinados. Então, os posseiros iniciaram uma reação contra as companhias colonizadoras; a partir de abril de 1957, começaram os primeiros enfrentamentos entre os dois grupos.

O conflito atingiu o seu ápice em outubro de 1957, quando os posseiros resolveram tomar de assalto a cidade de Francisco Beltrão:

Os camponeses foram organizados em grupos de 25 a 30 homens, encarregados de tomar os pontos estratégicos da cidade. A rádio Colméia, a única emissora local, foi ocupada de imediato e passou, sob o comando dos rebeldes, a transmitir comunicados conclamando a todos os posseiros das redondezas a se dirigirem a Francisco Beltrão, levando toda arma e munição que pudessem carregar. Na madrugada, foram presos o Prefeito e o Juiz de Direito da Comarca (SERRA, 1991, p. 128-129).

Com o acirramento dos conflitos envolvendo posseiros e companhias colonizadoras, o Governador Móises Lupion, pressionado por uma possível intervenção federal no Paraná, em 11 de outubro de 1957, determinou o fechamento das empresas colonizadoras. Isso, no entanto, não impediu que os posseiros, em Francisco Beltrão, Pato Branco, Santo Antonio do Sudoeste, Barracão e Capanema, invadissem os escritórios das colonizadoras para destruir as notas promissoras que haviam assinado. A expulsão das companhias colonizadoras assinalou para o reconhecimento, por parte do Estado, do direito de posse dos posseiros e contribuiu para o fim do levante. A posse definitiva da terra aos colonos só iniciou sua regulamentação, em 1962, com a criação do Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP), que tinha por finalidade executar a titulação de terras aos posseiros; foi, no início dessa mesma década, que se iniciou a organização da Juventude Agrária Católica (JAC), na região. Em 1973, ao encerrar-se o trabalho da GETSOP, realizara-se a titulação de 32.256 lotes rurais e 24.661 lotes urbanos, beneficiando, aproximadamente, 200.000 pessoas, a maior parte pequenos agricultores (SERRA, 1991, p. 135).

É importante considerar que uma das características que marca as lutas no Paraná, nesse período, diferenciando-as das experiências das Ligas Camponesas no Nordeste, foi o caráter estritamente localizado dessas lutas. Conforme Abramovay: (198?, p. 05): “Não havia nenhuma organização que concentrasse a experiência de luta dos agricultores, que ligasse os acontecimentos particulares a uma causa e a um movimento comum. Cada conflito se reduzia e se conservava em sua esfera própria”. Talvez houvesse uma tendência nesse sentido, no entanto, se houve, foi interrompida com o Golpe Militar de 1964.

Além desses e outros conflitos envolvendo a posse da terra, merece destaque, no Paraná, a organização dos trabalhadores rurais por meio dos sindicatos. Até os anos de 1960, os sindicatos rurais organizaram-se especialmente na região Norte. As plantações de café que se expandiram na região trouxeram consigo várias categorias de trabalhadores rurais: pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e trabalhadores assalariados. Assim, nessa região, além dos conflitos que envolviam a posse da terra, evidenciavam-se, de forma mais

clara, os conflitos entre os patrões e os trabalhadores rurais. Nos anos de 1950, a crise do café³⁹ significou a dispensa de vários trabalhadores, sejam assalariados ou aqueles ligados ao fazendeiro por outro tipo de regime de trabalho. De certa forma, isso contribuiu para que esses conflitos se agravassem e se manifestassem através de ações trabalhistas impetradas pelos trabalhadores rurais contra os patrões, exigindo o pagamento de salários e o cumprimento da legislação vigente.

Além disso, na luta contra a exploração, um outro instrumento utilizado foi a greve que, durante os anos de 1950/60, eclodiu em vários municípios da região Norte do Paraná: Londrina, Pulinópolis, Bonsucesso, Nova Esperança e Maringá (PRIORI, 1996). Em 1956, surge o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Paraná, na cidade de Londrina, que também servia de base a trabalhadores de municípios vizinhos. No mesmo ano, organizaram-se, vinculados a ULTAB, que por sua vez, era politicamente influenciada pelo PCB, sindicatos nos municípios de Nova Fátima, Centenário do Sul, Maringá e Mandaguari. Embora criados em 1956, tiveram reconhecimento legal do Ministério do Trabalho somente em 1962.

Frente à situação dos trabalhadores rurais e à organização sindical que emergia na região com o objetivo de ampliar seu leque de influência no Paraná, a ULTAB realizou o 1º Congresso de Trabalhadores Rurais, em Londrina, em 1960, contando com a participação de 307 delegados, representando trabalhadores de 200 fazendas e sítios, oriundos de 35 municípios do Paraná (PRIORI, 1996). Participaram várias autoridades, além do Presidente das Ligas Camponesas, Francisco Julião e o Presidente da ULTAB, Lindolfo Silva. Os temas centrais discutidos no Congresso referiram-se a organização dos trabalhadores rurais e a legislação trabalhista, embora, de acordo com Priori (1996, p. 81), a reforma agrária aparecesse “em um ponto ou outro, em um discurso ou outro, e até na resolução”.

Em agosto de 1961, em Maringá, realizou-se o 2º Congresso, agora com a presença de mais de 2.000 delegados oriundos de todo o Estado do Paraná. Na pauta, além da Reforma Agrária, estavam a necessidade imediata da aplicação da legislação social no campo, a plena liberdade de sindicalização, a abolição de todo trabalho gratuito e outros. Mas o que mais marcou o Congresso foram os tumultos provocados pela Frente Agrária Paranaense (FAP).

³⁹ A crise do café, no Paraná, iniciou-se com as geadas de 1955. A situação agravou-se nos anos de 1960 ao ser implementada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) uma política de erradicação do café. Dentre os objetivos dessa política estavam: eliminação dos cafeeiros de baixo rendimento; liberação de terras para outro uso, sobretudo de para culturas alimentares e matérias-primas industriais e modernizar as plantações cafejeiras restantes. Essa política gerou um alto índice de desemprego no Norte do Paraná (PRIORI, 1996, p. 58).

O surgimento da FAP na região, de certa forma, dava continuidade à insatisfação dos proprietários rurais e da Igreja Católica frente ao avanço dos sindicatos dos trabalhadores rurais sob a orientação do PCB. Já nos anos de 1950, os proprietários rurais tentaram utilizar vários meios para desqualificar e mesmo impedir a ação daqueles: campanhas na imprensa regional e nacional que acusavam os sindicatos de comunistas e de estarem manipulando os trabalhadores rurais, pressão política para fechar os sindicatos, ações violentas como invasões, apedrejamento e incêndios nos sindicatos etc. Porém, foi a criação da FAP que mais cristalizou a oposição aos sindicatos rurais, então organizados, pois significava que a Igreja Católica também passaria a disputar o controle dos sindicatos. Seguindo a tendência majoritária da Igreja Católica nesse período, o movimento que surgia, no Paraná, tinha um objetivo claro: combater a influência que o PCB exercia sobre os trabalhadores rurais e preservar a ordem estabelecida legalmente.

Nesse sentido, os bispos dos municípios de Londrina, Jacarezinho, Maringá e Campo Mourão, apoiados por muitos fazendeiros da região, articularam a organização da FAP, instalando o seu Conselho Geral na cidade que consideravam o embrião do movimento subversivo no Paraná: Londrina. E, em 13 de agosto de 1961, no mesmo dia e cidade em que se iniciava o 2º Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná, foi realizada uma missa campal fundando a FAP. A realização concomitante dos dois eventos foi marcada por vários tumultos que se seguiram nos dias posteriores. Na missa campal, houve a condenação explícita dos bispos presentes à realização do Congresso na região; na noite do dia 14, houve a invasão do auditório que se realizava o Congresso e, no dia 15, a FAP organizou uma passeata, reunindo aproximadamente 2.000 pessoas, em repúdio ao comunismo, provocando os congressistas. Essas ações demonstravam que a FAP não pouparia esforços para combater e desarticular os sindicatos rurais que estavam vinculados à ULTAB no Paraná.

Além de iniciar a organização dos trabalhadores rurais via sindicatos, uma das iniciativas tomadas pela FAP foi a criação, em 1962, de um veículo de comunicação: a “Folha do Norte do Paraná”. Serra (1991, p.282) comenta que, desde as primeiras edições desse jornal, estava claro o objetivo de condenar a ameaça comunista, representada pelos sindicatos vinculados à ULTAB e difundir os sindicatos que estavam sob a orientação da FAP. Em 1963, a FAP já contava com 30 sindicatos organizados no norte do Paraná, embora nenhum com reconhecimento do Ministério do Trabalho. Nos anos de 1962 e 1963, a maioria dos sindicatos reconhecidos nessa região estava sob a influência do PCB ou de populistas, o que gerava a insatisfação dos bispos da região em relação ao Governo João Goulart (PRIORI, 1996, p. 86-87).

Observa-se, assim, que a exemplo do que aconteceu em muitos lugares do Brasil, a organização dos trabalhadores rurais via sindicatos foi objeto de disputa entre o PCB e a Igreja Católica. Com o Golpe Militar de 1964 a maioria dos sindicatos sofreu intervenção estatal. Aqueles que permaneceram acabaram sendo confiados pelo regime militar a quadros indicados pela Igreja Católica. A FAP, frente ao fim dos sindicatos vinculados ao PCB, também deixa de existir, uma vez que já havia alcançado seu objetivo.

O que se viu no período posterior ao Golpe foi a consolidação de um sindicalismo assistencial e tutelado ao Estado. As lutas sindicais passaram a se resumir à solicitação do cumprimento da legislação em vigor (Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural). Consolidou-se uma estrutura sindical, que já se desenhava anteriormente ao Golpe, baseada no modelo vertical da tríade: sindicato, federação e confederação. No caso do Paraná, isso se materializou da seguinte forma: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEP) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Por sua vez, no período que vai de 1966 a 1971, embora com pouca visibilidade, organizaram-se, no Paraná, alguns núcleos da Ação Popular que procuraram participar e contribuir na organização de lutas de trabalhadores rurais e urbanos.

Com o recrudescimento da repressão política, porém, a maioria dos movimentos sociais rurais foi silenciada, mantendo-se somente as organizações sindicais sob tutela do Estado. Em meados dos anos de 1970, foi-se esboçando uma reação a essa tutela, período em que, com o apoio da Igreja Católica, especialmente dos setores progressistas, começaram a se organizar, além de movimentos sociais, as Oposições Sindicais no campo.

3.4 A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

É consenso entre os estudiosos que as décadas de 1950 e 1960 marcaram uma participação política singular dos jovens no Brasil. Cabe perguntar como ocorreu essa participação em relação aos movimentos que aconteceram no campo brasileiro. Quem eram os jovens que participavam? De que organizações tinham procedência? Como participavam?

Antes de responder tais questionamentos, é importante uma observação em relação aos estudos sobre juventude, realizados nesse período, na América Latina e que destacam os jovens da classe média, mais especificamente os estudantes. Conforme Abramo (1994), a

juventude emergiu como questão de interesse acadêmico por ser considerada como o grupo social mais atingido pelos processos de modernização verificados após a Segunda Guerra Mundial. Além de serem atingidos pelo processo de escolarização, os jovens experimentaram com mais intensidade a influência dos meios de comunicação e da indústria cultural sobre suas vidas. Configuraram-se como mais propensos a ocupar as novas funções profissionais que surgiam com o avanço científico e tecnológico bem como eram mais sensíveis à assimilação dos novos valores sociais e culturais da modernidade, especialmente aqueles vinculados à vida urbana. Alerta a autora:

São os filhos da classe média, e fundamentalmente os estudantes, que aparecem como capazes de aproveitar as chances abertas naquele momento. Os jovens dos setores de baixa renda (**principalmente do meio rural**) são vistos como ‘marginalizados’, fora do cenário moderno, excluídos da própria condição juvenil (ABRAMO, 1994, p. 22). (Sem grifos no original).

Nesse sentido, os jovens estudantes aparecem no cenário acadêmico como os sujeitos com maior potencialidade de usufruírem da mobilidade social prometida pelos processos de desenvolvimento em curso como também os mais capazes e motivados a participarem ativamente dos processos de mudança social. Dessa maneira, os estudos sobre a juventude interrogam-se sobre sua potencialidade política:

(...) o foco de interesse dos estudos latino-americanos esteve fundamentalmente dirigido aos movimentos estudantis, interrogando-se sobre sua capacidade de atuar como sujeito político, fazer alianças e articular-se com outros movimentos sociais e, por fim, provocar mudanças reais na sociedade. A visibilidade da juventude, portanto, reduz à dos estudantes, e a relevância da sua atuação à dos movimentos estudantis (ABRAMO, 1994, p. 23).

Assim, na condição de estudante, oriundos da classe média que se têm informações sobre a participação política dos jovens nos movimentos sociais do campo nesse período, sendo a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Igreja Católica, por meio da Ação Católica Especializada (ACE), as referências de atuação dos jovens. A UNE, fundada em 1937, teve papel importante nos acontecimentos políticos que tiveram como desfecho o Golpe Militar de 64 e depois tornou-se um dos movimentos de resistência ao regime até sua dissolução através das medidas impostas pelo Ato Institucional nº 5 (AI5) de 1968. O movimento estudantil, junto com outros setores da sociedade, participou dos principais debates e mobilizações da época como, por exemplo, a campanha *O Petróleo é Nosso*, defendendo que a Petrobrás deveria ser uma empresa de propriedade e controle totalmente nacionais. Os estudantes participaram também das manifestações ocorridas após a morte de Vargas, em 1954, e que chamava de assassinos e entreguistas setores reacionários e conservadores do Governo, tidos como culpados pelo suicídio do presidente. No fim dos anos de 1950, os estudantes

participavam de protestos em favor da reforma agrária, de comícios contra o aumento da inflação, de reivindicações dos trabalhadores por melhores salários; além disso, lutavam por reformas educacionais que ampliassem o número de vagas nas universidades e garantissem um ensino público e laico. Nos anos de 1960, a UNE participou da luta pelas reformas de base no país, lançou o Centro Popular de Cultura, com o qual percorreu o país divulgando músicas, teatro e poesia de cunho nacionalista e social e a *UNE-Volante*, que objetivava a conscientização política dos estudantes brasileiros; promoveu a *greve do 1/3*, em 1962, que exigia um terço da participação estudantil nos colegiados universitários. A UNE esteve presente, ainda, em campanhas de alfabetização de adultos ocorridas principalmente no Nordeste brasileiro.

Observa-se que na direção da UNE, internamente, predominavam setores ideologicamente próximos à esquerda, que se dividiam entre jovens comunistas e jucistas, jovens católicos provenientes da Juventude Universitária Católica (JUC). De acordo com Velasco e Cruz (1994, p. 41),

Dentre as forças que compunham o campo ‘progressista’, uma delas terá nos anos 60 importância decisiva. Trata-se da tendência de origem católica, que estruturada em duas organizações de caráter distinto – a Juventude Universitária Católica (JUC) e, mais tarde, a Ação Popular (AP) – manteria até 1968 a hegemonia do movimento estudantil.

A JUC assim como a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC) e a Juventude Operária Católica (JOC) são frutos da primeira ação organizada da Igreja Católica junto à juventude. Em 1935, o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, fundou a Ação Católica Brasileira (ACB)⁴⁰. Inicialmente organizada segundo o modelo italiano⁴¹ e, a partir de 1950, seguindo o modelo belga e francês, oficializou-se a Ação Católica Especializada (ACE), assumindo como critério central para a organização dos grupos o meio específico em que os jovens encontravam-se inseridos: meio rural, escola, fábrica, universidade etc. Aos jovens caberia a tarefa de evangelizar o seu meio, seguindo as orientações do mandato recebido da hierarquia católica.

A ACE adotou como forma de trabalho com os jovens o método *ver-julgar-agir*, entendido como processo de formação na ação que deveria levar a juventude a ações cristãs

⁴⁰ Conforme Martins (2000, p. 8), o objetivo central da Ação Católica, criada sob o mandato do Papa Pio XI, era a recristianização da sociedade. “Tratava-se de organizar os leigos para que estes, sob o mandato hierárquico, assumissem o trabalho apostólico e combatessem tanto o liberalismo como o comunismo, fazendo prevalecer a ordem e a moral cristã”.

⁴¹ Esse modelo formava os grupos tendo como critérios a idade e o sexo, ou seja, grupos de jovens femininos e masculinos e grupos de adultos masculinos e femininos.

em seu meio específico. No início dos anos de 1950, essa formação reduzia-se a um discurso espiritualizante e moralizante, voltado para a conversão individual e pouco preocupado com a realidade social. Mas isso se alterou à medida que a ACE, especialmente a JEC e a JUC, foi aproximando-se da realidade e abrindo seu leque de referências para além do catolicismo tradicional, dialogando com autores católicos humanistas como Emmanuel Mounier, Jacques Maritain e Pierre Teilhard de Chardim, com intelectuais brasileiros ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e com as ciências sociais. Martins (2000, p. 15) destaca que:

Os humanistas cristãos esboçavam, cada um a seu modo, a possibilidade da inserção cristã na História, a necessidade do engajamento cristão nas estruturas sociais de seu tempo com vistas às mudanças pertinentes para a constituição de uma sociedade justa e cristã, com estruturas humanizadas. O ISEB, por sua vez, colocava em questão o desenvolvimento do país por vias nacionalistas e as ciências sociais significavam a possibilidade de uma leitura crítica da realidade.

Assim, os jovens, primeiramente da JUC e da JEC e depois, em menor grau, os demais segmentos da ACE, encontraram nesses referenciais e na realidade social brasileira a fonte para uma prática social engajada, que questionava as estruturas sociais e levava ao compromisso social e político. Esse comportamento materializou-se primeiramente na inserção da JUC no movimento estudantil, participando ativamente das atividades vinculadas à UNE e chegando a assumir a hegemonia no interior do movimento nos anos de 1960. Nesse processo, a JUC não vacilou em selar alianças com os comunistas, votando com eles em várias decisões tomadas no interior da UNE e elegendo com apoio destes, em 1961, Aldo Arantes, membro da JUC, como presidente da UNE. Em 1961, os jucistas posicionavam-se juntamente com os comunistas contra o projeto de Diretrizes e Bases da Educação. Tais decisões contrariavam o clero católico que via com maus olhos a aproximação da JUC com a esquerda e com o marxismo e a autonomia que o movimento começava a esboçar, pois isso significava a insubordinação frente ao mandato recebido da hierarquia.

As dificuldades de atuar politicamente como movimento vinculado a Igreja Católica, levou à criação, em 1962, da Ação Popular (AP) pelos jovens da JUC. A AP, embora de origem católica, apresentava-se como não confessional, congregando cristãos e não cristãos, e declarando-se como tendo uma opção socialista (GOMES DE SOUZA, 1984). Com a criação da AP, muitos jovens passaram a conciliar a militância na JUC com a militância na AP, além de estudantes católicos militarem nas atividades patrocinadas pela UNE como a UNE-Volante e os Centros Populares de Cultura, e em projetos de alfabetização de adultos.

Conforme observado anteriormente, a maioria da juventude com participação política efetiva, nos anos de 1960, vinha da militância na UNE e, em muitos casos, era uma extensão

da militância realizada na Ação Católica Especializada, por meio da JUC. É sabido que a atuação do movimento estudantil, nesse momento histórico, extrapolou a questão educacional e estudantil. Os jovens, influenciados pelo PCB e também pelo humanismo cristão, envolveram-se intensivamente nos debates políticos e nas lutas que se travavam na realidade brasileira no período, no campo ou na cidade. Algumas referências sobre a participação dos jovens revelam que estes estiveram presentes nas Ligas Camponesas, no processo de sindicalização dos trabalhadores rurais e em vários movimentos de alfabetização de adultos como o MEB, por exemplo.

Morais (2006), referindo-se às Ligas Camponesas, destacou que aproximadamente 51 pessoas destacaram-se como lideranças principais no interior do movimento durante sua existência. Em relação à idade, dez dessas lideranças estavam entre 20 e 25 anos, dois eram de procedência rural e oito de procedência urbana. Semeraro (1994), em estudo sobre a JUC, afirma que os jovens católicos, por meio da AP, tiveram atuação nas Ligas Camponesas, mas foi pela atuação na sindicalização rural que conseguiram “estabelecer importantes vínculos com o movimento camponês”. Isso foi possível na medida em que quadros da JUC e da AP inseriam-se nas atividades do MEB e da Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA)⁴².

O MEB foi um movimento educativo criado pela CNBB em 1961, que tinha como objetivo “realizar a alfabetização de adultos, no contexto de um programa de educação básica, através de escolas radiofônicas implantadas no interior e nas regiões menos desenvolvidas no Brasil” (SEMERARO, 1994, p. 67). No período entre 1961 e 1965, o MEB contou com financiamento do Governo Federal por meio de convênio firmado entre o bispo de Aracaju Dom José Távora e o Presidente da República Jânio Quadros. Inicialmente, o MEB objetivava principalmente a promoção humana da população do campo, visando romper o subdesenvolvimento, e manter a influência da Igreja sobre aquela população ameaçada pelo comunismo.

De acordo com Wanderley (1984, p. 52), em seu trabalho educacional, o MEB contava com uma estrutura organizativa constituída pelo Conselho Diretor Nacional (CDN) e Conselho Diretor Estadual (CDE), dois órgãos formados principalmente por bispos e arcebispos. Os leigos formavam a Comissão Executiva Nacional (CEN) e as Comissões Executivas Estaduais (CEE), que coordenavam as atividades das Equipes Estaduais (EE), das quais dependiam as Equipes Locais (EL). As Equipes Locais eram responsáveis por planejar,

⁴² Órgão do governo federal criado, em 1962, pelo Presidente João Goulart.

executar e coordenar o programa radiofônico local de educação de base e, ainda, responsáveis por selecionar e treinar os animadores voluntários, principalmente os monitores que participavam ativamente do sistema. As Equipes Locais, no entanto, encontravam-se sob a autoridade do bispo local, cabendo a ele “autorizar o MEB em seu território, apresentar os candidatos à seleção, aprová-los, aprovar o plano de trabalho local, e responder pela linha doutrinária da EL perante o CDN (WANDERLEY, 1984, p. 53)”. Essa estrutura organizativa, que ligava diretamente o movimento à autoridade hierárquica, convivia com tensões e conflitos entre o laicato e o episcopado, especialmente em áreas em que os bispos assumiam posição claramente conservadora.

Apesar disso, o MEB era um movimento representativo de renovação no interior da Igreja e isso já era perceptível no papel desempenhado pelos leigos, pois eram eles os responsáveis pela direção e administração do movimento. E a maioria era constituída por jovens procedentes da Ação Católica Especializada. Wanderley (1984, p. 382), citando pesquisa realizada por Kadt em 1966, comenta: “Metade da amostra pertenceu ou continuava pertencendo a alguns dos movimentos da Ação Católica, sendo 39% (JUC, JEC) e 11% (AC, JIC, JOC, JAC)”.⁴³ Nesse sentido, não é à toa que o MEB experimentou a influência e a radicalização desse movimento. De acordo com Wanderley, o MEB constituía-se para os jovens da Ação Católica Especializada como possibilidade concreta da *formação na ação* obtida anteriormente. Assim, o método *ver-julgar-agir* passou transmutado para o MEB:

A revisão de vida, espécie de avaliação pessoal permanente em função do método, passou para uma revisão de trabalho. Houve um amadurecimento da visão da fé e do Cristo encontrado na pessoa do camponês, na pessoa viva do sofridor. A necessidade do compromisso social do Evangelho ganhou consistência com o engajamento na luta pela libertação do homem do campo e na constatação direta do absurdo da opressão (...). Para os que viviam a realidade urbana, houve uma descoberta e valorização do homem do campo, com quem era preciso travar conhecimento, se entender e se comunicar.

O Ver se transformou em *estudo de área* prévio à radicação das escolas radiofônicas e atividades de animação (...).

O Julgar conciliava o referencial anterior com novos estudos de universitários e profissionais (...).

O Agir desdobrou-se em tudo que aqui foi apontado (WANDERLEY, 1984, p. 388).

A ação do MEB, assim, ia além do alfabetizar, tratava-se de conscientizar, de politizar por meio da educação. Conscientizar tinha como significado “uma abordagem que encorajasse o povo a enxergar os seus problemas como parte de um sistema social mais amplo” (MAINWARING, 1989, p. 88). Através da educação popular objetivava-se fazer dos

⁴³ Em relação ao sexo, idade e estado civil, a mesma pesquisa referiu que a maioria, ou seja, 59% eram mulheres; 30% tinham entre 20 e 25 anos e 45% entre 25 e 30 anos; e que 78% eram solteiros (WANDERLEY, 1984, p. 512).

camponeses agentes de sua própria história, utilizando-se de um processo educativo que se inspirava em Paulo Freire e defendia a necessidade da educação como diálogo, como troca de saberes entre professores e alunos. A educação deveria ser um mecanismo que motivasse os trabalhadores do campo a se organizarem politicamente. Dessa maneira, o MEB também participou do movimento de sindicalização rural, utilizando-se das escolas radiofônicas para impulsionar a sindicalização em diversos estados como Sergipe, Maranhão e Bahia, por exemplo.

Nesse processo, além da importância do trabalho exercido pelas Equipes Estaduais e principalmente locais, destacou-se também a atuação dos monitores:

Nos objetivos do Movimento, o monitor constituía-se num dos personagens-chave do processo educativo e da animação popular, o intermediário entre os agentes conscientizadores e os alunos e membros das comunidades a serem conscientizados, a ponte entre a emissão organizada e a recepção que transformava os programas do rádio em escola radiofônica, e o elemento que articulava os alunos e a escola com a comunidade (WANDERLEY, 1984, p. 410).

Entre os critérios utilizados para a seleção dos monitores estava a necessidade de ser alfabetizado, ser da comunidade e ser representativo dela, ter qualidades de liderança. Os monitores assim como as equipes locais participavam de treinamentos que visavam obter a sua conscientização para o trabalho a ser realizado. De acordo com Wanderley (1984, p. 411-412), conscientizar o monitor significava, partindo de sua realidade local, fazê-lo perceber-se como agente da história e com a possibilidade de agir sobre as estruturas desumanas que afetavam a realidade brasileira e “situar a ação educativa como uma das fontes possíveis para a transformação da realidade, e a prioridade da educação de base”.

Diferentemente dos envolvidos no trabalho das equipes, oriundos na sua maioria da pequena burguesia e do meio urbano, os monitores moravam no campo, tinham origem camponesa e possuíam pouca instrução. Além disso, chama a atenção o elevado número de jovens que atuavam como monitores. Pesquisa realizada por Ferrari na Arquidiocese de Natal, em meados de 1965 e que entrevistou 248 monitores, constatou que quase a metade deles (44,9%) tinha, na época, 20 anos ou menos; 34,3% tinha entre 21 e 30 anos e apenas 20,8% passavam dos 30 anos (apud WANDERLEY, 1984, p. 413). São dados importantes, pois indicam a participação do jovem do campo, nesse período, em projetos de educação com conotação política. Isso pode ser explicado pelo fato de serem os jovens, na maioria, quem tinha algum grau de instrução e possuía maior disponibilidade para trabalho voluntário.

O MEB, dada a influência que recebia da Ação Católica Especializada, especialmente da JUC, distinguia-se das linhas políticas centrais que emanavam do episcopado. Dessa forma, muitos jovens cristãos que participavam do MEB viram na criação

da Ação Popular uma forma de sair da tutela da Igreja e garantir uma atuação cristã autônoma. De acordo com Wanderley (1984, p. 404):

.... a AP pregava a necessidade de privilegiar a ação nas organizações operárias e camponesas e de atuar na conscientização ligada à organização das massas. Será, pois, em parte no sindicalismo rural que se encontrarão as idéias com uma prática concreta, e o espaço do MEB para a 'educação sindicalista' unia o útil ao agradável.

Em conformidade com os seus objetivos, a AP lançou-se ao trabalho de sindicalização rural. Tendo influências no MEB, ajudou a incentivar a participação nos sindicatos por parte dos trabalhadores e também atuou diretamente no processo de organização dos sindicatos rurais, promovido pelo SUPRA. Em 1963, do conjunto das federações estaduais de trabalhadores rurais existentes, a AP tinha influência sobre 8, enquanto que 10 estavam sob a orientação do PCB e 6 sob a orientação cristã. Para Ridenti (1997, p. 11), a ação da AP - no MEB e no SUPRA - revela que ela se integrou ao esforço reformista da época:

Por aí se vê que a AP, embora com discurso e postura à esquerda do governo, integrou-se ao esforço reformista da época, a partir da ação do Estado, junto ao qual reivindicava a implementação das chamadas 'reformas de base' na sociedade brasileira, como a reforma agrária, educacional, fiscal, administrativa e outras que promovessem melhor distribuição de riquezas e direitos sociais.

Talvez isso seja uma das características que tenha unido à esquerda na época. Embora houvesse divergências, a esquerda brasileira, de modo geral, mobilizou-se para apoiar as reformas de base pretendidas por João Goulart; com a Ação Popular não foi diferente. E vale assinalar que a própria Igreja, por meio da CNBB, também apostava na linha reformista adotada por Goulart e, às vésperas do Golpe, declarava seu apoio às reformas de base⁴⁴, ainda que, depois, tenha-se posicionado a favor dos militares. Nesse sentido, não é de se estranhar que os jovens que atuavam na JUC, no MEB e na AP também viam nas reformas de base um caminho para a efetivação de mudanças sociais; e, nesse caso, a luta pela reforma agrária e a participação no processo de sindicalização rural tornou-se uma de suas bandeiras.

É importante salientar que a experiência desses jovens foi fundamental para a formulação da Teologia da Libertação na América Latina, no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, para a atuação da chamada Igreja Popular no Brasil, a partir de meados dos anos de 1970 e para que muitas dessas experiências acontecessem por meio da atuação junto às populações e aos movimentos sociais do campo.

⁴⁴ Havia católicos, incluindo-se parte do episcopado, que caminhavam em direção contrária. As campanhas do *Rosário em Família* e as *Marchas da família com Deus pela Liberdade* revelam a reação da direita católica contra as reformas e contra o perigo comunista.

Com o Golpe Militar, os estudantes brasileiros, continuaram atuando, porém, na clandestinidade, animados pelas ondas de manifestações juvenis que sacudiam o mundo. O período pós-golpe assistiu a uma onda de protestos liderados por estudantes. Em setembro de 1966 estudantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e de outras capitais saíram às ruas para reivindicar ensino gratuito, autonomia universitária, denunciar o acordo MEC-USAID para o ensino superior e a repressão militar.

Os confrontos entre polícia e estudantes eram freqüentes nas diversas manifestações realizadas entre 1966 e 1968. Num desses confrontos, em março de 1968, a polícia do Rio de Janeiro, ao tentar dissolver uma manifestação estudantil, acabou matando o estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto. Esse acontecimento intensificou a onda de protestos que aconteciam em vários estados brasileiros contra a ditadura militar. O ápice dessas manifestações aconteceu no final de junho com a “passeata dos 100 mil”, realizada no Rio de Janeiro. Além disso, mesmo na clandestinidade, a UNE continuou realizando seus Congressos Nacionais, sendo o último realizado em Ibiúna, no Estado de São Paulo, em 1968, quando, numa ofensiva dos militares, foram levados presos 693 participantes.

Uma outra frente de luta que se articulou, nesse período, foi a luta armada, tanto urbana como rural. Lideradas por políticos de esquerda como Carlos Marighela ou por ex-militares como Carlos Lamarca, as guerrilhas agiam por meio de atentados a quartéis, seqüestros, assaltos a bancos etc. A maioria das guerrilhas contava com a participação expressiva de jovens. Dentre os movimentos de luta armada tem-se, entre outros, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), com atuação urbana e o Vale do Ribeira e Araguaia com atuação rural. Porém, esse tipo de ação não encontrou respaldo popular e seus integrantes acabaram presos, torturados e muitos desapareceram. Situação agravada com a promulgação do AI5, que iniciou o período mais duro de perseguição política do regime militar conseguindo silenciar estudantes e demais opositores a ditadura.

Em relação às experiências juvenis na Ação Católica Especializada, estas com o Golpe Militar e sem o apoio eclesial, chegaram ao fim. A CNBB, no ano de 1966, declarava extinta a JUC, a JEC e a JIC; em 1968, findava a JAC. Somente a JOC sobreviveu, porém, com pouca expressividade. A Ação Popular, por sua vez, optou por organizar as suas ações na clandestinidade, desembocando numa opção política maoísta nos fins dos anos de 1960. Com o fim dessas experiências, proliferaram, na Igreja Católica, movimentos juvenis de caráter apolítico, voltados para a vida espiritual e moral da juventude; somente em fins dos anos de 1970, observa-se a busca da retomada do trabalho organizado da Igreja junto aos jovens numa

linha próxima à Ação Católica Especializada. Surgem as Pastorais da Juventude: geral, do meio popular, estudantil, rural, universitária. Essas pastorais contribuíram na formação política de muitos jovens que, durante os anos de 1980 e 1990, atuaram nos movimentos sociais, nas oposições sindicais e em organizações não-governamentais. Muitos desses jovens foram atuar na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros optaram pela militância no MST.

3.4.1 A participação política da juventude no campo paranaense: a Ação Popular e a JAC

No Paraná, chama a atenção, nos processos anteriores e posteriores ao Golpe Militar e que envolveram a participação da juventude em movimentos sociais do campo, a ação de duas organizações: uma delas com vínculo no movimento estudantil e na JUC: A Ação Popular; a outra vinculada somente à Ação Católica Especializada: a JAC.

A organização dos estudantes universitários aconteceu por meio da União Paranaense dos Estudantes (UPE), concentrando suas ações especialmente em Curitiba. No início dos anos de 1960, diferentemente da UNE, que tinha sua força hegemônica na JUC, a UPE tinha como força hegemônica a Juventude Democrata Cristã (JDC), que era vinculada ao Partido Democrata Cristão de tendência reformista. Porém, isso não quer dizer que a JUC e a ACE inexistissem no Paraná. A JUC fazia-se presente em alguns diretórios de estudantes de Curitiba e de suas fileiras vieram os militantes que formaram um núcleo da AP em 1962. E, com exceção da JAC, que fincou raízes em municípios da região Sudoeste do Paraná, as demais ramificações da ACE organizaram-se também na capital paranaense. Porém, a ACE teve pouca expressividade no Paraná, se comparado com sua atuação em estados do Nordeste e em estados como Minas Gerais e São Paulo.

Um pouco antes do Golpe Militar de 1964, a JDC perdeu a direção da UPE para setores da direita que passaram a controlar o movimento estudantil paranaense bem como mostraram-se simpáticos com os acontecimentos políticos que levaram à ditadura militar no país. Dias (1999, p. 4) destaca que a UPE, por não se contrapor às diretrizes do Governo Federal, passou incólume pelas mudanças trazidas pela Lei Suplicy de Lacerda, que lançava na clandestinidade as antigas Uniões Estaduais de Estudantes e a UNE. Nesse sentido, um desafio apresentava-se a esquerda paranaense no período: “fazer frente à linha assumida pela entidade estudantil e ganhá-la para outra perspectiva política, afinada com a resistência à

ditadura e a tudo o que ela representava” (DIAS, 1999, p. 4). Isso só veio a acontecer em 1966/67 quando a esquerda passou a dirigir essa entidade no Paraná, dando outros contornos a linha política da UPE, agora em consonância com o movimento estudantil nacional na luta contra a ditadura.

Conforme Dias (1999), esse processo de impulso nacional de mobilização do movimento estudantil somado à campanha do voto nulo adotada pela organização nacional da AP, contribuiu para que, em meados de 1966, esboçasse-se a constituição de um núcleo da AP em Curitiba. Em 1967, formou-se o Comando Regional da Ação Popular 2 que abrangia Paraná e Santa Catarina; a partir disso, os órgãos de repressão passaram a reconhecer a existência de um núcleo da AP no Paraná.

A AP, no Paraná, aderiu as linhas maoístas que emanavam das decisões nacionais e que “sob o eco da revolução cultural chinesa, preconizava que a militância da AP, de origem pequeno-burguesa, deveria ser ‘proletarizada’, ou seja, transferida para o universo da produção, tanto no campo quanto na cidade” (DIAS, 1999, p. 5). As ações da AP, no estado, concentravam-se em Curitiba, junto ao movimento estudantil, que, em 1968, respondia pela quase totalidade dos quadros da AP; e no Norte do Estado, na região de Maringá. Nesse caso, o objetivo era pôr em prática a estratégia revolucionária maoísta. Avaliava-se que a região de Maringá era ideal para colocar em prática a revolução camponesa, pois possuía uma tradição de luta dos trabalhadores rurais e contava com economia centrada na produção cafeeira e em relações de trabalho tradicionais. Porém, de acordo com Dias (1999, p. 6), mais tarde essa avaliação mostrou-se errada, pois mudanças importantes já vinham acontecendo nessa região: um processo de modernização da agricultura e relações de trabalho assalariadas já passavam a dominar. Assim, o campo da região de Maringá apenas serviu para as tentativas de proletarianização de alguns militantes, especialmente estudantes do movimento estudantil de Curitiba.

Nesse sentido, embora o interesse da AP fosse realizar a revolução camponesa, foi na região urbana de Maringá que os jovens militantes dessa organização lideraram, em 1968, um processo grevista de impacto regional e estadual, que mobilizou trabalhadores das indústrias alimentícias, bancários e empregados de uma empresa de ônibus.

Com o endurecimento da ditadura por meio do AI5, a maioria dos militantes da AP do Paraná foi transferida para outras localidades do país, como forma de fugir à perseguição política. Tal momento marcou um novo período na organização da AP no Paraná, provocando mudanças em seus quadros que passaram a ser constituídos por membros da AP deslocados de outros estados e de novos militantes saídos das fileiras do movimento estudantil da capital

do estado. Foi reconstituído o Comando Regional em 1969, com atividades no Paraná em Curitiba, Maringá, Londrina e Goio-erê. Dias (1999, p. 10) destaca que o perfil dos novos militantes não se alterou muito em relação ao período anterior ao deslocamento; e, com base no Inquérito Policial nº 11/71 que tratava da seção de Curitiba relata, “A faixa etária (...) localizava-se entre 20 e 30 anos, sendo que a maioria tinha menos de 25 anos”; a militância era constituída na maioria por homens e provinha do movimento estudantil universitário e secundarista.

O autor chama a atenção para a semelhança de perfil da militância de outras regiões com a atuante em Curitiba; apenas com um diferencial: “Seguindo as diretrizes da política de ‘proletarização’, a militância dirigiu-se ao mundo do trabalho rural, com vistas à preparação da guerra popular” (DIAS, 1999, p. 11). A região de Goio-erê serviu de palco para essa tentativa, visto que ali havia uma população de arrendatários e parceiros e, na conjuntura de 1968 e 1969, os arrendatários organizavam-se por melhores contratos. Num primeiro momento, os jovens da AP tentaram direcionar e influenciar os destinos das lutas dos arrendatários, mas a repressão foi muito forte e os jovens careciam de experiências em lutas de trabalhadores do campo. Posteriormente alguns militantes procuraram fincar raízes nessa área, inserindo-se no processo produtivo de uma fazenda, chamada São Bento, onde também participaram de uma luta reivindicatória dos arrendatários, que obtiveram uma renda mais favorável e liberdade para introduzir novas culturas na região.

A experiência na Fazenda São Bento, porém, teve pouca repercussão na região, o que reafirmava a tendência de descenso das lutas no campo. Dessa forma, os militantes da AP resolveram concentrar suas ações em regiões urbanas como Londrina e Maringá. Em âmbito nacional, a AP questionava-se quanto à tese da caracterização das estruturas do campo como semifeudais e da linha de revolução camponesa; alguns setores da AP também rompiam com a necessidade de se construir um novo partido. Em 1973, vários militantes incorporavam-se ao PC do B (Partido Comunista do Brasil), considerado como o partido histórico do proletariado brasileiro.

Frente às novas questões surgidas e, especialmente, frente ao recrudescimento da repressão política, a AP no Paraná desorganiza-se. De acordo com Dias (1999, p. 12):

No segundo semestre de 1971, praticamente todos os militantes da AP no Paraná estavam indiciados em processos e presos, com exceção daqueles considerados como foragidos (...). Havia, também, aqueles que tinham deixado a organização, seja por motivações pessoais ou políticas, seja por causa da repressão. Enfim, quando foi promovida a incorporação de parcela significativa da AP ao PC do B, a organização regional praticamente inexistia.

Além da participação de jovens, vinculados a AP, em movimentos sociais do campo, organizou-se no Paraná, na região do município de Francisco Beltrão, a Juventude Agrária Católica (JAC). A JAC chegou à região, no início dos anos de 1960, por iniciativa de missionários do Sagrado Coração que se deslocaram, nesse período, da Bélgica para o Brasil. Coube ao Pe. José Kalckelbergh um acompanhamento mais sistemático da JAC na região. Porém, foi somente em 1964 que se estabeleceu o contato da JAC da região com a coordenação nacional do movimento no Brasil. Formou-se, então, a Coordenação Regional da JAC, composta por dois jovens e um assistente eclesialístico. Nesse mesmo ano, o jovem Célio Bonetti, da JAC de Francisco Beltrão, foi eleito presidente nacional dessa entidade pastoral. De acordo com Veronese (1998, p. 157), a equipe que formava a Coordenação Regional tinha como objetivos:

ampliar o movimento da JAC na região, mediante a criação de um grupo de jovens por comunidade do interior; proporcionar formação aos militantes e assistir os grupos de base da JAC, através de cursos, encontros e visitas periódicas aos mesmos; e manter o movimento regional articulado ao movimento nacional.

A orientação seguida para o trabalho com os jovens era a utilização do método Ver-Julgar-Agir. Nesse sentido, buscava-se partir da realidade imediata vivenciada pelos jovens, isto é, sua realidade de jovens, familiar e comunitária para depois motivar os jovens a se envolverem com outras questões “tanto no sentido do aprofundamento e da ampliação do seu conhecimento sobre a realidade brasileira e agrícola, como de sua atuação no sentido de fortalecer a organização da classe à qual pertenciam” (VERONESE, 1998, p. 158).

As reuniões dos grupos de jovens da JAC utilizavam-se dos subsídios elaborados pela JAC nacional e procuravam proporcionar a participação de todos os integrantes do grupo por meio de animação, organização dos participantes em equipe de serviços, formulação de questões a serem debatidas nos grupos menores e depois socializadas no grande grupo, entre outras estratégias. Com isso, esperava-se recuperar e cultivar a auto-estima dos participantes, para que estes desenvolvessem um sentimento de valorização e confiança em si mesmos, bem como construíssem um novo conhecimento que pudesse servir de orientação.

Por meio da JAC aprofundou-se o debate em torno da necessidade de uma atuação desses jovens junto aos pequenos produtores rurais, de modo a contribuir com sua organização por meio do sindicalismo e do cooperativismo/associativismo. Em 1963, eram criados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais da região por iniciativas vindas de fora, mas com o apoio da JAC na motivação dos agricultores para que participassem das assembléias de fundação. Porém, esses sindicatos eram fundados pelas Federações das Congregações Marianas e tinham como principal objetivo o combate ao comunismo.

Por sua vez, a maior preocupação da JAC e de outros agentes pastorais da região era com a formação dos pequenos agricultores católicos frente à constatação de que não havia agricultores preparados para assumirem a direção dos sindicatos e das cooperativas agrícolas que estavam sendo fundadas. A preocupação com a formação de lideranças que atendessem às necessidades dos movimentos pastorais e das diversas formas de organização dos pequenos agricultores culminou com a criação, em 1966, da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) por 33 jovens agricultores vinculados à JAC em Francisco Beltrão.

Nos fins dos anos de 1960, com o Golpe Militar a experiência da JAC é reprimida no interior da Igreja Católica, chegando ao fim em 1968. Com o fim da JAC, coube à ASSESOAR dar continuidade as suas atividades por meio dos grupos de reflexão. Havia grupos de reflexão formados por adultos e grupos constituídos por jovens. E foi a partir desses grupos que, nos fins dos anos de 1970, a ASSESOAR contribuiu para a formação de lideranças rurais que passaram a organizar as oposições sindicais na região bem como movimentos na luta pela terra ou aqueles em defesa dos direitos dos pequenos agricultores.

É interessante observar que a organização da JAC, em Francisco Beltrão, mostra a participação dos próprios jovens rurais, no período anterior e posterior ao Golpe Militar, nos diversos movimentos que aconteciam no campo. Nesse sentido, tem-se o registro de que não apenas os jovens urbanos organizaram-se nesse período, mas também os jovens filhos de pequenos agricultores que residiam e trabalhavam no campo. Essa organização, por sua vez, não pode ser considerada sem importância, pois foi através dela que surgiu uma das entidades que até hoje luta pela defesa dos direitos dos pequenos agricultores e pelo apoio dado aos movimentos sociais do campo – a ASSESOAR.

4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICO-IDEOLÓGICOS

Neste capítulo, primeiramente, apresenta-se a história do MST, desde o seu surgimento até sua consolidação, no Brasil e no Paraná. Teve-se a preocupação de mostrar como este Movimento se articulou frente às medidas adotadas pelo Estado em relação à Reforma Agrária bem como seu desenvolvimento no que se refere à ampliação de suas ações e de sua base, especialmente nos anos de 1990, quando face ao avanço do neoliberalismo e do desemprego, cresceu o número de famílias envolvidas na luta pela terra, muitas delas vindas das periferias dos centros urbanos.

Num segundo momento, o capítulo traz concepções do próprio MST e de seus principais ideólogos em relação à perspectiva político-ideológica que cimenta sua visão de mundo no que se refere à educação e a formação política das novas gerações. A partir de documentos publicados pelo próprio Movimento ou artigos de intelectuais ligados a ele, constituiu-se o pano de fundo sobre o qual são educados os jovens e que contribuem na luta política do Movimento. É salutar considerar que a preocupação não foi proceder a uma análise destas concepções, mas apresentar as bases político-ideológicas que orientam suas práticas educativas.

4.1 O SURGIMENTO DO MST

Com o Golpe Militar, iniciou-se o processo de dismantelamento das organizações dos trabalhadores rurais. Muitas lideranças e camponeses foram torturados, perseguidos e presos. Das organizações existentes, apenas os sindicatos rurais continuaram tendo existência legal. Porém, isso não quer dizer que a repressão não tenha atingido essa entidade. Muitos sindicatos foram fechados, outros sofreram intervenção e alguns mantiveram suas diretorias. Nesse processo, foram as entidades vinculadas à Igreja Católica que indicaram vários interventores, na sua maioria, provenientes de seus setores conservadores como os Círculos Operários e a Sorpe. De acordo com pesquisa realizada por Ricci (1999, p. 88), entretanto, houve casos, especialmente na zona da mata pernambucana em que se articulou, nas diretorias dos sindicatos rurais, a participação de lideranças católicas mais progressistas ou mesmo

lideranças comunistas. Em Pernambuco, onde aconteceu esse tipo de articulação, organizou-se uma chapa estadual de oposição que conquistou a Federação do Estado (FETAPE) em 1966. Desse processo, consolidou-se uma articulação nacional de oposição⁴⁵ à diretoria interventora da CONTAG, que, em 1968, conseguiu eleger a nova diretoria dessa entidade sob a liderança de José Francisco da Silva.

Conforme Ricci (1999, p. 92), inicialmente, a nova diretoria da CONTAG procurou “implantar um movimento de retomada dos STRs em nível nacional, multiplicando o número de sindicatos e federações”; também implantou “um sistema educacional de lideranças, inspirado na metodologia do MEB” e buscou retomar as lutas reivindicatórias dos trabalhadores rurais. Isso aconteceu, no entanto, num período de repressão política e refluxo dos movimentos sociais. Nesse processo, observa-se a permanência do discurso católico humanista, prevalecendo reflexões e práticas que tinham como eixo a dignidade humana e a valorização da comunidade rural, entendida como núcleo primário do homem do campo e *locus* da solidariedade política. Mas, continua Ricci, paulatinamente, esse eixo central da prática sindical foi deslocando-se da comunidade para o próprio sindicato e, depois, para as federações estaduais.

Nesse sentido, é importante frisar que a prática sindical que se vai consolidar nas décadas posteriores ao Golpe Militar por meio da CONTAG, ainda que tenha tido, inicialmente, esse caráter humanista católico, apresentou linhas mais importantes de continuidade com práticas que eram adotadas pela Igreja e também pelo PCB e que serão objeto de críticas dos movimentos sociais rurais que surgem nos fins dos anos de 1970. Ricci (1999, p. 78), apresenta estas características:

- 1) a definição das instituições políticas como canais privilegiados do fazer sindical;
- 2) a industrialização do País como objetivo estratégico, tendo na reforma agrária um de seus instrumentos mais eficazes; 3) a instrumentalização da estrutura sindical como meio de aquisição de poder político para influenciar a agenda estatal.

Para o mesmo autor, soma-se a isso uma prática política centralizada e hierarquizada, que reforçou o papel do dirigente sindical como elite política e se posicionou na defesa do sindicato único “como monopólio do poder e busca de representatividade legal” (RICCI, 1999, p. 78).

⁴⁵ É importante considerar que essa articulação nacional de oposição reuniu primeiramente setores mais progressistas, especialmente de Pernambuco, Rio Grande do Norte e setores conservadores do Rio Grande do Sul. Posteriormente, incorporou-se nessa articulação o Rio de Janeiro, no qual se unificou como oposição à CONTAG um grupo político ligado ao dirigente comunista José Pureza da Silva e um grupo de sindicalistas protestantes (RICCI, 1999, p.91).

Dessa forma, a prática sindical da CONTAG consolidou-se tendo como referência os mecanismos estabelecidos legalmente e, conseqüentemente, a luta pela implementação e cumprimento de direitos já existentes. É dessa forma, portanto, que se posicionará a CONTAG em relação ao Estatuto da Terra e aos direitos dos trabalhadores rurais. Para Ricci (1999, p. 94), o que inicialmente poderia ser considerado como uma estratégia de enfrentamento num momento de repressão política acabou consolidando-se como prática dominante na trajetória histórica dessa entidade, contribuindo para relativizar sua eficácia política, especialmente a partir de meados dos anos de 1970 e para demarcar duas posições distintas:

De um lado, um movimento capitaneado pela CONTAG que se esforçava em unificar nacionalmente as direções do sistema confederativo rural e que se apoiava na defesa dos institutos legais que garantissem direitos aos trabalhadores rurais; de outro, movimentos sociais que ampliavam as formas de organização e de direção dos trabalhadores rurais para além da estrutura sindical oficial, e que contestavam todo o arcabouço institucional, inclusive boa parte dos direitos – considerados por eles como limitados e distorcidos – inscritos nos institutos legais (RICCI, 1999, p. 94).

Nos fins dos anos de 1970, o movimento sindical, de certa forma, vê-se fracionado, na medida em que a CONTAG não consegue estabelecer um diálogo com os diversos movimentos sociais rurais que surgem no período, na sua maior parte apoiados por setores progressistas da Igreja Católica, e nem abrigar as reivindicações e heterogeneidade desses movimentos. Entretanto, quais são esses movimentos? Quais são os trabalhadores rurais que se organizam?

Grzybowski (1987), considerando a diversidade dos movimentos sociais rurais que surgem nos fins dos anos de 1970 e, buscando compreendê-los como expressão das contradições e conflitos de classe, apresenta as principais frentes de luta que surgem no período:

- 1) lutas contra a expropriação, representadas pelos Movimentos de Posseiros, Movimentos dos Sem-Terra, Movimento das Barragens e lutas indígenas;
- 2) lutas contra as formas de exploração e assalariamento que congrega os movimentos dos operários do campo;
- 3) lutas contra a subordinação do trabalho ao capital, representada pelos movimentos dos camponeses integrados;
- 4) novas frentes de luta: mulheres, alternativas de produção e previdência social.

Esses movimentos revelam diferentes formas de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais que se agravaram com o processo de modernização da agricultura. Além disso, são resultantes da política dos governos militares a qual tratou a questão da reforma

agrária como uma questão técnica, ignorando os avanços que o Estatuto da Terra trazia em relação a essa temática.

O Estatuto da Terra foi promulgado durante o Governo do Marechal Castelo Branco, em 1964. De acordo com Mendonça (2006, p. 39), a especificidade do Estatuto estava em apresentar em seu bojo duas estratégias diferentes: “uma, claramente ‘distributivista’, voltada à democratização da propriedade da terra; e outra, ‘produtivista’, concentradora”. A mesma autora esclarece que, embora o primeiro governo militar acreditasse na reforma agrária como forma de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no país e como forma de responder a questão social e política do campo, o que acabou prevalecendo nos governos posteriores foram os interesses da burguesia agrária. O Estatuto da Terra, que foi aprovado com várias emendas e substitutivos, no que se refere à proposta de distribuição de terras e direitos dos trabalhadores rurais, acabou como letra morta. Prevaleceu do Estatuto o conceito de “empresa agrícola”, como sinônimo de produtividade, racionalidade e modernidade, cabendo ao Estado a tarefa de garantir as condições necessárias para o encaminhamento do processo de modernização da agricultura brasileira. Nesse sentido, destaca Mendonça (2006, p. 51):

Através dessa luta política, movida pelas entidades patronais rurais, consagrou-se a separação entre reforma agrária e a modernização da agricultura, binômio tão caro aos articuladores do Estatuto da Terra e que, uma vez derrotado, viria legitimar a capitalização da agricultura brasileira, sem maiores alterações na estrutura fundiária do país.

Porém, o Estatuto da Terra, serviu para legitimar, nos anos de 1970, a venda de terras públicas a grandes empresas e para ampliar projetos oficiais de colonização. Assim, a reforma agrária mantinha o pacto político entre os grandes empresários urbanos e os proprietários de terra. Conforme Martins (1994, p. 119):

Para eles, a reforma agrária deveria ser um instrumento de modernização econômica e não um instrumento de transformação social. Era, portanto, uma questão técnica, e não uma questão política, e fazia parte de uma estratégia de preservação da ordem institucional.

Desse modo, as primeiras terras destinadas à desapropriação seriam aquelas localizadas em regiões em que houvesse tensões sociais. Terras ocupadas por empresas rurais não seriam desapropriadas. Os pequenos agricultores estariam sujeitos à desapropriação e haveria projetos de colonização:

a reforma agrária poderia atingir uma parcela significativa dos pequenos agricultores, na medida em que os minifúndios estariam sujeitos a desapropriação para remembramento e formação de parcelas maiores, que viabilizassem atividades econômicas de natureza empresarial. Por outro lado, uma parte do problema deveria ser resolvida através dos projetos de colonização pública ou particular, que deslocaria populações sem terra para as chamadas frentes pioneiras: basicamente, as terras supostamente livres da região amazônica, embora não só elas (MARTINS, 1994, p. 121).

Poucas terras foram desapropriadas e investiu-se em projetos de colonização com duas frentes diferentes: uma formada por pequenos agricultores vindos do Sul e do Nordeste do Brasil; e uma outra constituída por grandes empresas capitalistas que, estimuladas pela isenção de impostos, resolveram investir em atividades agropecuárias na região. Logo se instalou o conflito. Os pequenos agricultores, que não tinham título de propriedade, principalmente os do Nordeste, começaram a ser expulsos por meio da ação violenta de pistoleiros contratados pelas empresas. Tribos indígenas, até então não alcançadas pela chamada civilização, foram removidas para outros locais, sendo muitas delas dizimadas. Além disso, a maioria dessas empresas estabeleceu, nas regiões de colonização, relações de trabalho baseadas no regime de peonagem, ou seja, a escravidão por dívida. Os trabalhadores reagiram nessas regiões e, em outras, nas quais os pequenos agricultores expulsos de suas terras pelo processo de modernização da agricultura ou em função de projetos governamentais (como a construção de hidrelétricas) não aceitaram migrar para outros locais e começaram a reorganizar-se para a luta pelo direito à terra. Nesse processo, a Igreja Católica, por meio da CPT, teve papel preponderante.

Quando foi instaurado o regime militar em 1964, a Igreja acabou por apóia-lo⁴⁶ e, inicialmente, viu-se atendida em seus interesses quanto à questão agrária:

A ditadura desencadeara enorme repressão no campo, fazendo cessar, aparentemente, a desordem rural e, ao mesmo tempo em que caçava as lideranças de esquerda, criava, em princípio, as condições para a realização de uma reforma no direito de propriedade e a promoção da propriedade da terra. A Igreja estava, de certo modo, atendida (MARTINS, 1994, p. 118).

A caça às lideranças de esquerda, entretanto, não atingiu somente os comunistas. Militantes católicos, padres e leigos que trabalhavam com a educação e conscientização dos trabalhadores rurais tornaram-se também alvo da perseguição política, o que desagradou a Igreja. Além disso, aos poucos, a reforma preconizada pelos militares demonstrou-se muito diferente daquela defendida pela instituição católica. A reforma agrária para os militares não deveria alterar a aliança política entre os grandes empresários urbanos e os proprietários de terras. A modernização do campo brasileiro deveria acontecer sem afetar a estrutura concentradora da propriedade de terra no Brasil. Dessa maneira, o resultado da política agrária

⁴⁶ É importante considerar que nesse período, alinham-se, no interior da Igreja, posições políticas e doutrinárias conflitantes, resultantes da politização juvenil na Ação Católica Especializada. Os jovens, especialmente da Juventude Universitária Católica, mesclavam elementos do humanismo cristão com diversas orientações políticas-ideológicas, entre elas o marxismo, para a análise e prática social. Assim, foi desenhando-se na JUC uma crítica radical ao capitalismo e uma opção pelo socialismo. A JUC acabou rompendo com a hierarquia católica. Porém, sua experiência, especialmente utilizando-se do método ver-julgar-agir, foi importante para o surgimento da Teologia da Libertação nos anos de 1960 e para a ação pastoral desencadeada no Brasil nos anos posteriores (MARTINS, 2000).

implantada pelos militares, já descrita anteriormente, revelou-se dramática para os pequenos proprietários de terras, posseiros, indígenas. Especialmente por meio da experiência com o projeto de colonização da Amazônia, ficou visível para a Igreja que “o capitalismo não se dissemina unicamente através do progresso material. Ele se difunde, também, necessariamente, criando e restaurando formas arcaicas de exploração de trabalho, expulsando, marginalizando, escravizando” (MARTINS, 1994, p. 127). Destaca Martins (1994, p. 135) que, frente a questão camponesa e a questão indígena, a Igreja se viu diante de um capitalismo diferente do modelo presumido no trabalho desenvolvido no Nordeste até 1964. “Agora, claramente, o capital se apresentava como proprietário de terra e o próprio Estado aparecia como seu mentor e financiador”.

Assim, os anos de 1970 retratam uma nova atitude da Igreja em relação ao Golpe Militar e frente à questão agrária. Sob a inspiração do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín, que proclamou a opção da Igreja pelos pobres, a instituição eclesial retomou o seu trabalho pastoral com os trabalhadores rurais, mas agora num clima de denúncia. Nesse momento, muitos leigos e seminaristas, muitos deles na fase juvenil, padres e bispos encontraram na Teologia da Libertação a orientação teológica para a ação pastoral. Vários documentos episcopais⁴⁷ foram lançados e anunciavam que “o desenvolvimento econômico, que o Estado e o capital levavam adiante, no País, semeava fome, violência, destruição e morte” (MARTINS, 1994, p. 137). Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para desenvolver o trabalho pastoral em regiões de conflito. Essa pastoral deveria estimular e apoiar a reorganização dos trabalhadores rurais, em sindicatos e em outras manifestações bem como denunciar diversos tipos de violência cometidos contra eles. Nesse processo, ela constituiu uma relação tensa com a CONTAG, opondo-se à prática centralizadora e legalista desta entidade e criticando seu compromisso com federações e sindicatos rurais consideradas pelegas.

Inicialmente, a CPT começou a desenvolver-se mais no Norte e Centro-Oeste do país, em virtude da grande onda de violência que atingia os posseiros dessas regiões. Logo foi estendendo-se por todas as outras regiões brasileiras e contribuindo, através do trabalho de base, especialmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴⁸, na organização

⁴⁷ Entre eles: *Eu ouvi os clamores do meu povo*, pelos bispos do nordeste, em 1973; *Marginalização de um povo – o grito das Igrejas*, pelos bispos do Centro-Oeste, em 1973; *Igreja e problemas da terra*, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1980.

⁴⁸ As CEBs, definidas como um novo jeito de ser Igreja, surgiram em diversos países da América Latina nos anos de 1960. Essas pequenas comunidades eclesiais são caracterizadas pela solidariedade e efetiva participação dos leigos. Procuram estabelecer uma relação forte entre fé e vida, induzindo a organização e participação política. No Brasil, nos anos de 1970, as CEBs multiplicaram-se rapidamente no meio rural e, em meados dos

dos trabalhadores rurais atingidos pelo processo de modernização da agricultura brasileira. Foi assim que, contando com a motivação e o apoio da CPT, trabalhadores rurais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo iniciaram, simultaneamente, várias lutas em seus estados para continuar no campo e na atividade agrícola⁴⁹. Essas lutas assinalam o início do desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como movimento de luta pela reforma agrária no Brasil.

Por sua vez, a gênese do MST coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. Desde meados da década de 1970, já despontavam, no cenário nacional, novos sujeitos sociais que exigiam a volta da democracia e direitos sociais básicos, ao mesmo tempo, os militares assinalavam com a abertura política através de algumas medidas governamentais. Em 1979, estabeleceu-se anistia aos presos políticos. Um ano antes, em 1978, acontecia a greve dos operários do ABC paulista, colocando em evidência um novo sindicalismo que fugia ao modelo legal de organização sindical tutelado e controlado pelo Estado desde os anos de 1930. Nesse mesmo período, com o apoio da Igreja Católica por meio das CEBs houve a irrupção de mobilizações locais de moradores pobres das cidades brasileiras, que, independente de espaços políticos institucionais, organizaram-se em torno de demandas específicas como moradia, transporte, custo de vida, creches, saúde etc. Surgiram, ainda, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) como novas organizações de esquerda no país. Em 1983, teve início a campanha das *Diretas Já*, articulando vários setores da sociedade civil. Dessa maneira, “a luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade” (STEDILE; FERNANDES, 2001, p. 22).

Nesse sentido, o surgimento do MST pode ser compreendido como uma resposta dos trabalhadores rurais ao histórico processo de expropriação e exploração dos trabalhadores

anos de 1980, foram estimadas em cerca de 80.000 em todo o Brasil. Porém, a partir dos anos de 1990, sofrem um processo de esvaziamento, provocado pela política conservadora adotada pelo Vaticano, pelo refluxo dos movimentos sociais e por certa crise no catolicismo devido à forte concorrência de outras opções religiosas (PRANDI; SOUZA, 1996).

⁴⁹ De acordo com Caldart (2004, p. 109-114), “No Rio Grande do Sul o marco foi a expulsão dos colonos da reserva indígena de Nonoai, feita pelos índios Kaingang que também lutavam pela reconquista de sua terra de origem, em maio de 1978. (...) Menos de dois meses dessa expulsão, aconteceu uma primeira ocupação espontânea das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e na Reserva Florestal da Fazenda Sarandi, em Rondinha”. Essa ação desmembrou-se em outra: o acampamento da Encruzilhada Natalino. Em Santa Catarina, a reação veio em função da farsa da peste suína, na qual o governo, alegando uma peste, dizimou porcos dos pequenos agricultores na região de Chapecó. A primeira grande ocupação de terra em Santa Catarina aconteceu no município de Campo Êre. No Paraná, os trabalhadores rurais organizaram-se, com o auxílio da CPT, o Movimento Justiça e Terra para cobrar do Governo uma justa indenização pelas terras alagadas em função da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Em Mato Grosso do Sul, os trabalhadores organizaram-se após serem expulsos das terras arrendadas. Organizaram-se em Naviraí, nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá. No Estado de São Paulo, o foco inicial de resistência manifestou-se por meio de um conflito entre os posseiros e o grileiro da Fazenda Primavera, município de Andradina.

rurais, agravado pela modernização agrícola e a política de reforma agrária imposta pelos governos militares, a partir de 1964. Nessa caminhada, a Igreja Católica, por meio das CEBs e da CPT, teve papel fundamental, contribuindo para a politização e organização dos trabalhadores do campo⁵⁰. Ação que esta instituição também desenvolvia nos centros urbanos, por meio das CEBs e das pastorais sociais como a Pastoral Operária, Pastoral da Juventude etc. Soma-se a isso o processo de transição democrática em curso.

4.2 A CONSOLIDAÇÃO DO MST COMO MOVIMENTO NACIONAL

O surgimento do MST, no Brasil, coincide com o momento das mobilizações pela redemocratização do país, que culminou com a eleição, em 1985, de um candidato civil à Presidência da República, Tancredo Neves, ainda que por vias indiretas⁵¹. Em virtude de sua morte, porém, assumiu a presidência José Sarney e governou até 1989. Durante o seu mandato foi lançado o Plano Cruzado e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

A proposta original do PNRA foi apresentada em maio de 1985 e trazia um conteúdo progressista, que feria os interesses dos grandes proprietários de terras do país. De acordo com Coletti (2005, p. 88):

...os latifúndios por dimensão e por exploração seriam diretamente atingidos pelo processo desapropriatório (...); a 'proposta' citava, abertamente, a necessidade de 'contenção do processo de expansão do latifúndio' e defendia a 'implantação de um setor reformado [formado pelos beneficiários da reforma agrária] de dimensão significativa' e organizado, segundo critérios definidos, pelos próprios assentados (...); estabelecia que, durante os quatro anos inicialmente previstos para o governo Sarney, seriam contemplados com terras 1,4 milhões de beneficiários de um total de 7,1 milhões previstos para os quinze anos seguintes; colocava a regularização fundiária, a colonização em terras públicas e a tributação como atividades complementares ao 'assentamento de trabalhadores rurais' (...); pretendia disciplinar a concessão de incentivos fiscais; previa a inscrição dos débitos fiscais do Imposto Territorial Rural em dívida ativa e sua execução; enfim, a 'proposta' do PNRA, da primeira à última página, não dava trégua ao latifúndio e afrontava de maneira ousada, os interesses seculares dos grandes proprietários de terras no Brasil.

⁵⁰ Esse período é denominado por Fernandes (2000) de momento de gestação e nascimento do MST (1979-1985).

⁵¹ Precedeu a eleição de Tancredo Neves a Presidência da República o movimento pelas Diretas-Já, que tinha como bandeiras, além da volta de eleições diretas para Presidência da República, várias mudanças na sociedade brasileira, entre elas a reforma agrária. Em relação às eleições diretas, estas só vieram a acontecer em 1989. Já a reforma agrária, conforme pretendiam os movimentos sociais do campo, especialmente o MST, torna-se cada vez mais difícil vislumbrá-la nos marcos do capitalismo brasileiro.

Em reação a essa proposta, entidades representativas dos proprietários rurais realizaram, em junho de 1985, um “Congresso sobre a Reforma Agrária”, no qual apresentaram seu repúdio ao PNRA, pelo seu “conteúdo esquerdizante e marxista” (COLETTI, 2005, p. 90). Esse Congresso reuniu as forças necessárias para a criação da União Democrática Ruralista (UDR) que passa a ter como bandeira a defesa intransigente à propriedade privada e ao mercado, elegendo como inimigo central o MST e os setores progressistas da Igreja Católica.

Tanto a UDR como as demais entidades representativas dos proprietários de terras articularam-se no Congresso Nacional contra a proposta do PNRA, apresentando modificações substanciais ao projeto original, de modo a garantir a posse de suas propriedades e inviabilizar a reforma agrária. O PNRA, aprovado em outubro de 1985, atendeu a esses interesses. Nesse sentido, ficava comprovado que o ceticismo manifestado pelo MST em relação à aprovação do projeto original não era sem razão, nem era sem razão que esse Movimento tivesse na tática de ocupação e acampamentos a forma central de pressão política sobre o Governo, mesmo quando este acenava com uma proposta de mudança. Nesse mesmo ano, o MST realizou ocupações nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Pernambuco, Goiás. No final de 1985, havia 42 acampamentos espalhados em 11 Estados brasileiros, reunindo 11.655 famílias (FERNANDES, 2000; MORISSAWA, 2001). Observa-se que o raio de atuação do movimento vai-se ampliando, atingindo outras regiões, além do Sul e Sudeste do país.

Em 1987, com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, a questão agrária e a reforma agrária voltaram a ser discutidas e, mais uma vez, a bancada ruralista fez valer os interesses dos seus representados. A Constituição de 1988, embora tenha vinculado o direito de propriedade à sua função social, também declarou como não desapropriáveis a *propriedade produtiva*, o que esvaziou o significado de função social. Além disso, a extinção, em 1989, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e a transferência de suas atribuições para o Ministério da Agricultura somada ao tempo esperado para a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária e do rito sumário (1993) necessários para que o governo pudesse realizar qualquer tipo de desapropriação de terra revelam, de acordo com Coletti (2005, p. 127), que os interesses dos grandes proprietários rurais estavam bem representados no Estado. Todavia, o MST continuou a se organizar e ampliar suas bases nesse período, estendendo sua ação para outros estados brasileiros.

Paulatinamente, o MST foi territorializando-se por todo o país, consolidando-se como um movimento de caráter nacional na luta pela Reforma Agrária, e, ao mesmo tempo, construindo formas de organização interna para qualificar a luta dos sem-terra⁵². Assim, no período de 1985 e 1990, tem-se o momento de *territorialização e consolidação do MST*. Conforme Fernandes (2000, p. 170):

...o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um movimento nacional, estando presente na luta pela terra em todas as grandes regiões. Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra espacializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação...

Nesse período, foram escolhidos os símbolos que deveriam representar a luta e a imagem do MST, como a bandeira, o hino do movimento, o boné, as palavras de ordem. Fomentou-se a publicação de cadernos, boletins, livros, textos “que subsidiaram os estudos nas diversas frentes de atuação, utilizados para a formação nos diferentes espaços de socialização política” (FERNANDES, 2000, p. 175).

Solidificou-se, no MST, a consciência de que não bastava lutar pela terra, era necessário lutar para permanecer nela. Assim, à luta pela terra somou-se a luta pelo transporte, pela moradia, pela escola, pelo crédito agrícola, enfim, por um projeto de desenvolvimento rural para o Brasil que permitisse a permanência do homem no campo. Isso ficou evidenciado nas palavras de luta do movimento em 1989: *Ocupar, resistir, produzir*, revelando que, frente aos resultados do PNRA e da Constituinte, o Movimento tinha claro que a realização da reforma agrária só se realizaria a partir da luta e organização dos trabalhadores. As preocupações com educação e produção destacaram-se, como pode ser observado na afirmação de Fernandes (2000, p. 179):

Procuraram formar a compreensão de que a luta não termina na conquista da terra, mas que continua, fortalecendo a formação do MST, ao organizarem simultaneamente a cooperação agrícola e as ocupações; investir sempre na formação dos sem-terra para a qualificação profissional necessária ao trabalho em vista das transformações da estrutura produtiva. (...) criar diferentes formas de cooperação e lutar por um programa de crédito agrícola para os assentamentos rurais. Esses

⁵² Nesse processo, o MST foi construindo as suas bases estruturais formadas pelas instâncias representativas: coordenação e direção nacional; coordenação e direção estaduais; coordenações regionais; coordenações dos acampamentos e assentamentos; setores de atividades (setor de frente de massa, setor de educação, setor de formação, setor de comunicação, setor de finanças, setor de projetos, setor de saúde, setor de produção, setor de gênero). Essas instâncias reúnem-se em fóruns deliberativos como o Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos; o Encontro Nacional, realizado a cada dois anos e os Encontros Estaduais, realizados anualmente, em cada estado. Esta estrutura foi constituída na segunda metade dos anos de 1980 (FERNANDES, 2000); nos anos 2000, houve uma alteração nessa forma organizativa. Além dos setores, os acampamentos e assentamentos passaram a se organizar em núcleos de famílias e os núcleos de famílias passaram a compor as Brigadas. O tamanho das Brigadas varia de 200 a 500 famílias, sendo que cada uma tem uma direção coletiva formada pelos representantes de grupos de 50 famílias ou por cada cinco núcleos de famílias. A direção estadual é composta por um casal dirigente de cada Brigada, além dos coordenadores dos setores, dos representantes da coordenação e da direção nacional (MST. Setor Nacional de Formação, 2005).

princípios iriam permear o movimento dessa atividade na construção da forma de organização do MST.

É, nesse sentido, que o período de 1986 a 1992 foi marcado pela discussão em torno do modelo de produção nos assentamentos, acentuando-se o debate sobre a cooperação agrícola. Realizaram-se várias experiências de coletivização da produção, especialmente aquelas baseadas nos laboratórios organizacionais ou experimentais de campo. Tais experiências mostraram-se ineficientes frente à realidade dos sem-terra, provocando discussões internas e busca de novas alternativas.

Por sua vez, a derrota de Lula nas eleições de 1989, representou uma derrota política da esquerda brasileira, inclusive para o MST, contribuindo para o refluxo desse Movimento nos primeiros anos de 1990. Processo este que foi agravado em virtude da forte repressão do Governo Collor ao MST, entre 1991 e 1992, diminuindo drasticamente o número de ocupações e de famílias na luta pela terra. Nesse momento, o MST voltou-se para questões internas relacionadas à sua organicidade e ao sistema de cooperativas dos assentados. Em 1992, fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Aliou a luta pela terra a outras lutas da classe trabalhadora, participando de jornadas nacionais conjuntas.

Nesse mesmo ano, ampliaram-se as denúncias de corrupção envolvendo diretamente o presidente Collor e seus assessores diretos, o que resultou em manifestações de rua nas principais cidades do país. Tais manifestações tiveram a participação significativa dos jovens que, liderados pela UNE, exigiram o *impeachment* do presidente.

Com o afastamento de Collor de Mello da presidência da República, em 1992, assumiu o vice-presidente Itamar Franco. Durante esse governo, foi aprovada a Lei Agrária⁵³ e a Lei do Rito Sumário⁵⁴. Foi o primeiro governo na história a receber 24 dirigentes da Coordenação Nacional do MST. Prometeu assentar 20.000 famílias, mas acabou assentando 12.600 famílias⁵⁵. Entretanto, o fim da era Collor significou uma retomada de fôlego para o MST. Destaca Coletti (2005, p. 192): “Se compararmos os dados de 1994 aos de 1992, observaremos um aumento de 47% no número de ocupações e de 32% no número de famílias

⁵³ A Lei Agrária, aprovada em janeiro de 1993, regulamentava as desapropriações de terra para fins de Reforma Agrária. Entre os avanços trazidos por essa lei estava a recolocação da função social da propriedade da terra como critério central para desapropriação bem como estabelecia os critérios de utilização da terra que caracterizariam uma propriedade produtiva (MORISSAWA, 2001, p. 148).

⁵⁴ A Lei do Rito Sumário, aprovada em junho de 1993, definia os procedimentos jurídicos necessários em caso de desapropriação de terra por interesse social, para fins de Reforma Agrária.

⁵⁵ Segundo dados do INCRA, foram assentadas 21.763 famílias. Entretanto, os dados do INCRA têm sido objetos de contestação por parte dos movimentos sociais e de entidades ligadas à luta pela Reforma Agrária, conforme a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

envolvidas, o que indica, uma conjuntura política muito mais favorável que aquela do governo Collor”.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso inicia o seu primeiro mandato como presidente da República (1995-1998) dando continuidade às políticas neoliberais já em curso durante o Governo Collor⁵⁶. No mesmo ano, o MST realizou, em julho, o seu 3º Congresso Nacional, no qual foi levantada como bandeira: *Reforma Agrária é uma luta de todos* que, de acordo com Caldart (2004), trouxe como contrapartida a perspectiva da existência de outras lutas do povo brasileiro que deveriam ser abraçadas pelo MST. Nesse sentido, o Movimento organizou-se para mostrar à sociedade que a luta pela reforma agrária não era apenas um problema dos sem-terra, também passou a articular-se com outros setores da sociedade num conjunto de iniciativas que ficou conhecido como *Consulta Popular*, ou seja, um fórum criado para “provocar a reflexão da sociedade, em particular da classe trabalhadora, sobre a possibilidade de uma nova *opção brasileira*, dessa vez pela construção de um *projeto popular de desenvolvimento para o Brasil*” (CALDART, 2004, p. 145) (grifos da autora).

Durante o primeiro mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve o assentamento de aproximadamente 200.000 famílias, muitas delas de posseiros que tiveram suas terras regularizadas. Boa parte desses assentamentos foi realizada na região Norte do Brasil. É um momento que registra uma intensificação nas lutas e ocupações de terras, a maioria vinculada ao MST.⁵⁷ Nesse processo, vários acontecimentos chamaram a atenção da opinião pública, alguns deles amplamente noticiados pela mídia: em agosto de 1995, o massacre de Corumbiara, em Rondônia, que deixou dez sem-terra e dois policiais mortos; em 17 de abril de 1996, o massacre de Eldorado de Carajás, no leste do Pará, que resultou na morte pela polícia de 19 trabalhadores sem-terra; neste mesmo ano, na semana da Pátria, o lançamento de um *Manifesto ao Povo Brasileiro* e, o início de várias ações contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce; em 1997, com uma participação significativa de jovens, foi realizada a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” que, saindo de vários estados brasileiros, no mês de fevereiro, e após três meses de caminhada, chegou a Brasília em abril e junto com outras organizações sociais realizou uma grande manifestação contra as políticas neoliberais do Governo FHC.

⁵⁶ O Presidente Fernando Henrique deu continuidade à abertura comercial e financeira da economia brasileira aos produtos e capital estrangeiros, à privatização das empresas estatais, à desregulamentação do mercado de trabalho e à supressão dos direitos sociais.

⁵⁷ A partir de meados da década de 1990, além do MST, realizaram ocupações de terras em vários estados a CUT-CONTAG, a Federações dos Trabalhadores na Agricultura e movimentos dissidentes do próprio MST.

A realização da marcha evidenciava a capacidade de mobilização do MST bem como seu poder de criar fatos políticos. Diante de tais circunstâncias, o governo viu-se desafiado a conter esse movimento e buscou, por meio de várias medidas, uma nova orientação à reforma agrária, consoante as políticas mais amplas em curso no Estado. Destaca Medeiros (2003, p. 50):

A nova institucionalidade inseriu-se em marcos mais amplos do que a questão agrária propriamente dita, na medida em que se regia pelos parâmetros de uma reforma de Estado em curso, cujas diretrizes centrais eram a descentralização de ações, o enxugamento da máquina administrativa e a privatização.

Esse Governo optou assim, por uma reforma agrária descentralizada, que, além de promover uma desconcentração administrativa na estrutura operacional do INCRA, por meio da criação das unidades avançadas, atribuía novas competências aos estados e municípios. Estes, através dos Conselhos Estaduais de Reforma Agrária, deveriam, entre outras atividades:

(...) definir as diretrizes da política estadual de reforma agrária e zonas prioritárias para o desenvolvimento da agricultura familiar e de assentamentos; aprovar a ordem de prioridade na relação de imóveis a serem vistoriados, analisar e dar parecer sobre os processos de aquisição e desapropriação instruídos pelos órgãos estaduais e/ou pelo INCRA (MEDEIROS, 2003, p. 55).

Além disso, especialmente no segundo mandato de FHC (1998-2002), confirmou-se a estratégia de uma reforma agrária de mercado, materializada na constituição do Programa Banco da Terra, em 1998⁵⁸. Para inserção nesse programa estabeleceram-se como condições centrais: a) formação de uma associação de pequenos produtores ou trabalhadores sem terra; b) constituída a associação, esta devia procurar um agente financeiro com uma proposta de assentamento; c) de posse dos recursos, obtidos pelo financiamento, iniciava o processo de compra e negociação de uma determinada área para a instalação do assentamento; d) a proposta retornava aos órgãos governamentais para avaliação; e) feita a avaliação, a associação recebia uma carta de crédito por meio de um agente de crédito estatal, permitindo a aquisição da propriedade pelos valores do mercado. A associação tinha prazo de dez anos para a amortização da dívida, com carência de até três anos e contava com recursos destinados a investimentos em três áreas básicas: infra-estrutura, produtiva e social (MEDEIROS, 2003, p. 59-60).

Uma outra ação do governo foi a extinção do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) e a criação de uma linha específica de crédito para os

⁵⁸ É importante considerar que o Programa Banco da Terra originou-se de experiência anterior iniciada no Ceará, em 1996, e depois estendeu-se para outros estados nordestinos por meio do Programa Cédula da Terra. Esse programa inseria-se nas diretrizes políticas do Banco Mundial de combate à pobreza rural e contou com um empréstimo de 90 milhões de dólares desse banco.

assentados vinculada ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Criou ainda, um projeto denominado de reforma agrária pelo correio, no qual cadastrou mais de 800 mil famílias interessadas em um pedaço de terra.

Por trás dessas ações, incrementadas especialmente durante o segundo mandato de FHC, estava uma concepção de reforma agrária produtivista. O assentado passava a ser visto como alguém que devia ser empreendedor, competitivo e inserir-se no mercado. Por outro lado, tais medidas visavam desarticular as organizações dos trabalhadores rurais, especialmente o MST, pois, além de criarem a ilusão de fácil acesso à terra aos trabalhadores rurais, vinham acompanhadas de restrições que atingiam esse movimento social. Dentre as medidas tomadas, estava a impossibilidade de acesso a recursos públicos por entidades que promovessem ou incentivassem a ocupação de imóveis rurais ou bens públicos e a proibição da realização de vistorias em áreas ocupadas, inviabilizando sua desapropriação. Para Medeiros (2003, p. 53), com essas medidas, o governo visava combater as ocupações, atingindo a principal forma de pressão política do MST na luta pela terra. Além disso, o governo investiu em propaganda, ressaltando suas ações em relação à reforma agrária e insistindo na idéia de que o MST agia ilegalmente, muitas vezes, contra o patrimônio público e buscando criminalizar suas principais lideranças. Nesse período, frente a uma conjuntura política adversa, esse Movimento optou por um recuo tático e priorizou a luta por crédito agrícola e pela renegociação das dívidas de pequenos agricultores e assentados, porém, sem abrir mão de lutar por novos assentamentos e também de realizar ações contra as multinacionais de biotecnologia na luta contra os transgênicos (COLETTI, 2005).

O final da década de 1990 mostrava também um avanço na organização da produção nos assentamentos, contando com setenta e oito cooperativas estabelecidas nas grandes regiões brasileiras, e pela intensificação das atividades do setor de educação. Houve a ampliação do número de cursos de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos, a implantação de cursos de formação de professores, a criação do Curso de Magistério e do Curso Técnico em Administração de Cooperativas, convênios com universidades na oferta de cursos superiores para a formação de professores das escolas dos assentamentos, inauguração do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), implantação da escola Itinerante (FERNANDES, 2000).

Em janeiro de 2001, o MST realizou, juntamente com outros movimentos sociais, grupos de ONGs e sindicatos, o I Fórum Social Mundial (I FSM), em Porto Alegre. Esse evento aconteceu no mesmo período do Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, servindo de contraponto a ele ao se colocar contra o neoliberalismo e a globalização

capitalista e anunciar que “um outro mundo é possível”. Entre as atividades do Fórum, houve a realização do primeiro Acampamento Intercontinental da Juventude. O MST, por sua vez, aproveitou a realização do I FSM e organizou com a Via Campesina⁵⁹ e a participação do líder francês José Bové uma ação contra a produção de transgênicos pela multinacional Monsanto. Em 2002, o MST participou da segunda edição do Fórum Social Mundial que repetiu, na sua programação, a realização do acampamento da juventude⁶⁰.

Nesse mesmo ano, contando com o apoio dos movimentos sociais vinculados aos interesses da classe trabalhadora, inclusive o MST, foi eleito para presidente da República Luiz Inácio “Lula” da Silva pelo Partido dos Trabalhadores. Ex-metalúrgico e ex-líder sindical, a candidatura de Lula, ainda que construída a partir de um leque de alianças políticas que unia esquerda e direita e dando sinais de que não alteraria a política econômica implantada no Governo de FHC, foi considerada pela classe trabalhadora como a possibilidade histórica da efetivação de mudanças estruturais na sociedade brasileira. Em relação à reforma agrária, o próprio programa de governo atestava o compromisso formal com sua realização. Destaca Stédile⁶¹ (2007):

A reforma agrária do governo Lula estaria baseada num plano nacional de reforma agrária, que contribuiria para democratizar a propriedade da terra e a fixação do homem no campo. E promoveria um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado na soberania alimentar, no mercado interno e na precaução em relação a sementes transgênicas, que seriam evitadas. O programa justificava ainda que a reforma agrária seria fundamental para o governo alcançar a meta de geração de 10 milhões de novos empregos, em apenas quatro anos.

Assim, a eleição de Lula foi bem recebida pelos trabalhadores rurais, porém, estes continuaram mobilizando-se. De acordo com Fernandes (2007, p. 50), em 2003, o número de famílias envolvidas em ocupações de terras foi um dos maiores registrados desde 1988. Conforme dados da CPT (2007a), foram 391 ocupações ocorridas nesse ano, sendo 222 organizadas pelo MST. Em novembro de 2003, o governo anunciou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, tendo como meta assentar 400.000 famílias nos quatro anos de governo, com prioridade para aquelas que estivessem acampadas. O plano também previa estimular as

⁵⁹ A Via Campesina é um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios agricultores, mulheres, indígenas, gente sem terra, jovens rurais e trabalhadores agrícolas, formada por organizações de 56 países da Ásia, África, Europa e América. Foi constituída como organização mundial durante a 1ª Conferência da Via Campesina, realizada na Bélgica, em 1993. (VIA CAMPESINA, 2008)

⁶⁰ O Fórum Social Mundial e os Acampamentos da Juventude continuaram a se realizar nos anos seguintes, com exceção de 2008. Em 2003 e 2005 aconteceu em Porto Alegre; em 2004, em Mumbai, na Índia; em 2006, sua edição foi policêntrica, ou seja, aconteceu em diferentes cidades do mundo; em 2007, em Nairóbi, Quênia, na África. Em 2009 retornou para Brasil, sendo realizado na cidade de Belém, no Pará. O MST continua participando do Fórum e, em 2005, junto com outras entidades, foi constituído o Comitê Organizador Brasileiro (FORUM SOCIAL MUNDIAL, 2008)

⁶¹ João Pedro Stédile é membro da coordenação nacional do MST.

cooperativas, a assistência técnica e o compromisso de compra direta dos produtos dos assentados (STÉDILE, 2007). Nesse mesmo ano, o governo liberou, por meio da medida provisória 113, a safra de soja transgênica 2002/2003, plantada ilegalmente no Rio Grande do Sul. Essa medida desagradou ONGs e movimentos sociais rurais, inclusive o MST, contrários à liberação de organismos geneticamente modificados.

Em 2004, frente à morosidade do Governo em dar sinais efetivos de que as propostas contidas no II PNRA seriam realizadas, o MST resolveu intensificar suas mobilizações. Em abril, mês em que aconteceu o Massacre de Eldorado de Carajás em 1996, o MST promoveu o que ficou conhecido como “abril vermelho”, intensificando as ocupações de terras no país. As ações do “abril vermelho”, além de lembrar os assassinatos acontecidos no Pará, procuraram chamar a atenção da sociedade para a necessidade de acelerar a reforma agrária. Somente nesse mês, foram realizadas aproximadamente 100 ocupações de terras. O final de 2004 contabilizava 496 ocupações, a maioria organizada pelo MST (CPT, 2007a).

Em 2005, o MST realizou a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, reunindo aproximadamente 11 mil militantes, muitos deles jovens, que marcharam a pé de Goiânia até Brasília por 17 dias, chegando ao Distrito Federal, a 17 de maio, para reivindicar que o Governo cumprisse as metas estabelecidas para a reforma agrária. Nessa ocasião, o Governo assinou uma agenda de compromissos com o MST, segundo a qual se comprometia a garantir a meta de assentamentos do II PNRA; priorizar as famílias acampadas, recuperar o crédito especial para os assentados; reestruturar o INCRA, acelerar a liberação dos recursos da Reforma Agrária; normatizar a entrega de cestas básicas aos acampados e publicar a nova portaria de índices de produtividade para desapropriações.

Frente ao não cumprimento desses compromissos, o MST voltou a mobilizar-se no final de setembro, realizando manifestações nas unidades do INCRA em várias capitais e, em outubro, junto com a Via Campesina, encaminhou uma carta ao Presidente Lula, manifestando descontentamento frente ao descaso do governo para os compromissos firmados com II PNRA e reafirmados durante a marcha de 2005. Nesse mesmo ano, foram realizadas 437 ocupações de terras em todo o Brasil, organizadas pelo MST e também por outros movimentos sociais rurais (CPT, 2007a).

No ano de 2006, a CPT (2007b) registrou a realização de 384 ocupações de terras, envolvendo 44.364 famílias em todo o Brasil, indicando uma redução em relação aos primeiros anos do Governo Lula. Embora o Governo afirmasse ter assentado 245.061 famílias entre 2003 e 2005, além de ter aumentado os recursos destinados à assistência técnica e crédito rural para os assentamentos, o MST e outras entidades de apoio à reforma agrária

mostravam-se críticos em relação a esses números. No caso específico do número de assentamentos, as estatísticas oficiais incluíam reassentamentos fundiários, regularização de terras de posseiros, famílias assentadas em reservas extrativistas (Resex), especialmente na região Amazônica. Essas inclusões são contestadas pelos movimentos sociais do campo, pois não significam, de fato, uma alteração na estrutura fundiária do Brasil. Além disso, aumentou entre esses movimentos sociais a dúvida em relação à realização de mudanças profundas no país com o Governo Lula; ao mesmo tempo, cresceu a convicção de que o Governo encontrasse atrelado aos interesses do agronegócio e do capital financeiro.

Entretanto, embora esse Governo não tenha avançado no sentido de propiciar condições efetivas para a realização da reforma agrária, Fernandes (2007, p. 51) considera que melhorou a relação política com os movimentos sociais, se comparado com o governo de FHC, uma vez que foram retomadas as linhas de crédito para os assentamentos e ampliados os projetos de acesso à escolarização para os trabalhadores rurais.

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2006, houve pouca empolgação e envolvimento dos militantes do MST no que se refere à reeleição de Lula para presidente. Esse quadro somente se alterou no segundo turno quando a eleição ficou polarizada em torno de duas candidaturas: Lula (PT) x Geraldo Alkmin (PSDB). Os principais intelectuais do MST, como Ademar Bogo, passaram a defender a necessidade de apoiar Lula, como forma de impedir uma vitória da direita no país. Embora reconhecendo que a vitória de Lula não representaria, de fato, uma vitória para a classe trabalhadora, o MST passou a considerá-la como forma de derrota política para a burguesia. Nesse sentido, seus militantes foram orientados a apoiar a candidatura de Lula, que acabou saindo vitorioso nas eleições presidenciais de 2006.

No ano de 2007, aconteceram 364 ocupações, aproximadamente 170 foram realizadas pelo MST (CPT, 2008). Em junho, o MST realizou o seu 5º Congresso Nacional com o tema “Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular”, reunindo cerca de 17.000 militantes em Brasília. Nesse congresso, firmou-se a convicção desse Movimento de que o principal inimigo, atualmente, deixou de ser o tradicional latifundiário:

Hoje, os que querem monopolizar as terras, controlar territórios, assegurar as reservas de água doce e se apoderar da biodiversidade, são os mesmos donos de bancos, transnacionais da agroindústria. Esses são os novos inimigos da reforma agrária, agora difusos em sociedades anônimas (MST, 2007a, p. 51).

Neste sentido, firmou-se a necessidade de derrotar o modelo econômico neoliberal e o imperialismo e fazer da reforma agrária uma luta não apenas pela democratização da

propriedade da terra, mas relacionada a “todos bens da natureza, como água, sementes, biodiversidade, e com a forma de organizar a produção agrícola, com a forma de organizar a vida social...”. Trata-se, portanto, de um novo modelo de sociedade (MST, 2007b, p. 90).

Neste balanço sobre a história do MST é importante, ainda, considerar como se deu, especificamente, a história deste Movimento no Paraná.

4.3 GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO DO MST NO PARANÁ

No Paraná, assim como nos demais estados da região Sul, os trabalhadores rurais, nos fins dos anos de 1970, retomaram as lutas em resposta ao avanço do capitalismo no campo, naquele momento, facilitado pela intensificação de políticas agrícolas voltadas à modernização da agricultura e com endereço certo: os grandes proprietários rurais. Por sua vez, para os trabalhadores rurais significava o agravamento do processo de expulsão do trabalhador do campo ou, ainda, a sua total subordinação às agroindústrias.

Bonin, Ferreira e Germer (1991), ao fazerem uma análise das lutas agrárias ocorridas - no Paraná, nesse período e até aproximadamente 1986, e que contribuíram para a constituição do MST - destacaram três fases significativas: a primeira é aquela em que se reúnem os conflitos precursores; a segunda constituiu-se pelo grupo de episódios catalisadores dos processos de articulação regional e nacional e a terceira fase seria a que foi marcada pelo esforço de unificação do MST em âmbito nacional.

A fase precursora, no Paraná, vai até 1980 e reuniu as primeiras experiências dos trabalhadores rurais contra os atos de esbulho praticados por entidades governamentais ou privadas. De acordo com os autores, são lutas ainda isoladas, sem experiências anteriores e que se articulam no processo mesmo de ascensão da luta (BONIN; FERREIRA; GERMER, 1991, p. 126). As principais ocorrências desse período são os conflitos surgidos em função da construção das barragens, da posse da terra ou como reação aos efeitos das políticas agrícolas⁶².

Entre os conflitos que envolveram a construção das barragens (Salto Santiago, Foz do Areia e Itaipu), o mais expressivo foi o relativo à construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, que originou o “Movimento Justiça e Paz” em 1981. A Itaipu foi

⁶² As informações sobre esses conflitos foram retirados de Ferreira (1987).

construída a partir de um acordo assinado, em 1973, entre Brasil e Paraguai e significou o comprometimento de cerca de 111.332 hectares do território paranaense, abrangendo parte dos municípios de Guairá, Terra Roxa, Marechal Candido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu. Para tal construção foram desapropriados proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, além de trabalhadores permanentes e temporários que se viram obrigados a buscar outras regiões para a venda da força de trabalho.

A construção da usina e a conseqüente desapropriação das áreas a serem atingidas colocaram em questão o pagamento de indenizações aos agricultores. Em 1975, a Itaipu iniciou um programa de esclarecimento popular sobre a obra, enfatizando, através dos recursos da propaganda, o engrandecimento do empreendimento. Realizou reuniões com a população em que prometia preço justo nas desapropriações e indenizações até 1978. Com a chegada de 1978, porém, alguns fatos evidenciaram-se, entre eles: quase ninguém tinha sido indenizado; os preços propostos eram baixos; os posseiros, que não contavam com a posse legal da terra, estavam sendo prejudicados; a Itaipu pressionava os proprietários a aceitarem suas propostas.

Embora houvesse descontentamento, este só foi canalizado quando as Igrejas Evangélicas Luterana do Brasil e Católica, por intermédio da CPT, iniciaram um processo de organização dos agricultores. Reuniões, assembléias, elaboração de documentos, na forma de abaixo assinado, enviados a autoridades foram freqüentes entre 1978 e 1979, mas não provocaram o sucesso esperado. Somente em 1980, quando os agricultores cercaram o escritório da Itaipu, no município de Santa Helena, por 17 dias, a Itaipu propôs-se a aceitar parte das reivindicações dos agricultores. Novamente, em 1981, observado o não cumprimento do acordo realizado pela Itaipu, os agricultores, apoiados, além da CPT, pela igreja local, por políticos da oposição e, mais tarde, pelos sindicatos locais, reunindo 2.000 agricultores instalaram um acampamento, no trevo de acesso a Itaipu. Frente à organização e luta dos agricultores, a Itaipu viu-se obrigada a atender boa parte das reivindicações dos trabalhadores, embora, segundo a avaliação do movimento, “a reivindicação de terra por terra não tenha sido alcançada a contento” (FERREIRA, 1987, p. 23).

Além dos conflitos envolvendo a construção de barragens, esse período foi marcado por lutas ligadas à posse da terra e contra as políticas agrícolas. Em relação à luta pela posse da terra, destacaram-se os conflitos ocorridos na região Oeste/Sudoeste, sejam eles envolvendo reservas indígenas do rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul e nas reservas de Mangueirinha, sejam aqueles relacionados com a titulação e a grilagem de terras, como os ocorridos nos municípios de Francisco Beltrão e Marmeleiro (incluindo as Fazendas Anoni e

Perseverança) e os ocorridos nas fazendas da empresa Giacommet-Marodin (BONIN, FERREIRA, GERMER, 1991, p. 126). Sobre a reação, especialmente de pequenos produtores, às políticas agrícolas, podem-se citar os conflitos ocorridos contra as Notas Promissoras Rurais (NPR)⁶³, em 1979, e os conflitos envolvendo a crise da suinocultura em 1980.

As manifestações contra as NPRs iniciaram quando dois frigoríficos do Oeste paranaense faliram (Frimesa e Frirondon) e os agricultores, a maioria pequenos proprietários, foram cobrados pelas dívidas das empresas. Com apoio da CPT e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais houve várias reuniões e, em 1979, após realização de uma assembléia em Medianeira, reunindo aproximadamente 2.000 produtores, decidiu-se pelo não pagamento das NPRs. Seguiram-se várias mobilizações envolvendo o poder público. Os resultados alcançados pelo movimento foram satisfatórios, pois as dívidas deixaram de ser cobradas dos produtores e, principalmente, houve alterações na regulamentação da lei sobre as notas promissoras rurais.

O movimento dos suinocultores iniciou-se no Sudoeste do Paraná, estendendo-se depois para o Oeste. O problema dos suinocultores, a maioria pequenos produtores, teve seu início com a “peste suína africana” que, embora contestada por muitos especialistas no assunto, provocou o fechamento do mercado externo ao produtor brasileiro. Em 1980, a situação agravou-se em virtude dos baixos preços pagos pelos frigoríficos, abaixo dos custos de produção. Por sua vez, nas cidades, os consumidores pagavam preços exorbitantes pela carne suína. Essa situação levou a organização dos suinocultores, juntamente com a CPT e os seus sindicatos, a realizarem manifestações, documentos e enviar às autoridades com suas reivindicações.

Em outubro de 1980, articulados com os suinocultores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os suinocultores promoveram manifestações nos três estados. No Paraná, a manifestação, reuniu, em Francisco Beltrão, aproximadamente 8.000 suinocultores do Estado. Entre as reivindicações dos suinocultores estavam a fixação de um preço mínimo para o quilo de suínos e a revisão das normas gerais de financiamento para o setor.

O governo, por meio do Ministério da Agricultura, divulgou, em novembro um preço, mas este foi considerado injusto pelos suinocultores e provocou reação dos agricultores que bloquearam estradas na região Sudoeste bem como a entrada e saída de quatro frigoríficos

⁶³ De acordo com Ferreira (1987, p. 35), as NPRs foram instituídas pelo decreto-Lei 167 de 14/02/1967 e “consistiam em títulos que as empresas davam aos agricultores como garantia de pagamento do produto e que só podiam ser descontados nos bancos mediante endosso e aval dos próprios agricultores.

do Oeste do Estado. Nas palavras de Ferreira (1987, p. 34): “Com estas atividades os suinocultores efetuaram uma efetiva “greve” de comercialização de suínos, não deixando passar nenhum suíno vivo ou produtos industrializados”. No terceiro dia, os bloqueios foram dissolvidos pela ação da Polícia Militar. Os suinocultores continuaram o movimento, mas não com a mesma força. Embora tenham conseguido algumas vantagens, essas vitórias foram consideradas insatisfatórias para os produtores: “O preço mínimo obtido não foi considerado justo e compensador e outras reivindicações não foram sequer apreciadas pelo governo” (FERREIRA, 1987, p. 35).

Nesse processo precursor, é importante considerar, além do envolvimento da CPT, o trabalho desenvolvido na região Sudoeste pela ASSESOAR no processo de organização dos trabalhadores rurais. Essa entidade a partir de um trabalho de formação de lideranças rurais ajudou os trabalhadores a conquistar os sindicatos na região. Em 1978, a chapa de oposição sindical venceu as eleições em Francisco Beltrão; depois, foi a vez do sindicato rural do município de Dois Vizinhos ser conquistado. Em 1984, eram 17 sindicatos rurais conquistados pelas oposições sindicais na região. Muitos desses sindicatos trabalharam no processo de cadastramento de famílias para a realização de ocupações de terras na região.

A segunda fase apontada por Bonin, Ferreira e Germer (1991) constituiu-se pelo grupo de episódios catalisadores dos processos de articulação regional e nacional do MST e de formulação do objetivo principal da luta – a terra – e da sua ideologia, tendo, nos anos de 1981 e 1982, as suas principais ocorrências. Os autores destacam como acontecimentos principais: o acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS) e a constituição do Mastro (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense), ocorridos no primeiro semestre de 1981. Esse movimento constituiu-se a partir da organização de trabalhadores rurais, entre eles arrendatários e posseiros, que não tiveram direito à indenização com a Construção da Hidrelétrica de Itaipu. Com a colaboração das lideranças do “Movimento Justiça e Paz”, o Mastro foi fundado e tem por objetivo a luta pela terra. Além desses episódios, também tiveram papel catalisador a ocupação da Fazenda Anoni, em Marmeleiro, em julho de 1983, e a luta dos ilhéus do rio Paraná, entre 1983 e 1984, centralizada na cidade de Guaíra.

O surgimento do Mastro, no Paraná, assim como lutas que aconteciam em outros estados foram consolidando a necessidade de uma articulação dos diversos movimentos estaduais e de outros estados. Ainda em 1981, foi realizada a 1ª Assembléia Estadual de Agricultores, em Medianeira; em julho, aconteceu o 1º Encontro sobre Barragens, em Cascavel. Em 1982, o Mastro consolidou-se, realizando duas assembléias; nesse mesmo ano,

aconteceu, no município de Medianeira, o 1º Encontro de Trabalhadores Sem Terra da Região Sul, reunindo representantes de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além do Paraná; em Goiânia, no mês de setembro, foi realizado o primeiro encontro de caráter nacional. De acordo com Bonin, Ferreira e Germer (1991, p 128), na segunda fase, “o movimento vai concentrando-se nas lutas especificamente ligadas à propriedade da terra. (...) é nesse período que amadurecem as condições para que a reforma agrária converta-se na reivindicação maior e prioritária de trabalhadores rurais e pequenos proprietários”.

A terceira fase foi marcada pelo esforço de unificação do MST em âmbito nacional bem como pelas primeiras iniciativas coordenadas pelo Movimento organizado. Essa fase inicia-se, em 1983, com a realização de um encontro na cidade de Chapecó (SC), com o objetivo de formalizar a articulação já existente dos trabalhadores sem terra da região Sul. Bonin, Ferreira e Germer (1991, p 128) destacam que findado o ano contabilizava-se “11 ocupações de terras em todo o país, quatro das quais no Paraná, que são as das fazendas Anoni, Cavernoso (setembro de 1983, em Guarapuava), Giacomet-Marodin (julho de 1983, em Chopinzinho) e Quinhão 11 (setembro de 1983, em Sertaneja)”. Nesse mesmo ano, surgiram o Movimento do Agricultor Sem Terra do Norte do Paraná (Masten) e o Movimento do Agricultor Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes). Mais tarde, surgiram também o Movimento do Agricultor Sem Terra do Litoral (Mastel) e o Movimento do Agricultor Sem Terra do Centro Oeste (Mastreco).

É importante lembrar que o período em que o MST vai-se constituindo no Paraná assim como no Brasil, politicamente, o país vivencia o período de abertura política e de redemocratização da sociedade. No Paraná, esse processo, levou à vitória, nas eleições estaduais de 1982, o candidato da oposição, José Richa, vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nessa trajetória, o candidato contou com o apoio de segmentos ligados à luta pela terra. Ao assumir o cargo, José Richa, procurando cumprir com os acordos feitos durante a campanha, nomeou cinco secretários envolvidos com as causas populares, entre eles o agrônomo Claus Germer, antigo assessor da CPT e comprometido com a luta pela terra, que ocupou o cargo de Secretário da Agricultura.

Embora coubesse ao governo federal a aplicação do Estatuto da Terra na realização da Reforma Agrária, até meados de 1985 era o Governo Estadual o principal interlocutor nesse processo (BRENNEISEN, 2002, p. 42). Assim, a nomeação de Claus Germer abriu canais favoráveis de negociação entre o Estado e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Se, por um lado, este secretário tomava medidas “posicionando-se ao lado dos interesses dos movimentos populares e demonstrava-se favorável à realização da Reforma

Agrária, por outro, feria interesses de segmentos rurais ligados à Federação da Agricultura do Estado do Paraná” (FAEP), que passaram a exercer forte pressão sobre a Secretaria da Agricultura (BRENNEISEN, 2002, p. 42-43). Como ofensiva contra os interesses dos grandes proprietários, os movimentos regionais de trabalhadores rurais sem terra intensificaram suas mobilizações e passaram a ocupar terras improdutivas. Em 1983, foram quatro ocupações realizadas no Paraná, intensificando a utilização dessa estratégia nos anos seguintes.

Em 1984, o MST foi oficialmente criado e constituiu-se a Coordenação Estadual desse Movimento no Paraná, dotada de uma secretaria executiva com sede em Curitiba. Nesse ano, intensificaram-se as ações do movimento no estado: ocorreram as ocupações da Fazenda Imaribo, em Manguelina; da Fazenda Mineira, em Medianeira e da Fazenda Padroeira do Brasil, em Matelândia; houve acampamentos em frente à sede do INCRA, em Curitiba, ocupação de área de propriedade do mesmo órgão, em São Miguel do Iguaçu, e da colônia penal de Tamarana, na época, distrito pertencente ao município de Londrina e que se encontrava em desuso. Na área da colônia penal, houve o assentamento de 17 famílias.

O ano de 1985 foi marcado com uma derrota na luta pela reforma agrária com a aprovação, em versão que atendia aos interesses dos grandes proprietários de terras, do I Plano Nacional de Reforma Agrária. No Paraná, o Governo, sofrendo as pressões que vinham da FAEP, passou a acolher de maneira mais freqüente suas propostas em relação à política agrária e à política agrícola. O Estado também passou a tentar cooptar lideranças envolvidas na luta pela terra, porém, sem sucesso. Tais medidas do Governo do Paraná provocaram a cisão entre os movimentos populares e o poder público e levou Clauss Germer a renunciar à Secretaria da Agricultura.

O MST continuou agindo no Paraná, intensificando as ocupações de terras por todo o Estado; ao finalizar o ano, eram 13 acampamentos espalhados pelas regiões Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e Centro-Occidental, reunindo 3.328 famílias (FERNANDES, 2000, p. 154). Em 1986, os agricultores do Oeste do Paraná passaram a adotar uma outra estratégia: a de acampar em frente à sede do Governo Estadual. Como resultado desapropriaram-se duas fazendas: uma entre os municípios de São Miguel do Iguaçu e Medianeira e outra no município de Lindoeste. Implantaram-se, respectivamente, o Assentamento Sávio-Dois Vizinhos e o Assentamento Vitória. No final do mesmo ano, 750 famílias ocuparam uma fazenda no município de Chopinzinho, no Sudoeste do Estado. Houve a ocupação da sede do INCRA, em Curitiba, por um grupo de sem terras reivindicando soluções para as famílias acampadas na BR 373, em Marmeleiro. No final do segundo semestre havia 30

acampamentos espalhados por 18 municípios paranaenses, além do acampamento em frente do Palácio Iguaçu em Curitiba.

Nesses períodos, as estratégias de luta do Movimento ampliaram-se passando de acampamentos em beiras de estradas para ocupações de terras improdutivas e órgãos públicos, especialmente o INCRA, além de realizar acampamentos em frente à sede do governo, em Curitiba, capital do Estado. No processo de consolidação do MST, no Paraná, foi importante a articulação política de apoio à luta pela terra constituída pela CPT, com a participação de religiosos da Igreja Católica e Luterana, STRs e a CUT. Ainda foi importante o apoio dado ao movimento na região Sudoeste do Estado pela ASSESOAR.

Em 1986, os proprietários rurais também se articulam no Paraná, por meio da UDR e do movimento conservador da Igreja Católica Tradição, Família e Propriedade (TFP). A TFP nesse ano, utilizando-se de pareceres jurídicos, publicou matéria paga nos jornais “Folha de Londrina”, “O Estado do Paraná” e “Gazeta do Povo”, instruindo os fazendeiros a reagirem à mão-armada contra os sem-terra (SERRA, 1991, p. 100). A articulação dos fazendeiros, dispostos a fazer uso da violência contra os trabalhadores rurais, a continuidade dos processos de ocupação pelo MST e a inércia do Estado na efetivação da reforma agrária contribuíram para a intensificação dos confrontos no campo paranaense.

No segundo semestre de 1987, registraram-se cinco ocupações em diversas regiões do Estado. Porém, o Governo, sem apresentar soluções para as famílias acampadas e assentadas em áreas provisórias no Paraná, passou a ameaçar com despejo todas as ocupações. Uma das ações de despejo aconteceu na fazenda Cristo Rei, no município de Nova Cantu, a qual provocou a reação das famílias acampadas que, frente à ação da Polícia Militar, reagiram, utilizando-se de enxadas e foices para enfrentar os policiais. Após os conflitos, que resultaram em um trabalhador rural baleado, o Tribunal de Justiça de Curitiba suspendeu o despejo, alegando que a propriedade, em processo de desapropriação, estava *sob judice*. Tal acontecimento acabou inibindo as outras ações de despejo previstas. Somente em 1988, aconteceu o assentamento definitivo das famílias na fazenda Cristo Rei (FERNANDES, 2000, 156).

O fortalecimento do MST, no Paraná, foi acompanhado pela reação dos fazendeiros e de suas entidades de classe, que contavam com um forte aliado: o Estado. Além das desocupações de fazendas, realizadas com violência pelos policiais militares ou de ações de pistoleiros que também agiam de forma violenta, lideranças do Movimento bem como assessores e mediadores, sofriam freqüentes pressões e ameaças. O MST reagiu realizando ocupações em fazendas com diversas irregularidades como a fazenda Padroeira do Brasil, no

município de Matelândia, e a Fazenda Curimatá, na região Sudoeste. (BRENNEISEN, 2002, p. 52)

Entre as ocupações realizadas em 1988, destacaram-se três ocupações simultâneas realizadas em agosto nos municípios de Inácio Martins, Bituruna e Roncador. Essas ocupações envolveram 1.950 famílias (FERNANDES, 2000, p. 157). Assim, mesmo com as atenções voltadas para a Constituinte, o MST no Paraná manteve suas ações em 1988. A tensão social no campo paranaense também não deu trégua: “... 37 conflitos de terras e 21 ocupações, com a participação de 16.289 trabalhadores; 6 pessoas mortas, 16 ameaças de morte e 4 tentativas de assassinatos envolvendo basicamente religiosos e lideranças dos sem-terra na condição de vítimas” (SERRA, 1991, p. 109).

As ocupações mantiveram-se nos anos seguintes; como consequência, em 1990, o Paraná contabilizava 60 assentamentos conquistados; mas, ao mesmo tempo, intensificaram-se os conflitos. Destaca Morissawa (2001, p. 177):

Em Inácio Martins, Telêmaco Borba, Castro e Prudentópolis, os acampados foram atacados por pistoleiros, que feriram diversos trabalhadores. Em Quedas do Iguaçu, centenas de policiais militares despejaram as 50 famílias que ocupavam a Fazenda Solidor. Mais de 1000 assentados, ocuparam as prefeituras dos municípios de Laranjeiras do Sul, Cantagalo e Teixeira Santos, reivindicando estradas, escolas e postos de saúde.

Durante a década de 1990, as ocupações tanto de fazendas improdutivas como de prédios públicos continuaram acontecendo em todo Paraná. Entre 1990 e 1994, foram realizadas 43 ocupações, envolvendo 6.980 famílias (FERNANDES, 2000, p. 262). Conforme dados da CPT, apresentados por Colleti (2005, p. 221), entre 1995-1998, aconteceram 161 ocupações e, durante 1999-2002, 114 ocupações, totalizando 275 ocupações realizadas durante o Governo FHC. No momento em que se intensificaram no país a implantação de políticas neoliberais, observa-se que o Paraná acompanhou a tendência nacional de crescimento das ocupações, sendo a grande maioria dirigida pelo MST,

Entre as ocupações realizadas pelo MST no Paraná, nesse período, duas chamam a atenção. A primeira foi realizada em março de 1993, na cidade de Rio Bonito, na região Oeste do Estado, com o objetivo de forçar as negociações em relação à desapropriação da fazenda da Agro-Industrial Beledelli, que se apossou de terras da União localizadas na faixa de fronteira. Essa ocupação resultou numa ação violenta do Estado, então governado por Roberto Requião, que mobilizou policiais para que se infiltrassem à paisana no acampamento, bloqueou as estradas que davam acesso às cidades próximas ao acampamento, utilizou helicópteros que sobrevoavam o acampamento e, por fim, a ação dos policiais resultou na tortura de vários acampados e na morte do líder Diniz Bento da Silva, o Teixeirinha.

A segunda foi a maior ocupação já registrada na região Sul do país e foi objeto das fotos de Sebastião Salgado, compondo exposição que, posteriormente, circulou pelas grandes cidades do Brasil e de outros países. Trata-se da ocupação da fazenda Pinhal Ralo, pertencente ao grupo Giacomet, realizada por aproximadamente 3.000 famílias em 1996. Dos 83.000 hectares de terras pertencentes a esse grupo, 28.000 hectares foram desapropriados para o assentamento de 1.504 famílias de trabalhadores rurais no município de Rio Bonito de Iguaçu e Nova Laranjeiras, nos quais foram constituídos os assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire.

Nos últimos anos da década de 1990, o MST intensificou suas ações no Noroeste, principalmente no município de Querência do Norte. Foi aí também que se evidenciou a ação violenta do governo do estado do Paraná contra o MST. Na época, era governador do Estado Jaime Lerner. Nos primeiros meses de 1998, pistoleiros atacaram dois acampamentos em Querência do Norte. Num deles, um trabalhador rural foi brutalmente assassinado e outros 32 trabalhadores rurais ficaram feridos; no outro, um trabalhador foi baleado e acabou morrendo, pois os pistoleiros impediram que lhe fosse providenciada assistência médica. Em julho do mesmo ano, soldados encapuzados, em ação violenta, utilizando-se de bombas de gás lacrimogênio e cães, despejaram famílias da fazenda Santa Gertrudes. Após esse acontecimento, o MST e a CPT liberaram para a imprensa um vídeo enviado por um policial militar que comprovava que os policiais no Paraná estavam sendo treinados para tratar o MST como uma organização criminosa: “O vídeo mostrava policiais sendo treinados para abordar os acampamentos com armamento pesado, cães e bombas de gás lacrimogênio e para usar de intimidação e de violência nas expulsões” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 211).

A ofensiva dos proprietários de terra e da polícia no Paraná continuou. Até maio de 1999, aproximadamente duas mil pessoas foram despejadas de forma violenta de fazendas na região de Querência do Norte. Porém, as famílias sem-terra não desistiram e, em junho, voltaram a ocupar fazendas na região, sendo novamente tratadas com violência e truculência pela polícia. Numa dessas ocupações, os policiais bloquearam toda a entrada da fazenda Rio Novo, impedindo a entrada ou saída de qualquer pessoa e privando os trabalhadores sem-terra de comida e água. Situação que somente findou, após cinco dias, quando uma caravana formada por lideranças do MST, assentados, membros da igreja e imprensa marcharam até a fazenda levando comida e outros produtos essenciais e exigiram que a polícia liberasse a entrada na fazenda (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 222).

Frente à violência em Querência do Norte, o MST organizou uma caminhada em direção a Curitiba e acamparam em frente ao Palácio Iguçu, sede do governo estadual. De acordo com Brenneisen (2002, p. 56-57):

As principais reivindicações do Movimento junto ao governo estadual eram: a libertação de 48 agricultores sem-terra presos no Estado e o compromisso do governo Jaime Lerner de que as desocupações de terra se dariam de forma negociada. Do governo federal reivindicavam o assentamento de 9.000 famílias de agricultores acampados e o repasse de recursos financeiros na ordem de 150 milhões de reais para projetos de reforma agrária no Paraná.

A mesma autora acrescenta que essas reivindicações foram parcialmente atendidas: os agricultores presos foram libertados e o governo do Estado passou a buscar recursos federais para os assentamentos, mas o governo federal somente se comprometeu a assentar 3.200 famílias. Desocupações ocorridas no mês de novembro foram realizadas pacificamente. Entretanto, em maio de 2000, o governo do Estado agiu novamente com truculência contra o MST. Na tentativa de impedir que um grupo de assentados chegasse à capital do estado para realizar manifestação reivindicando crédito para a agricultura⁶⁴, a polícia militar interceptou o ônibus que conduzia os assentados, o que provocou a morte de um agricultor e mais de 50 feridos. De acordo com dados divulgados pelo MST, findos os mandatos do governo Jaime Lerner no Paraná (1995-1998 e 1999-2002), contabilizavam-se 17 assassinatos no campo paranaense (MST, 2007c).

É importante considerar que, ao mesmo tempo que o MST sinalizou para a continuidade de seu crescimento no estado, o Governo Jaime Lerner, consoante com as políticas neoliberais, passou a desenvolver, desde 1995, o Projeto de Vilas Rurais. Por esse projeto o governo previa o assentamento de famílias em lotes de 5.000 m² (equivalente a meio hectare), com casa de aproximadamente 45 m², possuindo infra-estrutura básica (água encanada e energia elétrica) e o fornecimento de insumos para plantio. As vilas rurais faziam parte do Programa Paraná 12 meses e foram financiadas pelo Governo do Estado do Paraná e pelo Banco Mundial. Por sua vez, os “vileiros” como passaram a ser chamados, teriam o prazo de 25 anos para pagar o financiamento. As vilas rurais no Paraná passaram a ser anunciadas como o maior programa de assentamentos de trabalhadores rurais no país tendo assentado aproximadamente 17 mil famílias em 400 vilas (CAPELO et al, 2007, p. 237). Porém, alguns estudos, como o realizado no Noroeste do estado (SANTOS, 2001), chamaram a atenção para a situação de carência das vilas rurais: lotes pequenos que inviabilizam o trabalho de toda a família, dificuldades de acesso à saúde, educação, transporte e outros

⁶⁴ Essa manifestação fazia parte do conjunto de manifestações organizadas pelo MST nas capitais do país, reivindicando crédito para os assentamentos da reforma agrária.

serviços públicos necessários. Independente do sucesso ou não das vilas rurais, pode-se dizer que o governo do Paraná, ao promover um programa de fixação do homem ao campo viabilizado pelo mercado, ainda que não pudesse ser considerado um programa de reforma agrária, ia na direção das políticas sobre essa questão implantadas no país com a criação do Banco da Terra, e, ao mesmo tempo, procurava desmobilizar os trabalhadores rurais no Paraná.

No período de 2003-2006, ocorreram 157 ocupações de terras no Paraná. De 2003 a 2005, somente o MST foi responsável por 73 dessas ocupações. Em 2007 foram 17 ocupações realizadas, destas 11 lideradas pelo MST (CPT, 2008). Nesse momento, embora mantendo uma boa relação com o governo de Roberto Requião, o MST manteve suas ações no Estado, ocupando terras improdutivas, acampando em beira de rodovias, ocupando unidades do INCRA e também praças de pedágio. Em 2005, por exemplo, às vésperas da Marcha Nacional por Reforma Agrária e Justiça, o MST ocupou oito das 27 praças de pedágio do Anel de Integração do Paraná com o objetivo de chamar a atenção para a realização da Marcha. Em 29 de maio, 800 agricultores paranaenses vinculados ao Movimento participaram de culto ecumênico em Londrina e de lá seguiram para Goiânia, de onde seguiram a pé até Brasília, dando seguimento às atividades da marcha nacional.

Das ações realizadas em 2006 e 2007, no Paraná, algumas chamam a atenção por evidenciarem reações contra o agronegócio e o capital financeiro, além de denunciarem o envolvimento de políticos em práticas de favorecimento às multinacionais. Em maio de 2006, integrantes do MST e outros movimentos, em ação protagonizada pela Via Campesina, ocuparam a fazenda experimental da empresa multinacional Syngenta Seeds, no município de Santa Tereza do Oeste, onde fundaram o Acampamento Terra Livre. O objetivo da ocupação foi protestar contra os experimentos realizados com transgênicos em propriedade localizada em área de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. Em novembro, uma determinação judicial levou os acampados a deixarem a fazenda, mas permaneceram acampados a beira da rodovia. No dia 11 desse mesmo mês, o Governador Roberto Requião assinou um decreto desapropriando a área e anunciando que ali seria construída uma Escola de Agroecologia, fazendo com que os acampados retornassem ao local. A Syngenta recorreu da decisão.

Esse período de ocupação da Syngenta foi marcado também por confrontos entre a Sociedade Rural do Oeste do Paraná e o MST. No final de novembro de 2006, em caminhada que deveria encerrar as atividades da 1ª Jornada de Educação na Reforma Agrária, realizada em Cascavel, integrantes do MST que se dirigiam à fazenda da Syngenta entraram em

confronto com representantes da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, que faziam barreira na rodovia tentando impedir a passagem dos Sem Terras. Dez pessoas ficaram feridas.

Uma decisão judicial, em maio de 2007, determinou que o governo do Estado do Paraná realizasse a desocupação da fazenda, sob pena de pagamento de multas diárias. Frente a isso os acampados deixaram a fazenda em julho de 2007. Contudo, em 21 de outubro desse mesmo ano, a Via Campesina reocupou a área. Porém, dessa vez, houve uma reação imediata da Sociedade Rural do Oeste do Paraná. O Acampamento Terra Livre, segundo Boletim Eletrônico MST Informa (2007), foi atacado por mais de 40 pistoleiros fortemente armados, que se identificavam sob a fachada de empresa NF Segurança. No confronto, além de vários feridos, morreram duas pessoas, uma delas, militante da Via Campesina, foi executada a queima roupa pelos pistoleiros.

Em 15 de setembro de 2006, integrantes do MST ocuparam a fazenda “3 Jota” de propriedade do deputado José Janene (PP-PR), no distrito de Guaravera, município de Londrina. A ocupação da fazenda foi mais uma das ações do Movimento para denunciar, nas vésperas do pleito eleitoral, o desvio de dinheiro público para a compra de fazendas que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária. Outra ação em que o MST se envolveu, dessa vez organizado pela Via Campesina, foi o acampamento realizado em frente à fazenda do deputado federal Abelardo Lupion (PFL-PR), no município de Santo Antonio da Platina, também no mês de setembro. O objetivo era denunciar as negociatas de Lupion com a Monsanto⁶⁵.

É importante, ainda, considerar que o Paraná, seguindo orientação do MST nacional, tem procurado organizar a produção dos assentamentos em cooperativas; há ao todo 14 cooperativas distribuídas pelos municípios paranaenses de Querência do Norte, Laranjeiras do Sul, Lindoeste, Castro, Honório Serpa, Londrina, Paranacity, Pitanga, Cantagalo, Nova Laranjeiras e Santa Maria d’ Oeste (FABRINI, 2003, p. 136). O estado pode também ser considerado um exemplo no que se refere à ampliação da educação escolar para os sujeitos do campo. Em parceria com o Governo do Estado, por exemplo, em 2006, funcionaram 11 escolas itinerantes, atendendo as 7,6 mil famílias dos 65 acampamentos espalhados pelo Paraná, com um total aproximado de 2.500 educandos e 210 educadores. No mesmo ano, o MST contabilizava a existência de 132 turmas do projeto de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) com 1.980 educandos nos acampamentos e nos 285 assentamentos do Estado

⁶⁵ Abelardo Lupion, neto de Moisés Lupion e articulador da bancada ruralista no Congresso, era acusado de ganhar essa fazenda da Monsanto em troca de apoio no Congresso Nacional para aprovação de emenda que favorecia a liberação do uso de herbicida na cultura da soja transgênica. Lupion participou ativamente da aprovação da Lei de Biossegurança, que favoreceu os interesses das transnacionais na agricultura (MST, 2008).

(BRASIL DE FATO, 2006, p.2-3, MST, 2006c, p. 37). Além disso, em convênio com o INCRA, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tem promovido cursos técnicos em nível médio e pós-médio em agroecologia e em saúde coletiva e, com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), o curso de nível superior em Pedagogia para Educadores do Campo.

4.4 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA NO MST

Nesta parte, busca-se apresentar o projeto político-educativo do MST, de modo a demonstrar quais as perspectivas de educação e formação política que orientam este Movimento na socialização política da juventude. Para tanto, utilizou-se, principalmente, das reflexões realizadas pelo próprio Movimento ou por seus principais ideólogos. Considera-se que são essas perspectivas aliadas às práticas do MST que vão cimentando a visão de mundo e unidade entre os seus integrantes num movimento que se depara, constantemente, com as antinomias e contradições do modo de produção capitalista. Desse modo, torna-se fundamental explicitar como o Movimento encara a educação e a formação política de modo a construir o cenário onde os jovens estão inseridos e são educados.

4.4.1 Objetivos gerais e princípios políticos

Para construir sua base teórica, o MST tem dialogado principalmente com autores marxistas e com os teólogos da libertação, atualmente, tendendo mais para o marxismo-leninismo. Desse diálogo e das próprias experiências acumuladas ao longo da história construiu os objetivos gerais que orientam a sua luta pela reforma agrária e pelo socialismo, que são:

Lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher (FERNANDES, 2000, p. 86).

Além desses objetivos, o MST conta com um conjunto de princípios presentes na sua estrutura organizativa e nas diversas atividades desse Movimento (BOGO, 1999; 2003; MST, 2001); são:

- a) **direção coletiva:** implica que as funções de direção sejam realizadas por um colegiado, objetivando maior participação das pessoas nas decisões tomadas pelo Movimento. Todavia, de acordo com Bogo⁶⁶ (1999, p. 39), o sucesso da direção coletiva depende de membros com preparação intelectual e capacidade de dirigir, sendo necessário um sistema de formação técnica e política permanente;
- b) **divisão de tarefas:** objetiva o envolvimento efetivo das pessoas nas suas diversas atividades, facilitando-as pela forma organizativa do Movimento em núcleos de famílias, coletivos, setores que têm, nos acampamentos e assentamentos, a sua origem. Espera-se com esse princípio valorizar as aptidões individuais, descentralizar as decisões, gerar solidariedade entre os envolvidos e responsabilidade perante a organização;
- c) **disciplina:** é considerada como necessária para fazer avançar a organização, pois é preciso garantir o respeito às decisões das instâncias bem como às regras internas de organização do Movimento. Porém, conforme Bogo (1999, p. 124-125), a consistência desse processo somente é possível quando a disciplina deixa de ser encarada apenas como uma obrigação e passa a ser considerada como um valor e uma prática necessária para alcançar os objetivos traçados coletivamente pela organização, ou seja, torna-se disciplina consciente;
- d) **estudo:** é tido como fundamental para que os militantes se apropriem de conhecimentos considerados importantes para interpretar a realidade social do país e do mundo, qualificando sua participação no Movimento. Esse princípio reforça a luta pelo acesso à educação escolar de todos os acampados e assentados;
- e) **Formação de quadros:** refere-se à necessidade de o próprio Movimento investir na formação de quadros técnicos, políticos, organizadores, profissionais de todas as áreas para garantir sua autonomia política e ideológica;
- f) **luta de massas:** trata-se da capacidade de mobilização do Movimento, visando alterar a correlação de forças políticas na sociedade. Destaca o MST: “Somente grandes mobilizações e lutas de massa, casadas com a proposta do projeto é que se pode alterar a correlação de forças e ir forjando um novo modelo de desenvolvimento” (MST,

⁶⁶ Ademar Bogo é membro da coordenação nacional do MST.

2001, p. 26). Considera-se que as ações de massa, mesmo quando pequenas, se combinadas, são importantes mecanismos de pressão e de participação das pessoas na luta política;

- g) vinculação dos dirigentes com a base:** o dirigente deve, segundo o MST, manter os vínculos com sua base, procurar sempre dialogar e ouvir a massa e ser o primeiro a procurar métodos para democratizar as decisões e evitar qualquer tipo de privilégio pessoal, devendo ser exemplo.

Esses princípios indicam a preocupação do MST em propiciar a participação efetiva de seus membros de maneira disciplinada e com responsabilidade; destacam a educação e a formação política como elementos estratégicos para que eles possam se materializar nas práticas de seus militantes.

Tanto os objetivos como os princípios citados encontram-se ancorados em perspectivas políticas e ideológicas provenientes da Teologia da Libertação e do marxismo, que cimentam a visão de mundo desse Movimento, orientam sua ação política e a formação das novas gerações e podem ser observados nas reflexões em relação à educação e a formação política.

4.4.2 A concepção de educação

Segundo o MST, a educação “diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados de ser humano. A escolarização é um componente fundamental nesse processo”, mas não o único (MST, 2001, p. 126). Nesse sentido, a educação acontece nos processos de ocupação, nos assentamentos, nas marchas, na organização da produção, nos encontros, cursos, na ocupação da escola etc. O próprio processo de luta é considerado como educativo. De acordo com Caldart⁶⁷ (2005, p. 236):

O MST educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados neste movimento da história, e vivendo experiências de formação humana que são próprias do jeito da organização participar da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história.

A mesma autora chama a atenção para o fato de que a educação encontra-se na origem do Movimento, se entendida como formação humana, pois foi a partir da inserção no

⁶⁷ Roseli Caldart é membro do Setor de Educação do MST.

MST que milhares de homens e mulheres foram e são transformados de ‘desgarrados da terra’ e dos ‘pobres de tudo’ em cidadãos. Afirma que a proposta educativa do MST insere-se na tentativa de se formar um determinado *jeito de ser humano*. Assim,

A herança que o MST deixará para seus descendentes será bem mais do que a terra que conseguir libertar do latifúndio; será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, todos os lugares (CALDART, 2005, p. 236).

Caldart (2006, p. 138) destaca que esse determinado *jeito de ser humano* vem-se construindo num processo em que a base é a “materialidade e a historicidade da luta social e da organização de que participam as pessoas que integram Movimentos: condições objetivas e jeito de ir transformando e se transformando nestas condições”. Nesse sentido, a autora defende que nos movimentos sociais, entre eles o MST, a matriz formadora básica dos sujeitos é a combinação da luta social com a organização coletiva à qual se misturam outras matrizes pedagógicas⁶⁸. Enfatiza que a luta social é educativa, permitindo às pessoas integrarem-se no movimento concreto das tensões, contradições, enfrentamentos, avanços, recuos etc que formam esses processos e que, no mesmo movimento, podem levar à construção coletiva de uma organização com o objetivo de garantir e sustentar a luta. Quando a luta social avança e cria as condições para isso o processo educativo também se amplia, pois se constituem “um conjunto específico de relações sociais que se criam e se recriam para manter a mobilização das pessoas para essa luta” (CALDART, 2006, p. 138-139).

Para Caldart (2006, p. 140), o caráter educativo da luta social, presente no MST e em outros movimentos sociais, está, pois, na possibilidade dos sujeitos irem forjando uma atitude permanente de inconformismo e de resistência contra situações que impedem a vida humana e de irem construindo uma postura diante da vida e uma visão de mundo de que a mudança é possível na sociedade. Destaca:

Sujeitos que enraizados numa coletividade portadora de futuro, vão transformando e se transformando à medida que constroem aprendizados humanos importantes como o de tomar posição, fazer escolhas coletivas, enfrentar conflitos, lidar com o inusitado, provocar o inusitado; aprendem a ter projeto, a pensar e a agir através de estratégias e táticas, a exercitar permanentemente a relação entre teoria e prática.

Dessa forma, existe um vínculo entre educação e transformação social. As práticas educativas e pedagógicas devem ser acionadas para fins políticos, devendo estar organicamente ligadas aos processos sociais que buscam a transformação social e a

⁶⁸ É o que Caldart definiu como a nova síntese da Pedagogia do Movimento que, em seu início, considerava o movimento social como princípio educativo. Segundo Caldart (2006, p. 141), “No momento atual da reflexão (...) arriscamos esta nova síntese, que traz a luta social, combinada com a organização coletiva, como matriz formadora constituinte do Movimento Social como sujeito pedagógico e que integra, com outras matrizes, a práxis (social) como princípio educativo.”

construção de uma nova sociedade baseada na democracia e nos valores humanistas e socialistas. Tendo isso em consideração, esse Movimento, nos Cadernos de Educação n. 8, publicado pela primeira vez em 1996, apresenta algumas características de sua proposta educativa (MST, 2005a, p. 161-162):

- a) Educação de classe, ou seja, “trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto nos educandos como nos educadores” (MST, 2005a, p. 161);
- b) Educação massiva. A defesa da educação como um direito de todos, afirmando a necessidade de lutar e garantir que todo sem terra tenha acesso à escolarização, desde a educação infantil até a universidade. Aqui, existe o reconhecimento, por parte do MST, da importância da apropriação do conhecimento sistematizado como componente fundamental para a formação integral de todos os trabalhadores e em todas as idades;
- c) Educação organicamente vinculada ao Movimento Social, ou seja, é necessário insistir em propostas educacionais nas escolas dos acampamentos e assentamentos que sejam do MST, isto é, “que se desenvolva ligada às lutas, aos objetivos, à organicidade do MST”;
- d) Educação aberta para o mundo – um processo educacional que permita aos educandos uma abertura de seus horizontes sociais, políticos e culturais possibilitando que possam enxergar para além de sua realidade imediata;
- e) Educação para a ação, que prepare sujeitos com capacidade de intervenção na realidade. Portanto, não se trata apenas de formar a consciência crítica, mas “... alimentar o desenvolvimento da chamada ‘consciência organizativa’, que é aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizada de intervenção concreta na realidade”.
- f) Educação aberta para o novo. O processo educativo deve estar vinculado ao projeto da nova sociedade que se almeja. Assim, “a educação deve estar aberta para entender e a ajudar a construir as novas relações sociais e interpessoais que vão surgindo dos processos políticos e econômicos mais amplos em que o MST está inserido”.

Consoante a perspectiva classista de educação presente no MST está a defesa da articulação entre educação, trabalho e cooperação. Dessa maneira, enfatiza-se que a escola deve ter uma relação com a luta pela reforma agrária, estar em sintonia com o novo

projeto/modelo de desenvolvimento rural proposto pelo Movimento; as práticas educacionais devem contribuir para a implementação de novas relações de produção no campo e na cidade. Dessa forma, defende uma educação voltada para o campo:

Para o MST, nesta perspectiva, uma educação voltada para a realidade do meio rural é aquela que ajuda a solucionar os problemas que vão aparecendo no dia-a-dia dos assentamentos e dos acampamentos, que forma os trabalhadores e as trabalhadoras para o trabalho no meio rural, ajudando a construir reais alternativas de permanência no campo e de melhor qualidade de vida para esta população (MST, 2005a, p. 163).

Nesse processo em que se almeja a construção de novas relações sociais, a cooperação é considerada como elemento estratégico para contribuir na consolidação de relações de produção tendo como base o trabalho coletivo. Todavia, uma das condições citadas como necessária é o rompimento com a herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo. Assim destaca: “... a necessidade de uma formação intencionalmente voltada para a cultura da cooperação e para a incorporação criativa das lições da história da organização coletiva do trabalho” (MST, 2005a, p. 163).

Além das questões citadas anteriormente, a educação deve estar voltada para as várias dimensões da pessoa humana, ou seja, uma educação onilateral⁶⁹. Defende a necessidade de trabalhar de forma unitária ou associativa, e a partir da realidade social, as diversas dimensões humanas, tais como: a formação político-ideológica; a formação organizativa; a formação técnico-profissional, a formação do caráter ou moral; a formação cultural e estética, a formação afetiva, a formação religiosa etc (MST, 2005a, p. 163-164). Para o desenvolvimento dessas dimensões, a ação educativa deve ser acompanhada por valores humanistas e socialistas, sendo:

... aqueles valores, então, que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e sim como ser de relações sociais que visem a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição desses bens e a igualdade na participação de todos nestes processos (MST, 2005a, p. 164).

O MST (2005a, p. 164) destaca, ainda, alguns valores que devem pautar as práticas educativas daqueles comprometidos com a construção da nova sociedade, entre eles: o sentimento de indignação frente às injustiças e a perda da dignidade humana; o cultivo do companheirismo e da solidariedade; a busca da igualdade e do respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero, de estilos pessoais; o respeito à autoridade quando esta é resultado de relações democráticas e coerência ética; a disciplina; a força/dureza que caracterizam a militância política combinadas com a ternura e o respeito nas relações interpessoais; a

⁶⁹ Segundo o MST (2005a, p. 163) trata-se do conceito de onilateral desenvolvido por Marx e que se opõe a unilateralidade da formação humana na sociedade capitalista.

construção do ser coletivo misturada “com a possibilidade da livre emergência das questões da subjetividade de cada pessoa”; o espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à mudança social e ao bem-estar coletivo; o amor às causas do povo e o sentido internacionalista das lutas sociais; a afetividade; a utopia.

Por fim, o MST entende a educação como um processo permanente da vida do ser humano, ou seja, em suas vidas, as pessoas se educam e são educadas. As concepções apresentadas até aqui estão presentes na *Pedagogia do Movimento*⁷⁰.

A aproximação com a perspectiva de educação do MST permite perceber que ela se define, pelo menos em termos teóricos, em oposição à concepção dominante de educação na sociedade capitalista. Ao defender a necessidade de um processo educativo que leve em conta a dimensão de classe, nega a pretensa neutralidade dos sistemas escolares burgueses e anuncia os desafios dos trabalhadores do campo em lutar e construir uma escola que atenda aos seus interesses e que, portanto, caminhe em direção contrária à reprodução de valores e conhecimentos que estimulem o individualismo, reforcem preconceitos e privilegie os já privilegiados; ao mesmo tempo, enfatiza uma educação integral que unifique saber e fazer; posiciona-se contra a educação voltada para as necessidades do mercado de trabalho e que forma, desigualmente, os indivíduos para diferentes funções, oferecendo uma educação escolar de segunda qualidade para a grande maioria da população.

4.4.3 A formação política

O MST tem construído algumas reflexões específicas em relação à formação política e que balizam o processo de formação de militantes.

A formação política, de acordo com o Movimento (BOGO, 2003), constitui-se como um processo educativo que deve reunir teoria e prática para formar lideranças de base, militantes e dirigentes afinados com seus propósitos e objetivos. Nesse sentido, defende uma

⁷⁰ A Pedagogia do Movimento tem como princípios fundamentais: a relação entre teoria e prática que leve à ação transformadora; a base da produção do conhecimento deve ser a realidade e seu movimento; os conteúdos devem ser socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral; educação centrada no trabalho, com ênfase na cooperação; o ambiente educativo deve vincular a escola com os processos econômicos, políticos e culturais; gestão democrática; práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e a reflexão sobre valores centrados no ser humano; formação para a pesquisa; cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e valorização da dimensão pedagógica da história; vínculo orgânico da escola às comunidades do campo; constituição de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores; avaliação como processo permanente, participativo em todos os momentos do processo educativo (MST, 2001, p. 126).

formação teórica e prática que forme “lutadores do povo”, pessoas comprometidas com a transformação social e com a perspectiva de que, no Brasil, ela passa necessariamente pela Reforma Agrária.

Esse processo formativo, realizado em âmbito estadual e nacional, apresenta como linhas políticas centrais:

A formação deve ser um processo permanente, para assimilar os objetivos e capacitar a militância, para intervir na realidade em que vive para transformá-la; o ponto de partida da formação deve ser a prática social. A partir dela, ter acesso à teoria para que esta possibilite compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim um movimento permanente prática-teoria-prática; além de contribuir com o desenvolvimento da prática, a formação tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do MST; o processo de formação deve refletir e construir uma ética revolucionária no comportamento dos militantes, baseada no amor à causa do povo, no companheirismo, disciplina, honestidade, responsabilidade, crítica e autocrítica, solidariedade, corrigir e eliminar vícios, dedicação à causa e à organização; os programas de formação devem incluir trabalho prático e teórico e desenvolver a mística, a disciplina e a emulação; os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultar em firmeza ideológica dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST (BOGO, 2003, p.182).

Para atingir esses objetivos, propõe-se que a formação seja massiva, completa e permanente, devendo acontecer nas suas diversas atividades como reuniões, assembléias, mobilizações, encontros, seminários, leituras e estudo individual, cursos, troca de experiências, visitas de estudos etc. e tem como intuito a formação da consciência política dos integrantes desse Movimento. Ou seja, objetiva-se formar militantes com capacidade de leitura e intervenção crítica na realidade social e política e comprometidos com o seu projeto. Nos dizeres de Bogo (2003, p. 183): “Os militantes e os dirigentes devem ser a imagem e a semelhança da organização e vice-versa. Por isso devem ser exemplos vivos do que pensa, faz e quer alcançar o MST”.

Dessa maneira, a formação dirige-se para a constituição de sujeitos que tenham consciência da luta de classes na sociedade capitalista e da necessidade de se organizarem na luta pela reforma agrária e por um projeto de desenvolvimento social para o Brasil que inclua a permanência do homem no campo como uma de suas estratégias, uma vez que, para esse Movimento, investir no campo constitui-se como um mecanismo para enfrentar o desemprego e propiciar um processo de descentralização das grandes para as pequenas e médias cidades do interior do país. Além disso, é importante formar sujeitos que incorporem o projeto do MST de mudança social, o que vai além da luta pela terra; engloba um programa que tem em seus objetivos e suas ações o combate ao capitalismo, e sua principal meta, a libertação do proletariado por meio da reforma agrária e do socialismo (MST, 2001, p. 244). Nesse

processo, um dos objetivos da formação é contribuir para a criação de uma nova cultura que rompa com valores capitalistas como o individualismo, o consumismo, a falta de solidariedade, o apego à propriedade etc.

Pizetta⁷¹ (2007, p. 86) esclarece mais sobre o que é a formação política para o MST. Ele destaca a formação como parte da luta de classes, devendo contribuir “para o ‘desvelamento’, para a interpretação e para o conhecimento dessa realidade que está além das aparências”. Para ele, porém, o conhecimento da realidade deve estar acompanhado por ações concretas. Destaca que o processo de formação deve ser capaz de ir transformando as pessoas e a realidade:

Ela só tem sentido se ajudar a organizar o povo, pois a força da mudança está no nível de consciência, no grau de organização e na disposição de luta das massas. Esses fatores e requisitos dependem em grande medida da qualificação das lideranças, militantes e dirigentes que formam, constroem a luta e a organização. A tarefa principal da formação é motivar para que os silenciados saiam de seu silêncio, que os dominados aceitem sair da dominação através da luta (PIZETTA, 2007, p. 87).

Nesse sentido, deve estar voltado para preparar organizadores do povo, que contribuam “para formar/construir força social, força política”. Ou seja, é necessário dar poder ao povo e isso significa “dar conhecimento e ampliar sua participação na vida política, social, cultural da sociedade”. Para isso o autor propõe como tarefa primordial eliminar os resquícios da ideologia burguesa presentes na consciência de militantes, dirigentes e presente na própria organização, principalmente na consciência dos camponeses. Conforme Pizetta, a formação, em qualquer nível, deve estar vinculada a um projeto. E destaca: “Quem não forma quadros dificilmente atinge seus objetivos estratégicos na revolução” (PIZETTA, 2007, p. 87-88).

Pizetta (2007, p. 88-90) enumera nove aspectos que devem caracterizar o processo formativo no MST:

- 1) A formação deve ser entendida como um conceito de política, portanto, vinculada à luta de classes e ao objetivo de transformação social;
- 2) A formação deve articular a experiência pessoal com a experiência da classe trabalhadora;
- 3) A prática política e organizativa é fundamental para o desenvolvimento e crescimento político dos militantes;
- 4) Os métodos de formação devem ser criativos, coletivos, alegres e abertos a participação de todos;

⁷¹ João Adelar Pizetta é membro do coletivo de direção da Escola Nacional Florestan Fernandes.

- 5) A formação deve cultivar a mística;
- 6) É preciso levar em conta nas atividades de formação – teoria e prática – os aspectos da razão e da emoção;
- 7) A cultura e a afetividade devem ser elementos valorizados e respeitados;
- 8) O trabalho de base constitui-se como instrumento pedagógico fundamental no processo de formação das massas;
- 9) Uma das estratégias do movimento deve ser o processo de formação **da e com a juventude**, devendo-se encontrar formas de envolvê-la e motivá-la a participar nos processos de luta, organização e formação (sem grifos no original).

É importante observar que as reflexões feitas pelo MST e seus dirigentes sobre o processo de formação tem como referências os pensadores socialistas. Isso pode ser notado na definição do conceito de quadro e militante. Na Cartilha de Estudo nº 7, de 2005, por exemplo, inicialmente, busca-se em Che Guevara a definição do que caracteriza um “quadro revolucionário”:

... um indivíduo que alcançou o suficiente desenvolvimento político para poder interpretar as grandes diretivas emanadas do poder central, incorporá-las e transmiti-las como orientação para as massas, percebendo, além disso, as manifestações que estas façam de seus desejos e suas motivações mais íntimas (apud MST, 2005b, p. 26).

Apresentada essa definição, reforça-se que cabe ao militante seguir as diretrizes que emanam da organização, interpretá-las e transmiti-las às massas, mas, para isso, é necessário conhecer os seus desejos e interpretar suas motivações. Rejeita-se que somente um nível elevado de informações e conhecimentos é suficiente para ser um bom militante; “é preciso saber transformar este conhecimento em diretrizes que se combinem com os ‘desejos e motivações’ das massas, fora disso todo conhecimento político é inútil” (MST, 2005b, p. 27).

Utilizando-se de Gramsci, a Cartilha explica que toda a organização constitui-se de três níveis entrelaçados: o primeiro é formado por “um contingente de pessoas com noção política que se orientem pela disciplina e pela fidelidade”. Trata-se das massas; o segundo nível se constitui por “um grupo menor de coesão que tenha capacidade de centralizar as diretrizes. Tem obrigação de ser vanguarda, marchar à frente, tomar iniciativa e ser exemplo”; o terceiro é aquele “capaz de articular o primeiro nível com o segundo. Capaz de colocar os dois níveis em contato, ‘não só “físico”, mas moral e intelectual”” (MST, 2005b, p. 27). Em seguida, a cartilha faz referência a concepção de Che Guevara de que “o quadro é coluna vertebral da Organização” para justificar a importância desses militantes intermediários. E destaca:

Seja então nos três níveis de Gramsci, ou na Coluna Vertebral concebida por Che, o militante é aquele que está em sintonia com as diretrizes de sua organização e sob esta linha cria e envolve as demais forças para que se empenhem na recriação e no fortalecimento dos planos de ação (MST, 2005b, p. 28).

Para concluir a definição do que seja um militante e de sua importância para uma organização que almeja a revolução, a cartilha apresenta a definição de Mao Tse Tung:

Eles devem ser quadros e dirigentes sabedores do Marxismo-Leninismo, com uma visão política ampla, competentes no trabalho, penetrados de espírito de sacrifício, capazes de, por si próprios solucionarem os problemas, inabaláveis diante das dificuldades, e leais e devotados no serviço da nação, da classe e do partido...Tais quadros e dirigentes devem ser destituídos de todo o egoísmo, de todo o heroísmo individualista, ostentação, indolência, passividade e sectarismo arrogante; devem ser desinteressados heróis de sua própria nação e da sua classe (Mao Tse Tung apud MST, 2005b, p. 28).

Nos cadernos de formação do movimento, também há referência aos pensadores de tradição socialista. O Caderno de Formação nº 34, escrito por Ademar Bogo (2000, p. 9), por exemplo, assim se refere à cultura: “cultura para nós significa tudo o que criamos, fazemos e sentimos”. Em seguida, para destacar a cultura vinculada ao processo de trabalho faz referência a Karl Marx e acrescenta:

O ser humano na sua essência é o resultado do trabalho. Além de o trabalho produzir o sustento humano, ele é responsável pelo relacionamento, afetividade, convivência, desenvolvimento da consciência social, etc. Por isso é que se divide em produtivo e improdutivo. O primeiro cria objetos materiais, o segundo possibilita o surgimento do conhecimento, da organização social, formação e educação ideológica, etc. Isso tudo relacionado formará a cultura.

O mesmo autor destaca, ainda, que a cultura é uma obra coletiva, que se constitui, em determinado tempo e lugar, sob condições objetivas como uma herança cultural para cada nova geração, que tem o poder de modificá-la ou não. Embora reconheça que as classes trabalhadoras do campo e cidade encontram-se sob o domínio econômico e cultural capitalista, acredita que elas desenvolvem formas culturais de resistência que permite a permanência por meio da memória coletiva, de comportamentos, valores, hábitos, sentimentos que foram renegados ou deturpados pela classe dominante. Dessa forma, é necessário criar mecanismos para combater a dominação cultural e os “vícios” da cultura burguesa e ir forjando uma nova cultura com novas relações. De acordo com Bogo, esse processo já deve estar em curso nas diversas áreas ocupadas pelo MST e nas suas atividades. Destaca:

É possível estabelecer um novo tipo de propriedade da terra, produzir sem prejudicar a natureza (...); transformar os latifúndios em lugares agradáveis, bonitos (...); estender para as comunidades próximas nossas conquistas; avançar nas relações pessoais e no aperfeiçoamento da democracia interna; iniciar a gestação de um novo tipo de camponês, com novos homens, novas mulheres, jovens e crianças; desenvolver a solidariedade de classe; participar de todas as lutas contra a opressão; ensaiar a convivência de novos valores com novos conteúdos; enfim estabelecer embriões do novo para que se antecipe as características da sociedade socialista (...) (BOGO, 2000, p. 68).

No mesmo Caderno, Bogo (2000) destaca a necessidade de desencadear a revolução cultural internamente no MST. Para o autor, ainda que o momento seja desfavorável ao movimento de massas, ocasionado pela paralisia das organizações históricas, é preciso ir construindo o novo e destaca (BOGO, 2000, p. 57): “Há espaço para o novo, mas depende da criatividade que recoloca o trem da luta de classes em movimento, para que se retome a ofensiva e se crie momentos revolucionários através das lutas de massas”. Nesse sentido, é importante que as reivindicações econômicas, que inicialmente proporcionam a participação das massas somem-se a reivindicações políticas. Isso significa uma mudança na qualidade da participação:

...onde as massas passam a se sentir donas do processo. Sentem-se bem, tocadas pela sensibilidade coletiva e unificadas em torno de objetivos, idéias e símbolos. Esta transformação subjetiva determinará a razão de participar e de preparar o corpo e a mente para fazerem-se presentes nas ações que empurram a revolução para a frente (BOGO, 2000, p. 57).

Assim, de acordo com Bogo, é preciso ir construindo o projeto da nova sociedade, ir amadurecendo tanto as condições objetivas, como as condições subjetivas necessárias para a irrupção do novo. E aponta a revolução cultural como algo que deve estar em marcha no MST assim como os esforços para revolucionar as relações de produção. Destaca que não será o MST sozinho que fará a revolução, mas que a luta do MST por reforma agrária está ligada à revolução por duas razões:

A primeira por ela estar no campo das ‘reformas’ onde obrigatoriamente deve impulsionar a revolução para frente através da luta pelas necessidades imediatas dos trabalhadores Sem terra e da sociedade. A segunda razão está vinculada a concepção antecipada da sociedade socialista que pretendemos construir, onde a propriedade privada sofrerá mudanças profundas na sua forma de existência. Por isso é preciso iniciar a sua reformulação agora já na conquista da terra, para que o novo modelo de reforma agrária sirva para preparar as bases de um novo modelo de propriedade e de agricultura na sociedade emergente. É neste sentido que a reforma adquire um caráter ideológico, reforça e aguça as contradições do capitalismo (BOGO, 2000, p. 60).

Preocupação semelhante é apresentada por Adalberto Martins⁷² na discussão sobre a organização dos assentamentos e da cooperação no MST. O autor reconhece inicialmente as dificuldades para implementar um novo modelo de produção agrícola face as imposições da burguesia para esse processo, tais como: o baixo desenvolvimento das forças produtivas nos assentamentos e uma herança cultural que dificulta o avanço da consciência social dos assentados. Entretanto, mesmo com tais dificuldades, sugere iniciativas que devem ser impulsionadas pela organização e que podem contribuir tanto para melhorar as condições do

⁷² Adalberto Martins é membro do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

desenvolvimento material dos assentamentos como para propiciar condições que levem à alteração da existência social dos assentados, afetando suas consciências. Relata Martins (2006, p. 107):

(...) criarmos esta nova existência social, implica em reconhecer que precisamos projetar a estrutura física dos assentamentos de forma que ela garanta minimamente esta nova existência. Por isso devemos projetar o desenho das áreas garantindo a aproximação das moradias, garantindo um uso social dos recursos naturais, garantindo áreas sociais de convivência social, etc.
A construção objetiva desta nova existência social também passa pelo estímulo da cooperação, mas aquela que mexa, sobretudo, com a reprodução social das pessoas (...).

Uma nova estrutura física nos assentamentos, para Martins, pode viabilizar maior convivência entre as pessoas e estimular a participação dos assentados nos núcleos de base, o que significa a possibilidade de avançar na consciência social, facilitando a emergência da consciência política. Entretanto, para que essa consciência evolua para uma consciência política é preciso uma formação a partir dos conhecimentos científicos que ajudem a superar a visão imediatista e espontânea da realidade, “elevando-se para assimilar aspectos da realidade global interligada com a realidade social” (MARTINS, 2006, p. 108).

Outro fator importante, segundo Martins, para a mudança na consciência social e que passa pela cooperação agrícola é oportunizar que esse processo seja de usufruto comum da comunidade, ou seja, os insumos produtivos e de serviços devem ser indivisíveis e sua gestão coletiva. Ressalta a importância do esforço para se evitar a propriedade privada da terra. A permanência da propriedade privada, ainda que alicerçada no trabalho familiar, afirma uma ideologia oportunista na consciência dos assentados (MARTINS, 2006, p. 109).

Dessa forma, de acordo com Martins, a luta contra a propriedade privada da terra é uma forma de evitar a permanência, na consciência social dos assentados, de um conjunto de fatores objetivos que reforçam aspectos conservadores e retrógrados da consciência burguesa. O trabalho familiar deve ser revisto, pois significa a permanência na consciência dos camponeses de aspectos espontâneos e imediatos que reforçam o misticismo, a superstição, a contemplação e o raciocínio associativo, além de criar poucas condições para a planificação das atividades. Destaca que é por meio da organização das atividades de trabalho de maneira cooperada que se criarão as condições para se avançar no processo produtivo, tanto no que se refere ao avanço das forças produtivas e no aumento da produtividade como em relação a forjar novos referenciais e padrões de vida e convivência entre os assentados. A cooperação agrícola é, assim, entendida como estratégia para o desenvolvimento do trabalho social, sobrepondo-se ao trabalho familiar e à propriedade privada, com ela objetivando chegar a um “processo produtivo onde se pratique o processo de trabalho socialmente dividido, com uma

planificação técnica dos vários momentos produtivos e da circulação. Uma cooperação plenamente socializada, onde se combine e se articule a terra, o trabalho e o capital” (MARTINS, 2006, p. 111).

Entretanto, para Martins (2006, p. 111), são poucos os grupos de trabalhadores assentados que avançaram em sua consciência no sentido de romper com o trabalho familiar e a propriedade privada. Desse modo, acredita que essas formas complexas de cooperação devam ser combinadas com formas mistas que “embora seja executada pela força de trabalho familiar, em áreas cooperadas, seja pelo menos planejada coletivamente e que disponha de insumos indivisíveis que proporcione esse planejamento conjunto”. Para esse autor, o exercício do planejamento coletivo pode contribuir para que os assentados olhem para além de sua propriedade individual e desenvolva outras formas de se relacionar, de organizar a produção e de exercitar a comercialização. E conclui:

A cooperação produtiva é elemento chave em nossa estratégia, pois combinados com os demais aspectos (...), poderão criar condições materiais e objetivas para a melhoria de vida das famílias, bem como permitir o florescimento de uma consciência social que ajude os assentados a compreender a complexidade da luta de classes no país e gere condições para que estes companheiros(as) se insiram na luta política em curso.

A referência a Martins é importante, pois revela que a preocupação com a constituição de novas relações sociais perpassa todos os setores do MST e que uma das condições para a formação política dos assentados está em criar condições objetivas para que ela possa ir forjando-se e um dos requisitos para isso, segundo o Movimento, está na organização da produção por meio de cooperativas. Da mesma forma, permite perceber que o novo convive com o velho nos assentamentos, o que mostra que os desafios são inúmeros e constantes para este Movimento face seu objetivo de operar uma revolução estrutural que inclui a revolução cultural.

François Houtart⁷³ (2007, p. 56), por sua vez, destacou os princípios que devem embasar o processo de formação de quadros. O primeiro princípio refere-se à perspectiva de conjunto, de totalidade. Ou seja, qualquer visão sobre a realidade ou parte dela deve considerar que se trata de “um todo que abarca desde as relações sociais, a cultura, a organização política, a dimensão do micro e do macro, até o papel específico de homens e mulheres” Desse princípio, desdobra-se o segundo: a dimensão histórica de toda ação social. A terceira dimensão refere-se à realidade como dialética.

⁷³ Trata-se de transcrição de palestra proferida pelo autor na inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, em 2005, e publicada em 2007.

Para o referido autor, esses princípios têm consequências para o programa de formação de quadros, pois denotam a necessidade de que esse processo incorpore em seus conteúdos elementos como: a economia política, a história social, uma perspectiva filosófica ao mesmo tempo racional e dialética e o estudo dos efeitos da aplicação da lógica do capitalismo no setor agrícola.

Esses princípios e os conteúdos que deles derivam encontram-se presentes no MST e nas suas diversas publicações. A leitura de autores como Marx, Lênin, Gramsci, Che Guevara, Mariátegui, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, entre outros, são indicações obrigatórias nos cursos de formação do Movimento. Por sua vez, autores como Anton Makarenko, Nadezhda Krupskaya, Antonio Gramsci juntamente com Paulo Freire são frequentemente citados nas reflexões realizadas no campo da educação. Também há necessidade de se aprender com a história dos movimentos sociais do passado, tanto para preservar a memória coletiva como para aprender com erros e acertos na trajetória dos movimentos de esquerda (MST, 2005b, p. 29).

Houtart (2007, p.63) também destaca a importância da utilização do método *ver-julgar-agir* pelo MST, sublinhando que é essa “a orientação que se deve seguir na formação de quadros”. Enfatiza, na sua reflexão, especialmente o *ver* e o *julgar*, de modo a explicitar seus significados para o movimento social.

O *ver* significa partir da realidade dos próprios sujeitos que “são os camponeses sem terra, são os pobres que migraram para as grandes cidades” e que apresentam conhecimento sobre a realidade fruto de suas experiências. Acrescenta: “O que geralmente falta é a capacidade de sistematizá-la e organizá-la em um instrumento de luta social. Essa é a função dos quadros, observar, analisar, sintetizar, acompanhando, assim, os camponeses em seu combate diário” (HOUTART, 2007, p. 63). Isso, de acordo com Houtart, exige o entendimento da realidade como uma totalidade histórica e dialética.

Em relação ao *julgar*, o autor ressalta a necessidade de uma pedagogia para o processo de análise da realidade. Nesse sentido, destaca a importância do método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire que se constitui também como “um instrumento de entendimento da realidade” que parte do conhecimento das pessoas e objetiva fazê-las avançar, aproximando-se muito do *ver-julgar-agir*. Houtart chama, ainda, a atenção para o fato de que a pedagogia utilizada pelos movimentos sociais rurais no trabalho de base deve concentrar-se tanto na descoberta dos mecanismos sociais como em desenvolver conhecimentos técnicos no domínio da agricultura (HOUTART, 2007, p. 65).

Houtart (2007, p. 69) destaca, na sua exposição, a importância da cultura e da espiritualidade. Argumenta: “Toda a experiência do MST tem sido global, incluindo a cultura como parte essencial da construção de sua ação (...). Quero, entretanto, insistir em um aspecto particular da cultura, a espiritualidade”. Considera que esse fator não pode ser visto como monopólio das religiões, mas destaca que estas “podem contribuir com a motivação do compromisso social e revolucionário”. Cita o exemplo de cristãos da Nicarágua, El Salvador, Guatemala, que, inspirados na sua fé e no pensamento teológico da libertação, comprometeram-se com os processos revolucionários daqueles países. A preocupação de Houtart parece estar contemplada na preocupação do MST com a cultura e a mística e com todo processo de formação que deve levar em conta esses elementos, além de denotar a influência exercida pela Teologia da Libertação nesse Movimento.

Floresta (2006, p. 56) ajuda a entender essa influência da Teologia da Libertação no MST e como ela ainda se apresenta na sua luta por uma nova sociedade. A autora esclarece que foi a Teologia da Libertação e a CPT que formou a primeira leva de militantes do MST e acrescenta: “Essas idéias religiosas, associadas a um conjunto de teorias com orientação marxista e experiências concretas socialistas, formaram o cimento onde se assenta a ideologia do Movimento”. Stédile confirma essa afirmativa ao definir essa Teologia como “uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo” (STÉDILE; FERNANDES, 2001, p. 59).

Assim, a Teologia da Libertação, especialmente pelo trabalho educativo desenvolvido pelas CEBs e pela CPT foi fundamental para as primeiras articulações que deram origem ao MST e também para a formação dos primeiros militantes desse movimento. Destaca Floresta (2006, p. 57):

Os agentes da pastoral fomentavam a participação por meio da criação de núcleos de comunidade. Desenvolviavam um trabalho pedagógico, com a discussão política nos grupos, a propósito das condições sociais e, a partir daí, traçavam metas de ação. Utilizavam filmes, trechos bíblicos, cartilhas e outros recursos, com o objetivo de levá-los a compreender as injustiças e motivá-los a participar da luta. A maioria das lideranças mais ativas dos anos de 1980 surgiu do trabalho de apoio e da proteção por parte do setor progressista da Igreja e dos sindicatos.

Ou, ainda, nas palavras de Stédile (STÉDILE; FERNANDES, 2001, p.20; p.59):

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade deles se organizarem.

A maioria dos militantes mais preparados do movimento teve uma formação cristã progressista em seminários da Igreja.

Entre as várias concepções da Teologia da Libertação é importante destacar a necessidade de romper com a dependência econômica e política, ou seja, libertar-se das estruturas que geram a opressão e a exploração, tornando tal processo possível através da ação que gera as mudanças nas estruturas; a História é considerada como produto da atividade humana e o homem como sujeito histórico; o trabalho de conscientização como necessário para fazer emergir a consciência crítica e a participação ativa nas lutas que objetivam transformar a realidade de opressão (FLORESTA, 2006, p 39-40).

Essas concepções aparecem na teologia da libertação misturadas a preceitos religiosos. Nesse sentido, por exemplo, a visão de fé e de Deus está relacionada com a história e com a vida num processo de libertação. Libertação do pecado individual, mas, sobretudo, do pecado social, representado pelas estruturas sociais injustas e opressoras que caracterizam o capitalismo. Essa realidade é concebida como contrária aos planos de Deus, cabendo aos cristãos, através de suas ações e organizações coletivas, a tarefa de iniciar, já na terra, a construção do Reino de Deus. A ênfase em Jesus Cristo recai na sua condição e opção pelo pobre, entendida para os teólogos da libertação como uma opção de classe. Além disso, reforça-se o caráter político da vida de Jesus Cristo que se posicionou contra o poder político, econômico e religioso da sua época. Aos cristãos da América Latina cabe a tarefa de imitar Jesus e agir politicamente, fazendo uma opção de classe para construir uma nova sociedade, mesmo que para isso devam aliar-se a grupos de não-cristãos que também lutam contra a estrutura social capitalista. Ressalta-se a necessidade de abandonar a perspectiva assistencialista dominante na Igreja em relação ao pobre e fazer dele o sujeito de sua libertação (MARTINS, 2000).

Tais concepções faziam-se presentes nas discussões empreendidas nos grupos das CEBs que fomentavam a participação política. Para tanto utilizava-se como método o *ver-julgar e agir*, ou seja, *ver* a realidade, *judgá-la* a partir do Evangelho e *agir* para transformá-la⁷⁴. Esse método de organização tinha como objetivo propiciar e valorizar a participação de todos, de modo a levá-los a organizar ações que pudessem combater as situações de injustiças em que viviam. Para Floresta (2006, p. 59-60), esse modelo serviu de base para a organização do MST:

Parte-se da base, onde o indivíduo é, como nas CEBs, levado a participar ativamente nas decisões e ações até chegar à Coordenação Nacional (...). Esse esquema, em que as discussões dos problemas vivenciados no cotidiano são feitas de forma democrática, partindo da base e possibilitando a todos a participação efetiva nas decisões, leva à formação de novas lideranças.

⁷⁴ Esse método foi aplicado pela primeira vez, no Brasil, pela Igreja Católica no trabalho desenvolvido junto aos jovens por meio da Ação Católica Especializada.

Nesse processo, faziam-se presentes símbolos e práticas cristãs, tais como: a presença da cruz lembrando o martírio de Jesus Cristo e também do povo oprimido, neste caso, os pobres da terra; a utilização de uma leitura politizada da Bíblia, utilizando-se de seus textos para motivar a participação; realização de celebrações, cantos, romarias etc.

Ainda, que, conforme Floresta, a partir dos anos de 1990 tenha havido um distanciamento do movimento em relação à Igreja⁷⁵, é visível no MST, na organização e nas atividades de formação empreendidas pelo Movimento, a continuidade de práticas herdadas da ala progressista da igreja, principalmente das CEBs e da CPT. Destaca Floresta (2006, p. 60):

O discurso sobre disciplina, estudo, organização, ecumenismo é o mesmo utilizado pelas CEBs. Essa herança da Igreja pode ser constatada na estrutura da organização – o caráter colegiado das instâncias de decisão, a divisão por Estados, o espírito de sacrifício e a centralidade da mística e eventos dotados de forte caráter simbólico.

A cruz como símbolo que acompanhava as ocupações e demais atividades do Movimento deu lugar a bandeira e ao hino do MST. As romarias foram substituídas pelas marchas tendo um forte caráter político; as celebrações tornaram-se elementos da mística, as leituras de textos bíblicos foram substituídas por leituras de mensagens socialistas e os cantos religiosos cederam espaço a músicas de protesto ou aquelas que retratam a cultura camponesa. Manteve-se, porém, o caráter de sacralidade referente à luta que essas manifestações simbolizam.

Entre os componentes herdados da Teologia da Libertação a mística sobressai-se. De acordo com o MST, ela relaciona-se ao *mistério*: mistério que cerca a vida humana, que envolve e motiva as pessoas diante das piores situações, mistério que se encontra presente nas práticas cotidianas, que envolve o amor pela coletividade, que significa entrega e luta constante pelo novo, que tem relação com a utopia.

Esta força que nasce traz energia. Mantém o lutador do povo ativo e entusiasmado. É o que caracterizamos como ‘mistério’. Mas não como algo distante; ao contrário, está presente em cada lutador, que sente esta vontade indomável de continuar andando como que a buscar algo que ainda não vê, mas sente que existe ali mais adiante (MST, 2001, p. 228).

Conforme o MST (2001), as raízes da mística estão na natureza contemplativa da vida camponesa, na música e na devoção. A devoção refere-se a diversas práticas religiosas presentes na cultura brasileira e caracterizam-se pela presença de rituais e símbolos e “se

⁷⁵ Floresta (2006, p. 52-53) explica que, segundo líderes do movimento, esse afastamento foi resultado do próprio recuo da Igreja na tarefa de organizar/apoiar os excluídos. A Teologia da Libertação sofreu alterações, afastando-se da problemática histórica e sendo absorvida pelo discurso institucional. Porém, a partir de 1997, observa-se uma reaproximação da Igreja com o MST (FLORESTA, 2006, p. 77).

transformam em parte da consciência dos indivíduos, que mesmo mudando de organização, carregam consigo ensinamentos e conteúdos que se manifestam sempre que haja oportunidade” (MST, 2001, p. 237). No MST, a mística deve estar sempre presente na prática dos militantes por meio das palavras, dos gestos, dos símbolos, do exemplo, da entrega e principalmente pela fidelidade à causa que abraçou. Dessa forma, é importante destacar o sentido político da mística, ou seja, ela deve reforçar o sentido de pertencimento ao Movimento e à classe trabalhadora e o compromisso com a luta pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Nos dizeres do MST (2001, p. 244):

...qual é nossa grande causa? A libertação do proletariado. (...) quais os caminhos para chegar a esta causa? (...) a reforma agrária e o socialismo. (...) quais as formas para se chegar a isso? Todas as formas de lutas possíveis, tendo sempre em mente o poder. (...) quais os elementos que utilizamos para chegar ao objetivo? Cada setor tem os seus símbolos, seus planos, suas metas, suas vitórias, suas derrotas etc. E temos os símbolos maiores que unificam a todos, como: bandeira, hino, clássicos, história nossa e de outros etc.

Dessa forma, os momentos místicos, realizados durante as diversas atividades do MST, devem ser utilizados para reforçar a causa principal da luta que almejam e os valores éticos e políticos que a alimentam, tais como a disciplina, a beleza, a limpeza, o companheirismo, o vestuário, o comportamento pessoal, a coerência política, histórica e moral. Os símbolos representantes da luta também devem estar presentes. Ainda, é importante o uso de textos, palavras de ordem, encenações, danças, cantos, poesias, painéis etc, que reforcem os aspectos ideológicos e unifiquem os participantes em torno de um objetivo comum (MST, 2001, 245-246). Os momentos de mística procuram estabelecer um elo com o passado, seja lembrando personagens importantes na história de luta dos trabalhadores, seja incorporando elementos da religiosidade importantes na cultura popular brasileira, ao mesmo tempo, alimentando a utopia e reforçando a identificação com o Movimento.

As reflexões realizadas pelo MST em relação à educação, incluindo a formação política, permitem perceber que, para esse Movimento, é estratégico construir as condições para a realização da reforma agrária e também para o socialismo. E esse processo passa pela educação. Nesse sentido, é necessário formar, seja para garantir a continuidade de seu projeto político, seja para ir construindo os valores da sociedade futura. Para construir sua base teórica, o MST tem dialogado principalmente com autores marxistas e com os teólogos da libertação, atualmente, tendendo mais para o marxismo-leninismo. Esse diálogo, fruto da própria constituição do movimento, que trouxe em um dos seus braços uma matriz religiosa, evitou que o MST adotasse uma postura de repúdio às manifestações religiosas como aconteceu no passado com diversos movimentos de esquerda. Pelo contrário, o MST, à

medida que se afastou da Igreja, politizou essas práticas com um sentido próprio, materializado naquilo que tem chamado de mística, que tem na sua intencionalidade a luta por uma nova sociedade: não mais a construção do reino de Deus, mas a construção do socialismo.

5 JUVENTUDE E MST

A participação dos jovens tem feito parte da história do MST: eram, em boa parte, jovens aqueles que ajudaram na sua fundação e construção; são jovens, atualmente, os que são convidados por este Movimento a dar continuidade à sua luta, iniciada pelas gerações anteriores. Todavia, se inicialmente, não havia uma preocupação específica com a juventude, ela começa a se desenhar, nos fins dos anos de 1990, como um dos desafios para o MST, o que pode ser evidenciado pela realização de atividades voltadas para este público, pelas reflexões, ainda tímidas, sobre a juventude e sua relação com o MST e, principalmente, pelo início da organização interna dos próprios jovens no Movimento. Neste capítulo, num primeiro momento, resgata-se esta história, ou seja, é sobre a participação da juventude no Movimento.

Num segundo momento, são apresentadas as concepções sobre juventude presentes no MST de modo a revelar que elas estão vinculadas à visão de mundo que orienta este Movimento, na qual sobressai a crítica ao capitalismo e a necessidade da reforma agrária e da construção de uma nova sociedade, pautada em valores socialistas. Os jovens são considerados importantes para levar adiante esse processo de mudança.

Todavia, como os jovens assimilam isso? Para responder à questão foi proposto aos jovens entrevistados que falassem sobre temas como reforma agrária, propriedade privada, Estado, democracia e mudança social, além de relatarem sobre o que os afasta e os aproxima do MST. Os dados coletados referentes às representações dos jovens foram analisados como parte das suas experiências no Movimento. Assim, buscou-se destacar a articulação entre o “vivido” e o “percebido” na formação política nas novas gerações do MST, o que é apresentado na terceira parte deste capítulo.

5.1 PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NO MST: ASPECTOS HISTÓRICOS

Os jovens fazem parte da história do MST. Muitos daqueles que fizeram parte do processo de formação e organização do Movimento em diversos estados brasileiros eram, na época, jovens:

Quando iniciamos o MST, em 1984, éramos jovens, audaciosos que não mais aceitávamos as imposições dos sindicatos e, em parte, da Pastoral da Terra. É claro que refletíamos muito com os mais velhos e experientes, mas, no fundo, a decisão de fazer o MST acontecer foi nossa, que migramos de um lado para outro, para colocarmos em práticas as idéias (Dirigente Nacional, entrevistado por meio eletrônico em 2006).

Nós tivemos um período bem importante em que o Movimento era dirigido praticamente pela juventude, dois ou três eram mais velhos, mas basicamente, nos Estados, era a juventude que dirigia o Movimento, e participava (...) eu acho que, no início, lá nos anos oitenta, era essa juventude que mais dirigia (Joana/liderança adulta, entrevistada em 13/08/2007).

A maioria desses jovens havia iniciado a militância na Igreja Católica, por meio das CEBs, da CPT e da própria Pastoral da Juventude. Embora houvessem participado em sindicatos e partidos, o embrião da formação estava na Igreja, mais especificamente, por meio da Teologia da Libertação. Identifica-se, aqui, dois grupos: um constituído por jovens que iniciaram sua politização nos grupos das CEBs, Pastoral da Juventude Rural, CPT e em seminários, e outro que, morando nos centros urbanos, em muitos casos, entretanto, com origem rural, tiveram sua militância inicial em pastorais como Juventude, Operária e da Terra. A vinda de jovens urbanos para o MST é um fato que faz parte da história desse Movimento, porém ocorre em momentos e condições históricas diferentes. Inicialmente, essa vinda dava-se mais em função da continuidade da militância; mais recentemente, porém, jovens das periferias de pequenas, médias e grandes cidades têm encontrado no MST uma alternativa para a sua sobrevivência.

A formação política inicial, embasada na Igreja Progressista e em setores do sindicalismo, esteve presente no processo de formação da maioria das lideranças jovens e adultas no decorrer dos anos de 1980 e, em alguns lugares, também no início dos anos de 1990. Como destaca Floresta (2006, p. 57), essa militância a partir da Igreja não deve ser um indicativo da ligação orgânica do Movimento com esta instituição. O MST organiza-se e consolida-se nacionalmente como um movimento autônomo, no qual as “suas lideranças passam a ser multiplicadoras de si mesmas”. São essas lideranças que, pouco a pouco, vão-se distanciando da Igreja, em parte pelos próprios rumos tomados pela Teologia da Libertação que, já nos fins dos anos de 1980, dá mostras de seu enfraquecimento, tornando-se mais plural política e ideologicamente e mais adaptável ao discurso oficial da Igreja bem como recuando em seu compromisso com as lutas populares. Da mesma forma, o MST busca afastar-se da tutela do movimento sindical e de partidos de esquerda que também, a partir dos anos de 1990, começaram a assumir um discurso e uma prática mais moderada.

Os jovens que se inseriram no MST naquele primeiro momento, que vivenciam com mais força a influência da Teologia da Libertação dentro do MST aprenderam com o processo de construção e consolidação do MST nos Estados. As ocupações, os acampamentos, os cursos, as reuniões, os enfrentamentos com a polícia e com governantes, a organização dos primeiros assentamentos, das cooperativas, dos setores etc. foram centrais na formação desses Sem Terra e na consolidação do MST; contribuíram para sistematizar as experiências realizadas bem como ajudaram a teorizar as práticas e elaborar grande parte do material teórico, simbólico e didático que vem subsidiando a educação das novas gerações dos Sem Terra. Nesse primeiro momento não existe uma atenção específica para com os jovens e sua participação. A preocupação é com a capacitação de militantes que contribuam para a formação da base do MST, incluindo homens e mulheres jovens, adultos e idosos, de modo a possibilitar que todos possam envolver-se nas diversas tarefas do Movimento. Dessa forma, ainda não aparecem, no MST, preocupação e discussão mais específicas em relação à juventude.

Em meados dos anos 1990, o MST já estava presente em grande parte dos estados brasileiros; os acampamentos aumentaram e muitos Sem Terra foram assentados. Muitas crianças que participaram desse processo, nos anos 80, cresceram, tornaram-se jovens no Movimento. Outros jovens chegam através das novas ocupações que vão sendo realizadas, alguns deles oriundos das periferias urbanas; jovens estudantes universitários urbanos vêm no MST um espaço alternativo para sua atuação política. Uma segunda geração de Sem Terra vai-se constituindo num contexto histórico diferente daquele da primeira geração. A luta pela Reforma Agrária torna-se mais difícil frente ao avanço do agronegócio e frente às políticas neoliberais desenvolvidas nos sucessivos governos que gerem o Estado; a maioria dos movimentos e organizações sociais que se articulam em torno de lutas coletivas mostram-se enfraquecidas e com pouco poder de mobilização. Em contrapartida, o crescimento do desemprego no país faz aumentar as fileiras dos Sem Terra e nessa nova conjuntura, a presença dos jovens nos acampamentos e assentamentos do MST torna-se mais visível: muitos deles começam a se inserir nas atividades do Movimento, iniciando a militância; outros já não se sensibilizam para a continuidade da “luta de seus pais”. Essas condições ajudam a aumentar a pressão pela necessidade de trabalho, educação, formação e lazer, elementos fundamentais para a permanência do jovem no campo e para sua identificação com o MST. Além disso, entre os atuais jovens que se aproximam da militância no Movimento estão aqueles que o fazem em virtude das difíceis condições de vida nas periferias urbanas e com pouca ou nenhuma formação política.

É importante considerar, ainda, que, desde os anos de 1970, intensifica-se, no Brasil, a influência da indústria cultural⁷⁶ e dos meios de comunicação de massa sobre a juventude, contribuindo para moldar seus comportamentos e valores sociais. Uma cultura consumista e individualista vai-se afirmando como predominante entre a maioria dos jovens que passa a se reconhecer e ser reconhecida numa cultura juvenil que tem como modelo o jovem de classe média urbana, cuja pauta de vida está constituída pelo imediatismo do consumo. Este processo foi reforçado fortemente pelo acesso aos meios de comunicação como a televisão, a internet, o telefone celular e tecnologias digitais que se expandem cada vez mais, contribuindo para diminuir as distâncias que antes separavam países, regiões, cidades, urbano e rural. Por sua vez, a diminuição de fronteiras espaciais acontece, especialmente, por meio da produção e circulação de imagens que veicula mercadorias, tendências, desejos, fatos, notícias, músicas, modas, gostos, guerras etc. numa velocidade antes inimaginável. Portanto, na contemporaneidade, as mediações mediáticas tornaram-se elementos fundamentais na formação das subjetividades e apresentam-se no cotidiano dos jovens como elementos importantes de identificação social. Entretanto, isso não acontece sem contradições. Ao mesmo tempo em que se impõe uma cultura juvenil dominante, em grande parte absorvida pelo mercado de consumo, surge, nos anos de 1980/90, uma cultura própria dos jovens das periferias, de caráter contestatório, com base na música e na poesia, como o hip-hop, por exemplo, e que será apropriada também pela indústria cultural e atingirá, de modo irreverente, outros jovens.

Nessas décadas, a visibilidade da juventude começa a aparecer para além dos setores da classe média. Num primeiro momento, entretanto, a preocupação foi dirigida a crianças e adolescentes em situação de risco, culminando com a mobilização, nos fins dos anos de 1980, de setores organizados da sociedade civil pela aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA); entretanto, este deixou fora os jovens em maioridade legal. Nos anos de 1990, os jovens começaram a aparecer no cenário público como os mais atingidos por problemas relativos à saúde, especialmente aqueles vinculados a certo tipo de comportamento de risco como doenças sexualmente transmissíveis, o uso de drogas, a gravidez precoce, e as enfermidades provocadas por acidentes de trânsito; cresceu também o envolvimento de jovens com a violência, tanto na condição de vítimas como na de autores, além da relação com a criminalidade e o narcotráfico; sem falar na crise do emprego, que os atinge especialmente.

⁷⁶ O termo indústria cultural foi utilizado por Horkheimer e Adorno para se referirem ao processo crescente de mercantilização das formas culturais surgido com o desenvolvimento das indústrias de entretenimento na Europa e nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX. (THOMPSON, 1995, p. 131).

Para Abramo (2005, p. 39), essas questões foram indicativas de que “os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí”. Além disso, a autora considera que a preocupação com juventude que começa a tomar corpo, nesse período, está ligada também ao aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares, que trouxeram a público, especialmente por meio de expressões culturais, as questões que os afetam e preocupam.

Castro (2005) considera que a preocupação em relação aos jovens rurais apresenta similitudes com a perspectiva em relação aos projetos destinados aos das periferias urbanas em situação de risco, que precisam ser reintroduzidos na sociedade. Desta forma, os jovens rurais devem ser impedidos de migrar para as cidades e são considerados como os principais responsáveis para garantir a continuidade do trabalho familiar na agricultura e resgatar os valores do mundo rural.

Nesse sentido, pode-se entender porque a juventude, a partir da segunda metade dos anos de 1990 começa a aparecer como tema na agenda das políticas públicas, com ações voltadas para a saúde, violência e desemprego, e, no caso dos jovens rurais, projetos voltados a permanência dos jovens no campo⁷⁷. Muitas dessas ações, de acordo com Sposito (2003, p. 66), tiveram sua execução por meio da transferência de recursos federais ao executivo municipal ou estadual, ONGs ou fundações empresariais. Tais ações, conforme a mesma autora, apresentam diferentes características, algumas são caracterizadas pela ausência dos jovens na formulação e condução dos projetos e pela ênfase em projetos que tratam a juventude como problema social a ser combatido; outras são demandadas dos próprios jovens, demonstrando o reconhecimento deles como sujeitos de direitos; outras estão no campo da cultura e voltadas para a construção da auto-estima e das identidades juvenis a partir do diálogo com as formas coletivas pelas quais os jovens se organizam.

Fruto dessas questões e ações criou-se oficialmente, em 2005, a Secretaria Nacional da Juventude, vinculada ao governo federal com o objetivo de articular e supervisionar os programas e ações voltados para os jovens; o Programa Nacional de Jovens (ProJovem), com

⁷⁷ Castro (2005) cita a inclusão dos jovens rurais como beneficiários de programas como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e os projetos da Comunidade Solidária realizados durante o governo Fernando Henrique Cardoso. O governo Lula inseriu em programas desenvolvidos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário algumas ações voltadas aos jovens rurais. No Plano Nacional de Reforma Agrária, criou-se uma linha de crédito fundiária chamada Nossa Primeira Terra; no Plano Safra, surgiu a linha de crédito destinada à produção, o Pronaf Jovem. Este último é fruto da demanda dos jovens organizados em movimentos sociais, como a CONTAG e a FETRAF. Também em parceria com a CONTAG, foi criado o Consórcio Social da Juventude Rural, que “objetiva favorecer, a partir de um processo de capacitação, a criação de instrumentos de geração de emprego e renda para jovens rurais, enquanto mecanismo de empoderamento econômico, social, político e cultural desses jovens” (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p. 83).

caráter emergencial e destinado a jovens excluídos da escola e do mercado de trabalho; o Conselho Nacional da Juventude⁷⁸, de caráter consultivo e composto por jovens e adultos e tendo como objetivo estudos, propostas, validação e avaliação de políticas públicas de juventude (NOVAES, 2007, p. 106).

Em termos de participação política, os anos de 1990 podem ser caracterizados pelo descrédito dos jovens e demais setores da população em relação às formas tradicionais de fazer política e suas instituições, todavia, considerando a juventude em sua totalidade, isso não significa a ausência completa de atuação política entre os jovens. A novidade, entretanto, reside no fato dos jovens constituírem novas linguagens e ações para se expressarem politicamente e, ao mesmo tempo, deslocarem a política do campo institucional para espaços ligados à vida cotidiana como o trabalho, o lazer, a participação na comunidade religiosa etc. De acordo com Sousa (2003), é a cultura um dos principais campos de atuação dos grupos de jovens contestadores que surgem a partir de meados dos anos de 1980. São grupos pastorais, raciais, de interesses e afinidades, na sua maioria, formados por jovens das periferias urbanas. Entre esses grupos, tem-se destacado os reunidos em torno do hip-hop, movimento que tem sua origem social em jovens da classe trabalhadora e negra e que fazem política através da cultura – reunindo quatro formas de arte de rua: o break (dança), o grafite (pintura), o rap (ritmo e poesia) e o disc jockey -, e preocupam-se tanto com questões identitárias quanto sociais (SOUSA, 2003, p. 11).

Além da atuação desses grupos, a autora chama a atenção para os jovens que atuam no movimento estudantil secundarista ou universitário como grupos vinculados a partidos políticos de esquerda ou grupos independentes. O primeiro grupo orienta-se pela linha programática do partido e busca manter o movimento estudantil como um campo de resistência à indiferença, ao individualismo e à lógica do ensino atrelado pura e simplesmente aos interesses do mercado. Tais grupos procuram desenvolver formas de participação mais democráticas no movimento estudantil, afastando-se das práticas rígidas e hierárquicas tradicionais. Os grupos independentes, além de atuarem no movimento estudantil, fazem parte de coletivos de movimentos sociais que lutam em várias frentes, especialmente em relação à globalização capitalista. São caracterizados por táticas políticas de ações diretas, pela recusa a vínculos partidários, pela defesa da organização horizontal e não hierárquica e

⁷⁸ O MST e a Via Campesina não fazem parte da composição do Conselho Nacional da Juventude, pois o momento de sua composição coincidiu com a decisão desses movimentos de se retirarem de todos os Conselhos Governamentais (NOVAES, 2007, p. 99).

por utilizarem os recursos da indústria cultural e tecnológica para manterem sua articulação e a adesão de militantes (SOUSA, 2003).

Também nos fins dos anos de 1990, esboça-se um movimento de organização interna dos jovens do campo vinculados a movimentos sociais rurais, havendo maior interesse desses movimentos em relação à juventude. Processo que ficou evidenciado nos primeiros anos do século XXI, a partir da realização de diversos encontros de jovens por diferentes organizações, tais como: FETRAF, CONTAG, Pastoral da Juventude Rural, Via Campesina e o próprio MST.

Portanto, é a partir de questões internas ao MST e da emergência da juventude como discussão nacional e seu retorno à cena política que ela surge como preocupação mais específica dos movimentos sociais rurais, incluindo este Movimento. Assim, especialmente nos fins dos anos de 1990, a juventude passa a ser um dos seus desafios diante da necessidade de se criar mecanismos para a sua permanência no campo, abrir maiores espaços para a sua participação na organicidade do Movimento e uma reflexão sobre a sua condição. Gohn (1999, p. 164) destaca que as ações do MST, visando a um maior envolvimento da juventude, foram deflagradas em 1999, ano em que se elaborou texto para debate intitulado *Proposta para a organização da juventude* e criou-se o programa de Centros de Cultura e Lazer em 14 assentamentos, entre outras atividades. Foi nesse ano que o MST realizou com a UNICAMP, o Curso Realidade Brasileira que reuniu 1.200 jovens de 22 estados brasileiros em Campinas.

Embora essa preocupação mais pontual só apareça nos fins dos anos de 1990, considera-se que, a medida que a educação passou a ser uma bandeira central do Movimento, contribuiu, ainda que indiretamente, para problematizar questões relativas à formação da juventude e possibilitou a participação mais efetiva dos jovens a partir do Setor de Educação. A preocupação inicial com a escolarização das crianças dos acampamentos e assentamentos, aos poucos, ampliou-se para outras faixas etárias, como um dos direitos negados às populações do campo. Nesse sentido, além de garanti-la como direito das crianças, impõe-se a necessidade de alfabetização dos jovens e adultos e de possibilitar que os jovens tenham acesso ao Ensino Médio e Profissionalizante e ao Ensino Superior.

É nesse processo que os jovens, e também as mulheres, passam a fazer parte da maioria entre os que assumem as tarefas educativas do Movimento nas escolas itinerantes dos acampamentos, nas cirandas infantis, na alfabetização de jovens e adultos, nas escolas de Ensino Fundamental dos assentamentos, o que pode ser explicado em função da sua maior escolaridade e disponibilidade em relação aos adultos. Esta participação pode ser constatada a

partir do depoimento de um militante do Paraná sobre as iniciativas de formação do MST para a qualificação de seus educadores:

... em 1996, o Estado do Paraná iniciou um primeiro convênio com o governo estadual e com a universidade, um programa de formação dos jovens para atuar na alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos; eram 100 jovens; então, o meu ingresso no Movimento é para fazer a formação de educadores (Juarez/Liderança Adulta, entrevistado em 29/01/2008).

Além de cursos de Magistério oferecidos pelo Movimento, como por exemplo, no ITERRA, em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, o MST passou a realizar parcerias com universidades para a realização de cursos de graduação na área de pedagogia. Uma delas ocorreu no Paraná, num convênio que reuniu movimentos sociais, INCRA e Universidade Estadual do Oeste do Paraná e ofereceu o curso de Pedagogia para Educadores do Campo, realizado no município de Francisco Beltrão, em oito etapas, no período de 2004 a 2008, com participação significativa de jovens.

Enfim, a presença dessa segunda geração de jovens nos acampamentos e assentamentos mostra a necessidade de criar condições para que eles permaneçam no campo e também assumam a bandeira da luta pela Reforma Agrária e pelo Socialismo pretendidas pelo MST. Novamente a educação pode ser considerada como um dos elementos para contribuir nesse processo. Para o Movimento (MST, 2006a), é necessário lutar para proporcionar a continuidade dos estudos dos jovens sem que estes tenham que se deslocar para as cidades; criar condições de trabalho no campo e também possibilitar a sua profissionalização, mas também é necessário inseri-los organicamente no Movimento, prepará-los para darem continuidade à sua luta política. Nesse sentido, segundo o MST, deve-se lutar para que a escola esteja em sintonia com os seus princípios educativos e políticos.

Nos anos 2000, o MST amplia o trabalho pela implantação de escolas de Nível Médio nas áreas de assentamento da Reforma Agrária e, aos poucos, consolida uma estrutura de centros de formação espalhados em diversos municípios do país, onde passa a oferecer cursos prolongados de formação política e, através do PRONERA, em conjunto com universidades, cursos profissionalizantes de Nível Médio e Pós-Médio. Isso possibilita o ingresso de muitos jovens sem terra em cursos superiores no Brasil e em outros países como Cuba e Venezuela que, em 2006, disponibilizou 50 vagas de cursos superiores para integrantes da Via Campesina, da qual o MST faz parte. Conforme informações apresentadas por Floresta (2006, p. 93), em 2004, “... são 750 jovens inscritos em cursos universitários e 1 mil em cursos técnicos, 58 estudando medicina em Cuba”. Porém, segundo dados da Pesquisa Nacional de Educação da Reforma Agrária, “apenas 7,5% dos jovens de assentamentos

frequêntam o Ensino Médio que é ofertado em apenas 4% das escolas; (...) a educação profissional é ofertada em apenas 0,5% das escolas” (MST, 2006b, p. 07), dados que reforçam a importância da luta do MST e justificam a realização do “1º Seminário Nacional de Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária”, no período de 18 a 22 de setembro de 2006.

O Movimento, no Paraná, acompanha as iniciativas do MST em relação à formação e preparação profissional, especialmente dos jovens e, a partir de 2000, passa a disponibilizar cursos técnicos com as universidades. Em 1993, no Estado paranaense, surge o CEAGRO, localizado na cidade de Santa Galo. Inicialmente, esse centro abrigava cursos de formação política tanto em âmbito nacional como estadual, além de encontros, seminários etc. A partir de 2003, passou a oferecer cursos técnicos em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, em Nível Médio e Pós-Médio com instituições públicas de ensino superior como a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal de Santa Catarina. Entre os objetivos do Projeto Político Pedagógico do CEAGRO, referentes à formação, estão:

...qualificação técnica e formação política, organizativa e cultural, principalmente de **jovens assentados e filhos de pequenos agricultores**, para que estes permaneçam no campo e possam contribuir com a organização no desenvolvimento dos assentamentos, comunidades de pequenos agricultores e do campesinato de forma geral, dentro da estratégia dos movimentos sociais e da Via Campesina (MST, 2006c, p. 05). (sem grifos no original)

No Paraná, além do CEAGRO, foram criados o ITEPA, no ano de 2000, em São Miguel do Iguaçu; a Escola Milton Santos, no ano de 2002, em Maringá. Com exceção da Escola Milton Santos, todos os demais centros estão localizados em assentamentos. Dentre as atividades em andamento, em 2006, no ITEPA estava o Curso Técnico em Agroecologia e o Curso Técnico em Saúde Comunitária; na Escola Milton Santos, o Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em agroecologia, junto com a Universidade Federal do Paraná. Em 2005, passou a funcionar, no Paraná, a Escola Latino Americana de Agroecologia, vinculada à Via Campesina e localizada no Assentamento Contestado, no município da Lapa (MST, 2006c) e, em 2007, passou a funcionar em Rio Bonito do Iguaçu uma extensão do CEAGRO. Todos os cursos procuram basear-se nos princípios educativos do Movimento, aliando a formação técnica à formação política. Assim, além de formar técnicos, busca-se formar militantes.

As possibilidades de educação escolar que o MST passa a oferecer à sua base, incluindo aí parte significativa de jovens, constitui-se num diferencial em relação à realidade da geração que ajudou a formar e pertenceu ao Movimento nos anos de 1980. Nesse quadro, uma outra questão deve ser considerada: à medida que o MST foi afastando-se dos setores

progressistas da Igreja Católica e desvinculando-se do movimento sindical e partidário, surge o desafio de formar os seus próprios quadros e criar os próprios cursos que contribuam na formação de seus militantes. Floresta (2006, p. 53) destaca que, inicialmente, o Setor de Formação do MST realizava seus cursos em parceria com a CUT nos Estados em que o Movimento estava organizado, porém passa a investir em espaços próprios de formação. Em 1990, cria a Escola Nacional Florestan Fernandes⁷⁹ que, segundo Medeiros (2002, p. 48) “durante sua trajetória até o ano de 2000, quando completou dez anos de existência, a EN acumulou em seu histórico a realização de cursos de formação política oferecidos a mais de mil jovens membros do MST”.

Além dos cursos realizados na Escola Nacional Florestan Fernandes, o Setor de Formação do Movimento organiza cursos em diversas instâncias: núcleos de base, acampamentos, assentamentos, nas brigadas, estaduais etc. O Paraná, por exemplo, tem feito, em âmbito estadual, a sua escola estadual de formação política através de cursos de 45 dias realizados em acampamentos. Conforme depoimento dos entrevistados, o último aconteceu, em 2007, no Acampamento Che Guevara, no município de Ortigueira e reuniu aproximadamente 85 pessoas, na maioria jovens.

A partir de 1999, o MST passou a realizar cursos massivos de formação política destinados ao público jovem, como os ocorridos na UNICAMP em 1999, 2000 e 2001, em âmbito nacional. Em âmbito estadual, aconteceram dois encontros em Londrina; o primeiro deles reuniu aproximadamente 850 jovens do campo e da cidade nos dias 30/08 e 01/09/2002. O segundo encontro aconteceu em 2005, mas, desta vez, dirigiu-se aos jovens do MST. Além desses encontros, em 2001, 2002, 2003 e 2005, os jovens do MST participaram das atividades dos acampamentos intercontinentais da juventude durante o Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre. De acordo com Gohn (2007, p. 73-74), durante a realização do II fórum, que reuniu cerca de quinze mil jovens, os militantes do MST, de partidos políticos de esquerda e de movimentos estudantis e sindicais concentraram suas atividades em atos de protesto, em reuniões de trocas de experiências, avaliação e planejamento de suas atividades. A realização do Fórum e dos Acampamentos da Juventude continuou nos anos seguintes, com exceção de 2008, porém, foram realizados em outros países, dificultando a participação de jovens militantes do MST.

⁷⁹ Até novembro de 2000, a Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes funcionou no Centro de Formação e Pesquisa do Contestado (CEPATEC), na cidade de Caçador, Santa Catarina. De 2001 a 2004, as atividades da escola foram realizadas em diferentes centros de formação espalhados pelo país. A partir de 2005, a Escola Nacional ganhou instalações próprias, tendo agora sua sede em Guararema, São Paulo, onde passa a desenvolver suas atividades (MEDEIROS. 2002).

Um outro modo de formar politicamente a juventude e de envolvê-la nas atividades do Movimento tem ocorrido, a partir dos fins dos anos de 1990, através do Setor de Cultura e Comunicação, especialmente por meio da criação de grupos de teatros. Em 2001, o MST, junto com o dramaturgo Augusto Boal, realizou uma série de oficinas de teatro destinadas aos seus militantes jovens. Dessa iniciativa surgiu, no mesmo ano, a Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré. Um pouco das atividades teatrais dessa brigada puderam ser observadas na Marcha Nacional por Justiça e Reforma Agrária de 2005, durante a qual houve a apresentação de várias peças (FARIA; SOARES, 2005, p. 10).

As atividades de teatro encontram-se também presentes no Paraná⁸⁰, onde a Brigada Teatral Gralha Azul conta com aproximadamente doze grupos de teatro organizados por jovens nos acampamentos e assentamentos do Estado. Muitos desses grupos são criados a partir dos grupos de jovens existentes nas brigadas.

É importante destacar que, na história do MST do Paraná, inicialmente, os grupos de jovens constituíram-se como grupos religiosos, formados espontaneamente pelos jovens, com fins de ser um espaço de encontro (ligado à igreja), de afetividade e diversão para eles. Embora a característica central desses grupos fosse a formação religiosa e o lazer entre os jovens, também propiciavam a formação de valores considerados importantes para o Movimento. Segundo alguns militantes jovens, “discutia texto que falava de fraternidade, igualdade”; “envolia religião, mas também conscientização”.

Recentemente, através das atividades do Setor de Comunicação e Cultura, observa-se uma preocupação maior do MST em fomentar e incentivar os grupos de jovens não simplesmente como grupos religiosos e de lazer, mas principalmente como forma de politizar e aproximar os jovens do Movimento, como relata um entrevistado: “começamos a tocar músicas do Movimento, ensaiar para fazer nas assembléias, para fazer nos encontros”. Nos grupos, são realizadas oficinas de teatro, de música, de dança, envolvendo conteúdos políticos. Os grupos de teatro apresentam-se em encontros e assembléias. Além disso, são promovidos encontros de jovens nas Brigadas, organizados por lideranças adultas e jovens, nos quais são tratados temas como juventude, questão agrária, agroecologia entre outros. Todavia, a existência dos grupos nos acampamentos e assentamentos não implica a participação nas instâncias decisórias do Movimento. Os grupos de jovens podem participar, mas apenas com direito a voz.

⁸⁰ As informações sobre as atividades do Setor de Comunicação e Cultura, incluindo as de teatro e sobre os grupos de jovens, no Paraná, foram obtidas através das entrevistas realizadas.

Embora exista a preocupação do MST com os grupos de jovens, a manutenção dos grupos é dificultada em virtude da grande rotatividade de seus membros; muitos saem porque deixam os acampamentos e assentamentos, outros desistem de participar e existem aqueles que, à medida que se identificam com o Movimento e assumem tarefas na organização, vão diminuindo ou mesmo deixando de participar. Nesse sentido, a própria vida do grupo tende a ser curta. Porém, isso não diminui sua importância como espaço de sociabilidade entre os jovens e também, no atual contexto, de formação política.

A partir da segunda metade dos anos de 1990, a preocupação com juventude e com a sua participação começou a aparecer de forma mais nítida no MST. As atenções e os encaminhamentos decorrentes são levados em conta em dois momentos da entrevista realizada com João Paulo Rodrigues⁸¹, destacados aqui dada a sua importância para o entendimento da qualificação desse processo interno do Movimento e sua ligação com as suas próprias estratégias políticas.

Segundo o depoimento dado sempre houve uma preocupação do MST na inserção da juventude em suas diversas atividades, mas, somente na década de 1990, com o aumento da sua base e a estruturação dos diversos setores criaram-se as condições propícias para a ampliação dessa participação. Agregam-se a esses fatores, acontecimentos como o massacre de Eldorado de Carajás, em 1996, e a marcha para Brasília, em 1997, que trouxeram maior visibilidade política e reconhecimento público para o Movimento, especialmente de jovens estudantes urbanos. Nas palavras de João Paulo:

Esse reconhecimento público por parte da sociedade fez com que uma parte da juventude do movimento estudantil urbano resolvesse ver o Movimento dos Sem Terra como uma organização política à qual eles pudessem dar uma contribuição, então, nesse período, nós tivemos uma migração de pessoas da cidade que vieram para o campo. Um fato interessantíssimo: jovens, muitos deles da classe média, queriam contribuir com o MST (....) a vinda desses estudantes e jovens do meio urbano, deu uma qualidade muito grande ao trabalho que o Movimento dos Sem Terra já vinha fazendo com a juventude, justamente porque houve essa abertura a mais do MST; então, nós tínhamos uma juventude um tanto politizada que tinha conhecimentos mais amplos em alguns aspectos do que a juventude do meio rural, porque era uma juventude universitária e tal; e nós vamos ter, nesse período, o início de atividades só para a juventude...(João Paulo, entrevistado em 26/07/ 2007).

As atividades que surgiram, nesse momento, buscaram a articulação de jovens do campo e da cidade, como, por exemplo, a realização dos Acampamentos da Juventude. Por outro lado, o reconhecimento público de setores da sociedade em relação ao MST exigiu que os militantes assumissem novas tarefas, especialmente relações públicas, que possibilitassem manter a divulgação e a interlocução do MST com a sociedade. Uma dessas atividades foi a

⁸¹ João Paulo Rodrigues tem 27 anos, é membro da Coordenação Nacional e responsável pelo Coletivo de Juventude do MST. A entrevista foi realizada pela autora na Escola Nacional Florestan Fernandes.

realização da exposição das fotos de Sebastião Salgado, que percorreu vários municípios do Brasil e que, segundo João Paulo, foi uma tarefa executada em grande parte pelos jovens do MST.

Para João Paulo, o momento que vai, aproximadamente, de 1996/1997 até 2000, foi fundamental para a percepção da necessidade e importância dos jovens se inserirem na luta do Movimento; porém, para ele não existia ainda um debate sobre a especificidade da juventude e os jovens acabavam inserindo-se nas tarefas do Movimento como se fossem adultos. A partir de 2000, houve a intensificação da realização de cursos de nível médio e técnico, cursos profissionalizantes, cursos de graduação, cursos de formação política e, com essas possibilidades, o MST buscou maior envolvimento da juventude, sem, no entanto, criar um Coletivo⁸² de Juventude. Isso só aconteceu durante a Marcha Nacional do MST, realizada em 2005, e a partir de uma iniciativa da própria juventude que, reunida em assembléia durante a marcha, deliberou pela necessidade da constituição de um coletivo de jovens:

...nós fizemos a assembléia com quase sete mil jovens (...) e com demandas que não estavam contempladas na educação e nem na formação. Dessa marcha surge a iniciativa de construir um coletivo nacional...(João Paulo, entrevistado em 26/07/2007).

Dessa assembléia, foram propostos dois objetivos: 1) elaborar e sistematizar demandas e pautas relacionadas à juventude e 2) avançar na organicidade e dar elementos para garantir a participação dos jovens - como jovens - na vida política do Movimento. Em relação ao segundo objetivo, é importante o reconhecimento do entrevistado da dificuldade de avançar em relação à participação efetiva da juventude. Segundo ele, embora os jovens estejam participando nos setores e nas coordenações nacionais e estaduais, quando se trata da direção dos assentamentos ficam alheios ao processo; além disso, possuem pouca autonomia para decidir o que desejam fazer.

É importante considerar que, no MST, o debate em torno da juventude é assumido como um desafio não apenas em relação aos jovens do campo, mas também em relação aos jovens da cidade. Isso pode ser entendido a partir de três questões: 1) o movimento de idas e vindas de jovens, aqueles que vivem nos assentamentos e migram para as cidades e, em alguns casos, retornam para o campo; aqueles que moram nos centros urbanos e entram no Movimento em virtude das difíceis condições de vida na cidade ou por questões político-ideológicas; 2) a compreensão de que problemas advindos do capitalismo afetam tanto os

⁸² No MST, coletivo é definido como um grupo de trabalho que surge a partir de determinada demanda do Movimento; tem a finalidade de encaminhar debates e ações que contribuam para suprir essa necessidade. O Coletivo quando cumpre sua tarefa pode ser extinto ou pode acontecer também de tornar-se um Setor como, por exemplo, o Setor de Saúde, que surgiu como Coletivo e depois se tornou Setor.

jovens do campo, quanto os jovens trabalhadores das cidades; 3) o MST, ao avançar em sua proposta política e se propor a pensar e debater um projeto de desenvolvimento popular para o Brasil, incorpora a juventude da cidade, especialmente das periferias, como um segmento (da população) estratégico para o seu projeto político de transformação social, considerando que existem alguns temas básicos que podem unir os jovens como: educação, trabalho e renda, a cultura e a arte e o recorte de classe, priorizando o debate contra a guerra e a luta antiimperialista.

Nesse sentido, o MST, através da Via Campesina, tem procurado a articulação dos jovens do campo e da cidade. Em 2006 e 2007, realizou-se na Escola Nacional Florestan Fernandes, respectivamente, o I e II Seminário Nacional da Juventude da Via Campesina, reunindo jovens representantes dos movimentos sociais rurais e urbanos. Fruto das decisões tomadas nesses seminários foi a realização, junto com a UNE, entre os dias 20 e 24 de agosto de 2007, em vários centros urbanos do país, da Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública. De acordo com João Paulo, essa iniciativa partiu dos próprios jovens: “... não pedimos para a direção nacional nem para ninguém (...) foi uma iniciativa dos jovens”. No Paraná, conforme depoimento de um jovem deste Estado, realizou-se em Curitiba e Londrina debates nas universidades entre universitários, jovens da periferia e jovens do campo sobre a realidade educacional e a necessidade de uma política educacional para toda a juventude.

Uma outra decisão dos jovens da Via Campesina foi o Programa Nacional de Formação da Juventude da Classe trabalhadora, que prevê a realização de cursos de formação política para jovens militantes rurais e urbanos. Em 2007, os cursos já se encontravam em andamento nos Estados de Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e a perspectiva era de que fossem ampliados para os demais Estados nos anos seguintes.

O Paraná, seguindo as orientações nacionais do MST, tem procurado incluir a juventude nas suas preocupações. Nesse sentido, conforme o depoimento de um jovem paranaense, o objetivo é primeiramente trabalhar com os jovens militantes para que estes possam envolver os demais nas atividades dos acampamentos e assentamentos. Relata o jovem:

O primeiro trabalho com a juventude que já está na militância é para que essa juventude se convença e compreenda a importância de nós debatermos e aprofundarmos a participação da juventude, e que esse jovem da militância consiga desenvolver esse trabalho com os demais jovens que estão nos assentamentos e acampamentos, mas que ainda não estão desenvolvendo atividades políticas. (Vitor, entrevistado em 29/09/2007)

Na primeira reunião da Coordenação Estadual do MST de 2008, foi formado um coletivo com representantes jovens dos Setores de Educação, Formação e Comunicação e

Cultura para que dessem encaminhamento a esse debate no Estado. Esse Coletivo, com o aval da coordenação estadual, organizou o I Seminário Estadual da Juventude do MST/PR, que reuniu aproximadamente 70 jovens militantes, representando 30 Brigadas, nos dias 06, 07 e 08 de junho de 2008, no Centro de Formação Milton Santos, localizado na cidade de Maringá. Nesse encontro, foram debatidas as seguintes questões: a realidade dos jovens dos acampamentos e assentamentos; os desafios da organização e participação da juventude no MST; articulação dos jovens do campo e da cidade; propostas de ação para envolver a juventude nos acampamentos e assentamentos. Nesse debate, foram considerados os objetivos de luta do MST e os eixos estratégicos retirados do seu último Congresso Nacional: massificação do Movimento; formação; assentamentos; relações com a sociedade e auto-sustentação. Esse procedimento reforça a orientação interna de que o debate sobre a juventude não pode estar desvinculado das ações do MST, o que inclui a crítica permanente ao capitalismo e à necessidade de sua superação.

Observa-se, assim, que a juventude está presente na história do MST. Porém, isso se tornou mais visível a partir da segunda metade dos anos de 1990, momento em que, nacionalmente, cresce o debate e ações em torno dos jovens bem como uma segunda geração de sem-terra passa a se constituir, ocupando espaços e trazendo novas demandas e desafios para o MST, provocando a necessidade de um debate específico sobre a juventude e sobre a sua participação.

5.2 A PERSPECTIVA DO MST EM RELAÇÃO À JUVENTUDE

Conforme visto anteriormente, somente a partir dos fins dos anos de 1990 que a juventude emergiu como uma preocupação para o MST. É também a partir desse período que os jovens começam a aparecer com mais frequência em reflexões produzidas, ajudando a revelar como esta temática tem sido entendida e debatida internamente. E como a juventude é vista pelo MST? Quais as condições oferecidas para que o jovem nele se integre efetivamente?

A juventude, para o Movimento dos Sem Terra, é considerada como uma fase da vida na qual se observa um potencial de rebeldia e capacidade criativa. São os jovens que têm

“mais energia, mais vontade e mais facilidade de aprender as coisas” (BOGO, 1999, p. 82).

Fazendo referência a Mao Tse Tung, o MST define os jovens como:

...a força mais ativa e vital da sociedade. Eles são os mais desejosos de aprender e os menos conservadores no pensamento (...). Claro que os jovens devem aprender com os mais velhos e demais adultos, e devem fazer todo o possível para, de acordo com estes, se empenharem em toda espécie de atividade útil (1972 apud MST. SETOR DE FORMAÇÃO, 2002, p. 11-12).

Além de Mao Tse Tung, alguns outros pensadores são referências ao se falar sobre a juventude. Dois livros comumente recomendados para os jovens são: *As tarefas revolucionárias da juventude* (2005), que reúne artigos de Lênin, Fidel Castro e Frei Betto; *Juventude: alicerce das mudanças* (2004), com textos de Fidel Castro⁸³, Gabriel Garcia Marques e Abel Prieto. A cartilha *O legado de Che Guevara*, elaborada para subsidiar as Jornadas Socialistas, realizadas em 2005, também traz fragmentos de reflexões de Che Guevara que dizem respeito à juventude. A maioria dos textos aponta para o papel da juventude na construção do socialismo e comunismo. Lênin (2005), ao falar para as Juventudes Comunistas, em 1920, destaca a necessidade de que a juventude aprenda o comunismo, processo esse que acontece quando se vincula a educação com a luta pelo comunismo: “Esta geração poderá aprender o comunismo unicamente se ligar cada passo de sua instrução, de sua educação e de sua formação à luta incessante dos proletários e dos trabalhadores contra a antiga sociedade baseada na exploração” (p. 24).

Para Lênin isso significa que a juventude deve debruçar-se de maneira séria para se apropriar do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, pois, somente assim, poderá contribuir para criar uma cultura verdadeiramente proletária. Destaca o papel da escola no processo revolucionário:

...nossa escola deve dar aos jovens os fundamentos da ciência, da arte de forjarem por si mesmos uma mentalidade comunista, a nossa escola deve fazer deles homens cultos. No tempo que os jovens passam na escola, esta tem de fazer deles participantes na luta para se libertarem dos exploradores (LÊNIN, 2005, p. 25).

Fidel Castro (2005, p. 39) destaca que a tarefa da revolução consiste em formar, a partir da juventude, um novo homem: “... o homem de consciência verdadeiramente revolucionária, o homem de consciência verdadeiramente socialista, o homem de consciência verdadeiramente comunista”. Acrescenta que é preciso que os jovens expressem isso na sua consciência e na sua prática para garantir que o processo revolucionário não recue. Frei Betto, (2005) discorrendo sobre um novo projeto para o Brasil, também fala da necessidade de ir

⁸³ Trata-se do mesmo texto que está no livro *As tarefas revolucionárias da juventude*. O texto é uma reprodução do discurso de Fidel Castro, proferido em 1968, em Santa Clara, em comemoração ao 15º aniversário do assalto ao quartel de Moncada.

forjando novos homens e novas mulheres, com valores éticos e morais que fortaleçam a raiz do projeto social que se deseja edificar. Nesse sentido argumenta:

Não haverá projeto novo para o Brasil se o que nos move é a ambição do poder, e não o espírito de serviço; a vaidade, e não a simplicidade; a esperteza, e não a transparência; o esquerdismo, e não o realismo; o dogmatismo, e não a tolerância; o individualismo, e não o espírito comunitário; o autoritarismo, e não a democracia; o sentimento de vingança, e não o ideal de a todos libertar, do miserável ao biliardário; o apego à vida, e não a disposição de sacrificar a própria vida em favor daqueles que nascem excluídos do direito de viver uma vida plenamente humana (BETTO, 2005, p. 65-66).

Para o autor, há necessidade de “arrancar a juventude da letargia política e fazê-la descobrir que nela residem às forças transformadoras...” (BETTO, 2005, p. 66). É oportuno observar que a ênfase está, diferentemente dos outros autores citados, no afastamento da perspectiva da luta de classes, apoiando-se num conjunto de valores que se aproximam mais da perspectiva humanista e cristã.

Dos fragmentos de Che Guevara⁸⁴, por sua vez, podem ser retiradas algumas características que se espera dos jovens comunistas, como: a juventude deve ser a primeira nos sacrifícios exigidos pela revolução, deve ser a primeira também no trabalho, no estudo e na defesa do país, a juventude comunista deve ser um exemplo vivo para os jovens que não pertencem às juventudes comunistas e para aqueles com idade mais avançada “que perderam certo entusiasmo juvenil, que perderam a fé na vida e que, perante o estímulo do exemplo, reagem sempre bem”, o jovem comunista deve praticar o internacionalismo proletário, sua luta não deve ter fronteiras (apud MST, 2005c, p. 28-29). Portanto,

Propõe-se a todo jovem comunista que seja essencialmente humano, que seja tão humano que se aproxime daquilo que há de melhor no humano que purifique o melhor do homem por meio do trabalho, do estudo, do exercício de solidariedade contínua com o povo e com todos os povos do mundo, que desenvolva ao máximo a sensibilidade ao ponto de se sentir angustiado quando um homem é assassinado em qualquer recanto do mundo, ou entusiasmado quando uma nova bandeira de liberdade se levanta em qualquer recanto do mundo (CHE GUEVARA apud MST 2005c, p. 29).

Outro artigo que merece destaque nos livros citados é o de Abel Prieto⁸⁵. Este chama a atenção para um dos desafios que se descortina em relação a juventude relacionado à globalização cultural capitalista. Para ele, esse tipo de globalização em curso consiste numa “grande tentativa de desmontar os mecanismos intelectuais entre os jovens; converter a juventude em sinônimo de frivolidade” (PRIETO, 2004, p. 58). Essa frivolidade é produzida

⁸⁴ Os fragmentos de textos de Che Guevara, apresentados na cartilha elaborada pelo MST denominada *O Legado de Che Guevara* (2005c), foram retirados de CHE GUEVARA, Ernesto. *Obras de Che Guevara. Textos Políticos* 3. ed. Rio de Janeiro: Global, 1986. Tradução de Olinto Beckerman.

⁸⁵ O texto é uma transcrição de palestra proferida por Abel Prieto, ministro da Cultura de Cuba, em Buenos Aires, na Argentina, em abril de 2004, traduzido por Juan Pezzuto. A palestra teve como título *Che Guevara e a luta atual pela hegemonia socialista*.

pela indústria cultural e pode ser percebida, por exemplo, nos programas televisivos do *reality show* e nos produtos de consumo criados para os jovens. Prieto considera que a tese da globalização cultural é a de que a inteligência atrapalha a felicidade e que, portanto, o prazer e a felicidade estão associados à idiotice. Nesse sentido, se impõe o desafio de impedir esse processo. Por isso, faz-se necessário que cada vez mais jovens se aproximem da leitura de livros complexos, que requerem uma atitude intelectual ativa, como Martí, Marx, Gramsci e todo pensamento revolucionário; é preciso oferecer opções culturais que combinem prazer e inteligência, por isso, destaca Prieto. “temos que conseguir que a juventude se aproxime de expressões culturais e do pensamento da arte de vanguarda, e rejeite por decisão própria a frivolidade e a superficialidade” (PRIETO, 2004, p. 60). O autor reforça que é por meio da educação e da cultura que se combate o projeto de idiotização global, portanto é necessário criar hábitos culturais desde a infância. Destaca: “Um dos melhores antídotos contra a cultura da frivolidade e o consumismo é a outra cultura: a da arte, a da literatura” (PRIETO, 2004, p. 63).

Os textos acima, de certo modo, confirmam a compreensão de que o MST acredita no potencial da juventude e deposita nela uma confiança no sentido de ir construindo a nova sociedade que se almeja. Porém, reconhece que esse potencial revolucionário deve ser canalizado para esse processo, e um dos caminhos para isso é a cultura, a educação e a formação política dos jovens.

Para o MST (2002), é necessário potencializar a força da juventude e não deixar que os jovens sejam levados pelos ideais da classe dominante. É preciso criar condições para que eles permaneçam no campo e que façam a opção política de pertencer ao MST. Assim, não basta a condição de ser sem-terra:

Essa condição é importante mas para dar esse passo é necessário tomar consciência dessa condição, tomar consciência do processo histórico; das raízes, enfim, é necessário decidir-se a lutar contra a condição de ser sem-terra, a lutar contra as causas dessa condição (MST. SETOR DE FORMAÇÃO, 2002, p. 07).

Para isso, o MST considera a mística, a organicidade e as tarefas práticas como mecanismos para aumentar o envolvimento dos jovens com o Movimento, para que eles se constituam como Jovens Sem Terra. Por meio da mística o jovem deve ser levado a acreditar que uma outra sociedade é possível e que, portanto, é necessário dar continuidade à luta de seus pais e do MST:

A mística deve comover a juventude, deve tocar o coração e a consciência a fim de que assumam e defendam a causa do MST, ao invés de se deixarem levar pelas falsas ilusões da mídia e da classe dominante que anestesia por todos os meios o potencial rebelde e criativo que existe nela (MST. SETOR DE FORMAÇÃO, 2002, p. 10).

A organicidade deve possibilitar a participação dos jovens nas instâncias do Movimento. Os jovens devem ser convidados a ajudar a organizar os núcleos nos assentamentos, a participar de programas de formação etc. É importante abrir possibilidades concretas para que os jovens conheçam o MST. Por isso, é necessário que se envolvam num processo de formação crescente e de integração na organização.

Os jovens, de acordo com o MST (BOGO, 1999), devem conhecer o que é o Movimento, conhecer sua história, quais são seus princípios organizativos, que programa de reforma agrária defende e pelo qual luta, as linhas políticas que orientam sua prática etc. Mas isso não ocorre somente pela participação em cursos de formação ou pelos livros:

Nossa juventude deve aprender de fato pela prática o que significa a reforma agrária, seu caráter, sua importância e as tarefas que esta tem de cumprir enquanto política social, e como esta deve se relacionar com as demais reformas que devem ser feitas para tornarmos nosso país justo e digno de seu povo (BOGO, 1999, p. 84).

Dessa maneira, os jovens, segundo o Movimento, devem envolver-se em atividades práticas, que sejam planejadas e realizadas de forma coletiva, seja no próprio assentamento, seja fora dele. Várias tarefas podem ser assumidas por eles, tais como: participar de mobilizações de massa, organizar e articular encontro juvenis; participar e organizar as jornadas socialistas, trabalhar “a revolução cultural nos assentamentos”, através do embelezamento, da convivência social, lazer etc.

Conjuntamente, é necessário o investimento na qualificação e na formação política dos jovens. Além de serem preparados para ações políticas, os jovens precisam ser preparados para o trabalho na agricultura; mas isso, não significa aderir totalmente aos avanços tecnológicos. Destaca Ademar Bogo, um dos principais ideólogos desse Movimento:

Temos visto em muitos lugares cursos de mecanização onde alguns jovens aprendem a utilizar máquinas e instrumentos motorizados, mas vimos poucos cursos que resgatem, ensinem e desenvolvam a produção através do trabalho animal. Muitas vezes o atraso ocorre através daquilo que imaginamos ser moderno. Tratores, a rigor, não têm sido sinônimo de desenvolvimento econômico, social e humano (1999, p. 86).

O mesmo autor considera que é necessário treinar a juventude para colocá-la a serviço da reforma agrária. Para isso, é preciso traduzir o conhecimento científico numa linguagem simples e fazer os jovens perceberem que ele também teve sua origem na prática e nas necessidades humanas. A juventude precisa ser ensinada:

...a utilizar a terra, evitar uso de venenos e insumos químicos, desenvolver infinitas formas de adubação natural. Ensina-los a administrar, falar, cantar, organizar etc. são formas de valorizar as capacidades e as habilidades de nossa juventude. (...) O MST pertence ao jovem, e este deve sentir que pertence ao MST. Por isso um não pode existir e avançar sem o outro (BOGO, 1999, p.86-87).

O MST também tem realizado algumas iniciativas especificamente para a juventude. Uma das primeiras foi a realização, nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002, junto com a UNICAMP, do Curso sobre Realidade Brasileira para jovens do campo. No encontro de 2002, por exemplo, os jovens participaram de várias palestras, entre elas: “A questão agrária no Brasil, reforma agrária e movimentos camponeses”; “A história do Brasil: as elites x os trabalhadores”; “As mudanças atuais no mundo do trabalho”; “A juventude do campo e do MST”; “A revolução cultural e as tarefas para a juventude”. Houve atividades com o Centro de Teatro Oprimido (CTO), apresentações musicais, filmes e atividades de intercâmbio cultural. No Paraná, em 2005, aconteceu o Encontro Estadual da Juventude do Campo e da Cidade, organizado pelo MST e outros movimentos sociais.

Outra atividade realizada pelo MST e que aponta para a preocupação com a juventude foi a realização, em setembro de 2006, do I Seminário Nacional Sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária, que reuniu 500 participantes dos diversos estados brasileiros com a finalidade de debater sobre a educação de Nível Médio e indicar ações do MST para garantir que os jovens das áreas de reforma agrária tenham acesso a essa modalidade de ensino. O Documento final desse Seminário reforça a concepção de educação e de escola do MST e a Pedagogia do Movimento como pilares que devem nortear uma proposta de educação escolar para o Nível Médio e destaca a necessidade de garantir a universalidade e a gratuidade dessa modalidade de ensino aos jovens do campo. Assim:

Trata-se de pensar uma escola para os jovens e dos jovens, vistos como pessoas e como sujeito coletivo que integra uma identidade social mais ampla: de Sem Terra, de camponeses, de classe trabalhadora. E pensar especialmente em uma escola para aqueles jovens que estão concluindo a educação fundamental e devem ter alternativas para o prosseguimento regular de seus estudos escolares sem ter que sair do campo” (MST, 2006a, p. 06).

O documento afirma a necessidade de desenvolver uma formação da juventude que consolide nos jovens uma “visão de mundo articulada a valores e identidades que vai assumindo nesta fase da vida”. Isso implica possibilitar a eles o acesso a uma compreensão teórico-prática das ciências que lhe dêem subsídios para entender a realidade social e natural de uma forma ampla, de modo a ajudá-lo a construir uma visão crítica e criativa do mundo. A escola pode contribuir nesse processo quando

consegue vincular os processos de apropriação e produção do conhecimento próprios da educação escolar às questões da “vida real”, ou seja, do mundo do trabalho, da cultura, da participação política, da convivência interpessoal e, no caso particular dos nossos jovens, também da luta específica de que são herdeiros e ou já fazem parte (MST, 2006a, p. 06).

Além disso, destaca que “a fase da juventude traz com mais força o desafio da inserção social”. Assim, ao mesmo tempo, que a educação escolarizada deve propiciar ao jovem a formação integrada a que tem direito e que seja consoante o seu ciclo etário, é mister estar atento para as demandas imediatas da realidade social específica desses jovens e prepará-los para que possam intervir de forma imediata nessa realidade, “seja pela sua participação nos processos produtivos e nas alternativas de geração de renda seja ajudando a dinamizar a vida cultural do assentamento ou assumindo tarefas ou funções políticas ligadas à militância no Movimento Social” (MST, 2006a, p. 7).

Para subsidiar as reflexões realizadas nesse Seminário, foi publicado o Boletim de Educação n. 11, em edição especial, reunindo textos para estudo. A primeira parte do Boletim traz um conjunto de artigos com discussões sobre a relação entre educação e trabalho, escola unitária e politecnia, Ensino Médio no Brasil. A segunda parte apresenta artigos sobre o modelo agrícola neoliberal do Brasil, sobre a cooperação como forma de organizar a produção nos assentamentos, um texto sobre juventude do campo, outro que discute a Educação Básica e outro sobre as teses da Pedagogia do Movimento; e destaca, ainda, a síntese final do Grupo de Trabalho (GT) Educação Média e Profissional, apresentado no Seminário Nacional “Educação Básica nas Áreas de Reforma Agrária do MST”, realizado em 2005. Em relação ao último item é interessante destacar algumas questões: a síntese do GT inicia com um diagnóstico inicial em que aponta para a precariedade da Educação Média nas áreas de Reforma Agrária, as experiências escolares acumuladas nessas áreas e um diagnóstico sobre a juventude Sem Terra. Em relação a isso, constata que:

Os jovens participam pouco dos assentamentos e da organicidade do MST . Muitos saem em busca de renda própria e de escolarização. O MST envolve a juventude nos cursos, em ações pontuais e no trabalho da organização. Há necessidade de compreender melhor este tempo de vida (juventude), e sua participação específica em um movimento social popular (Sem Terra), cuja atuação principal ainda é dos adultos (MST, 2006b, p. 152).

Em seguida, aponta algumas linhas para orientar a ação dos militantes em relação à educação em Nível Médio; algumas delas: estimular a juventude para participar da luta pela Educação Média no campo; vincular as escolas à realidade da juventude Sem Terra e dos assentamentos; realizar estudos para conhecer melhor a juventude Sem Terra e qual a especificidade da educação nesse tempo de vida; organizar a juventude Sem Terra; discutir formas de acompanhamento para os jovens que estudam fora das áreas de assentamento. Para concluir a síntese, o grupo apresenta elementos de concepção da proposta política pedagógica para a Educação Média no MST. Neste último item discorre sobre o que o MST quer com a sua juventude nas escolas:

Capacidade de entender profundamente a realidade, relacionando a teoria e a prática. Identificar-se como camponês e como Sem Terra, valorizar o campo como espaço de produção da vida e trabalhar pela superação da antinomia campo-cidade. Desenvolver uma postura crítica (organizar a rebeldia) e criativa (tomar posição, demonstrar pensamento autônomo, ser protagonista). Ter consciência dos direitos. Desenvolver uma visão de mundo na perspectiva da classe trabalhadora. Compreender os processos de produção da existência social. Construir sensibilidades e habilidades específicas relativas ao mundo da cultura, da arte, dos esportes. Realizar uma ação/atução política: militância na organização. – Este é um dos traços reforçados no perfil esperado para os estudantes dos cursos específicos do MST (MST, 2006b, p. 153).

Além disso, encontra-se em andamento, em vários estados brasileiros, o Programa Nacional de Formação da Juventude da Classe trabalhadora, atividade articulada pela Juventude da Via Campesina, da qual o MST é um dos integrantes principais, em conjunto com organizações e movimentos urbanos da classe trabalhadora e a Escola Nacional Florestan Fernandes. O Programa apresenta os seguintes objetivos:

Unificar o estudo dirigido a partir do método de análise marxista; retomar os estudos dos clássicos sobre a realidade brasileira, para compreendê-la e transformá-la; fomentar e fortalecer o trabalho de base, a educação popular, a organização política e a participação da juventude. (COORDENAÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE DA VIA CAMPESSINA, 2007, p. 03).

O Programa prevê a realização de cursos com turmas de aproximadamente 100 jovens a serem organizados em vários estados brasileiros, e apresenta o conteúdo a ser trabalhado em 10 etapas:

- O desenvolvimento capitalista e a teoria crítica da economia política.
- Para que servem os métodos de análise? Como os utilizamos na prática?
- A Formação do Povo Brasileiro.
- A Formação Econômica do Brasil.
- História da luta de classes no Brasil.
- Contribuições dos clássicos na interpretação da realidade.
- A atualidade da dependência econômica, política e cultural.
- Os pensadores revolucionários da América Latina.
- A formação da consciência e os desafios da organização popular.
- Os problemas contemporâneos da sociedade brasileira, a necessidade de um projeto popular para o Brasil e a continuidade do trabalho de organização política.

Da perspectiva do MST sobre a formação política da juventude, traduz-se que o movimento reconhece a importância da juventude para o seu projeto de reforma agrária e de transformação social. Alguns autores, entretanto, mesmo reconhecendo a potencialidade

socializadora do Movimento, têm chamado a atenção para a dificuldade do Movimento em lidar com questões específicas da juventude.

Gohn (1999), ao analisar como se forma o cidadão do MST a partir de seus cursos, incluindo aí os jovens, chegou à seguinte conclusão:

O cidadão que o MST forma/constrói é parte de um coletivo. Abstraído em sua individualidade é um sujeito permeado de contradições: tem uma visão de mundo, aprende a diagnosticar problemas e males sociais, mas tem dificuldades para entender os problemas inter-subjetivos daqueles que o cercam (GOHN, 1999, p. 186).

Conforme a autora, o marco teórico utilizado nos cursos de formação do MST privilegia a análise objetiva da realidade, enfocando o coletivo, as classes sociais, os sistemas de dominação etc. Questões relativas às diferenças culturais existentes nos acampamentos e assentamentos ou relativas a conflitos de ordem cultural-identitário (gênero, sexo, idades etc) são deixadas de lado. Assim, “... ficam lacunas difíceis de serem preenchidas quando as questões pessoais, culturais ou subjetivas afloram” (GOHN, 1999, p. 184).

Branford e Rocha (2004) aproximam-se da análise de Gohn ao observarem a dificuldade do Movimento em trabalhar com a segunda geração dos sem-terra, especialmente no Sul do país. Para esses autores, o MST solidificou-se a partir de uma cultura de resistência, cuja ênfase baseava-se em sacrifício pessoal, sofrimento coletivo, resignação e unidade absoluta. Essa cultura é muito importante nos processos de ocupação, nos acampamentos, todavia torna-se ineficiente em assentamentos já consolidados:

A segunda geração de sem-terra, criada nos assentamentos, não experimentou a pobreza, a humilhação e o desespero que levaram os pais a arriscar tudo numa perigosa ocupação de terras. Os jovens não se identificam com a ‘cultura da resistência’. Não é raro ouvi-los dizer: “O MST, esse é o movimento de meus pais, não o meu” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 338).

Branford e Rocha (2004) discorrem sobre a necessidade do MST e suas lideranças saberem lidar com os problemas próprios da juventude e com o período em que vivem. Quer dizer, a necessidade do Movimento considerar as relações pessoais e enfrentar alguns tabus como a sexualidade, o machismo etc. Conforme os autores: “... porque um grande número de militantes ainda considera as relações pessoais algo secundário, que deveria ser subordinado à luta revolucionária” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 340).

Concorda-se com Gohn (1999) e Branford e Rocha (2004) que o processo de formação das novas gerações do MST tem dado ênfase na formação política, deixando de lado outras dimensões da vida humana. Os jovens são preparados para ter uma leitura crítica e objetiva da realidade capitalista e isso é importante quando o objetivo é a transformação social. Porém, é preciso atenção a questões mais específicas das relações pessoais que

envolvem a afetividade, a sexualidade, as relações familiares etc e que, muitas vezes, reproduzem tabus e preconceitos que impedem o respeito e a solidariedade em relação ao outro. Nos documentos analisados em relação à educação, à formação e à juventude no MST, tais questões pouco aparecem. Além disso, como será observado, são questões que os jovens do MST, no Paraná, têm problematizado em relação à participação no Movimento.

5.3 OS JOVENS E O MST

As perspectivas do MST revelam que este Movimento espera dos jovens um comportamento exemplar em relação à militância, que se traduz em compromissos e sacrifícios; que estudem, dedicando-se a leituras correspondentes à tradição socialista; que permaneçam no campo e valorizem a cultura camponesa; que combatam os valores capitalistas e se coloquem como construtores de uma nova sociedade. Para isso, o MST tem procurado envolver os jovens em suas atividades, lutado para que tenham acesso a educação escolar, a cursos técnicos, a condições de trabalho e renda para permanecerem na terra, especialmente por meio do trabalho cooperado, da cultura e do lazer. Todavia, como os jovens têm assimilado e respondido às expectativas do Movimento, em relação a eles, assim como sua proposta político-ideológica?

Primeiramente, é importante destacar que, na compreensão dos jovens entrevistados, sobre o que é ser jovem, junto com os adjetivos rebeldia, inovação, independência, liberdade, curiosidade, aparecem também compromisso, participação, trabalho, estudo, mudança e luta, indicando a aproximação desses jovens com aquilo que o MST espera deles. Tais características são reforçadas quando falam sobre ser jovem do campo e jovem militante, ressaltando a identificação com o campo, com o Movimento e também com a transformação da sociedade⁸⁶. São estas questões que também estão presentes quando se pergunta sobre aquilo que atrai os jovens ao MST, como pode ser observado no quadro abaixo:

⁸⁶ Estas questões serão retomadas no capítulo seguinte.

Quadro 2: O que atrai os jovens para a luta

O que atrai os jovens dos acampamentos e assentamentos para a luta do MST?
<ul style="list-style-type: none"> • a justiça da luta, o histórico de exploração vivido pela família, oferece espaço de luta; • o primeiro objetivo é a terra; • a identificação com a luta; • a oportunidade de participar, de estudar, conhecer; • o incentivo para permanecer no campo; • a militância; • o projeto de mudança social do MST; • a possibilidade de sair do assentamento, espírito de aventura; • a realização de oficinas de teatro, gincanas; • a rebeldia; a curiosidade; • a valorização; trabalha a auto-estima; • o envolvimento com a cultura; os bailes, teatros, encontros; a agitação; • a falta de perspectivas em relação ao mercado de trabalho.

Entre os atrativos do MST, estão as possibilidades do que o Movimento representa em torno de questões como à acesso a terra, ao trabalho, à educação e ao conhecimento. Os jovens entrevistados também chamam a atenção para atividades que, inicialmente, podem ter um caráter de diversão para o jovem, como a participação em gincanas, teatros, bailes e encontros, mas que podem ser instrumentos para chamar o jovem a participar. É importante considerar que esta tem sido uma preocupação do MST, através do Setor de Comunicação e Cultura, ou seja, tentar potencializar formas de atrair a juventude próxima da sua maneira de se expressar e se comunicar.

O MST, ainda, segundo os jovens entrevistados, tem a capacidade de potencializar o espírito de aventura, a rebeldia e o sentimento de indignação que existe em parte da juventude. Além disso, abre para a participação juvenil e contribui para desenvolver a auto-estima dos jovens, fazendo com que eles se sintam valorizados.

Este reconhecimento dos jovens em relação à importância do MST em suas vidas também pode ser observado quando falam sobre aquilo que aprenderam a partir das experiências no Movimento e que dizem respeito a novos valores e comportamentos tanto no que se refere à vida individual como coletiva. Abaixo algumas dessas contribuições que os jovens atribuem a sua participação no Movimento:

- melhorou a relação com as pessoas, sair da passividade, acreditar que é possível lutar pelos objetivos pessoais e sociais; acreditar na própria capacidade; sentimento de indignação, de “luta” e de necessidade de participação; sempre enfrentar os problemas de cabeça erguida; a autocrítica; insistir naquilo que se quer; desenvolver a auto-estima, a confiança e a responsabilidade; desejo de permanecer no campo;

- valorização do ser humano e de todas as dimensões da vida; valorização do coletivo em detrimento do individualismo; valorizar as pessoas, ter companheirismo, dedicar o tempo aos outros; não viver de aparências, valores humanistas, solidariedade; compromisso com o povo, dialogar; valorizar a terra, a natureza, o campo;

- visão crítica da realidade, desnaturalização do social; desmistificação das autoridades; identificação da exploração, da opressão e das desigualdades sociais; compreensão da sociedade de classes; formação ideológica, compreensão do capitalismo e do socialismo; outra visão do MST, diferente daquela da mídia; compromisso social e político; reconhecer-se como Sem Terra; visão crítica da escola, da mídia e de outras instituições sociais; perceber-se como sujeito da História; lutar pela transformação social e pelo socialismo.

As questões apresentadas pelos jovens indicam a afirmação de valores que são defendidos pelo Movimento, tais como o sentimento de indignação frente às injustiças, o companheirismo, o respeito pelos outros, a crítica e a autocrítica, a solidariedade, a importância do coletivo etc. (MST, 2005a, p. 164) bem como apresentam elementos de crítica ao capitalismo e de identificação com o Movimento, importantes no processo de formação da consciência de classe.

Os jovens também identificam os elementos que dificultam a participação no Movimento, relativos a questões externas e internas, como podem ser observados abaixo:

Quadro 3: O que afasta os jovens da luta

O que afasta os jovens dos acampamentos e assentamentos da luta do MST?	
Questões Externas	Questões Internas
<ul style="list-style-type: none"> • as atrações do capitalismo; • o consumismo; • sempre morou na cidade e está ali por obrigação, por causa dos pais, a luta não é do jovem; • a demora em conseguir terra, a violência da polícia, • a falta de trabalho, de renda, de educação, de lazer nos acampamentos e assentamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • as dificuldades financeiras da militância; • muita responsabilidade e compromisso; • o não entendimento do que é o MST, de sua estrutura, sua organicidade e sua proposta; • a dificuldade de entender e de lidar com o jovem; o preconceito; • a falta de atenção e confiança em relação aos jovens por parte das Brigadas; • algumas decisões das Brigadas que impedem o jovem de participar, de estudar. • a falta de oportunidades, de espaços para fazerem o que querem; • a disciplina: ter que respeitar horário, não beber etc.; • a falta de incentivo da família.

Entre as questões externas estão aquelas que o próprio MST considera como impedimentos para a participação dos jovens. Ou seja, a demora do acesso à terra, a falta de trabalho, de renda, de educação e lazer tanto nos acampamentos como nos assentamentos; a influência exercida pelo capitalismo em relação aos jovens e sua identificação com valores urbanos. É importante destacar que os jovens, ao reclamarem da falta de trabalho e de renda, especialmente nos assentamentos, reforçam a necessidade da continuidade do debate e de ações internas no MST no que se refere à organização produtiva e social nesses espaços.

Entretanto, são várias as questões vivenciadas internamente que também dificultam a participação da juventude. Várias delas dizem respeito às relações entre as gerações e serão objeto de análise do próximo capítulo. Porém, é importante destacar algumas considerações dos jovens, que chamam a atenção para o sentido de reconstrução do modelo de militância do Movimento.

Conforme demonstrado anteriormente, a idéia de militância no MST está ligada ao sacrifício, a uma entrega quase que total à causa. Isso pode ser observado nos textos indicados para os jovens e que dizem respeito à militância. Entre as qualidades apontadas, a partir do pensamento de Che Guevara sobre a juventude, está aquela que deve ser a primeira nos sacrifícios exigidos pela revolução: a primeira no trabalho, no estudo, na defesa do país; entre os valores que devem pautar as práticas educativas do MST está “o espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à causa da transformação e do bem-estar coletivo” (MST, 2005a, p. 164); é essa idéia que aparece como uma das linhas políticas da formação no MST que, conforme diz Bogo (2003, p. 182), deve formar uma ética revolucionária, baseada entre outras coisas, no amor aos interesses do povo e na dedicação à causa e à organização. Tais características aproximam-se daquelas descritas por José (2008) em relação ao militante tradicional do século XX, como misto de heroísmo e sacrifício: “humilde, disciplinado, ousado para levar adiante as tarefas que lhe eram confiadas, capaz de guardar para si as feridas internas da organização”. Prevalece, de acordo com Branford e Rocha (2004), a cultura de resistência - sobre a qual o MST se solidificou - baseada em sacrifício pessoal, sofrimento coletivo, resignação e unidade absoluta.

Nessa concepção de militância, existe pouco espaço para os indivíduos, especialmente quando jovens, como existe pouco espaço para debater questões mais específicas desta fase da vida e que dizem respeito à afetividade, a sexualidade, ao respeito às diferenças etc. Tais questões acabam sendo consideradas pequenas diante da luta, e nas palavras de um jovem, numa conversa informal, “são acessórios”. É nesse sentido que os jovens falam da dificuldade de viver a juventude e ser militante: “é muita responsabilidade e

compromisso” e apontam para a não compreensão sobre as especificidades da juventude e a dificuldade de conciliar militância e juventude como motivos que os afastam do Movimento. O depoimento de Angélica é revelador:

Quando entrei no Movimento, eu tinha dezesseis anos, e quando tinha dezessete eu já coordenava a Brigada (...) não havia muito tempo para sair, porque não tinha espaço e tinha que ter uma postura de militante (Angélica, entrevistada em 25/02/2007).

Postura que exige disciplina, responsabilidade, entrega e sacrifício. Sacrifício que pode ser observado nos poucos recursos destinados àqueles que se dedicam à militância, o que acarreta dificuldades para eles, conforme mostra o depoimento de Augusto: “muitas vezes você tem que andar a pé ou pegar uma carona para poder alcançar o objetivo; é uma correria para lá, uma correria para cá e não sobra muito tempo para o trabalho [na roça]” (Augusto, entrevistado em 27/09/2007). Isto também é um dos motivos que impõe limites à participação dos jovens.

Por sua vez, este formato de militante tem sido questionado pelos jovens. No Seminário Estadual dos Jovens do MST no Paraná, os participantes destacaram, entre outros objetivos, a necessidade de reconstrução dos militantes dentro dos valores humanistas e socialistas, fazendo com que haja espaço para que a luta seja vivida com prazer e não simplesmente experimentada com martírio e sacrifício e que as relações humanas façam parte do processo. Segundo o relatório do Seminário “fazer isso é provar nesse tempo [o tempo atual] que é possível fazer algo diferente e ser diferente, isso é sentir o socialismo antes de fazê-lo”. Em relação à juventude, a reconstrução deste modelo de militante, exige conhecê-la e não negar a diversidade das suas expressões culturais: é necessário potencializá-la politicamente, todavia, sem fazer dela uma massa de manobra.

Tais observações em relação à militância revelam que os jovens absorvem aquilo que o Movimento espera deles, mas não sem questionamentos. Num tempo em que o indivíduo e a individualidade emergem como características centrais da sociedade, ainda que mergulhados no individualismo e no narcisismo, os jovens do MST parecem entender a necessidade de construir o novo tipo de militância proposto, onde haja espaço para as manifestações das individualidades e das diversidades.

Conforme observado, o MST tem privilegiado a formação política da juventude. Nesse sentido, torna-se pertinente destacar como os jovens, a partir do conjunto das experiências vividas no Movimento, têm-se apropriado da visão de mundo defendida pelo MST a partir do questionamento sobre temas considerados importantes como reforma agrária, propriedade privada, democracia e mudança social. Ao analisar tais elementos, considerou-se

a perspectiva teórica de Thompson, isto é, a relação dialética estabelecida entre a experiência vivida e a experiência percebida. As definições apresentadas pelos jovens resultam do vivido, entendido tanto como prática residual (dia-a-dia) quanto ampliada (concepções), ambas como aspecto geral e particular da formação política no MST. É a partir do conjunto de aprendizagens proporcionadas pela participação neste Movimento que os jovens passam a decodificar o vivido e se identificar ou não com o Movimento.

5.3.1 Reforma Agrária

João Pedro Stédile, um dos principais dirigentes do MST, em entrevista a Amaral (2003, p. 5), destacou que, no atual contexto histórico brasileiro, a reforma agrária deve estar baseada em quatro pilares básicos: 1) a democratização da propriedade da terra com um novo modelo de assentamento, no qual a lógica não seja a distribuição de lotes individuais, mas o desenvolvimento de núcleos urbanos que possibilitem às famílias agricultoras terem acesso à energia elétrica, água potável, escola, postos de saúde etc.; 2) a constituição de agroindústrias no meio rural onde os assentados trabalhem de forma cooperada, possibilitando a distribuição de renda entre eles e a geração de novos postos de trabalho mais especializados; 3) a democratização da educação; que a escola, de todos os níveis, chegue ao meio rural; 4) o pacote tecnológico que fomente técnicas agrícolas adaptadas ao meio ambiente.

A mesma convicção tem Suzana, 16 anos, que mora em um acampamento e cursa o Ensino Médio junto com o curso de agroecologia, ao se referir à necessidade de uma transformação agrária para acabar com a propriedade privada e o trabalho individual:

Transformação agrária é, além das pessoas conquistarem a terra, poderem trabalhar em conjunto, acabar com a propriedade privada; agrovilas, que pode estar trabalhando em conjunto com todas as famílias, onde você possa implantar a agroecologia, ou seja, mudar a forma de produção, o modo de trabalhar dentro dos acampamentos, dos assentamentos (Suzana, entrevistada em 25/08/2007).

Outros jovens destacam a incompatibilidade da reforma agrária desejada por eles com o modo de produção capitalista, incorporando a crítica do MST, feita por Stédile (apud AMARAL, 2003, p. 6) de que um projeto de agricultura voltado para os interesses das empresas multinacionais e do capital financeiro não serve para a sociedade brasileira. Todavia, a questão central que aparece quando os jovens falam sobre o tema em questão é a distribuição de terras, acompanhada de um conjunto de políticas públicas que leve à melhoria

de vida dos trabalhadores do campo como acesso à educação, à saúde, à infra-estrutura, ao crédito, ao lazer, à cultura etc. Conforme define Ana Carolina (entrevistada em 19/06/2006): “A distribuição de terra com qualidade de vida, que as pessoas tenham a terra, mas que tenham saúde, educação, cultura, enfim, todo o direito que o cidadão tem”.

Outra questão importante apontada por vários jovens entrevistados e, ao mesmo tempo, uma das justificativas da necessidade da reforma agrária apresentada pelo MST, refere-se a sua vinculação a soluções de problemas urbanos como o desemprego, o inchaço e a violência das cidades, além da garantia da soberania alimentar do país.

A reforma agrária, portanto, aparece ligada à noção de direitos, de justiça, a valorização do campo e dos sujeitos que nele vivem, indicando que no decorrer da luta os jovens são motivados a problematizarem os limites impostos a eles de usufruírem de direitos sociais básicos, como acesso à terra e ao trabalho, à educação, à saúde etc. Neste sentido, é o vivido que passa a ser objeto de reflexão, ou seja, é a partir de um conjunto de experiências que negam o acesso aos direitos sociais que os jovens passam a questionar a efetividade da cidadania no capitalismo. Nas palavras dos jovens:

(...) você tem o direito de ir e vir se você tiver dinheiro, mas na verdade, você não tem direito (Mateus, entrevistado em 13/10/2006).

(...) eu posso até dizer que a educação é um direito de todos, mas se eu quero fazer uma Pedagogia, é trabalho, dificuldade. Nós temos direitos, mas para você ter esse direito é muito complicado (Angélica, entrevistada em 25/02/2007).

É significativo que os jovens tragam para o debate sobre a reforma agrária elementos presentes na própria constituição da temática no interior do MST. Se, inicialmente, as ações giravam em torno da terra, aos poucos, elas vão-se estendendo para outros direitos até chegar à necessidade de um outro projeto de desenvolvimento para o Brasil. O fato de a maioria dos jovens entenderem a reforma agrária como uma política ampla, de acesso a vários direitos sociais, possibilita-lhes, no decorrer do movimento em que estão inseridos, vir a compreender, como outros jovens já o fizeram, a impossibilidade de que isso se efetive sem uma profunda transformação social.

5.3.2 Propriedade Privada

Todos os jovens manifestaram-se contrários à grande propriedade. O principal argumento da crítica construída relaciona a propriedade da terra no Brasil às desigualdades sociais e políticas: “a propriedade privada foi criada para concentrar terra e dar poder e excluir alguns”. Dessa forma, os jovens concordam com o princípio do MST de que a propriedade privada gera dominação econômica e política, o que se confirma pelas experiências vividas com suas famílias, onde viram seus pais serem expulsos das terras ou serem explorados trabalhando na condição de parceiro, bóia-fria etc.

Todavia, quando se trata da pequena propriedade, aparecem contradições. Existem aqueles que se mostram favoráveis e aqueles que se colocam contra qualquer tipo de propriedade. Os que defendem a pequena propriedade relacionam-na com a possibilidade de vida digna e de sobrevivência para as famílias, em contraposição às terras que são utilizadas para negócio. É o caso de Lígia, que sempre viveu no assentamento, e atualmente faz um curso de agroecologia além de ajudar os pais nas atividades domésticas e no trabalho na roça:

Não que eu seja contra, eu não digo que não devemos ter uma terra para trabalhar, mas saber dividir, não ter bastante enquanto o outro não tem nada. Não sou contra a pequena propriedade, mas sou contra a grande propriedade (Lígia, entrevistada em 29/09/2007).

Observa-se a perspectiva de que a propriedade utilizada para o trabalho, para a sobrevivência familiar, é diferente daquela diretamente vinculada aos interesses do capital. Aqui, de certa forma, encontra-se presente a distinção entre *terra de trabalho* e *terra de negócio*. De acordo com Martins (1991, p. 54, 55), a *terra de trabalho* é entendida como aquela propriedade que é utilizada para a produção e a reprodução da vida dos trabalhadores, não sendo regulada pela necessidade de lucro do capital, portanto, “não é propriedade capitalista, é propriedade do trabalhador”. Por sua vez, *terra de negócio* significa que o capital apropriou-se da terra e ela tornou-se “terra de exploração do trabalho alheio”; isso acontece também quando os pequenos produtores, por meio de financiamentos, comercialização e contratos com grandes empresas, passam a ser regulados e controlados pelo capital. Essa distinção entre *terra de trabalho* e *terra de negócio* tem orientado os debates sobre essa temática na Comissão Pastoral da Terra bem como se encontra presente no MST. Especialmente na CPT, essa questão tem sido acompanhada pela defesa da função social da terra e por uma lei que regulamenta o limite máximo para o tamanho da propriedade. Uma das

jovens entrevistadas, cuja família é assentada, mas mora na cidade em virtude dos estudos colaborando em uma das secretarias do MST, também defendeu essa medida:

Acredito que a propriedade privada deva ter um limite máximo de tamanho e deva cumprir sua função social. Ser produtiva, cumprir as leis ambientais e cumprir as leis trabalhistas também (Ana Carolina, entrevistada em: 19/09/ 2006).

A defesa da pequena propriedade aparece no depoimento de Getúlio, também assentado, embora ele considere a necessidade de “se quebrar este conceito”. Ele justifica que as propriedades dos assentamentos são pequenas, voltadas para o desenvolvimento local, garantindo emprego para todos os membros da família, importantes para a soberania alimentar e para o atual contexto do país. A afirmação de Getúlio revela a compreensão presente no MST de que mesmo a pequena propriedade e o trabalho familiar são representativos da permanência da lógica capitalista na consciência dos assentados, conforme afirma A. Martins, membro do Setor de Produção, numa reflexão em defesa da cooperação nos assentamentos, “esses assentados, via de regra, participarão da vida social e econômica, seguindo a lógica do seu interesse material e do prazer individual, revelando-se um ser altamente egoísta” (MARTINS, 2006, p. 109).

É na direção apontada por Martins que jovens como Lucas e Angélica, posicionam-se contra qualquer tipo de propriedade. Os dois são assentados, fazem curso superior e atuam no setor de educação do Movimento. Lucas foi para o acampamento, quando criança, depois foi assentado com a família e, atualmente, possui um lote próprio. Angélica teve pouca experiência como acampada. Logo que foi para o MST, a família foi assentada. Morou e trabalhou na cidade e diz que “conheceu a exploração do campo e da cidade”. Os dois iniciaram a militância ainda adolescentes, já participaram de várias atividades do Movimento, já atuaram como coordenadores, um deles ainda na função. Mesmo como assentados, os dois manifestaram ser contra a pequena propriedade. De acordo com Lucas (entrevistado em 14/2/2007), “ela mantém a ideologia dos capitalistas” e Angélica tem a mesma concepção, mas ressalta que é difícil romper com isso enquanto se vive nesta sociedade e aponta para uma contradição presente no MST: “luta pelo socialismo, mas cai na propriedade, é uma grande contradição que se tem hoje” (Angélica, entrevistada em 25/02/2007).

A mesma análise surgiu no Seminário Estadual da Juventude do MST/PR, realizado em julho de 2008, durante o qual os jovens concluíram que a forma como se encontram estruturados os assentamentos, em lotes individuais, reproduz a lógica de trabalho no capitalismo.

A concepção dos jovens em relação à pequena propriedade manifesta as próprias contradições vividas pelo MST e também pelos jovens. O objetivo central que mobiliza, inicialmente, os trabalhadores é a luta pela propriedade da terra e não pelo fim ao direito de propriedade. Quando, a partir das políticas governamentais, os assentamentos são divididos em lotes, confirma-se tal lógica. Além disso, muitos jovens que estão na militância trazem no histórico familiar a experiência dos pais e avós como pequenos agricultores bem como a própria experiência de trabalho na propriedade familiar. Desse modo, a relação estabelecida pelos jovens com o trabalho não leva automaticamente à negação do direito à propriedade, mas à afirmação de que terra de trabalho é diferente de terra de negócio. A luta do MST pela Reforma Agrária confirma essa perspectiva quando centra sua crítica no latifúndio, na sua forma atrasada ou moderna, e na produção agrícola voltada para o mercado. Nesse sentido, não nega, na sua prática, a pequena propriedade e a terra como trabalho, pois isso seria negar os argumentos e ações que mobilizam para a luta.

A experiência de viver o Movimento, por sua vez, tem levado muitos jovens a compreenderem que a pequena propriedade, no capitalismo, encontra-se subordinada à lógica capitalista, tornando os trabalhadores reféns do mercado e reforçando desigualdades e valores como o individualismo entre os assentados, levando-os a perceber que a luta pela pequena propriedade constitui-se em uma das contradições a serem enfrentadas pelo MST; perspectiva que os próprios jovens também experimentam nos assentamentos, devido às dificuldades de acesso ao crédito, ao baixo retorno em relação ao trabalho e às dificuldades para a implantação e realização de projetos coletivos. A negação da pequena propriedade também passa a ser incorporada pelos jovens, no decorrer do seu engajamento político, na medida em que vislumbram necessidades e possibilidades de construir uma nova sociedade.

5.3.3 O papel do Estado em relação à Reforma Agrária

A perspectiva dos jovens entrevistados - em relação ao papel do Estado na realização da reforma agrária - é fruto das dificuldades e ações para a sua realização e são indicadoras de que o Estado, assim como outras instituições sociais, é perpassado pela luta de classes. Todavia, embora o interesse do MST seja reforçar essa concepção de Estado, não são todos os jovens que conseguem entender isso com clareza. Alguns atribuem aos políticos a morosidade do Estado na realização da reforma agrária: “Porque todos os políticos prometem fazer a

reforma agrária, e geralmente não cumprem” (Suzana, entrevistada em 25/08/2007), revelando a desesperança nas ações políticas institucionais como forma de resolver os problemas sociais e o descrédito em relação aos políticos. Outros culpam os governantes, revelando uma compreensão ambígua dessa instituição, como transparece na afirmação:

O papel do Estado seria ajudar no máximo que fosse possível, só que isso não acontece, porque nós lutamos por uma causa e o governo, muitas vezes, luta por outra (Hugo, entrevistado em 25/08/2007).

Ou seja, os jovens concebem o Estado como acima dos interesses de classes, alimentam o desejo de “ajuda” dessa instituição e, ao mesmo tempo, parecem perceber a não efetivação disso nas práticas dos governantes. Além disso, confundem Estado e Governo, tratando-os como sinônimos.

Entretanto, essa compreensão toma outros contornos para os jovens com uma vivência maior no Movimento. Embora reconheçam que cabe ao Estado a realização da reforma agrária, percebem as dificuldades de sua realização em virtude característica do desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil, que aliou os interesses dos grandes proprietários de terras aos empresários capitalistas. Nesse sentido, destacam o caráter de classe do Estado, como pode ser observado no depoimento de André:

Em relação à reforma, como o nome já está dizendo é uma reforma, o Estado tem o papel fundamental, dependeria de o Estado fazer isso. Problema é que nós não acreditamos que o Estado, do jeito que é construído o Estado brasileiro, na mão de meia dúzia de oligarcas, vai fazer isso, mas seria o papel do Estado fazer (André, entrevistado em 18/09/2006).

É importante destacar que, para esses jovens, a luta passa pelo Estado, que, dado o seu caráter de classe, mesmo ligado aos interesses da burguesia, abre brechas à luta dos trabalhadores Sem Terra. Assim, não negam que, quando há organização e luta dos trabalhadores e a conjuntura governamental é favorável, o Estado pode agilizar o processo de reforma agrária, pode liberar mais recursos para programas educacionais, para o crédito etc., ainda que, na maioria das vezes, sem corresponder aos reais interesses dos trabalhadores: “tenta-se tirar algumas coisas do Estado e conseguir alguns recursos” (Tereza, entrevistada em 24/08/2007).

A perspectiva dos jovens em relação ao papel do Estado na realização da reforma agrária é confirmada no quadro abaixo, no qual ao mesmo tempo que ele aparece como um dos inimigos do MST também é citado como um aliado:

Quadro 04: Aliados e inimigos do MST⁸⁷

Aliados do MST	Inimigos do MST
<ul style="list-style-type: none"> • Organizações dos trabalhadores, como a CUT; Alguns partidos de esquerda; grupos sindicalistas; • Outros movimentos sociais rurais, como os atingidos por barragens, de índios; os movimentos urbanos, como os sem-teto; movimentos internacionais, como a Via Campesina; • A classe trabalhadora; • Organizações estudantis; • Parte da Igreja, ala progressista, as pastorais sociais; • Entidades nacionais e internacionais; • Pessoas engajadas na luta. • O Estado por um lado, por meio dos convênios e de algumas pessoas; • Amigos do MST como políticos, universitários, professores, advogados, políticos, intelectuais, religiosos etc. • O povo, o pobre; 	<ul style="list-style-type: none"> • Os latifundiários, a bancada ruralista; • A burguesia agrária; • A UDR, os ruralistas; • O agronegócio, o capital financeiro; • Os empresários de multinacionais; transnacionais; empresas nacionais e multinacionais; • O sistema capitalista, a burguesia; • Os meios de comunicação de massa; • Alguns partidos políticos; • O Estado brasileiro; • O Poder Judiciário; • O Governo; as prefeituras; • O imperialismo.

Em relação aos aliados do MST, chama a atenção, ainda, algumas referências imprecisas como o “povo”, o “pobre”, “entidades nacionais e internacionais” e que não definem claramente quem, de fato, são aliados, pois entre eles podem estar tanto os favoráveis como contrários ao Movimento e sua luta, como também os indiferentes. Sobre o conceito de classe trabalhadora, na maioria dos documentos do MST e nos depoimentos de dirigentes nos encontros massivos, a relevância é para a divisão da sociedade em duas grandes classes opostas e na relação de conflitos de interesse que se estabelece entre ambas, não há preocupação com uma discussão mais detalhada que dê conta da sua heterogeneidade e fragmentação na atualidade, características que dificultam sua organização e articulação em torno de um projeto comum. Os jovens reproduzem esta perspectiva.

Todavia, a possibilidade da construção de uma concepção crítica em relação ao Estado pode ser compreendida a partir das próprias experiências vividas pelos jovens e seus familiares e problematizadas no MST. Priscila e Camila reportam-se as suas experiências para manifestarem a desconfiança em relação ao Estado. A primeira jovem retoma a trajetória da família, lembrando os financiamentos que o pai fez e não teve condições de pagar, sendo

⁸⁷ A maioria dos entrevistados citou mais que um aliado ou inimigo.

obrigado a deixar o trabalho na terra e a viver, muitas vezes, de forma indigna, destacando a parcela de culpa do Estado nesse episódio. Camila lembra as próprias experiências do MST com o Estado, que nega direitos aos Sem Terras como saúde, educação etc.:

Que o Estado bloqueia muito, qualquer atitude que a gente tem enquanto Sem Terra é bloqueado, seja na educação, seja na saúde, seja no pedágio, assim, tudo parece ser restrito, é eles lá e nós aqui (Camila, entrevistada em: 15/12/2006).

É, a partir destas situações de uma realidade, sua, de sua família, de outras famílias, enfim, do Movimento, que se pode entender porque a maioria dos jovens indica o Estado e seus aparelhos como inimigos do Movimento, alheios aos interesses dos trabalhadores do campo e da reforma agrária. Esses jovens parecem visualizar que, atualmente, o inimigo deixou de ser apenas o grande proprietário de terras ou o tradicional latifundiário, tornando-se agora o moderno empresário capitalista que investe no campo e na cidade, no Brasil e em diversos países do mundo, na lógica da reprodução e ampliação do capital e reafirmam a crítica do MST contra os meios de comunicação social.

Todavia, não pode passar despercebida a indicação do Estado como um aliado – por meio de convênios e pessoas – e que reforça a concepção ambígua apresentada por alguns jovens em relação ao papel do Estado na realização da reforma agrária. Para eles não é claro o conteúdo de classe dessa instituição como definido pelo Movimento, nem é clara a distinção entre Estado e Governo. O entendimento desses jovens sobre o Estado vincula-o diretamente a ação de pessoas – governantes/políticos – que tanto podem favorecer ou não o Movimento.

5.3.4 Democracia e mudança social

O MST tem procurado organizar-se internamente a partir de mecanismos de maior participação e envolvimento dos Sem Terras em suas decisões. Inicialmente, sua estrutura organizativa deveria basear-se em modelos nos quais as decisões não se centralizassem em um presidente, mas fosse construída de forma coletiva, a partir de um grupo de dirigentes escolhidos nos encontros, que dividissem as tarefas da organização entre si.

Todavia, segundo avaliação interna, à medida que o Movimento cresceu este modelo de direção coletiva tornou-se insuficiente, pois a concentração das decisões acabava nas mãos de um grupo, inviabilizando a participação efetiva da maioria dos seus membros. Assim, optou-se, nos anos de 2000, pela criação de uma estrutura organizativa cuja direção coletiva

tivesse como base as demandas e sugestões surgidas das discussões das famílias acampadas e assentadas, organizadas em núcleos.

Conforme o Movimento, num modelo vertical, na maioria das vezes, “os representados não sabem o que seus representantes estão decidindo e o método de direção é desenvolvido através de ordens como se fosse uma empresa (...). Portanto, a estrutura vertical é aquela que tudo funciona de cima para baixo. Os de cima mandam, os de baixo obedecem” (MST. Setor Nacional de Formação, 2005, p. 82). Com a sua atual forma organizativa – argumenta o MST – evita-se a democracia representativa, baseada na verticalidade.

Para o Movimento é necessário construir uma estrutura horizontal baseada no princípio de que as organizações de base devem funcionar como instâncias de decisão. Existe a intencionalidade de valorizar a participação de todos os membros, organizados em núcleos de famílias e setores que, juntos, formam as brigadas. As brigadas reúnem um número de famílias que varia de 200 a 500. Cada brigada tem uma direção composta por dirigente estadual e pelos representantes de cada núcleo de 50 famílias e dos setores. Os dirigentes das brigadas e coordenadores dos setores participam também das instâncias estaduais.

Existe o esforço do Movimento para que a linha da democracia representativa não seja empregada em sua estrutura organizativa, mas que prevaleçam formas de democracia participativa. Assim, constituem-se práticas que garantam a democracia interna e a manutenção da unidade do MST. É importante considerar o princípio do “centralismo democrático” que, segundo Floresta (2006, p. 170), no MST, tem na assembléia o núcleo central de participação, defesa de opiniões e posições políticas, independente de critérios etários. Quando não há consenso, a maioria decide a questão, que passa a ser orientação comum adotada por todos como referência e norma. Ou seja, as decisões tomadas coletivamente devem ser respeitadas e seguidas por todos os membros da organização. Destaca a autora:

Estabelecido o consenso em torno de determinada questão, a norma passa a ser a diretriz fundamental. As instâncias passam a vigiar se todos os membros da organização de massa possuem interesses em respeitá-la. A idéia é dirigir coletivamente, ou seja, as instâncias servem como referências, mas constantemente ocorrem encontros da coordenação para discutir o caminho para se chegar aos objetivos estratégicos (FLORESTA, 2006, p. 170).

Esse princípio fundamenta-se num conjunto de experiências educativas que cimentam a unidade do Movimento e procuram garantir a disciplina e que é observado na formação em todos os níveis, na mística e no próprio exercício da democracia nos núcleos, nos setores e demais instâncias da sua estrutura orgânica bem como na participação em suas ações políticas, incluindo enfrentamentos, mobilizações e negociações com o Estado.

O MST procura criar condições para que os sujeitos que compõem o Movimento possam exercer a democracia, entendida como participação efetiva em todos os níveis. Tal afirmação é corroborada pelas experiências vividas pelos jovens. Rosane tem 17 anos e cursa Agroecologia num dos centros de formação do Movimento no Paraná. Sua turma está dividida em cinco núcleos de base, compostos de aproximadamente dez pessoas cada um; neles discutem-se os problemas relacionados ao curso e o resultado é encaminhado à coordenação geral da turma, formada por dois representantes de cada núcleo. Além da coordenação específica da turma, o centro de formação tem também uma coordenação. Segundo seu relato, somente quando a turma não consegue resolver as questões que surgem é que elas são encaminhadas para a instância maior, que é a coordenação geral do centro. Destaca que desde que iniciou o curso tem participado dos núcleos, inclusive como coordenadora e que, nesse processo, “todo mundo tem direito à palavra” e completa: “vale a decisão da maioria, se a maioria decidir alguma coisa, a minoria tem que acatar. Depois, com o tempo, a gente vê se a decisão da maioria estava certa ou não” (Rosane, entrevistada em 24/08/2007).

Também Gustavo, morador de um assentamento onde a produção é coletiva, destaca que lá tudo passa por discussões coletivas, desde questões relativas à produção e investimentos até a organização da vida cotidiana. Todos aqueles maiores de dezoito anos e que trabalham na cooperativa, homens e mulheres, são sócios, têm direito a voto nas assembleias; enfatiza que as discussões que chegam para a assembleia passam antes pelos núcleos de base, onde todos podem participar e argumentar, independente da idade.

As histórias de Rosane e Gustavo mostram o exercício da democracia no cotidiano do centro de formação e no assentamento coletivo, indicando que a organicidade do Movimento faz-se presente em diversos espaços, o que pode ser confirmado pelo reconhecimento dos jovens de que o MST, internamente, é democrático, ainda que haja imperfeições. Dentre as justificativas para essa afirmação, os jovens destacam: a estrutura possibilita a participação de todos; existe debate em todas as instâncias; não são somente os dirigentes que tomam as decisões, elas são tomadas coletivamente; todos têm direitos iguais e há oportunidades para todos entrarem na luta. Por sua vez, as imperfeições estão relacionadas às imposições que ainda existem; decisões que são tomadas de cima para baixo; as dificuldades na base de entender o processo (discutir e aceitar as decisões tomadas); os “vícios” e “desvios” de pessoas que estão preocupadas com interesses pessoais; o próprio capitalismo que dificulta a reforma agrária e o avanço da democracia. É importante considerar que as imperfeições citadas pelos jovens somam-se às próprias dificuldades apresentadas por

eles em relação à participação da juventude no Movimento e que serão analisadas no próximo capítulo.

Portanto, os jovens reconhecem o esforço do MST em possibilitar a participação efetiva no Movimento, de modo a possibilitar que a democracia seja vivida por eles como algo concreto, no entanto não deixam de salientar as dificuldades. Para eles, se, “dentro do Movimento, a democracia não funciona perfeitamente, ela já deu passos maiores e melhores do que no Brasil” (Priscila, entrevistada em 05/12/2006). De acordo com os entrevistados, as desigualdades entre as classes sociais e as poucas possibilidades de participação real da população por meio da democracia representativa são empecilhos para que a democracia se efetive no país, como pode ser percebido nos depoimentos abaixo:

Eu acho que não tem democracia porque a desigualdade é muito grande (Rosane, entrevistada em 24/08/2007).

Essa forma de exercer a democracia, de forma indireta, colocando representantes lá para falar para milhares de pessoas, está falida (...), isso não é democrático (André, entrevistado em 18/09/2006).

O conceito de democracia para os jovens do MST, de maneira geral, está relacionado à igualdade social e à efetiva participação da população nas decisões políticas do país. É significativa esta perspectiva, caso se considere que se trata de jovens que vivenciam a desigualdade em suas vidas, na falta de terra e de trabalho, na dificuldade do acesso à escola, à saúde, à cultura etc.; que têm se organizado na luta pela distribuição de terras e de riquezas no país e que, pela experiência interna de participação no MST, conseguem perceber as restrições à participação da população nas decisões políticas do país num sistema de democracia representativa. Nesse sentido, as próprias ações realizadas pelo MST e outros movimentos sociais, como o plebiscito sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, são exemplos citados pelos jovens como fundamentais para viabilizar a participação popular. Izadora, uma jovem de 20 anos, afirma:

Estão pensando em tirar auxílio natalidade e o décimo terceiro e quem disse que o povo quer? Eles já nos consultaram? Não fomos consultados, então, temos que fazer igual foi feito o plebiscito, porque temos que decidir pelos nossos direitos (Izadora, entrevistada em 28/09/2007).

No mesmo depoimento, a jovem destaca que o plebiscito é um mecanismo importante para que as decisões políticas considerem a vontade popular: “as leis têm que vim de baixo para cima e não o inverso”. Dessa forma, ela incorpora a crítica social do MST em relação às estruturas organizativas, baseadas na verticalidade, que conduzem à centralização de poder nas mãos daqueles que são escolhidos como representantes da população e que, na maioria das vezes, acabam representando seus próprios interesses e os da classe dominante.

Crítica esta que pode ser observada em outros depoimentos, como o de Maria Eduarda (entrevistada em 28/09/2007): “As leis são feitas para a burguesia, não para o povo; não é um governo em que o povo decide as coisas, é um governo em que uma pequena parte decide pelo povo”.

Essa concepção dos jovens é reforçada pela dúvida por eles apresentada em relação à via eleitoral como instrumento para efetuar mudanças significativas no país. Muitos jovens justificam esta dúvida em virtude do mau comportamento dos políticos que “não cumprem suas promessas”; “pensam neles próprios” e quando eleitos “esquecem-se do povo”, evidenciando a desconfiança da maioria dos brasileiros em relação aos políticos e uma concepção de política construída a partir da noção de sociedade dividida entre bons e maus, não corruptos e corruptos, distanciando-se da perspectiva do MST de que tanto a sociedade como o processo eleitoral, os partidos e os políticos articulam-se, primeiramente, a partir dos interesses das classes sociais em luta. Isso pode ser observado em carta de Ademar Bogo sobre o segundo turno das eleições presidenciais de 2006, na qual chama atenção para o cuidado com o discurso ideológico baseado numa falsa ética⁸⁸ e moralidade que esconde a divisão da sociedade em classes e a luta de classes.

Outros jovens, embora concordem que o voto não é o principal instrumento para efetuar mudanças na sociedade, destacam que pode ser importante para fazer avançar ou não a luta pela Reforma Agrária; justificam que governos e partidos podem estar mais próximos ou mais distantes dos interesses dos trabalhadores, o que interfere na luta de classes. Referindo-se ao pleito eleitoral de 2006, tecem comentários sobre uma possível vitória de Geraldo Alkmin: “um monte de coisas no processo iria atrasar muito” (Ângelo, entrevistado em 05/12/2006); “com o Alkmin a reforma agrária é puro caso de polícia” (Priscila, entrevistada em 05/12/2006). Já a reeleição de Lula, segundo outro entrevistado, possibilitaria “maior abertura para os movimentos sociais” (André, entrevistado em 18/09/2006).

Das críticas dos jovens em relação à democracia representativa no Brasil poder-se-ia deduzir um comportamento político baseado no voto nulo ou branco. Entretanto, os que votaram nas últimas eleições para Presidente da República e Governador do Estado e que declararam o voto, disseram ter votado em Lula e em Roberto Requião (candidato a Governo do Estado do Paraná pelo PMDB) e mesmo entre aqueles que, por algum motivo, deixaram de votar, afirmaram que votariam nesses candidatos. Isso é um indicativo de que os entrevistados

⁸⁸ Segundo Bogo (2006), “a ética para os trabalhadores não pode ser a discussão de alguns desvios, mas de como agem os exploradores contra os explorados; o que fazem com a terra e com todos os bens naturais; o que fazem com os seres humanos; o que fazem com a educação, com os bens públicos e assim por diante”.

conseguem perceber diferença nos projetos políticos de partidos e candidatos; mostra, ainda, que os jovens seguiram a orientação geral do MST nacional e estadual e que o Movimento tem considerado o voto como um instrumento de luta, ainda que não seja o mais importante. Ao mesmo tempo, traz à tona o debate interno e a indefinição dentro do MST sobre a relação com o Governo, que foi sintetizada por um jovem:

... porque hoje nós não sabemos para onde nós vamos. Este é um limite que está dado, desde a base até a coordenação percebe-se isso; não se tem muito claro para onde se vai, vamos continuar da maneira que estamos ou vamos ampliar a luta? Você se aproxima do Governo que está aí ou vai para o embate direto? (Gustavo, entrevistado em 27/07/2007).

Isso pode ser compreendido caso se considere a ligação histórica do MST com o PT e também com Lula, que, pela sua trajetória política, iniciada na luta sindical, constituiu-se como liderança e símbolo para classe trabalhadora. Além disso, se o primeiro Governo de Lula e do PT não representou mudanças substanciais na sociedade brasileira, ele se diferenciou em relação aos demais, mantendo uma relação de diálogo e não de perseguição e criminalização dos movimentos sociais como ocorrido anteriormente. Houve avanços em relação à liberação de créditos e a projetos voltados para a educação que beneficiaram diretamente os Sem Terras. Algumas dessas questões também explicam a opção por Roberto Requião ao Governo do Paraná, nas eleições de 2006, manifestada pelos jovens e pelo MST.

Todavia, embora os jovens reconheçam a importância de ter reeleito Lula, apresentam também em seus depoimentos as contradições desse processo. Priscila e Francisco falam do assistencialismo presente no Governo Lula, que acomoda as pessoas e não traz mudanças significativas, mas, ao mesmo tempo, provoca melhorias na condição de vida da população. Essas contradições ajudam a entender o desabafo inicial de Francisco em seu depoimento: “eu mesmo rasgaria meu título e não votaria mais”, para depois, contrariando sua afirmação, dizer que a reeleição de Lula “poderia abrir mais espaço para o povo organizar-se” e que programas assistenciais do governo como bolsa família, bolsa escola, projetos que dão acesso ao leite, embora contribuam para certo imobilismo da população, são importantes para ela. Reforça sua afirmação lembrando as dificuldades vividas em sua infância:

... quando nasceu meu irmão mais novo, o leite que tinha lá em casa era só para ele (...). Eu vejo as famílias... hoje... nós, no acampamento, estamos tendo acesso ao leite (Francisco, entrevistado em 11/12/2006).

Porém, isso não minimiza a revolta de Francisco pelo fato de o povo ficar na dependência de promessas de partidos e políticos; de, muitas vezes, ser enganado e ter apenas no voto o mecanismo de interferir mais diretamente nos rumos do país: “é um absurdo a gente ficar dependendo de um partido político, de uma pessoa”. Ou seja, para Francisco, a forma de

participação pelo voto é insuficiente, é necessário organização, mobilização e mecanismos mais diretos de envolvimento da população nas decisões políticas do país. Aqui está uma característica importante, construída a partir das experiências vividas e que identifica esses jovens com o MST: a participação entendida como uma intervenção constante e organizada das classes trabalhadoras. Tal afirmação é corroborada a partir de outros depoimentos que criticam a democracia representativa e reivindicam uma forma de participação mais direta, como a realização de plebiscitos, por exemplo: “eu diria que plebiscito é a forma ideal, em que o povo decide, em que o povo tem o direito de decidir o que fazer no país” (Pedro, entrevistado em 29/09/2007).

A insistência pela realização de plebiscitos como forma de ampliar a participação da população revela que os jovens, assim como o MST, entendem que a participação política dos movimentos sociais não pode ficar reduzida a formas de pressão e reivindicação sobre as representações políticas legais, mas interferir na produção de “leis, normas, regras e instituições que dirijam a vida sóciopolítica”, realizando, de fato, a participação popular (CHAUI, 2006, p. 140).

Os entrevistados apresentam, ainda, a perspectiva de que as mudanças sociais dependem de três elementos indissociáveis e simultâneos: organização, luta e conscientização⁸⁹. Quando falam da organização, incorporam tanto os moradores da cidade como do campo: “As mudanças são possíveis, sim, desde que o povo esteja organizado, desde as favelas, desde o povo da cidade até o povo do campo” (Tereza, entrevistada em 24/08/2007). Os jovens compreendem que as ações políticas não podem ser reduzidas a interesses corporativos, pois para o Movimento a luta corporativa, mesmo quando traz algum retorno, não é duradoura; a luta contra a burguesia exige a união dos trabalhadores, tendo “um caráter político e de classe” (Bogo, 1999, p.42). Essa perspectiva aparece de forma mais clara na afirmação de outro jovem entrevistado ao referir-se às possibilidades de mudança social:

Quem faz mudanças, estruturalmente, é a classe trabalhadora; é a classe toda unida que vai fazer mudanças, o povo é que tem condições de fazer mudança (Bruno, entrevistado em 09/10/2006).

A fala de Bruno, implicitamente, remete ao conceito de revolução, destacado por Bogo (2000, p. 49) nos Cadernos de Formação nº 34 do MST, e cujo objetivo central é a mudança estrutural da sociedade. Com base em Florestan Fernandes, o autor destaca a revolução como um processo no qual se contrapõem forças revolucionárias e contra-revolucionárias e alerta para a necessidade da classe trabalhadora apropriar-se desse conceito

⁸⁹ Apenas três jovens vincularam a mudança social à via eleitoral.

a partir de seus interesses, não se deixando envolver pelo que pensa a classe dominante. Afirma que a revolução não é feita por idéias ou palavras, mas pela ação e organização da classe trabalhadora, vinculando-se à luta de classes e realiza-se para resolver as diferenças e desigualdades entre as classes:

...assim, o conceito de revolução está ligado à revolta, indignação; é contrária a idéia de passividade, de espera, de conformismo. É um esforço coletivo para desestabilizar a ordem, para elevá-la a uma nova categoria, agora a ordem da maioria organizada através da ditadura da maioria, fazendo nascer a verdadeira democracia (BOGO, 2000, p. 50).

A afirmativa de Bogo, ao destacar a revolução como contrária à passividade, à espera e ligá-la ao esforço coletivo da classe trabalhadora, também está presente nas definições dos jovens como pode ser observado no depoimento de Augusto: “A gente tem que conseguir conquistar o povo, fazer com que ele se indigne, saia do comodismo” (Entrevistado em 27/09/2007). Para os jovens, ainda, a mudança social será obra do “povo”, dos “excluídos”, dos “trabalhadores”. É importante considerar que o uso da categoria classe trabalhadora não é freqüente no depoimento dos entrevistados. É o povo que aparece como sujeito da mudança social; como sinônimo de classe trabalhadora, dos excluídos da sociedade, dos pobres, e os próprios jovens se consideram parte do povo. O povo aparece em oposição à burguesia, com interesses diferentes dos da burguesia, da elite, do capitalismo. Isso sinaliza que a experiência dos jovens do MST tem-lhes possibilitado perceberem-se como classe social, ainda que esta, às vezes, apresenta-se diluída na categoria povo.

De acordo com os jovens entrevistados, esta mudança é lenta e depende de condições históricas favoráveis. Nesse sentido, muitos reconhecem que não viverão suficientemente para “ver a mudança”, o que não significa estar numa posição de inércia, pois é necessário construir as condições para que a mudança aconteça. Destacam os jovens André e Angélica:

O importante é que você vai fazendo a luta, preparando o campo para a hora que o processo histórico oferecer a oportunidade de transformar (André, entrevistado em 18/09/2006).

Não me iludo que eu vou conseguir ver a mudança, mas é possível a gente ir construindo; dentro do próprio movimento histórico, isso já está acontecendo para nós, eu acho que estão se abrindo as possibilidades (Angélica, entrevistada em 25/02/2007).

Novamente, as referências a Bogo (2000) são importantes para mostrar a assimilação da concepção político-ideológico do MST por parte dos jovens. Continuando sua reflexão sobre a revolução, o autor afirma que o processo é longo e traz contradições dentro de si, pois o desejo de mudanças radicais convive com a necessidade de lutar por reformas como

distribuir terras, aumentar salários, buscar avanços nos direitos sociais etc., de forma a provocar a mobilização da população. Porém, a luta por reformas não pode constituir-se como um desvio aos objetivos da revolução, mas como um caminho para que as reivindicações econômicas transformem-se em reivindicações políticas, pois, conforme diz o jovem Pedro (Entrevistado em 29/09/2007), “reforma não basta, se nós queremos mudança tem que haver revolução”. Assim, a luta por terra, saúde, educação, reforma agrária nas quais os jovens estão inseridos são tidas como necessárias para melhorar a situação de vida da população, mas também como momentos importantes de formação política que possam intervir num processo maior de mudança. Além disso, ainda que haja críticas às formas legais de representação política, instituídas por meio da participação através do voto, elas são reconhecidas como meio de luta por reformas no âmbito da sociedade de classes e também servem como instrumento de aprendizado político, pois podem ser problematizadas, ajudando a revelar os limites da democracia no capitalismo.

Bogo chama a atenção de que, nesse processo, muitos, acabam tornando-se reformistas e abandonando os reais objetivos da revolução. Portanto, destaca que, para que um processo revolucionário tenha sucesso, é necessária uma organização que inspire confiança às massas. Uma organização que possibilite as condições para que as reivindicações econômicas transformem-se em reivindicações políticas. Mas somente isso não basta: “É preciso despertar a autoconfiança nas massas e estas sentirem satisfação em participar e permanecer na luta. As pessoas devem sentir que são importantes nesse processo e que delas depende o avanço da história” (BOGO, 2000, p. 54). E, recorrendo a Lênin completa: “não basta dizer que a vida é dura e incitar a revolta; isto qualquer vociferador pode fazer (...). É preciso que o povo trabalhador compreenda claramente porque é que está na miséria e com quem se unir na luta para libertar dessa miséria”.

Faz-se necessário, portanto, um trabalho de conscientização conforme foi apontado pelos jovens. Brenda e Izadora (Entrevistadas em 28/09/2007) destacam a necessidade de trabalho de base junto à população, que a ajude a entender os mecanismos de funcionamento da sociedade, por que é explorada e instigá-la se deseja continuar ou não nessa condição. Nas palavras de Brenda: “fazer com que elas participem e **que tenham noção**”, ou seja, não basta simplesmente participar é preciso compreender o processo, ou segundo outro jovem, “temos que conhecer bem certinho quem são nossos inimigos” (Getúlio, entrevistado em 19/09/2006).

Este processo de conscientização que, segundo alguns jovens, também é de “luta ideológica”, é considerado como fundamental no momento histórico atual, de declínio dos movimentos sociais. Assim destacam: “o que está fazendo-se, hoje, é a revolução da consciência das pessoas” (Ângelo, entrevistado em 05/12/2006) ou, nas palavras de Gabriel (Entrevistado em 19/02/2006): “(...) o fuzil deve ser trocado pelo lápis, pela caneta, pelo papel; é através do conhecimento que nós vamos fazer mudanças”. Nesse sentido, torna-se fundamental para os Sem Terra a luta pela escolarização de todos e a formação de militantes comprometidos com a causa e que ajudem a massificar a luta. Esta necessidade é sintetizada no depoimento de Getúlio e Maria Eduarda:

É uma luta intelectual, é por isso que nós precisamos de jovens, de adultos e todo o tipo de pessoa que tenha capacidade de pensar, de criar opinião, para jogar para a sociedade (Getúlio, entrevistado em 19/09/2006).

Vai ser através do processo ideológico, através de muito estudo, de organização do povo, massificação não somente do campo, mas pode ser uma aliança entre o campo e a cidade (Maria Eduarda, entrevistada em 28/09/2007).

Os jovens incorporam a preocupação do MST de que é fundamental a escolarização, a formação de militantes e a preparação de quadros para que as mudanças almejadas aconteçam (MST, 2007d, p. 38). É importante considerar que para o Movimento esse processo não acontece apenas em cursos; a participação e a organização coletiva propiciadas pelo MST também são consideradas educativas. Ainda, é pertinente salientar a ênfase dos jovens, presente inclusive entre seus intelectuais, de que o momento atual, no Brasil, é de crise das esquerdas. Segundo Bogo (2000, p. 57) trata-se de um momento desfavorável ao movimento de massas, ocasionado também pela paralisia das organizações históricas. Diagnóstico parecido foi apresentado pelo dirigente João Pedro Stédile, em palestra proferida na Jornada Estadual de Educação na Reforma Agrária, realizada em Cascavel, em 2006, ao destacar que a conjuntura neoliberal atual e o dissenso dos movimentos de massa colocam vários desafios ao MST, entre eles, manter acesa a possibilidade de mudança e a formação de quadros e militantes.

Por sua vez, a “conscientização” ou a “revolução da consciência” referida pelos jovens vai ao encontro daquilo que o MST tem chamado de revolução cultural, ou seja, a necessidade constante, mesmo em momentos desfavoráveis, segundo Bogo (2000, p. 60), de ir construindo o projeto da nova sociedade, ir amadurecendo as condições subjetivas necessárias para a irrupção do novo, ao mesmo tempo em que se luta para mudar as condições objetivas para revolucionar as relações de produção. Isso pode ser observado no exercício de participação que o MST, ainda com limites, propicia aos jovens, bem como na perspectiva

deles em se perceberem como sujeitos dos processos históricos, o que ficou claro nos depoimentos sobre mudança social, nos quais se enfatizou que também todos são responsáveis.

Dessa forma, a compreensão em relação à mudança social revela proximidade em relação às condições apontadas pelo MST para que ela se efetive, ou seja, luta social, política, cultural e ideológica somada à participação, organização e formação das bases no campo e na cidade.

As perspectivas dos jovens em relação a essas temáticas revelam que eles têm assimilado, de maneira geral, os objetivos do MST e sua luta bem como têm-se identificado com ela e, ao mesmo tempo, reflete algumas contradições vividas pelo Movimento, especialmente em relação ao tema da propriedade privada. Os jovens, em virtude das múltiplas experiências vividas em diferentes espaços do MST, conseguem vislumbrar, por exemplo, que a democracia pode ser mais do que a democracia representativa e para que ela se efetive é necessário que as ações políticas pela igualdade social sejam aliadas às ações por mecanismos que permitam maior participação popular nas decisões políticas do país. Significativa, ainda, é a concepção da maioria dos jovens de que a mudança social depende de luta, organização e conscientização. A experiência desses jovens, de participarem de um movimento social, tem-lhes possibilitado a reflexão de que a mudança social não se realiza pelo voto e que, mesmo sendo um processo longo que depende de condições históricas objetivas, também depende das ações políticas que os movimentos sociais, a classe trabalhadora e eles próprios vêm realizando no presente.

Por fim, é salutar que o “tratamento” dado pelos jovens em relação aos temas aqui mencionados seja compreendido como resultado das múltiplas experiências vividas por eles, sendo expressão do aprendizado social e político proporcionado a eles no MST. Participar deste Movimento não lhes retira da sociedade e de sua influência, mas permite possibilidades mais amplas de questionamento e recusa da consciência imposta, gerando mudanças tanto na consciência como no agir.

6 AS EXPERIÊNCIAS SÓCIO-EDUCATIVAS DO MST-PARANÁ NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS

Neste capítulo, analisa-se o processo de socialização política de jovens vinculados ao MST do Paraná, de modo a revelar o processo de formação dos jovens militantes Sem Terra e as contradições que envolvem esta relação de seu aprendizado político. Procura-se analisar as respostas que os jovens têm dado, se elas indicam a continuidade dos interesses e propósitos do Movimento e em que medida trazem elementos novos qualificando-o ou indicando sinais de seu rompimento.

Busca analisar as diversas formas de inserção dos jovens no MST e como vai-se cimentando uma nova visão de mundo entre eles; assim, utiliza-se da experiência como categoria central na análise da formação política para entender o processo de constituição da consciência de classe das novas gerações do MST como resultado da vivência da realidade concreta.

Ao optar pelo uso desta categoria entende-se que: 1) é pela experiência que o modo de produção exerce pressão determinante sobre outras atividades, podendo interferir tanto no pensar como no agir dos sujeitos; por sua vez, são as pessoas, homens e mulheres, que vivem, sentem, refletem e agem sobre determinada condição social; 2) a formação de classe e a consciência de classe resultam de lutas que se estabelecem (no tempo) quando homens e mulheres identificam seus interesses antagônicos e “passam a lutar, pensar e a valorar como classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção, embora sob condições que são ‘dadas’” (THOMPSON, 1981, p. 121); 3) a experiência vivida pode levar à recusa e ao questionamento da consciência imposta, sendo importante para desvelar situações de dominação não apenas de classe, mas de gênero, geração etc.; 4) a experiência vivida, mesmo que individual, corresponde a relações constituídas historicamente e, conforme Thompson (1981, p. 15), trata-se “da resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições de um mesmo tipo de acontecimento”. Trata-se da resposta dos sujeitos aos processos históricos em que se encontram inseridos e nos quais se articulam múltiplas experiências.

Dessa maneira, entende-se que os jovens aqui analisados fazem parte de uma história que não começou com eles e nem exclusivamente com a constituição do MST nos anos de 1980. Vivem uma condição de vida iniciada há tempo no Brasil. Tanto esses jovens como o MST, herdeiros de lutas, encontram-se atualmente num contexto histórico diferente que,

embora ligado ao passado, apresenta novas características resultantes de mudanças sociais, entre elas aquelas provocadas pelo desenvolvimento das relações capitalistas de produção e pela luta de classes bem como às que se referem à própria condição juvenil na contemporaneidade. Da mesma forma, são esses sujeitos que, pelas suas experiências de ação, de assimilação e questionamento de valores e tradições (passadas e reforçadas no presente), vão-se constituindo como sujeitos políticos.

Levando em conta as considerações acima, a análise do material das entrevistas foi estruturada a partir de categorias empíricas que ajudassem a reconstituir o processo de identificação dos jovens com o MST. Assim, analisam-se aspectos da trajetória familiar, religiosa, escolar, política, da condição de jovem articulada com a história de participação no MST de modo a evidenciar a identificação com o MST e a formação da consciência de classe desses jovens.

6.1 A EXPERIÊNCIA DA EXPROPRIAÇÃO E DA EXPLORAÇÃO VIVIDA NA FAMÍLIA

Conforme apresentado no primeiro capítulo, a modernização da agricultura brasileira agravou a concentração de terras existentes e as desigualdades sociais no campo. O avanço do capitalismo afetou não apenas o modo de produzir, mas o conjunto de relações sociais existentes, provocando mudanças substanciais na vida de diversos trabalhadores e seus filhos: milhares migraram para as grandes cidades; outros foram forçados a trabalhos temporários, houve aqueles que se subordinaram aos circuitos agroindustriais; outros foram em busca de novas terras; outros, por sua vez, insistiram para permanecer na terra. Muitos trabalhadores, na condição de arrendatários, parceiros, pequenos agricultores, bóias-frias, assalariados rurais, subempregados e desempregados urbanos resolveram lutar pela posse da terra e constituíram o MST. É, portanto, a partir da condição social marcada por processos de expropriação e exploração no trabalho agrícola que se estruturam as experiências dos jovens e surgem a partir de um grupo social específico: a família. Este ambiente é a referência inicial da trajetória pessoal destes jovens e de sua identificação com o MST.

Os jovens ao explicarem a aproximação com o Movimento referem-se à família. Falam das dificuldades vividas durante a infância: “viver endividado”, “trabalhar para comer”, “ser expulso da terra”; “ser enganado”; “se iludir com a cidade”; “estar

frequentemente mudando”; “vender tudo o que tinha”; “estar desempregado”. Falam ainda da tradição familiar com o trabalho na terra e da militância religiosa e política dos pais. É a combinação desses elementos que ajuda a entender a decisão tomada pela família de inserir-se num movimento de luta pela terra.

A tradição familiar com o trabalho na terra é algo que acompanha a trajetória dos jovens entrevistados mesmo entre aqueles que nunca haviam morado no campo; tradição que representa um elo com os antepassados: os avôs, os pais sempre trabalharam na terra, dali retiraram o sustento da família; foram os pais que um dia tiveram que ir embora devido às dificuldades e iludidos pela cidade. Depois, muitos deles quiseram voltar e retomar o sonho de conquistar um pedaço de chão para sobreviver. Essa ligação com a terra permite estabelecer uma relação de continuidade com a trajetória de luta dos trabalhadores rurais no Brasil e relaciona-se à possibilidade de trabalho, de sobrevivência e de autonomia, pois significa “não trabalhar de empregado”, “trabalhar no que é seu”, “não ter patrão”. Aqui estão algumas das características referentes ao modo de vida camponês, entendido como “um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra” (MARQUES, 2004, p. 145). Para muitos, esse processo foi acompanhado pela religiosidade.

Nos anos de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990, a presença da Igreja Católica e da Luterana, especialmente por meio das CEBs e das pastorais sociais, foi fundamental para o processo de convencimento e organização dos trabalhadores rurais e urbanos na luta pelos seus direitos. No caso específico do campo, a CPT contribuiu no trabalho de base realizado junto aos trabalhadores rurais, propiciando o encontro da fé popular com a luta política. A participação na comunidade religiosa significou problematizar, tendo a Bíblia como referência, as condições de vida impostas pelo avanço do capitalismo e, ao mesmo tempo, reforçou o vínculo dos trabalhadores com a terra, vista como “dom de Deus”. As palavras de um frade franciscano, membro da CPT e residente num assentamento, no Rio Grande do Sul, expressam isso: “... nas narrativas bíblicas os sem-terras se vêem, como num espelho, como um novo povo de Deus em busca da ‘terra prometida’, acompanhados de perto pela força divina” (GÖRGEN, 1997, p. 284). Dessa forma, a vivência da religiosidade encontra-se ligada à vida e à luta pela terra. Para alguns dos jovens entrevistados, a referência vem da militância dos pais, iniciada nas pastorais e depois estendida para sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e, conseqüentemente, para os acampamentos e assentamentos. Militância que foi acompanhada pelos filhos, que relatam a proximidade com atividades

ligadas à Igreja, dando suporte para a luta política, considerada justa e valorizadora da solidariedade, justiça, utopia.

Todavia, se, durante os anos de 1980, a ida para o MST, geralmente, vinha acompanhada de uma trajetória político-religiosa este quadro altera-se durante os anos de 1990. Seguindo a trajetória nacional do Movimento e considerando o próprio enfraquecimento da ala progressista da Igreja Católica e das demais organizações de esquerda, as famílias passam a participar de ocupações a partir de um trabalho de base do próprio MST ou por indicação de amigos e parentes. Esta característica está presente no relato de boa parte dos jovens entrevistados ao afirmarem que a decisão dos pais de acampar não esteve diretamente ligada à militância religiosa. Porém, é mister considerar que apesar de o MST ter-se afastado da Igreja, muito da sua prática política ainda guarda traços comuns com a religiosidade. Nesse sentido, o trabalho de base desenvolvido pelos seus militantes está permeado por práticas e discursos que, assim como os realizados nas CEBs e pastorais, valorizam a fé, a participação, a fraternidade, a justiça e a união como elementos chaves no processo de convencimento e organização dos trabalhadores.

Portanto, é a partir da experiência forjada em laços sócio-culturais que se pode entender o fato de muitas famílias unirem-se e resolverem lutar pela terra e permanecerem nela. Laços sócio-culturais não apenas forjados no campo, mas em alguns casos, nas periferias das grandes cidades, passando dificuldades, participando das CEBs, pastorais, associações de moradores, sindicatos e que levaram muitos para acampamentos e assentamentos, especialmente durante os anos de 1980.

Tais referências são importantes e aparecem, em maior ou menor grau, na história dos jovens entrevistados. Alguns enfatizam o sonho dos pais de terem um pedaço de terra, outros falam da militância político-religiosa, mas todos articulam essas justificativas com as dificuldades enfrentadas pela família, seja no trabalho na agricultura, seja nas periferias das cidades.

É a partir de experiências comuns de expropriação e de exploração que se pode entender a decisão das famílias de se organizarem e lutarem pela terra. Tais experiências apresentam sinais de um rompimento com o trabalho familiar agrícola, com o sentimento de autonomia, ao passo que a luta pela terra e para permanência nela indicam a possibilidade de sua continuidade/retomada.

Assim, a decisão familiar não está fundamentada na luta pela Reforma Agrária ou pela transformação social. É uma luta por terra, ainda que aconteça a partir de uma ação – a ocupação - que transgride a ordem social burguesa, pois desrespeita a lei da propriedade

privada. Todavia, a vivência nos acampamentos, a participação nos setores do MST, em encontros, confrontos e mobilizações, a continuidade dos estudos, a reorganização da vida nos assentamentos podem significar, especialmente para os jovens, a possibilidade de ampliar a dimensão da luta. As novas experiências forjadas permitem aos jovens problematizarem as dificuldades enfrentadas junto com a família antes e depois do acampamento e assentamento, servindo de base para que eles alarguem sua concepção de mundo. Os depoimentos de Raquel e Larissa ajudam a compreender o processo.

Com a família Raquel relata ter conhecido a realidade do camponês. Os pais, filhos de agricultores, quando casaram, não tinham dinheiro para comprar terra e por isso tornaram-se arrendatários. Destaca que a família era muito pobre e que lutava dia-a-dia para melhorar de vida. O sonho de seu pai era ter um pedaço de terra para produzir o próprio sustento. À medida que a situação como arrendatário piorava, ao invés de irem para a cidade, resolveram acampar e lutar pela terra. Quando tinha sete anos, participou de uma ocupação com os pais; no acampamento, sofreram ameaças, mas persistiram e, depois de oito anos, foram assentados. Com 15 anos começou a participar mais ativamente do MST, participando de encontros e, posteriormente, trabalhando numa cooperativa dos assentados da região em que morava. Raquel destaca que a situação enfrentada pela família fez com que ela questionasse a distribuição de terras no país e a condição dos pequenos agricultores bem como alargasse sua perspectiva em relação à luta:

(...) E, depois, a gente começa a perceber que, no início, é a luta pela terra; vamos acampar porque quer um pedaço de terra, então percebemos que a dimensão é maior, que a gente quer a reforma agrária, quer saúde, educação, quer uma sociedade mais justa. (Raquel, entrevistada em: 20/09/2006).

O pai de Larissa era pequeno agricultor e sua mãe, para ajudar nas despesas de casa, trabalhava como professora de uma escola rural. Quando terminou o Ensino Médio foi para a cidade morar com os irmãos e continuar estudando. Fez o vestibular, mas não passou; acabou arrumando um emprego. Nesse período, seus pais resolveram participar de uma ocupação. A visita aos pais no acampamento levou Larissa a perceber que os rendimentos que ela recebia, trabalhando na cidade, somado aos que sua mãe tinha como professora e aos de seu pai eram insuficientes para a aquisição de um pedaço de terra que garantisse a sobrevivência da família. Além disso, acolhida no acampamento pelas demais pessoas que também participavam do MST e da ocupação, resolveu ficar e foi atuar na escola com a qual poderia contribuir. Ali viu que era um trabalho diferente: “eu não me via assim como na cidade, por exemplo, uma empregada”. Com o trabalho na escola, inseriu-se no Setor de Educação. Tudo isso fez com que a questão da terra ficasse restrita ao seu pai e ela optasse por outro caminho: “(...) eu já

seguir outro caminho, que era mais de contribuir mesmo, de contribuir, de estudar, de contribuir com a organização, nesse sentido” (Larissa, entrevistada em 19/02/2006).

As trajetórias de Raquel e Larissa indicam que é a partir dessa experiência vivida que elas passam a problematizar a situação social da família. A resposta inicial para a situação encontra-se na possibilidade de conseguir um pedaço de terra. As novas experiências, que se constituem no decorrer do envolvimento com as atividades políticas do Movimento, redimensionam essa perspectiva: a luta passa a ser por Reforma Agrária, por educação, saúde, por justiça e se traduz na possibilidade de contribuir com o MST. É importante destacar que, inicialmente, a terra aparece como resposta imediata para o problema individual da família e a continuidade da tradição centrada no trabalho familiar, que se vê ameaçado frente à concentração de terras e a modernização agrícola. A consciência social desses trabalhadores encontra-se vinculada a valores que reforçam a família, o trabalho e a terra como fundamentais e, de certa forma, misturam-se a valores capitalistas como a propriedade privada e projetos individuais. O processo de envolvimento político, entretanto, permite que outras experiências sejam vividas pelos jovens, indicando possibilidades de rupturas e continuidades no que concerne ao objetivo inicial da luta, aos valores que a orientavam, descortinando possibilidades mais concretas de formação da consciência de classe desses jovens e da identificação com o MST.

É importante destacar que, em muitos casos, os jovens que decidem pela sua continuidade, fazem-no motivados pela militância de algum membro da família: pais, irmãos ou algum parente próximo são tomados como referência. Entretanto, muitas vezes, a decisão de acampar ou apoiar os filhos quanto à militância vem acompanhada de conflitos e tensões familiares agravados pela resistência de parentes e amigos: “O meu pai não aceitava de maneira alguma”; “Minha mãe ela queria mesmo que eu fosse embora”; “O pai não admitia nós morarmos em barraco”; “Na família da minha mãe nenhum deles aceitava”. Duas questões merecem ser assinaladas: 1) a decisão de ocupar, de participar do MST vai contra a visão de mundo dominante que é reforçada constantemente pela campanha que os meios de comunicação fazem contra este tipo de luta política; 2) em muitos casos, são as mulheres que tomam a frente e decidem pela inserção no Movimento, contrariando a representação social que geralmente associa ao feminino passividade, medo e dependência em relação aos maridos.

Observa-se, assim, o processo de construção de identificação dos jovens como Sem Terras, que os afasta ou faz entrar em conflito com aqueles que são contrários às ações do Movimento; também mostra a consciência de classe em movimento, ou seja, enquanto os

outros – pais, parentes – pensam a partir dos referenciais dos padrões, os jovens começam a pensar como sem-terras/despossuídos. Além disso, indica uma ruptura com a geração imediatamente anterior, uma vez que os sujeitos jovens constroem outros pertencimentos sócio-culturais resistindo aos apelos geracionais.

Por fim, é a partir da opção da família por lutar pelo acesso à terra que se abrem as perspectivas para a inserção desses jovens no Movimento. Nesse sentido, é ilustrativa a fala de um jovem ressaltando a importância da decisão tomada pela família:

Eu acho que qualquer coisa de bom que teve até hoje no Movimento, que contribuímos, deve-se àquela saída, àquela decisão da minha mãe (...) aquele é o processo pedagógico. Depois não adiantava mais, depois de ter nos convencido do jeito que a gente se convenceu no acampamento. Daí mesmo que a família dissesse não, não teria como voltar atrás. (André, entrevistado em: 18/09/2006).

André refere-se a um processo de convencimento no acampamento, sinalizando-o como fundamental para manter a decisão inicial tomada pela mãe, mesmo que sua família viesse a desistir, ou seja, o vivido e o percebido no MST para este jovem confirma como correta a decisão tomada pela mãe e a necessidade de dar prosseguimento à luta. Desta forma, torna-se importante analisar em que medida as experiências vividas pelos jovens no MST, e iniciadas, geralmente junto com os familiares vão constituindo a sua identificação com o Movimento.

6.2 “NÓS”: A CONSTITUIÇÃO DA VIVÊNCIA COLETIVA

A inserção no MST significa a possibilidade concreta da experiência. A participação em ocupações, a vivência no acampamento e no assentamento, a participação nos diversos setores, em encontros, cursos, marchas, protestos são espaços que dão fundamento a esse processo. Para os jovens entrevistados, o espaço do assentamento e especialmente do acampamento, aliados à participação nos setores, em cursos, encontros, eventos, mobilizações forjam a identificação com o MST, pois interiorizam no jovem a vivência coletiva e a formação de novos valores. O vivido pelos jovens cimenta os laços de solidariedade e companheirismo que os unem em torno de um projeto comum e que os coloca em situação de oposição, conflito e enfrentamento em relação aos interesses de outros sujeitos.

A constituição do coletivo começa a ser forjada especialmente a partir da participação em ocupações e da vivência no acampamento. É no espaço do acampamento que

os sentimentos de injustiça e indignação são fortalecidos; emergem ações de solidariedade, ajuda mútua e amizade; os conflitos são vividos; as decisões são tomadas em assembléias; a divisão de tarefas impõe-se como uma necessidade para a organização e manutenção do acampamento.

Autoras como Silva (2004) e Turatti (2005) definem o acampamento como uma situação de passagem e, portanto, transitória. Silva (2004, p. 79-82) destaca duas características em relação à vida nos acampamentos. A primeira remete à compreensão de que nesses espaços existe uma organização social, com regras de comportamento e de conduta social; na segunda, o acampamento implica um processo de construção de um coletivo, da identidade social de “sem-terra”, “permeada pela solidariedade, ajuda mútua e outros valores”. Turatti (2005) destaca o acampamento como um estado de liminaridade⁹⁰, ou seja, “uma etapa em que os acampados foram separados de seu universo social anterior e cumprem normas e rituais que os qualificam para uma agregação social futura com características de estabilidade” (TURATTI, 2005, p. 69). É nesse estado, segundo a autora, que os acampados recebem a condição de ser *sem-terra* e de participar de uma coletividade, na qual eles resignificam valores, moldam-se à nova realidade, aprofundam o enfrentamento com o poder estabelecido e constroem expectativas para o futuro.

O momento de passagem, conforme as autoras (SILVA, 2004; TURATTI, 2005) comporta várias situações: confrontos, ações de violência, despejos, ocupação de outras áreas, etc. Implica também a organização dos núcleos de família, a coordenação do acampamento, de equipes de saúde, segurança, alimentação, educação, mística, contatos externos, limpeza etc. Tais situações constituem-se num conjunto de aprendizagens sobre as quais vai edificando-se a identidade Sem Terra e a consciência de pertencer a um coletivo unido pela mesma condição e pelo mesmo ideal. A ocupação é um dos momentos importantes do processo e sinaliza que um coletivo está a constituir-se. O processo de ocupar uma determinada área é coletivo. As pessoas chegam juntas ao acampamento, umas a pé, outras de caminhão. Para alguns é a primeira ocupação; outros são provenientes de outros acampamentos; em muitos casos, é um momento vivido com violência. Foi o que aconteceu com o grupo no qual Camila, que tinha 19 anos, participava.

Ela conta que era o mês de julho, em 2004. Avisaram que a ocupação seria de madrugada; mulheres e crianças poderiam ficar, mas ela e sua mãe resolveram ir e acompanhar o pai, o avô, outras mulheres e os demais, rumo à fazenda. Desceram do

⁹⁰ A autora baseia-se nos estudos de Arnold van Gennep sobre os ritos de passagem, em que decompõe esses ritos em preliminares (de separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação).

caminhão, todos corriam. Tiros dados por jagunços da fazenda misturavam-se aos rojões soltados pelo grupo, dificultando que fossem identificados de imediato pelos trabalhadores. De repente, Camila ouve gritos ao seu lado, olha e vê um rapaz baleado: “aí que eu fui me ligar, baleado é tiro, esses barulhos não são fogos - eu falei – mãe, são tiros”. Veio o sentimento de desespero, de preocupação com os demais, de medo. A situação só acalmou quando a polícia chegou. O rapaz não agüentou e faleceu. Camila ficou muito indignada com tudo o que aconteceu: “as pessoas, por dinheiro, tiravam a vida de outras pessoas, assim, sem mais, nem menos”. O episódio fortaleceu o sentido do envolvimento político para ela: “eu passei a dar mais importância” (Camila, entrevistada em 15/12/2006).

O relato de Camila revela que a constituição do coletivo forjou-se a partir do enfrentamento, da luta – pessoas que se unem, ocupam uma determinada propriedade e juntas enfrentam seus opositores e as dificuldades decorrentes disso. A violência e os confrontos, por sua vez, fazem parte da história dos jovens entrevistados nesta pesquisa. Todavia, se para muitos, anteriormente, a violência vivida nas periferias das cidades ou nas situações de precariedade da vida na agricultura era enfrentada individualmente pela família, a ida para o MST significou enfrentá-las coletivamente e, ao mesmo tempo, identificar “o inimigo a combater” e o pertencimento a um determinado Movimento Social. São momentos que solidificam a união e a força. O depoimento de André sintetiza o sentimento provocado após o enfrentamento com pistoleiros, no acampamento, em que participou ainda quando criança:

Então, aquilo marca a força que tem estar unido e organizado. Você já começa a formar na sua identidade que você faz parte de alguma coisa. É possível fazer e fortalecer, mesmo junto com outras pessoas pobres iguais a você. (André, entrevistado em 18/09/2006)

André reforça em seu depoimento a capacidade “de fazer e fortalecer” presentes entre iguais, mesmo “quando pobres”, revelando a compreensão de que, pela participação em práticas políticas, homens e mulheres vão-se constituindo enquanto sujeitos e que esta possibilidade está presente mesmo para aqueles que são vistos socialmente como incapacitados e, por isso, tratados como objetos e não sujeitos de processos históricos. A ênfase de André de que é possível lutar “mesmo sendo pobres” mostra a experiência como possibilidade de questionar valores, conceitos, instituições e práticas. O mesmo pode ser observado no depoimento de Francisco, um jovem de 19 anos, que viveu boa parte de sua vida na periferia de uma grande cidade e que, desempregado e a convite de primos, decidiu participar, em 2004, de uma ocupação, motivado também pelo espírito de aventura:

... eu vi que aquilo não era uma aventura e que havia pessoas que estavam ali unidas naquela madrugada gelada (...) Ali, naquele momento, eu já consegui fazer uma análise (...) eu enxerguei o sofrimento, eu enxerguei o objetivo deles, a necessidade

de estar fazendo aquele ato, aquela mobilização, de ocupar aquele latifúndio, de lutar por uma vida mais digna. Então, eu deixei o meu lado aventureiro naquele momento e já busquei me inserir na luta com eles (Francisco, entrevistado em 11/12/2006).

O que inicialmente vinha carregado de possibilidades de “viver uma aventura, de ser uma adrenalina” permite que Francisco reflita, reveja suas escolhas, o que é propiciado por um ato que se dá coletivamente, para ele indicativo da união entre as pessoas que, mesmo no sofrimento, lutam por dignidade. O espírito de aventura que o animava passa a ser substituído pela necessidade de lutar junto, de fazer parte. A “luta deles” passa a ser a “sua luta” também. Francisco passa a compreender a sua condição de classe, ou seja, o lugar que ocupa na sociedade e entende que isso o aproxima da luta dos Sem Terras. Aqui são importantes as reflexões feitas por Thompson (1981, p. 17) quando diz que a experiência entra sem bater à porta, anunciando mortes, guerras, situações de sofrimento, fome etc., mas também traz novas possibilidades de reflexão sobre a realidade existente, novas problemáticas, bem como novas formas de agir sobre elas.

Outras experiências nos acampamentos somam-se às referidas acima. Os atos de ser despejado, enfrentar policiais, negociar, montar e desmontar barracos, mudar para outro lugar são vividos como parte de um processo em que, nos dizeres de um jovem, vai-se “entendendo o que é a luta de verdade, vai criando amor pela luta”. (Miguel, entrevistado em 27/09/2007). Ou seja, a partir das experiências, especialmente aquelas forjadas coletivamente, alarga-se a concepção da “luta” e fortalece o sentimento de pertencimento comum.

A realidade de um acampamento é caracterizada pela precariedade: geralmente as famílias moram em barracos de lona preta sem água encanada e luz elétrica; a comida é escassa, tudo é improvisado. Todavia, é um espaço organizado. Os barracos erguem-se em lugares determinados, conforme as regras estabelecidas pela coordenação. A infra-estrutura adequa-se para a manutenção da vida coletiva, formada por ruas, cozinhas e lavanderias comunitárias, banheiros, poços etc. Devido às necessidades materiais, alguns membros das famílias saem do acampamento para arrumar algum trabalho temporário, outros fazem campanhas de arrecadação de alimentos e roupas nas cidades vizinhas bem como procuram exigir do poder público algum tipo de assistência. As atividades internas são divididas, formam-se as equipes de trabalho. A participação em reuniões e assembléias torna-se uma constante na vida das famílias. A necessidade de se discutir a vida e os problemas enfrentados no cotidiano do acampamento, especialmente aqueles relacionados à saúde e à educação para crianças, ao andamento das negociações com os agentes externos e as estratégias a serem realizadas para acelerar o processo de assentamento impõem aos acampados uma dinâmica de

participação, para muitos, decisiva na superação das dificuldades e permanência no Movimento: “... então, no começo eu me assustava, mas depois eu cai lá dentro e descobri as coisas, participar de reuniões de grupo, reuniões de estudo...” (Leonardo, entrevistado em 13/12/2006).

A vivência e a participação nas atividades do acampamento são fundamentais na formação do coletivo. Atividades como “tirar leite para as crianças”; “fazer almoço junto com outras pessoas no barraco”; “conversar”; “conhecer a história do outro”; “debater”, “ter acesso à leitura”; “alfabetizar jovens e adultos”; “trabalhar na escola itinerante” mostram a construção da solidariedade e do companheirismo entre os acampados e, ao mesmo tempo, são indicativas do aprendizado de novas práticas e valores entre os jovens: “eu nunca tinha me envolvido com essas coisas, debatido temas”; “comecei a ganhar responsabilidades”; “vivia dialogando e isso foi me formando, foi me ajudando a crescer”. Por outro lado, é um espaço em que os jovens são incitados a problematizar as contradições da sociedade capitalista, o que, por sua vez, solidifica a identificação com os objetivos do MST. O relato de Vitor, 23 anos, é esclarecedor:

... quando você entra no acampamento, começa a compreender as diferenças de classe, e começa a refletir: mas porque nós vivemos nessa condição, porque somos sem-terra? Daí você vai à essência da contradição, você começa a refletir sobre a capacidade do povo organizado de fazer a luta... (Vitor, entrevistado em 29/09/2007).

Para Vitor, a realidade do acampamento permite identificar as diferenças de classe e se questionar sobre isso: “por que somos sem-terras?”, ou seja, no acampamento, as desigualdades sociais apresentam-se com todas suas perversidades: fome, violência, repressão, abandono pelo poder público, preconceitos vividos, percebidos e sentidos pelos sujeitos com intensidade num ambiente de encontro com o outro e de luta coletiva. O outro passa a ser visto como igual, com os mesmos problemas, medos e angústias. Processo reforçado pela identificação social em relação aos acampados e que tende a anular as individualidades: “não é o João, é o sem-terra”, podendo produzir entre a juventude vergonha ou maior identificação com o Movimento. Além disso, no acampamento, à luta pela terra agregam-se outras lutas, entre elas aquelas para garantir o direito à educação para crianças e jovens. Vitor chama a atenção para a importância dos coletivos de militantes que se vão formando nos acampamentos e que permitem, por meio do estudo, debates e ações conjuntas, um aprendizado contínuo: é a partir das relações estabelecidas no coletivo que é possível refletir sobre a realidade; estreitar laços de solidariedade e alimentar a mística e a utopia

necessárias para continuar engajados no Movimento, compartilhando de seus objetivos políticos.

Por outro lado, a participação dos jovens em atividades do MST, fora do acampamento, em reuniões de setores, encontros, cursos, marchas, mobilizações contribui para a compreensão de que o Movimento e sua luta não se encontram limitados ao universo do acampamento e aos interesses daquelas famílias, mas representam as necessidades e os desejos de milhares de trabalhadores rurais espalhados pelo Brasil. Passam a perceber, ainda, que contam com aliados importantes como: outros movimentos sociais, rurais e urbanos, alguns partidos políticos, sindicatos e instituições religiosas etc. Isso também pode ser dito em relação aos jovens assentados.

Todavia, se no acampamento a possibilidade da vivência coletiva, da formação de um “nós” e da afirmação da ação do sujeito no grupo são maiores, dadas as condições objetivas de enfrentamento, no assentamento tal processo é dificultado.

Para Martins (2003, p. 189), existe uma tendência de que, passado o período de luta, os trabalhadores retomem seus antigos valores e aspirações baseados, principalmente, na propriedade, no trabalho familiar e numa perspectiva política conservadora. Segundo essa interpretação, as condutas e expectativas do período de luta são temporárias e são deixadas de lado logo que a condição de acampado chega ao fim. Pesquisa realizada no estado de São Paulo (SILVA, 2004, p. 103) aponta que a vida, nos assentamentos, é caracterizada por várias clivagens entre os assentados: existem os que ascendem socialmente, outros abandonam os lotes, há aqueles que utilizam estratégias não condizentes com os projetos de reforma agrária, outros recorrem ao assalariamento. Para a autora, são várias as causas que explicam o novo modo de vida no assentamento; nele, os valores de solidariedade vividos no acampamento correm riscos de serem substituídos pelo individualismo e a não-cooperação. Isso ocorre devido à inserção dos assentados na economia de mercado, provocando uma mudança substancial na relação com a terra, que passa a ser vista como uma mercadoria, como “terra de negócio”. Para a autora tais mudanças são provocadas pelo Estado, que busca implantar o Plano Nacional de Reforma Agrária nos assentamentos e, em muitos casos, pelos representantes das lideranças dos movimentos de luta pela terra. Destaca Silva (2004, p. 105):

De um momento para o outro, os sem-terras são obrigados a fazer parte do circuito mercantil, caracterizado pelo processo chamado de industrialização da agricultura, que envolve a aplicação de insumos modernos, compra de máquinas e, necessariamente, a inserção nas linhas de crédito bancário oferecidas pelo governo. É fácil perceber que este momento é dramático, pois as famílias são, na grande maioria, miseráveis...

Soma-se a esse processo o fato de que, inicialmente, as necessidades dos assentados são incontáveis; quase tudo está por ser feito: construir locais de moradias, preparar terreno para plantio, perfurar poços, entre outras coisas; além disso, muitos dos projetos de coletivização de lotes e associativismo para os assentados acabam fracassando por não corresponderem aos seus interesses e capacidades, gerando conflitos entre eles próprios e as lideranças e reproduzindo relações de dominação. Geralmente, os assentados retomam os desejos de autonomia e auto-suficiência, afirmando o predomínio de práticas individuais de trabalho familiar, construídas historicamente por eles.⁹¹ As reflexões de Silva mostram como é complexo manter o pertencimento de classe numa sociedade em que ter é mais importante do que ser. Ter a propriedade de um pedaço de terra já dilui a identidade de sem terra, mascara a condição de classe construída sobre o pilar da exclusão e o Estado se reapropria dessa situação para cobrar a inserção do assentado no circuito mercantil.

Todavia, a dependência em relação ao INCRA, as diversas necessidades que surgem no assentamento - relativas à saúde, lazer e educação - e a experiência anterior de envolvimento político, mantém a organização dos assentados e sua ligação com os movimentos sociais rurais, sendo reforçada pela presença de militantes e lideranças assentadas. Muitos desses militantes e lideranças surgem no acampamento e preservam uma identificação forte com os propósitos do MST e, embora o MST procure garantir sua presença - organizando os assentados em núcleos de famílias, setores e brigadas; participando e interferindo nas discussões referentes à organização da produção e da escola, organizando os trabalhadores para enfrentamentos com o Estado no que se refere à garantia de crédito, assistência técnica e outros direitos que viabilizem a vida no assentamento, cultivando entre os assentados a memória da luta, por meio de seus símbolos e publicações - a total dependência existente na época do acampamento é minimizada.

Muitos assentados continuam participando das marchas, congressos, encontros, cursos de formação, ocupação de prédios públicos, entre outras atividades, ao mesmo tempo em que retomam seus projetos familiares de vida, sem um rompimento definitivo com o movimento de luta pela terra. Redimensionam e reafirmam interesses comuns, inclusive aqueles que rompem com interesses individuais. Isso pode ser observado em experiências de assentamentos coletivos ou semi-coletivos bem sucedidos no MST, inclusive no Paraná, bem como na trajetória de jovens que optam pela continuidade da luta iniciada por seus pais.

⁹¹ De acordo com Souza (2006, p. 127), com base em dados do I Censo de Reforma Agrária/1997, embora exista a discussão sobre cooperação nos assentamentos, a grande maioria organiza a produção de forma individual (93,96%), limitando-se a produção coletiva a 1,21% e a mista em 4,82%.

Gustavo foi morar com os pais em um assentamento coletivo em 2000, tinha 18 anos. No assentamento, procurou conhecer mais o MST, inseriu-se nas atividades de educação e produção, começou a participar de cursos, encontros. No assentamento, pode-se dizer que Gustavo vive um processo contínuo de vivência coletiva e de identificação com o Movimento, pois conforme afirma: “é como se fosse uma miniatura do MST dentro do assentamento” (Gustavo, entrevistado em 27/07/2007). Tudo é coletivo: a produção, o planejamento, os investimentos, os recursos, a prática das refeições (café da manhã e almoço), as decisões referentes à cooperativa e a vida social no assentamento, as estratégias de luta e mobilização. Individual, apenas a casa e um pequeno lote na agrovila.

Na maioria dos assentamentos, prevalece a produção familiar, porém, conforme citado anteriormente, o MST continua presente na vida dos assentados: na memória e nos símbolos da luta pela terra, como referência para a organização e mobilização para novas conquistas. Ainda que seja em número mais reduzido, é nesse processo em que muitos jovens, mesmo aqueles que não vivenciaram a experiência do acampamento, são motivados a participar de atividades, que procuram resgatar valores coletivos e o sentimento de pertencimento ao Movimento; é o caso, por exemplo, da participação em encontros, marchas, cursos, congressos etc.

Nesses momentos, os princípios organizativos presentes no acampamento e, em menor grau, nos assentamentos, como direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo fazem-se presentes. Em atividades com menor número de pessoas envolvidas, como cursos, por exemplo, os participantes são organizados por núcleos de base e cada núcleo tem uma tarefa a desenvolver; alguns são responsáveis pela disciplina, outros pela mística e assim por diante, podendo ocorrer rodízio entre os núcleos na realização das tarefas. Os núcleos de base são nomeados pelos seus membros com o nome de algum personagem considerado importante para os movimentos sociais e a classe trabalhadora, sendo homenageado em vários momentos com palavras de ordem, hinos, encenações, fotos, místicas etc. Em atividades maiores como encontros e jornadas estaduais, congressos e marchas nacionais mantém-se a organização interna dos participantes pelas brigadas e pelos estados. É importante considerar que a organização não comporta a distinção etária como um critério definidor da divisão dos grupos. Apenas com as crianças existe esta preocupação: são reunidas nas Cirandas Infantis. Os demais - adolescentes, jovens, adultos, idosos - misturam-se nos núcleos de base e nas tarefas que devem ser realizadas.

A participação nessas atividades traz presente, além do conhecimento, a possibilidade de estar junto, de compartilhar situações e sentimentos, de encontrar pessoas de

diferentes lugares, de interiorizar os valores e as perspectivas políticas e ideológicas defendidas pelo MST. Coisas que, à primeira vista, podem parecer insignificantes adquirem uma dimensão política e formativa importante na constituição do coletivo:

- a importância do aprendizado que ocorre nas relações estabelecidas no Movimento: “pegava meu caderninho e marcava tudo”; “estávamos em constante diálogo”; “caminhava, e ali eu fui aprendendo um monte de coisas”; “trocamos experiências”; “vi o debate do Movimento em outros Estados”;

- a importância de práticas coletivas: “estávamos em constante diálogo e em convivência coletiva”; “num coletivo você tem que dividir todos os espaços, sua vida pessoal, seus bens materiais”; “compartilhar quartos, um lava a roupa do outro”; “o grupo ajuda você a viver seus problemas: você tem limitações, tem que melhorar, precisa fazer isso”;

- a importância de fortalecer o compromisso e a identificação com o MST – “a gente discutia a problemática da reforma agrária”; “li Marx, Lênin”; “entrei em contato com a obra de Paulo Freire”; símbolos como a bandeira e o hino do MST encontram-se sempre presentes, juntamente com a bandeira da Via Campesina, indicando o caráter internacional da luta; fotos e frases de pensadores socialistas são espalhadas pelo ambiente, momentos de mística são realizados. A maioria dos participantes usa camisetas, bonés e adereços que fazem menção a prática política, canta músicas de protesto ou que reforçam a cultura camponesa;

- a importância de se perceber e sentir parte do coletivo: “fui às escolas, fiz debates”; “foram dezoito dias de ensaio”; “fui desafiada a falar”; “eu assumi o setor de mística lá no curso”.

Os vários momentos citados anteriormente mostram que o envolvimento político dos jovens é reforçado pela participação em um conjunto de atividades que tem por característica fundamental o resgate do coletivo: “do fazer junto, do estar junto, do decidir junto, de se sentir parte”, processo que contraria o individualismo presente nas sociedades capitalistas. Tais experiências, articuladas com a difícil situação de vida nos acampamentos e assentamentos vão solidificando a ligação dos jovens com o MST e, ao mesmo tempo, suscitando novas formas de pensar, novos valores e novas possibilidades de decidir sobre a vida pessoal e coletiva, ainda que dentro de limites determinados. Nesse processo uma questão fundamental para os jovens e que interfere na opção ou não de militar no MST, refere-se ao reconhecimento da sua importância para o coletivo.

6.3 A EXPERIÊNCIA DO RECONHECIMENTO

Marx, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1844), mostra que, à medida que ocorre a valorização do mundo das coisas, desvaloriza-se o mundo humano. A alienação do trabalho não apenas alienou o homem da natureza e de si mesmo, mas também alienou o homem de seu ser genérico (de seu ser como membro da espécie humana) e da relação com outros homens (MÉSZÁROS, 2006, p. 20). No modo de produção capitalista, o trabalhador, ao relacionar-se com o produto de seu trabalho, estabelece com ele uma relação de estranhamento. Ele encontra-se separado tanto do objeto de seu trabalho quanto dos meios necessários à sua produção, por sua vez, depende da venda da sua força de trabalho, que se materializa em objetos, para garantir sua sobrevivência. Ao alienar-se do objeto de trabalho o trabalhador aliena-se de si mesmo. Sua atividade de trabalho torna-se para ele algo penoso, que lhe causa sofrimento e lhe impede o desenvolvimento livre de suas energias mentais e físicas. Destaca Marx: “Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é *trabalho forçado*. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um *meio* para satisfazer outras necessidades” (MARX, 1983, p. 93). No processo de produção o trabalhador sente-se separado de si mesmo: o seu trabalho não lhe pertence, pertence a outro.

Ao se separar de sua atividade vital, o homem aliena-se também como ser genérico. Marx diz que a vida genérica do homem é a vida produtiva: “é a vida criando vida”. Essa característica liga os homens entre si como uma espécie diferenciada dos outros animais, pois faz de sua atividade vital uma atividade livre e consciente: o animal só produz o necessário para atender suas necessidades imediatas, o homem produz universalmente; o animal produz sobre a dominação imposta pela necessidade física imediata, o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e produz, verdadeiramente, livre de tal necessidade; o animal se produz a si, o homem reproduz toda a natureza; o animal constrói a partir do padrão necessário à espécie que pertence, “o homem sabe produzir de acordo com o padrão de todas as espécies e como aplicar o padrão adequado ao objeto. Assim, o homem constrói também em conformidade com as leis do belo”. (MARX, 1983, p. 96). Dessa maneira, é na atuação no mundo objetivo, por meio do trabalho, que o homem manifesta-se como ser genérico e neste mundo objetivado por meio de sua atividade ele percebe sua própria imagem. O trabalho alienado tira essa possibilidade do homem; o trabalho torna-se para ele apenas um meio para manter sua existência física, alterando a consciência que ele tem da espécie.

Separado de seu ser genérico, o homem separa-se também dos outros homens. O fato de o trabalhador encontrar-se separado dos objetos de seu trabalho e dos meios de produção indica que outro homem apropriou-se do seu trabalho e dos objetos criados por ele; a sua atividade e os meios para realizá-la tornaram-se propriedade de outro: o capitalista.

O trabalhador só serve ao capitalista enquanto mercadoria, ou seja, enquanto mercadoria necessária para produzir outras mercadorias. Se trabalha, mas fora do processo de trabalho capitalista, se desocupado, desempregado, esfomeado está fora das relações de trabalho; portanto, é desconhecido pela economia política, e, poder-se-ia dizer, encontra-se marginalizado. O trabalhador relaciona-se com o capitalista em troca de um salário que garanta a sua sobrevivência e relaciona-se com outros trabalhadores como algo que lhe é imposto para garantir as exigências produtivas do mercado e do capitalista. Este por sua vez, deseja do trabalhador unicamente sua força-de-trabalho e com os demais também estabelece relações mercantis: seja como comprador de meios de produção, seja criando condições para disponibilizar suas mercadorias no mercado. Os homens relacionam-se entre si como coisas; as mercadorias, resultado do conjunto do trabalho social abstrato necessário a sua produção, aparecem aos seus olhos como tendo vida própria, algo que lhe é estranho.

Mészáros (2006, p. 164) destaca que, no processo de alienação, as necessidades e os sentidos genuinamente humanos são substituídos por um único sentido: o ter, que encontra sua materialização no dinheiro. O dinheiro interpõe-se entre o homem e o objeto. Nele está a virtude de tudo comprar e por isso torna-se um objeto onipotente, universal: “O dinheiro é o *alcoviteiro* entre a necessidade e o objeto, entre a vida do homem e o meio de vida do homem (MARX apud MÉSZÁROS, 2006, p. 164)”.

O dinheiro, diz Marx (1983, p. 146-147), “é a força alienada da humanidade”, por meio dele todos os atributos humanos e naturais são invertidos e confundidos:

O que existe para mim através da mediação do dinheiro, aquilo porque eu possa pagar (i.e., que o dinheiro pode comprar), tudo *isso sou eu*, o possuidor do dinheiro (...) O que eu *sou e posso fazer*, portanto, não é de todo determinado pela minha individualidade.

Nesse sentido, reforça Mészáros (2006, p. 164), “as características e qualidades pessoais do indivíduo são secundárias”, dado o poder criador do dinheiro. Pode-se dizer que esse poder do dinheiro e do ter aumentou à medida que o avanço das forças produtivas ocasionou a criação de novas mercadorias para satisfazer novas necessidades humanas, aumentando os desejos de consumo. Processo que não foi acompanhado pelo aumento da oferta de empregos, mas pela sua diminuição, agravado pela reestruturação produtiva e o

neoliberalismo, em prática em vários países a partir dos anos de 1970 como resposta à crise do capital.

Dessas breves considerações sobre o processo de alienação pode-se inferir duas questões importantes em relação à realidade dos jovens sem-terras: a primeira diz respeito a sua situação de fragilidade em uma sociedade que os condena a estar à margem do processo produtivo e que os trata como não-cidadãos porque não são consumidores; a segunda questão, derivada da primeira, reforça o sentido descartável atribuído ao jovem: sem ter, ele deixa de ser, portanto, torna-se descartável, destituído das qualidades e virtudes requeridos pelo capital.

A situação é agravada quando se leva em conta que, nas sociedades contemporâneas, sob as políticas neoliberais, junto com o culto ao individualismo deslocou-se para o indivíduo a busca de soluções para todos os tipos de problemas. Se o jovem está desempregado, ele é levado a crer que a culpa é unicamente sua: não se qualificou, não estudou; se abandonou os estudos, foi por falta de vontade e esforço. O exemplo em relação ao emprego é importante, pois remete à ideologia do trabalho, que desconsiderando o caráter alienado do trabalho no capitalismo e o desemprego estrutural, destaca como digno aquele que trabalha e que garante o seu sustento trabalhando, logo, estar desempregado é sentir-se desvalorizado socialmente. Frente a essas questões, pode-se afirmar que muitos jovens das classes populares do campo e da cidade experimentam sentimentos de frustração, angústia, incapacidade, medo de estarem à margem e não se sentem reconhecidos, nem valorizados socialmente. Foi o que experimentou Leonardo, um jovem de 19 anos, quando procurava seu primeiro emprego e ainda não havia ingressado no MST: “como não conseguia emprego eu ficava com vergonha (...) achava que não tinha capacidade” (Leonardo, entrevistado em 13/12/2006).

É nesse sentido que o MST assume importância para muitos jovens. A ênfase na participação e na divisão de tarefas como elementos estratégicos para o Movimento e as próprias necessidades vividas no cotidiano dos acampamentos e assentamentos abrem novas possibilidades para os jovens: de se sentirem úteis, com capacidade de contribuir, serem reconhecidos e valorizados pelo que são. As trajetórias de vida dos jovens entrevistados para esta pesquisa evidenciam isso.

Camila e Alice fizeram o Curso de Magistério. Camila morou na cidade, trabalhou num escritório de advocacia e, depois que concluiu o Magistério, ficou “mais de seis meses parada, sem importância alguma”. Logo que chegou ao acampamento foi convidada para atuar na educação: “então já tentava resolver alguma coisa com o coletivo sobre educação”. Na escola itinerante começou a atuar como educadora. Ela comenta: “eu percebo que eu sirvo para alguma coisa, que eu valho alguma coisa, e as pessoas que estão ali ainda dizem: ‘você é

importante para a gente” (Camila, entrevistada em 15/12/2006). O fazer e sentir-se parte para Camila são traduzidos na possibilidade que ela tem de contribuir, de se sentir e ser considerada útil para o coletivo. Elementos importantes para o reconhecimento.

Alice foi para o acampamento ainda criança e desde os 11 anos começou a participar dos Sem Terrinha. Depois iniciou o curso de Magistério em uma escola do Movimento, mas, devido a problemas familiares, desistiu e resolveu tentar a vida na cidade, trabalhar e continuar estudando; diz ela: “lá eu só trabalhei!”. Quando retornou sentiu-se bem acolhida: “vamos te construir, vamos te ajudar” (Alice, entrevistada em 06/12/2006) e inseriu-se em atividades de educação infantil.

As trajetórias de Camila e Alice mostram a importância da experiência do reconhecimento no MST para estas jovens. Camila terminando o Magistério, sentiu-se sem importância. No MST, ela passa a atuar como educadora; não apenas ensina, mas contribui nas decisões e resoluções referentes à educação no acampamento. Tem a experiência de sentir que é importante para o coletivo, que tem valor. Alice, por sua vez, mesmo tendo deixado o Movimento, é bem recebida quando retorna, sente-se acolhida e com a possibilidade de voltar a contribuir e poder “se construir como ser humano”, o que, para ela, foi visto como um processo interrompido quando esteve fora. As experiências vividas pelas duas jovens no MST contrariam os valores do “ter” presentes na sociedade, que ajudam a produzir sentimentos de frustração e incapacidade. O depoimento de outra jovem é elucidativo:

Você faz um trabalho onde você é reconhecido. Aqui fora, não, o mercado de trabalho é um caos; você tem que ter estudo, tem que estar na moda, que estar arrumadinho para se ter valor (Tatiane, entrevistada em: 23/07/2007).

Tatiane sente-se reconhecida no MST, diferentemente do que ocorreria “fora”, na sociedade seria avaliada a partir das exigências demandadas pelo mercado de trabalho: ter estudo, estar na moda. Qualidades possibilitadas pelo ter, uma vez que a própria educação transformou-se numa mercadoria, sendo distribuída de maneira desigual entre as classes sociais.

Essas experiências efetivam-se também a partir das oportunidades que os jovens passam a ter inserindo-se no Movimento e que não teriam fora dele. Bruno tem 19 anos e foi para o Movimento, em 2003, morar com seu pai. Antes disso, morou um tempo na periferia de uma cidade de médio porte onde conviveu com o tráfico de drogas, com a marginalização, com o medo da polícia e o preconceito por ser negro. Conta que, quando chegou ao MST, tinha resistência em relação ao Movimento, mas começou a participar, “a ganhar responsabilidades” e começaram a surgir propostas relacionadas à música e a arte, com as

quais ele se identificava e foi-se envolvendo: ajudou a organizar oficinas de rádio, participou de cursos de formação política. Em 2005, participou ativamente da Marcha Nacional, contribuindo nas atividades ligadas ao teatro. Quando retornou da marcha, dados os enfrentamentos e dificuldades do acampamento, seu pai resolveu ir embora. Inicialmente, ele acompanhou a família. Depois, todavia, resolveu retornar sozinho. Bruno conta que sua decisão foi tomada a partir das experiências no Movimento, de conhecer a organização, ver o envolvimento de todos no processo e destaca:

É o que eu quero viver. Eu pensei muito nisso, pensei na única oportunidade que eu tive de continuar a estudar, de conhecer pessoas, de fazer amizades, de ter o conhecimento, o acesso à cultura e ter entendimento disso (Bruno, entrevistado em 09/10/2006).

Todavia a decisão de Bruno não está fundamentada apenas em interesses individuais: “não adiantava eu viver, por viver, entrar no que o sistema quer: vai ao shopping e compra essa roupa, esse tênis e tal. Eu passei a me preocupar não só comigo”. Isso é um indicativo de que as experiências se constituem no grupo e permitem articular tanto desejos individuais como coletivos. Como se observa na trajetória de Bruno, a experiência do reconhecimento faz parte do processo de inserção dos jovens no MST e está ligada a aprendizados políticos. O convite para participar de um encontro, de um curso, da marcha, de manifestações, para ajudar numa atividade local, a possibilidade de conhecer e fazer amigos somam-se às responsabilidades e compromissos assumidos perante o Movimento. A experiência de Raquel na Marcha de 1998 traduz isso: “eu nunca tinha feito debate na minha vida nas escolas (...) e era questionada de todas as formas: ‘por que sem terra vende lote, por que vocês pegam dinheiro público?’”(Raquel, entrevistada em: 20/09/2006).

No ano seguinte ao que Raquel voltou da marcha, ela resolveu ir para a cidade dar continuidade aos seus estudos. Por intermédio do Movimento, conseguiu uma bolsa para cursar Jornalismo numa universidade privada. Mesmo afastada, continuou participando de atividades pontuais do MST e, segundo ela, “fazendo as brigas na universidade por causa do Movimento”. Em 2003, concluiu o curso e, em 2004, foi atuar no Setor de Comunicação. Atribui ao Movimento o fato de ter tido a oportunidade de cursar uma faculdade. Em 2005, novamente participou da Marcha, entretanto diz que a experiência foi diferente. Em 1998, envolveu-se em atividades de forma mais espontânea, foi mais um aprendiz; em 2005, como militante, foi com uma tarefa mais específica ligada a comunicação: “eu não fui só fazer a marcha, eu fui para cumprir uma tarefa”. Raquel insere-se no conjunto de jovens que, a partir da caminhada dentro do Movimento, vão abrindo outras portas de participação, assumindo tarefas mais importantes dentro da organização, indicando que, internamente, são

considerados em condição política e técnica de assumir determinada função. Também o exemplo de Lucas evidencia isso.

Lucas está no MST desde 1996, quando foi acampado. Com 14 anos assumiu uma turma de educação de jovens e adultos no acampamento. Depois tornou-se coordenador do setor de educação na sua Brigada. Com 15 anos, foi indicado pela Brigada para fazer o Curso de Magistério no ITERRA. Nesse período, paralelamente, continuou contribuindo na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Terminado o curso no Iterra, Lucas foi trabalhar com as escolas itinerantes de uma Brigada. Em 2004, por intermédio do MST, iniciou um curso superior e deu continuidade às atividades do Setor de Educação, na qualidade de coordenador. Assim como Lucas, muitos jovens iniciam sua atividade como educadores nos acampamentos, especialmente nas Cirandas Infantis e nas Escolas Itinerantes. A partir dessas atividades, os jovens têm a oportunidade de fazer Cursos de Magistério em escolas do MST e mesmo cursos de graduação na área de educação que são disponibilizados em parceria com o INCRA e universidades públicas em regime de alternância. Os exemplos citados mostram também a preocupação do MST na formação de intelectuais que tenham origem em sua base e que possam dar continuidade nesse processo como educadores permanentes, preocupados com a elevação cultural e crítica dos simples.

Observa-se, portanto, que a experiência do reconhecimento vem acompanhada pelas oportunidades que possibilitam a continuidade da escolarização, da formação política e da qualificação para assumir outras tarefas no Movimento. Todavia, ela diferencia-se dos critérios do “ter” presente na sociedade de classes e distancia-se de um projeto meramente individual. Ao mesmo tempo que o jovem sente-se valorizado, reconhecido pelas suas qualidades, pelo seu trabalho, passando a acreditar em suas capacidades, ele é motivado a contribuir com o coletivo e a se perceber como pertencente a ele. A referência à importância do reconhecimento para os jovens reforça a compreensão de Thompson (1981, p. 182) de que as pessoas também lidam com a experiência como sentimento e que, também a partir daí, “‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...)”, ou seja, a consciência também constitui-se, transforma-se a partir da forma como a experiência é sentida pelos sujeitos.

Nesse processo, que inclui um aprendizado político, o jovem é levado a problematizar seu projeto de vida, a própria realidade e os valores que o excluam das possibilidades de sua realização. Isso é mais evidente em casos em que, inicialmente, a aproximação com o MST ocorreu em virtude da possibilidade de dar continuidade aos

estudos, haja vista que o direito à educação tem sido historicamente negado aos trabalhadores, sobretudo aos trabalhadores rurais.

6.4 A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO MST: SUPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL

A Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizada em 2004, confirmou a baixa escolaridade dos jovens das áreas de assentamentos rurais. Na Região Sul, a Educação Fundamental de 1ª a 4ª série atende 48,4% das crianças, a de 5ª a 8ª série atende 28,3%. Esse percentual reduz drasticamente em relação ao Ensino Médio, modalidade de ensino que atende exclusivamente aos jovens, chegando a 7,5%. É reduzida também a frequência à escola em outras modalidades que atendem a juventude: 0,1 % na Educação Profissional de nível básico; 0,3% na Educação Profissional de nível técnico, e na Educação de Jovens e Adultos, 2% encontram-se na fase de alfabetização e 2,7% de 1ª a 4ª série⁹².

É importante considerar que muitas crianças e jovens precisam deslocar-se para as cidades para poderem estudar. De acordo com dados do Setor de Educação do MST-PR, com base em levantamento feito em 2006, no Paraná, aproximadamente 11.300 pessoas freqüentam escolas do Ensino Fundamental ao Médio e mais 2.790 encontram-se matriculadas na Educação de Jovens e Adultos em escolas localizadas em acampamentos e assentamentos.

Quadro 5 : Frequência à escola nos acampamentos e assentamentos – MST/PR

Modalidade de Ensino	Número de educandos	Número de escolas/turmas
Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série	4500	62 escolas municipais
Ensino Fundamental 5ª a 8ª série	2300	12 colégios estaduais
5ª a 8ª série e Ensino Médio	2000	8 colégios estaduais
Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização	1980	132 turmas – Programas Brasil Alfabetizado e MOVA-Paraná Alfabetizado

⁹² De acordo com a mesma pesquisa, dos estudantes das áreas de Reforma Agrária da Região Sul, 24.041 encontram-se no Paraná; destes, 2.793 estão no Ensino Médio; 471 na Educação Profissional, 181 na Educação Superior e 1.305 nas diferentes modalidades da Educação de Jovens e Adultos, totalizando 4.750 estudantes. Todavia, o total da população na faixa etária de 15 a 24 anos e que deveria estar nessas modalidades de ensino soma 13.458 jovens; destes, 5.441 têm entre 15 e 17 anos e deveriam, portanto, estar matriculados no Ensino Médio (PNERA, 2005).

Educação de Jovens e Adultos – 5ª a 8ª série	450	15 turmas
Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio	360	12 turmas
Escolas Itinerantes (Pré-escola a Ensino Médio)	2500	11 escolas nos acampamentos
Total	14090	93 escolas e 159 turmas de EJA

Fonte: MST (2006c, p. 37)

Na avaliação do MST-PR, considerando-se que, no Estado, são 311 áreas de assentamentos com 30 mil famílias assentadas e 65 acampamentos com 7.560 famílias acampadas, os números apenas confirmam que “a grande maioria das crianças e jovens dos assentamentos estudam em escolas fora dos assentamentos (nas cidades)...” e que a educação de jovens e adultos ainda atinge um número reduzido de pessoas. Dados que são preocupantes, pois, em relação às famílias assentadas e ao nível médio de escolarização, tem-se cerca de 12% analfabetos e aproximadamente 80% entre aqueles que apenas concluíram o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e aqueles que não chegaram a concluir essa modalidade de ensino (MST, 2006c, p. 37). Provavelmente a realidade seria pior se não fosse a luta do MST e de outros Movimentos Sociais pelo direito à educação escolar das populações do campo.

Embora haja todas essas dificuldades, estudos realizados nas áreas rurais apontam a importância atribuída à educação escolar pelos jovens e seus familiares. Martins (2003), ao analisar a vivência da reforma agrária em cinco assentamentos brasileiros, chama a atenção para a relação ambígua estabelecida pelos pais com a escola, pois, ao mesmo tempo, que consideram a educação fundamental para a mobilidade social de seus filhos, também desejam a permanência dos filhos na terra, pelo menos de um deles. A escola é vista como um hiato que separa as novas gerações das demais e seus valores. Conforme Martins (2003, p. 75), há indícios de que os pais têm consciência de que a educação e a ascensão social que ela possibilita abrem um abismo cultural entre pais e filhos. É, talvez, nesse sentido, que se pode entender, segundo o autor, o desejo dos pais de uma escola que assegure a contínua reconexão entre o mundo dos pais e o mundo dos filhos. É importante salientar que a mobilidade social pretendida com a educação relaciona-se à possibilidade de trabalho não-agrícola, mesmo que isso signifique ir para a cidade. Também Carneiro (2005, p. 250), ao analisar dados de uma pesquisa nacional, chamou atenção para isso, ou seja, “a valorização do estudo como condição para o jovem do campo conseguir um emprego está, em grande parte, associada ao abandono da atividade agrícola”. Tal afirmação pode ser corroborada pela pesquisa de

Abramovay et al (2003), no Oeste de Santa Catarina, ao indicar que, geralmente, são os filhos com menor nível de escolaridade que permanecem na agricultura.

Carneiro (2005, p. 251) informa, ainda, que o valor atribuído à educação escolar pelos jovens rurais é mais um indicativo da diluição das fronteiras entre o rural e o urbano, da proximidade em relação aos valores dos jovens urbanos e que estimula “a formulação de projetos individuais voltados para o objetivo de ‘melhorar de vida’”, o que vai ao encontro do ideal de vida *rurbano*, apontado pela autora em outra pesquisa (CARNEIRO, 2006), afirmando que os jovens rurais cada vez mais constroem suas identidades num processo de negociação entre o tradicional, representado pela família, e o moderno, representado pelo contato com a cidade e com o desejo de melhorarem de vida.

As pesquisas citadas apontam que, mesmo com as dificuldades em relação à continuidade dos estudos, os jovens rurais idealizam a escola como possibilidade de mobilidade social. Estudar faz parte dos sonhos desses jovens e a sua não possibilidade pode ser sentida também como fracasso, incapacidade. Isso se apresenta na trajetória dos jovens entrevistados. Muitos deles, especialmente aqueles sem ou com pouca experiência em acampamentos, argumentam que a aproximação com o Movimento deu-se pela possibilidade de dar continuidade aos estudos nos Centros de Formação vinculados ao MST. Inicialmente a possibilidade aparece unicamente associada a projetos individuais: “ganhar dinheiro”; “ter o diploma”; “continuar estudando”; “arrumar emprego”. Portanto, os jovens vivenciam as condições objetivas da educação na sociedade capitalista – a educação como mercadoria, voltada para atender às exigências do mercado de trabalho – e a ideologia que lhe dá sustentação – educação como mobilidade social, como possibilidade de empregabilidade e reconhecimento social – e são essas perspectivas que levam quando vão estudar nos Centros de Formação do MST. Isso pode alterar-se à medida que os cursos ligados ao Movimento misturam a formação requerida pelas diversas modalidades de ensino (médio, profissionalizante e superior) com a formação política, apresentando a possibilidade para os jovens incorporarem ou não novos aprendizados, interiorizando ou não novos valores.

Para o MST (2006c, p. 24) e também para a Educação do Campo⁹³, a escola, em qualquer modalidade de ensino, deve estar atrelada aos interesses da classe trabalhadora. Isso significa que ela deve contribuir no processo de formação e transformação humana, possibilitando, não apenas a aquisição de conhecimentos científicos e/ou técnicos, mas

⁹³ A Educação do Campo é fruto das mobilizações de vários movimentos sociais rurais, entre eles o MST, nos fins dos anos de 1990 por políticas públicas que garantam o direito à escolarização para a população do campo e por um projeto educativo próprio para estes sujeitos. Tem sido construída em oposição ao modelo tradicional de educação rural, considerado desqualificador do campo e de seus sujeitos (MOLINA, JESUS, 2005).

também a vivência de novos valores pautados no humanismo e no socialismo. Articulada à realidade do campo, à luta pela Reforma Agrária e voltada para uma nova sociedade, devendo ter na coletividade, na cooperação, na gestão democrática e na auto-organização dos estudantes os elementos fundamentais do processo pedagógico. É a partir desses objetivos principais que o MST procura organizar os diversos cursos que realiza com universidades públicas.

Geralmente tais cursos⁹⁴ acontecem em etapas, intermediadas entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, de modo a possibilitar que os estudantes possam fazer a relação prática-teoria-prática, mantendo e fortalecendo o compromisso com sua comunidade de origem. O Tempo Escola acontece em regime de internato, o que significa que, por um longo período, os estudantes terão que compartilhar quartos, refeições, fins de semana, tempos de lazer, atividades ligadas à escola e ao curso, problemas, angústias e alegrias. As etapas dos cursos são organizadas a partir do que denominam de tempos e espaços educativos: “tempo mística”, “tempo aula”, “tempo leitura/estudo”, “tempo seminário”, “tempo núcleo”, “tempo trabalho”, “tempo reflexão escrita”, “tempo oficina” e “tempo seminário”. Alguns deles como o tempo destinado à mística, à aula, à leitura/estudo, à reflexão escrita e ao trabalho são atividades realizadas diariamente; outras são semanais ou dependem da programação da etapa, como no caso dos seminários. Esses tempos e espaços educativos intercalam atividades individuais com coletivas. Entre as atividades coletivas está a realizada no tempo trabalho, momento em que os educandos, divididos em equipes - núcleos de base (NB) -, desenvolvem, voluntariamente, tarefas e serviços necessários ao funcionamento do curso, como preparar o café da manhã, lavar louça, limpar corredores, refeitórios e banheiros etc.

No início do Curso, os estudantes escolhem o nome da turma, geralmente alguém ligado às lutas da classe trabalhadora e ao pensamento socialista. Durante o curso, procuram aprofundar-se sobre a história/pensamento dessa pessoa e prestar-lhe homenagens. Fotos e frases decoram os ambientes de estudo de modo a lembrar o seu legado e sua contribuição para os movimentos sociais. No início de cada etapa, os educandos dividem-se em núcleos de base; para garantir a heterogeneidade na sua formação são observados critérios como gênero, o campo de ação, o movimento em que participa⁹⁵. Cada núcleo de base é batizado com o nome de uma pessoa considerada importante para a classe trabalhadora e, durante toda a

⁹⁴ Estas informações estão sistematizadas em livro organizado pelos estudantes da turma do curso de graduação em Pedagogia para Educadores do Campo: RABELO et al (2008).

⁹⁵ Em alguns cursos, além de membros do MST, participam integrantes de outros movimentos sociais rurais, tais como: Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Via Campesina entre outros.

etapa, ela será lembrada com símbolos, palavras de ordem, místicas. Todo NB possui uma coordenação, escolhida entre os seus membros, composta por um homem e uma mulher. À coordenação compete organizar as atividades do núcleo, encaminhar assuntos à Coordenação Pedagógica da turma, e trazer para debater, no núcleo, os assuntos propostos por ela. Das coordenações são escolhidos aqueles que vão representar a turma na Coordenação do Curso. Nos NBs, os estudantes dividem e discutem as tarefas a serem realizadas pelo núcleo durante a etapa, dividem os problemas do curso, os conflitos e as divergências. Também é o espaço para o estudo coletivo, a troca de idéias e experiências, para refletir sobre a prática e seus desafios. No final de cada etapa, ocorrem avaliações internas, nas quais professores e educandos avaliam-se entre si; e externas, ou seja, a avaliação dos educandos pelos seus dirigentes.

A metodologia adotada nos cursos, conforme o MST, tem como finalidade garantir a participação efetiva dos estudantes na sua organização política e pedagógica, realizar atividades coletivas que se sobreponham às individuais, estabelecer a relação teoria e prática, fortalecer, especialmente por meio da mística, o sentido de pertencimento e de compromisso com os movimentos sociais do campo. Dessa forma, criam-se as condições para que os estudantes, em sua maioria jovens, possam experimentar práticas e valores diferentes daqueles cultivados sob o capitalismo.

Letícia tem 19 anos e faz o Curso Técnico em Agroecologia num Centro de Formação do MST. Com quatro anos de idade acampou com os pais e com oito anos foi assentada. Em 2005, recebeu o convite dos dirigentes da Brigada para fazer o Curso Técnico e aceitou. Inicialmente, a experiência foi difícil para ela: “ficar longe de casa; pegar o jeito de como é o processo”, com o tempo, entretanto, integrou-se com o coletivo. Ela diz que o curso mudou sua maneira de ser, tornando-a uma pessoa ativa, com capacidade de contribuir: “Eu consigo ajudar a interferir na realidade lá na base e aqui eu ajudo a tocar as discussões adiante. Antes eu preferia ficar quietinha no meu canto” (Letícia, entrevistada em 24/08/2007). Rosane tem 17 anos e faz o mesmo curso que Letícia. Ela foi para o acampamento, em 2005, morar com a mãe e relata que logo que chegou lá foi convidada para fazer o curso. Como queria estudar, aceitou o convite. Nas primeiras etapas do curso foi levada a questionar “aquele mundinho que vivia e que parecia que estava tudo bom, tudo beleza” (Rosane, entrevistada em 24/08/2007). Hoje, o desejo dela é continuar estudando para poder contribuir na base.

A experiência de Letícia mostra que ela saiu de uma situação de passividade para a de sujeito. Também Rosane mostra uma nova conduta frente à realidade: de questionamento e

de possibilidade de intervenção. Ao mesmo tempo, redefine o seu projeto em relação à educação: de uma necessidade e um desejo individual para uma necessidade coletiva. Isso é corroborado pelo depoimento de outros jovens:

... foi depois que eu comecei a entender que este curso que eu estou fazendo não é para pegar um diploma, é para trabalhar, para contribuir com o Movimento (Augusto, entrevistado em 27/09/2007).

... antes o meu pensamento era individual, e hoje eu penso no povo, no coletivo, nas famílias que estão acampadas na BR e que precisam de mim e que eu estou estudando e posso ajudar (Tatiane, entrevistada em 23/07/2007).

Assim, ao mesmo tempo em que se realiza, o desejo individual do jovem passa a ser canalizado para o coletivo, ou seja, a educação deixa de ter um valor meramente econômico e passa a ser percebida como necessária à formação humana e ao projeto político do MST; ao desejo de melhorar de vida soma-se o desejo de melhorar/mudar a sociedade. Neste processo, à crítica a educação escolar no capitalismo é absorvida pelos jovens, o que é facilitado pela própria experiência vivida anteriormente nas escolas confrontadas com o que é experienciado no MST. Isso pode ser observado no quadro comparativo abaixo:

Quadro 6: Comparativo sobre a experiência escolar

Educação escolar tradicional	Educação escolar alternativa – MST
Prepara para deixar o campo	Prepara para permanecer no campo
Desconsidera a realidade dos sujeitos do campo	Considera a realidade dos sujeitos do campo
Serve apenas para preparar mão-de-obra	Preocupada com a relação teoria e prática
Prepara para a submissão e a passividade	Prepara para a intervenção na realidade
Só despeja conteúdos e não é dialógica	Preocupada com o aprendizado do aluno, considera o diálogo no processo de ensino
Não proporciona uma visão de mundo crítica	Proporciona uma visão de mundo crítica
Não se preocupa com a qualidade de ensino	Há preocupação com a qualidade do ensino
Só ensina o básico	Preocupada com a formação integral
Infra-estrutura é precária	

Os entrevistados têm, em relação à escola tradicional, uma perspectiva crítica, consideram-na desconectada da realidade do campo e de seus sujeitos, preocupada em formar a partir das necessidades do mercado de trabalho e para ajustar os indivíduos aos status quo, além de ser conteudista. Acentuam que é perceptível o conteúdo de classe das escolas, uma preparada para atender aos interesses da burguesia e que sob o rótulo de neutralidade ensina o

mínimo e educa para a subalternidade, contribuindo para reproduzir as desigualdades da sociedade capitalista; a outra toma a condição de classe como princípio educativo e propõe a ruptura da subalternização histórica, propõe a emancipação a partir da reflexão sobre os lugares sociais que foram destinados aos trabalhadores do campo pela sociedade e, obviamente, com a convivência da escola burguesa.

As críticas à escola tradicional misturam-se às situações de desistência, repetição, preconceitos e enfrentamentos. As desistências e repetições vinculam-se às mudanças constantes da família, às dificuldades de conciliar o estudo com o trabalho agrícola, ao deslocamento para estudar em cidades próximas e à dificuldade da convivência com colegas e professores.

As relações estabelecidas no âmbito escolar tradicional acabam reproduzindo preconceitos em relação aos moradores do campo. Historicamente, no Brasil, o rural tem sido considerado em oposição ao urbano. O primeiro, visto como sinônimo de atraso; o segundo expressão da modernidade e do progresso. Essa perspectiva, na maioria das vezes, direcionou os poucos programas educacionais destinados ao campo durante o século XX. A preocupação com a educação do homem rural inseriu-se no conjunto das transformações econômicas e políticas que se desenharam no Brasil a partir dos anos de 1930 e assinalaram para a crescente industrialização e urbanização do país. Inicialmente, por meio do Ruralismo Pedagógico, a proposta era fixar o homem no campo e garantir o sentido da vocação agrícola do país; para tanto, era necessário transformar sua mentalidade, considerada fora dos padrões produtivos modernos. De acordo com Freitas (2007, p. 10), “a tarefa da escola seria suprir no educando essa ‘falta de cultura’, para que ele pudesse se integrar no processo produtivo no campo”. A perspectiva de inferioridade das populações rurais acompanhou as ações voltadas à educação rural, mesmo com o fracasso do Ruralismo Pedagógico nos anos de 1940.

Todavia, é importante lembrar que - no interior das lutas por reformas sociais que aconteceram no Brasil nos fins dos anos de 1950 e início dos de 1960 - entre as bandeiras dos movimentos sociais, estava a luta contra a exclusão da população à escolarização e pela Reforma Agrária. Houve, assim, propostas educacionais originadas dos movimentos sociais junto com partidos da esquerda e setores progressistas da Igreja Católica. Dentre as propostas, estavam aquelas voltadas para a população rural, como o MEB, que aliava em sua prática educativa a escolarização com a conscientização política. Tais experiências chegaram ao fim com o Golpe Militar.

No período do Regime Militar, a educação rural teve continuidade através dos programas de Extensão Rural, patrocinados pelo Estado, em conformidade com a política de

modernização da agricultura levada a cabo naquele período. O objetivo era a difusão entre as populações do campo dos conhecimentos e tecnologias necessárias ao desenvolvimento e industrialização da agricultura. É importante dizer que o conhecimento e a cultura própria das populações rurais foram considerados por esses programas como sinônimo do atraso, do arcaico a ser superado pela modernidade e pelos padrões de civilidade e urbanidade. O questionamento dessa visão só foi possível com a redemocratização da sociedade brasileira e com o ressurgimento dos movimentos sociais rurais, nos fins dos anos de 1970. A preocupação e as experiências com a educação resultaram, nos fins da década de 1990, na realização do 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (1997) e da 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo (1998). Este último encontro gerou a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo” e a “Educação do Campo”.

Entretanto, ainda que haja um movimento pela efetivação do direito dos trabalhadores do campo à educação e pela implementação de propostas educativas que valorizem o rural como lugar de vida, que considerem suas especificidades e que esteja inserida na luta de seus sujeitos por Reforma Agrária, também existe um movimento contrário que afirma o campo apenas como espaço de produtividade, no qual a eficiência está ligada ao modelo de agricultura capitalista que, no Brasil, atualmente, combina latifúndio e agronegócio. Os pequenos agricultores, fora dos circuitos da agroindústria capitalista, são considerados atrasados.

Isso contribui para que o rótulo de inferioridade e atraso continue prevalecendo sobre as populações rurais quando comparadas com as urbanas e faz-se presente no espaço escolar. Situação agravada quando pertencente ao MST que, na representação social predominante, é associado a sinônimo de bagunça, desordem, vagabundagem.

Dessa forma, a escola para muitos jovens associa-se à experiência do preconceito, seja pelo fato de ser do campo: “... de você ser do interior, colono, do sítio, era um pouco discriminado”; seja por ser sem-terra: “... logo no início as pessoas me chamavam sem terrinha”. Preconceito vivido e sentido através do isolamento, da dificuldade de se relacionar com colegas e professores e da discriminação:

Havia um preconceito muito forte dentro da sala de aula e as pessoas, na verdade, te isolam (...) a gente tinha muita dificuldade em relação com os professores. (Getúlio, entrevistado em 19/09/2006);

Eu sofri discriminação por parte dos próprios companheiros, colegas de aula, os próprios sem-terra. (Letícia, entrevistada em 24/08/2007).

A resposta em relação ao preconceito sofrido na escola, por sua vez, não é única. Pode ser no sentido de se firmar como Sem Terra: “queria ir de camiseta [do MST] e quando

a professora falava, mesmo não tendo muito conhecimento político, eu defendia aquilo” (Raquel, entrevistada em 20/09/2006); como no sentido de esconder a condição de sem terra: “Eu não tinha a coragem de dizer que morava num assentamento (...) eu tinha medo”. Nesse caso, a recusa constitui-se como estratégia para se sentir incluída no grupo: “eu pensava que eles iam me deixar de lado” (Lígia, entrevistada em 28/09/2007).

Tais experiências, vividas pelos jovens, tendem a ser decodificadas a partir das novas experiências educativas proporcionadas pelo MST, gerando novas idéias e valores em relação à educação e a sociedade bem como proporcionar um olhar crítico sobre as experiências anteriores, são reveladoras do diálogo existente entre ser social e consciência social, possibilitando a redefinição de práticas e pensamentos. Para muitos jovens, isso tornou-se possível a partir da oportunidade de continuidade dos estudos nos Centros de Formação do Movimento que os levou a vivenciar práticas e valores coletivos e, ao mesmo tempo, propiciou resgatar o valor da luta vivida pelos pais ou, ainda, fortalecer o sentido de pertencimento para recém-ingressos no Movimento.

Todavia, é incorreto afirmar que apenas pelo processo de escolarização nos Centros de Formação ligados ao MST estariam dadas as condições para a formação dos jovens. Isso seria ignorar a própria experiência do MST como sujeito coletivo, que, com maior ou menor sucesso, busca educar suas bases no próprio processo. Seria ignorar, ainda, a própria experiência individual dos jovens marcada por encontros e desencontros em relação à luta pela terra e à educação escolar. Nesse sentido, é oportuno resgatar a importância das diversas experiências no MST para formar uma concepção de educação que não se limita aos espaços escolares, mas que é resultado da soma de experiências vividas pelos sujeitos e que também são educativas. O próprio Movimento passa a ser visto como um espaço educativo, inclusive, proporcionando aprendizados maiores do que aqueles aprendidos nos bancos escolares: “eu falava que estava numa universidade reconhecida, mas que eu já tinha feito minha faculdade na militância”. O aprendizado pode ser observado no desejo de jovens educadores do MST que, analisando as experiências escolares que tiveram, buscam construir práticas pedagógicas mais participativas com seus educandos; ou, ainda, na mobilização de jovens que ficaram 30 dias acampados em uma universidade no Paraná, para forçar a realização de um vestibular específico para eles e que, nas palavras de uma jovem: “ajuda a refletir como é o mundo em que a gente vive, como é desigual”. Faz sentido, então, a afirmação de Mészáros (2005, p. 53), parafraseando Paracelso, de que “a aprendizagem é a nossa própria vida”, bem como a perspectiva teórica de Thompson, indicativa do caráter educativo da experiência, pois é

através dela que homens e mulheres lidam com a realidade, tanto no plano objetivo como subjetivo e no processo educam e são educados.

6.5 A EXPERIÊNCIA DA AUSÊNCIA DA EXPERIÊNCIA

A experiência, de acordo com Thompson (1981, p. 182), refere-se à maneira como “as pessoas que experimentam suas situações (...) ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura” e, em seguida, agem sobre ela. Silva (2003, p. 108), destaca a importância do verbo ‘tratar’ na definição de Thompson que, segundo ela, indica a “reelaboração, ressignificação de sentimentos, maneiras de pensar, de ser e de agir a partir do mundo social em que se vive”. A mesma autora destaca, ainda, o caráter histórico da experiência que pressupõe homens e mulheres como sujeitos, mas que agem sob condições determinadas e sob influências de épocas passadas transmitidas às novas gerações. Assim, “parte-se do princípio de que a história é um processo de recriação de experiências de homens, mulheres, jovens e crianças envolvendo passado, presente e futuro”. A história, tanto individual quanto coletiva, não é previsível, determinada, o que quer dizer que as ações produzidas pelos sujeitos sob determinadas circunstâncias reportam-se a uma gama “de possibilidades, de alternativas, de acasos” (SILVA, 2003, p. 109). Estas questões são pertinentes para a compreensão do processo de assimilação e reelaboração pelos jovens de experiências que não viveram, mas que são conhecidas por eles a partir da transmissão das gerações mais velhas.

Nesse sentido, são importantes as contribuições de Mannheim (1982), em seu estudo sobre as gerações, uma vez que ele adota uma perspectiva histórica em sua análise e procura mostrar que as novas gerações estabelecem um contato original com a herança cultural herdada do passado, o que, de certa forma, vai ao encontro da perspectiva de Thompson que, ao realçar o agir humano na história, indica que os sujeitos, em condições determinadas, podem lidar de diferentes formas com as experiências recebidas do passado.

Mannheim, inicialmente, conceitua geração a partir da similaridade de situação, ou seja, a situação comum de vários indivíduos num todo social. À primeira vista, tal definição poderia levar a crer que apenas o critério biológico seria suficiente para definir geração. Ou seja, indivíduos situados numa mesma faixa etária estariam em situação similar na estrutura

social. Todavia, na definição de Mannheim, a geração só adquire importância sociológica quando são considerados fatores históricos e estruturais. Conforme Mannheim (1982, p. 72):

Não fosse pela existência de uma interação social entre seres humanos, pela existência de estrutura social definida, e pela história estar baseada em um tipo particular de continuidade, a geração não existiria como um fenômeno de localização social; existiria apenas nascimento, envelhecimento e morte.

Assim, de acordo com o autor, uma geração só pode ser entendida a partir das relações estabelecidas com outras gerações, da situação de ambas no processo histórico-social e da forma em que ocorre a transmissão cultural de uma geração para outra. Por sua vez, o processo vital humano (nascimento, envelhecimento e morte) permite observar um continuum de entrada e saída de indivíduos no processo cultural. Disso decorre que a participação de membros de uma determinada geração na história limita-se temporalmente; portanto, faz-se necessário que a herança cultural acumulada seja continuamente transmitida, garantindo o processo de transição de uma geração para outra (MANNHEIM, 1982, p. 74; SOUSA, 2006, p. 12).

Todavia, a ênfase do autor no processo de transição contínuo de uma geração para outra não significa uma simples continuidade e reprodução do constituído socialmente. Para Mannheim, os indivíduos de uma nova geração estabelecem um contato original com a herança acumulada, levando-se em conta que dada a sua constituição psíquica “sempre significa um relacionamento modificado, um distanciamento em relação ao objeto e uma abordagem original na assimilação, uso e desenvolvimento do material oferecido” (MANNHEIM, 1982, p. 74). A relação estabelecida com a herança cultural acumulada torna-se mais eficiente na medida em que são experimentadas pelos próprios indivíduos, ou seja, enquanto memórias adquiridas pessoalmente que, ao mesmo tempo em que guardam relação com o passado, apresentam sinais de remodelação, reelaboração e esquecimento dele face às necessidades futuras. O que significa dizer que a herança cultural herdada é passível de um processo de seleção entre aquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, garantindo um processo contínuo de rejuvenescimento da sociedade.

Isso é possível uma vez que, enquanto alguns morrem, outros nascem; enquanto os mais velhos vivem suas experiências a partir de um quadro de referência já cristalizado, nos jovens, “as forças formativas estão começando a existir, e as atitudes básicas em processo de desenvolvimento podem aproveitar o poder modelador de situações novas” (MANNHEIM, 1982, p. 78). Nesse sentido, destaca Sousa (2006, p. 13), “a experiência dos jovens é tomada, então, como fator propulsor da dinâmica da sociedade, e muitas vezes, constitui-se no canal de introdução de mudanças...”.

Consoante sua proposta, a situação similar de uma geração não pode ser definida apenas por critérios etários, ela depende da posição de um conjunto de indivíduos em determinada situação na estrutura social. Mannheim (1982, p. 79-80) complementa esta definição ao afirmar que: “o que realmente cria uma situação comum é elas [as pessoas] estarem numa posição para experienciar os mesmos acontecimentos e dados, etc.”, e a contemporaneidade torna-se significativa “quando envolve também a participação nas mesmas circunstâncias históricas e sociais”, pois ter nascido no mesmo ano não se constitui como elemento primordial na definição da geração.

Um outro elemento importante que o autor destaca em sua análise é a diferença entre geração como realidade e unidade de geração. A primeira diz respeito à participação no destino comum de determinada unidade histórico-social, o que quer dizer que a geração em sentido real existe quando “é criado um vínculo concreto entre os membros de uma geração, através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica” (MANNHEIM, 1982, p. 86).

Todavia membros da mesma geração podem participar de maneiras diferentes da realidade histórico-social, alguns de forma passiva, outros ativamente. Alguns podem ser atraídos pelas perspectivas modernas de seu tempo, outros pelas conservadoras. Desta forma, dentro da mesma geração real, podem-se ter unidades de geração distintas:

Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas (MANNHEIM, 1982, p. 87).

As unidades de geração constituem-se por um forte vínculo entre seus membros, observados a partir da semelhança entre as suas consciências e da formação de um grupo entre eles. Os fatores primordiais para a formação de um grupo referem-se, entretanto, às forças e princípios formativos que lhe dão caráter e direção. Um gesto, um slogan, um objeto, uma atitude aparentemente sem importância, podem fazer parte da mesma tendência formativa que visa vincular socialmente os indivíduos a um coletivo e embasarem uma prática contínua. Embora a unidade de geração tenha origem em um grupo social concreto, suas atitudes integradoras podem ultrapassar o grupo quando “proporcionam uma expressão mais ou menos adequada da “situação” particular de uma geração como um todo”. Mannheim sinaliza, ainda, que tanto os impulsos de uma geração podem atrair membros individuais de outros grupos etários como também pode ocorrer de o núcleo de atitudes particular a uma geração ter origem em pessoas mais velhas isoladas dela (MANNHEIM, 1982, p. 89-91).

O autor, portanto, afirma a interação existente entre a geração mais nova em relação à mais velha e induz a concluir que tanto a mais nova pode aprender com a mais velha como vice-versa. Isso é mais perceptível ainda devido ao fato de ocorrer a substituição de uma geração por outra de forma ininterrupta e com a participação de gerações intermediárias. Conforme observa Sousa (2006, p. 14), isso “permite que as gerações mais velhas se tornem cada vez mais ‘receptivas às influências das mais novas’, resultante da dialética entre elas a partir do caráter dinâmico, mutável da própria sociedade”.

Por fim, é importante retomar a afirmativa de Mannheim (1982, p. 92) de que “nem toda situação de geração – nem mesmo todo grupo etário – cria novos impulsos coletivos e princípios formativos originais próprios, e adequados à sua situação particular”. Muitas vezes, as novas gerações vinculam-se a impulsos e tendências de gerações anteriores, entretanto, sob o impulso do contato original e do contexto histórico-social específico. A experiência, portanto, marca presenças e ausências entre as gerações dos Sem Terra.

A partir dessas questões, pode-se buscar entender a participação, no MST, de jovens cuja experiência de envolvimento político é incipiente ou, ainda, é vivida como herança da geração anterior. Não é raro ouvir de jovens assentados a afirmação de que “a luta não é deles, é de seus pais” e que não se sentem parte do processo. Isso pode ser observado no depoimento de Priscila, uma jovem de 18 anos, que foi para o assentamento quando tinha cinco anos de idade, estudou um período na cidade e mantinha uma relação distante com o MST, reproduzindo os preconceitos transmitidos pelos meios de comunicação de massa: “eram vândalos, bandidos, não tinha pessoas para você conviver”. Ela tinha dificuldades para assumir uma história que considerava não ser sua:

Não queria assumir a realidade que eu vivia (...) eu não me assumia como Sem Terra, eu achava que estava ali, mas tinha o assentamento, então tinha o lote, mas como eu não participei do processo, do acampamento e tal, eu era só mais uma que tinha comprado o lote, mas eu não fazia parte da história, eu não conseguia assimilar uma realidade que era minha sim, eu não queria que os outros me identificassem como sem terra, tinha muita vergonha, ia para a cidade, tinha muito preconceito (Priscila, entrevistada em 05/12/2006).

O depoimento de Priscila remete a algumas questões importantes: embora tenha uma ligação com a luta pela terra, transmitida pelos pais e lembrada, constantemente por morar em um assentamento com vínculos com o MST, ela não teve um contato original com esse processo; logo, a assimilação do vivido pelos pais é construída a partir da memória apropriada de terceiros, portanto, destituída da própria experiência real. Além disso, a memória apropriada por ela é absorvida a partir de diferentes assimilações em relação ao envolvimento com o MST: a do pai que insiste em sua importância e na necessidade da filha aproximar-se

do Movimento; a da mãe, que, em virtude das dificuldades vividas no campo, deseja que a filha melhore de vida, o que significa afastar-se e ir para a cidade; a adquirida no convívio com os colegas urbanos na escola, que, na sua maioria, apresentam uma visão depreciativa dos Sem Terras e nas relações no assentamento, que tanto podem afirmar como negar a importância dessa luta política. Portanto, é a partir de diferentes experiências e assimilações sobre esse envolvimento político, de afirmação e negação, que a experiência vivida pelos pais vai sendo assimilada e reelaborada. Considerando-se a perspectiva de Mannheim, essa contradição entre o vivido e o não vivido é inerente ao processo histórico e confere uma dinâmica à sociedade e às relações estabelecidas entre as gerações; representa as possibilidades de selecionar tanto o que deve ser lembrado como o que deve ser esquecido. Que experiências, porém, permitem a jovens como Priscila, que não viveram a atividade política de seus pais, a decisão de dar continuidade ao que foi iniciado por eles e se identificar com o MST?

É na convivência proporcionada pelo coletivo que se deve buscar as respostas, pois é nela que a história não vivida pode ser recuperada e assimilada como significativa para ser lembrada e continuada, ainda que sob novas circunstâncias históricas e sob novas reelaborações. Vale a pena lembrar o que diz Thompson em relação à experiência, ou seja, as pessoas vivem determinadas situações e depois tratam delas em sua consciência e, em seguida, agem sobre elas. Nesse caso, as experiências vividas no coletivo tornam-se fundamentais para que os jovens possam assimilar as experiências não vividas como suas e reelaborar seus pensamentos, idéias, valores e maneiras de agir. Foi o que aconteceu com Priscila quando deixou a escola da cidade, foi estudar no assentamento e começou a participar em atividades de coral, teatro e música realizadas pela escola em conjunto com o MST, proporcionando a ela nova compreensão sobre a realidade da convivência coletiva e do respeito em relação ao outro, fazendo despontar o desejo de conhecer o Movimento: “e aí eu comecei a me interessar, aí comecei a querer estudar, de onde vem o Movimento dos Sem Terra? São bandidos mesmo? Por que querem uma tal de Educação do Campo? (...)” (Priscila, entrevistada em 05/12/2006).

O mesmo pode-se dizer em relação aos jovens que vão estudar nos Centros de Formação do MST sem, no entanto, apresentar um vínculo original com os propósitos do Movimento. Lá são dadas as condições para que os vínculos originais sejam recuperados. A forma como a escola está direcionada a atividades coletivas e a cooperação, os símbolos utilizados na sua decoração, o convívio entre os estudantes e militantes mais antigos, os momentos de confraternização e mística procuram reforçar os elos com o passado de luta da

classe trabalhadora e dos movimentos sociais do campo; slogans, músicas, frases compõem o quadro que possibilita aos jovens resgatar coletivamente a experiência de envolvimento político que eles não viveram. O processo de assimilação é reforçado pela participação em outras atividades do Movimento como marchas, mobilizações e vão fazendo com que se sintam também parte da história.

Conforme observado, muitos dos instrumentos utilizados pelo MST (teatro, música) para estabelecer o elo com a juventude são constituídos de elementos que, de certa forma, fazem parte do universo cultural da juventude contemporânea. Nesse sentido, o simbólico tem sido um elemento importante na experiência formativa dos jovens.

6.6 O SIMBÓLICO COMO EXPERIÊNCIA FORMATIVA

Mesmo considerando que a juventude, atualmente, é caracterizada pela diversidade, isso não anula a presença de certa homogeneidade, especialmente quando se considera o contexto atual da globalização e as tentativas homogeneizantes desse processo na sociedade capitalista. O peso da indústria cultural em relação à juventude urbana e rural não pode ser negado e nem que as crianças e os jovens são socializados, na contemporaneidade, a partir de mediações mediáticas.

De acordo com Ortiz (2006), os anos de 1960/70, no Brasil, podem ser definidos pela consolidação de um mercado amplo e diversificado de bens culturais. A televisão moderniza-se e integra-se ao circuito nacional e, cada vez mais, aumenta o seu público espectador. Outras áreas da indústria cultural como publicação de livros e revistas, cinema e a indústria fonográfica também cresceram no período, estimuladas pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Tudo isso foi facilitado pela reforma financeira de 1968 que incluiu, em suas medidas, o estabelecimento do sistema financeiro de crédito, facilitando a compra de eletrodomésticos, principalmente aparelhos de televisão, toca-discos, gravadores etc. entre as camadas populares.

Foi também nos anos de 1970 que, segundo Madeira (1986), houve um crescimento da incorporação da força-de-trabalho juvenil no mercado de trabalho urbano, formando um significativo contingente de consumidores entre o público jovem, ainda que limitado pelo seu baixo poder aquisitivo. Isso, conforme a mesma autora, não passou despercebido ao mercado, fazendo com que, durante os anos de 1970, surgissem produtos e serviços voltados para o

público juvenil, como os artigos produzidos pela indústria cultural (discos, fitas, revistas de entretenimento, filmes etc.), além de roupas, que mais o atraí. Tais produtos e serviços foram incrementados nos anos posteriores, dada a maior variedade de produtos que surgiram com a incorporação no processo produtivo dos avanços tecnológicos, especialmente aqueles possibilitados pela microeletrônica e informática e a abertura do mercado mundial. Assim, especialmente a partir dos anos de 1990 produtos como computadores/internet, videogames, celulares, CDs, DVDs, etc., passaram a fazer parte do desejo de consumo e do tempo de lazer dos jovens.

Destaca-se que com o avanço das tecnologias de comunicação, a imagem passou a constituir-se como uma das maiores formas de apreensão do mundo. Compram-se produtos por sua embalagem, julgam-se as pessoas pelas aparências, pelas imagens presenciam-se, ao vivo e a cores, guerras, catástrofes ambientais, cenas de amor, atos de heroísmo, etc. As imagens trazem o mundo para dentro de casa, misturando ficção e realidade e, junto, todas as mercadorias e suas constantes variações para satisfazer as necessidades físicas e emocionais dos indivíduos bem como criar novas necessidades. Nesse sentido, pode-se dizer que as crianças e jovens brasileiros são socializados, na contemporaneidade, a partir de mediações midiáticas. A TV está nos lares de 96,1% da população urbana, sendo que nos domicílios rurais está porcentagem já chega a 75,8%, enquanto que o rádio encontra-se presente em 82,1% das moradias do campo. (DIEESE, NEAD/MDA, 2008). Carneiro (2005, p. 257), com base em dados de pesquisa nacional, destaca que a maioria dos jovens urbanos e rurais dedica a maior parte de seu tempo de lazer assistindo à televisão. Portanto, a TV faz parte do cotidiano dos jovens brasileiros, veiculando, em sua grande maioria, valores que reforçam o ter como primordial nas relações sociais.

Assim, os bens produzidos pela indústria cultural e os meios de comunicação passaram a fazer parte do universo juvenil, mas numa tentativa de homogeneização. Uma noção genérica de cultura juvenil, baseada no padrão de consumo e comportamentos dos jovens de classe média urbana, tornou-se a imagem dominante veiculada nos programas de televisão, na publicidade, em revistas dedicadas ao público jovem, no ideal de beleza, liberdade e autonomia. Por sua vez, os jovens dos setores populares, ao mesmo tempo que também ligaram seu tempo de lazer à indústria cultural e aos meios de comunicação, passaram a utilizar-se desses meios para se comunicarem e se fazerem reconhecer em suas especificidades, embora, em muitos casos, sejam absorvidos pela indústria cultural. Os vários grupos juvenis urbanos surgidos nos anos de 1980 como, por exemplo, os darks e os punks, e, nos anos de 1990 a explosão do funk e hip-hop são reveladoras desse processo. O funk e o

hip-hop, de acordo com Herschmann (2003, p. 147-148), num primeiro momento, foram criminalizados, para depois serem incorporados à indústria da música e, mais recentemente, essa trilha sonora é traduzida em imagens de rebeldia que chegam aos cinemas, passam pela MTV e são incorporados pela própria teledramaturgia⁹⁶. Continua o autor:

A cultura da periferia (traduzida especialmente na música, no cinema e na moda) ocupa a mídia com um novo discurso de rebeldia e potência, decisivo na mobilização e sedução das camadas juvenis, sejam elas da periferia ou não. E mais do que isso, impondo-se como novo discurso político, para além dos “guetos” e faixas etárias. A postura rapper, os gorros enterrados na cabeça, os “manos”, tatuagens, a agressividade juvenil, o discurso comunitário e coletivo, tudo é possível de ser traduzido simultaneamente como moda e “legítima ira social” que canta e exige mudanças.

Para Herschmann (2003, p. 150), no entanto, embora essa cultura tenha sido incorporada pela cena mediática, não quer dizer que ela perdeu seu conteúdo crítico e mobilizador; é o caso, por exemplo, da cultura hip-hop “que mantém sua atuação crítica em relação à ordem social e à cultura hegemônica”. Todavia, interessa destacar que as mediações mediáticas tornaram-se elementos para a manifestação da cultura juvenil. As imagens, a mixagem - som/imagem, a dança, os jornais, revistas, quadrinhos, as comunidades virtuais, cartilhas, o corpo, as roupas são linguagens que dizem “deles” e “para eles”. Dessa forma, o simbólico midiático tornou-se elemento fundamental na experiência dos jovens na contemporaneidade, inclusive entre os jovens rurais e aqueles pertencentes ao MST.

A afirmação de uma jovem do MST: “A juventude não é de sentar e debater (...) vamos construir, vamos mostrar, vamos aparecer” indica a importância para os jovens acampados e assentados de atividades que aliem movimentação, participação e visibilidade. Além disso, sob a perspectiva da luta política do Movimento, “aparecer e mostrar” têm, em certa medida, o sentido de contrapor imagens que são difundidas pela TV comercial, cuja penetração é imensa. Assim, o MST tenta “mostrar” sua face ideológica ou contra-ideológica em oposição às imagens veiculadas comercialmente. Atividades como o teatro, a dança, a música constituem-se como formas de comunicação e expressão para atrair a juventude para uma participação mais ativa no Movimento: “o teatro é uma forma de puxar a juventude para a organização”; “essas questões culturais puxam, aproximam a juventude”. Também as rádios comunitárias têm sido espaços que atraem a participação dos jovens. Os jovens que assumem a responsabilidade das rádios acabam incluindo em seu repertório musical, além de canções ligadas à cultura camponesa e aos objetivos políticos do Movimento, músicas da

⁹⁶ A situação dos sem-terras já serviu de pano de fundo para uma novela, “O Rei do Gado”, transmitida pela Rede Globo, em horário nobre, em 1996.

cultura juvenil, como o hip-hop com mensagens críticas. Destaca um jovem: “tem que prestar atenção na letra, no conteúdo” (Leonardo, entrevistado em 13/12/2006).

A realização de atividades pelos jovens constitui parte da sua experiência formativa no Movimento, aliando o lúdico à formação política. No teatro, as peças procuram aproximar os jovens de temas e problemáticas relacionadas à luta pela Reforma Agrária, à valorização da identidade do camponês e à identidade dos Sem Terras; ao questionamento das relações de classe no capitalismo. Nos assentamentos, por exemplo, muitos jovens participam de peças que procuram resgatar o processo de luta política vivido por suas famílias: “tivemos um teatro voltado ao acampamento”. Geralmente, os grupos de teatro são convidados para se apresentarem em encontros e congressos do MST. Os encontros, na maioria das vezes, são animados pelos jovens que utilizam instrumentos musicais para cantar músicas do Movimento e aquelas que valorizam a vida no campo, sem, no entanto, abrir mão de cantar também músicas do rock nacional como Raul Seixas, Legião Urbana, Engenheiros do Havai etc., desde que elas tenham algo a dizer: “as letras que tem uma crítica bem forte, trazem uma reflexão para a gente”. Dessa forma, a música, a dança, o teatro, etc. constituem-se como instrumentos importantes para a educação política dos jovens e para a aproximação em relação a outros jovens, especialmente das periferias urbanas. É significativo o depoimento de Priscila ao destacar a importância dessas linguagens próprias da juventude para ampliar a luta:

Isso é uma grande coisa que a juventude vem realizando dentro do Movimento dos Sem Terra; a sua luta não é somente isso [a terra], é conseguir aliados nas cidades, nos centros urbanos, o hip-hop, os esportes da juventude e tudo. Estar fazendo contato com a cidade, com grupos de teatro da cidade (...) (Priscila, entrevistada em 05/12/2006).

Ou seja, linguagens que aproximam a juventude do campo e da cidade e contribuem no processo de apreensão da realidade social e de identificação com o MST. A linguagem visual encontra-se muito presente numa atividade importante dentro do Movimento: os momentos de mística. A mística inclui elementos que compõem o universo de socialização juvenil como música, imagens, teatro, dramatizações, dança. Os diversos simbolismos permitem que a utopia seja vivida e os laços de solidariedade que unem os Sem Terras sejam fortalecidos. É relevante, portanto, que estes momentos sejam preparados contando com a participação de muitos jovens, indicando que as características a eles relacionadas são representativas de atividades políticas e do MST: simbolizam o novo, a rebeldia, a contestação e a esperança.

Além disso, assim como os jovens urbanos identificam-se e distinguem-se uns dos outros por meio de roupas e adereços, os jovens do MST também comunicam-se pelas suas vestimentas: camisetas, geralmente vermelhas, femininas e masculinas, com fotos de Che Guevara, com frases indicativas do envolvimento político, com referências ao MST e menção à Brigada da qual participam fazem parte do vestuário dos jovens. Adereços como lenços vermelhos ou brancos, escrito MST; colares e brincos de material indígena completam o visual feminino. Com a vinda de jovens de periferias urbanas para o MST, além desse visual, alguns jovens usam tatuagens, piercings e cortes de cabelos mais radicais, aproximando mais ainda os jovens do campo e da cidade. Todavia, a experiência formativa no MST estimula os jovens a refletirem sobre os usos destes adereços, conforme pode ser observado nos depoimentos: “afeta você, afeta o coletivo? O que isso traz para você?”; “(...) não é usar por usar, tem que ter um significado na sua vida”.

É importante considerar também o incentivo do MST para que os jovens se apropriem das tecnologias da informática. Nos processos de escolarização, nas suas escolas (centros de formação), os estudantes, ainda que de forma precária, são ensinados a manusear os computadores e a internet. Os jovens militantes possuem endereço eletrônico e, quando possível, comunicam-se e pesquisam via internet. Nas etapas dos cursos, assistem a filmes, a programas televisivos e, em seguida, realizam debates. Têm acesso ao Jornal Sem Terra, a documentos impressos produzidos pelo MST, a livros da Editora Expressão Popular, a Cds com músicas de compositores do Movimento. Fazem uso de multimídia em aulas e encontros. Trata-se, portanto, de um conjunto de instrumentos tecnológicos e de comunicação que dão suporte às atividades políticas do Movimento, à formação política dos jovens e à difusão de novos valores e comportamentos entre eles. Assim, os “produtos” imagéticos garantidos pela reapropriação da tecnologia buscam a difusão dos elementos simbólicos do Movimento.

Todavia, as experiências simbólicas dos jovens do MST trazem à tona os conflitos entre jovens e adultos no Movimento. Embora exista a intenção de que os jovens se envolvam em atividades culturais, como teatro, música, rádio comunitária, na prática esse envolvimento significa ter que lidar com preconceitos de dirigentes e demais lideranças, de acampados e assentados. Os entrevistados reclamam que essas atividades, em geral, são rotuladas de burguesas, gerando preconceitos em relação aos jovens, especialmente quando se distanciam da cultura camponesa. Conforme alguns depoimentos:

(...) e o pessoal, de certa forma, cria, na cabeça, que cultura é coisa de burguês, e acham que não precisa da questão cultural, o teatro, o cinema, essas qualidades, isso é bobagem (...) [para eles] uma rádio dos Sem Terra tem que tocar raízes do campo e não hip-hop (Bruno, entrevistado em 09/10/2006).

Quem escuta funk é completamente limitado, não tem esse direito, tem que escutar a música sertaneja, porque daí sim se identifica com a raiz (Camila, entrevista em 15/12/2006).

Os jovens, portanto, reconhecem que os adultos têm dificuldades em aceitar aquilo que se distancia do universo cultural destes. Isso também é percebido quando os jovens exibem em seu corpo símbolos da cultura juvenil contemporânea. Foi o que aconteceu com Leonardo e Francisco. Ambos, antes de irem para o MST, moraram e trabalharam na cidade: Leonardo numa cidade do interior paranaense e Francisco na periferia de uma grande cidade. Os dois relatam os preconceitos que sofreram e ainda sofrem – hoje em menor proporção – por fugirem dos padrões aceitos: usar piercing, cabelo cumprido e ter tatuagem. Leonardo destaca em seu depoimento que, por causa disso, era taxado de drogado e desabafa:

... eu nunca precisei disso, não gosto de fumar, não gosto de beber e se estou aqui é porque gosto. E eles acham que porque tem um cabelo cumprido ou um brinco na orelha, então, você não serve para o Movimento (Leonardo, entrevistado em 13/12/2006).

“Não servir para o Movimento” traz à tona as dificuldades e conflitos nas relações estabelecidas entre as gerações no interior do MST. O jovem que se diferencia dos demais por seu visual é rotulado a partir de problemas comumente relacionados à juventude, considerado como alguém impróprio para a luta política, pois foge ao “padrão” esperado pelos adultos.

A história de Francisco revela uma relação mais estreita com a vida dos jovens das periferias das grandes cidades. Começou a trabalhar muito cedo, teve que conciliar trabalho e estudo e com 19 anos veio para o MST. Na cidade, nos fins de semana gostava de andar de skate, surfar, da dança de rua e também de fazer grafites ilegais em monumentos públicos. Com quinze anos resolveu se tatuar, fez três tatuagens que, para ele, estão relacionadas à vida na periferia, ao gosto pelo surf e aos primeiros amigos da juventude. Segundo ele, nem todos entendem isso no Movimento:

Para mim, que tenho uma tatuagem, que tive uma convivência no meio urbano, a minha tatuagem tem um significado (...) mas 15% acham que é um absurdo. Falam que é marginal e pensam questões negativas, que acha que não é viável estar assumindo alguma coisa, e é onde eles se enganam na maioria das vezes (Francisco, entrevistado em 11/12/2006).

A orientação no MST, segundo os jovens e lideranças adultas entrevistadas, não é de excluir os jovens, porém levá-los a refletir se aquilo que usam se trata apenas de modismo ou é significativo para eles. Todavia, acaba prevalecendo a idéia de que se trata de um “desvio” a ser superado, contribuindo para reforçar comportamentos preconceituosos em relação aos jovens, sob a justificativa de que estão reproduzindo a ideologia capitalista: “é caçoadado, ele aqui é o burguesinho (...) quem tem esse gosto é desviado, que tem ideologias contrárias,

ideologias capitalistas” (Camila, entrevistada em 15/12/2006). Acoberta-se que por trás da resistência dos mais velhos em relação às formas de comunicação e expressão dos jovens, mais do que a ideologia capitalista, encontram-se presentes os conflitos entre as gerações. A resistência dos adultos também é indicativa de que a experiência simbólica vivida pelos jovens ligados ao MST, além de expressarem o aprendizado político, é sentida como expressão do hiato cultural existente entre as gerações e que se aprofunda à medida que são cada vez mais tênues as fronteiras que separam o rural e o urbano. Frisa-se que este hiato cultural não acontece apenas em virtude da presença de jovens das periferias no Movimento ou em virtude do acesso à televisão e a rádios, mas é resultado da sua própria escolarização que - ainda que trabalhe a partir da realidade do campo - propicia a eles o acesso ao conhecimento sistematizado que seus pais, muitos de seus dirigentes e lideranças não tiveram e maiores possibilidades de acesso às tecnologias da informação.

Não é sem razão, conforme destaca Martins (2003), o sentimento de ambigüidade do pensamento dos pais em relação à escola, mesmo em se tratando de escolas voltadas para a realidade da vida no campo: ao mesmo tempo em que se deseja que os filhos estudem, eles pressentem que a escola representa um distanciamento deles (dos filhos) em relação aos seus valores (dos pais) e também que estão perdendo o controle sobre a nova geração.

Os conflitos entre as gerações, expressos nas questões culturais, trazem à tona questões específicas em relação à condição juvenil no MST e assinala que a experiência vivida pelos jovens - como jovens neste Movimento - são reveladoras das desigualdades entre as gerações.

6.7 O RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE SER JOVEM

Conforme demonstrado anteriormente, nos últimos anos, cresceu a preocupação do MST em relação à importância de inserir a juventude nas diversas atividades do Movimento bem como em propiciar aos jovens acesso à educação, à formação técnica e política. E, de fato, os jovens têm-se inserido no MST e vivenciado experiências coletivas importantes no processo de identificação com o Movimento e sua luta bem como para a formação da consciência de classe. Essas múltiplas experiências têm contribuído para que eles (re)construam suas definições sobre: *ser jovem*, *ser jovem do campo* e *ser jovem militante do MST*.

A definição do que é ser jovem para os entrevistados, de maneira geral, pode ser descrita a partir de três questões fundamentais: a primeira remete à concepção da juventude como uma fase da vida, de escolhas e de preparação; a segunda, ligada à primeira, trata a juventude como um período de construção da identidade; a terceira, está diretamente ligada à participação social e política da juventude, afirmando a perspectiva da condição do jovem como alguém propenso aos ideais de mudança e transformação social. O quadro 7 sintetiza essas questões a partir das respostas obtidas nas entrevistas:

Quadro 7: Ser Jovem

Ser Jovem		
Fase preparatória/escolhas	Construção de Identidade (afirmação/autonomia)	Identificação com a luta
<ul style="list-style-type: none"> • ser responsável, um híbrido de diversão e responsabilidade para a classe trabalhadora (estudo, trabalho); • fase de escolhas, de certa forma ser independente para escolher; • fase de desenvolvimento, de energia, curiosidade, agitação; • etapa da vida para se criar mais responsabilidade, juízo; • é aprender com os mais velhos; • fase de preparação. 	<ul style="list-style-type: none"> • ser feliz, ter sucesso; • é ter ideais e correr atrás deles; • é ter um pouco de liberdade, • é procurar seu espaço, construir-se como jovem; • é procurar sempre o melhor; • fase de construção da identidade. • buscar o novo, estar na busca de se firmar como ser humano; • é descobrir o mundo, as relações, • fase de constrangimento na relação entre jovens e adultos • estado de espírito. 	<ul style="list-style-type: none"> • é estar na luta, ver-se como sujeito dentro da sociedade; • fazer algo de bom para as pessoas e que você se sintam bem; • é ser digno, assumir compromissos, fazer a diferença, desafiar-se, inserir-se na história; • ser cidadão, participar; • fase de luta, de rebeldia, de conquistar respostas; • é fazer a transformação da sociedade e nunca perder a esperança; • vontade de lutar, ter conhecimento e poder intervir; • valorizar-se e valorizar os outros companheiros.

As duas primeiras questões (1ª e 2ª coluna) apontadas pelos jovens conduzem às concepções teóricas predominantes em relação à juventude; que tratam-na como um período de escolhas, de preparação. Todavia, os jovens entendem que, para eles, é um período que apresenta como desafio conciliar diversão com responsabilidades, estudo com trabalho, afastando-se, portanto, da clássica concepção de “moratória social” apresentada pelas teorias funcionalistas, em que os jovens seriam aqueles que gozariam de um tempo de vida que os dispensaria de responsabilidades, tendo, portanto, maior tempo livre para se dedicarem ao

lazer. Nesse sentido, para esses jovens, é também um período “para se criar responsabilidades, juízo”. É uma importante consideração, pois indica a compreensão de que eles vivem uma situação social que os diferencia de outros jovens. Por outro lado, afirmam características comuns relacionadas a toda a juventude e apontam o sentimento de viverem um período de afirmação da identidade: abertura ao novo, ao diferente, possibilidade de viver a liberdade, ser feliz, ter sucesso, de descoberta do mundo e afastamento dos adultos.

A terceira questão, à primeira vista, poderia conduzir a uma concepção idealista e romântica da juventude: como sinônimo de mudança, de bondade, compromisso social e político, caso não se considerasse a própria experiência política dos jovens no MST. A condição de ser jovem é processada no decorrer do envolvimento político e, portanto, é a partir dela que adquire sentido. Assim, quando os jovens falam sobre o que é ser jovem, estão verbalizando a experiência vivida no campo e no MST; enfim, são capazes de perceber tanto uma situação social que os diferencia de outros jovens, características que são comuns e, ao mesmo tempo, expressarem a relação com a luta política. São questões mais evidenciadas a partir da definição dos jovens sobre o que *é ser jovem do campo* e o que *é ser jovem do MST*, agrupadas em três categorias centrais: pertencimentos culturais, trabalho e política.

Os pertencimentos culturais dizem respeito à identificação dos jovens com o campo e com o MST, além de sinalizarem para as diferenças e semelhanças em relação a outros jovens, especialmente os jovens urbanos, o que pode ser observado abaixo:

Quadro 8: Pertencimentos culturais

Ser jovem do campo	Ser jovem militante do MST
<p>Pertencimentos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • é identificar-se com o campo, defender, valorizar e preservar sua cultura, suas raízes; • identificar-se como jovem do campo e do MST; • é humilde, identificar-se com a criança, com o velho; • é ser simples, tranquilo; • não é questão de idade, é sentir-se jovem; • identificar-se com outros jovens; • não tem diferença do jovem da cidade, pois é influenciado pelo capitalismo e meios de comunicação; • não tem diferença em relação a outros jovens, todos têm os mesmos direitos. 	<p>Pertencimentos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • é poder ter orgulho de ser jovem do campo; • é vencer preconceito; • ser responsável, não dá para ser igual aos jovens de outros espaços; • é diferente de outros jovens; • é diferente do jovem da cidade; • é saber comportar-se em diferentes espaços.

Quando falam em ser jovem do campo e do MST, existe a preocupação em dar ênfase à identificação do jovem com a cultura do campo, em demarcar o campo como um lugar de vida e de direitos e da necessidade de vencer os preconceitos ligados ao homem rural e ao Movimento. As concepções dos jovens em relação à identidade de ser jovem do campo e do MST são construídas tendo como referência outros jovens, especialmente os jovens urbanos, destacando a igualdade ou a diferença em relação a eles.

A igualdade está presente na definição de ser jovem do campo: é a compreensão de estar na mesma sociedade, a capitalista, que une a juventude, seja como portadora de direitos ou como vítima dos meios de comunicação social e do consumismo. A diferença é citada para se referir aos comportamentos dos jovens: os jovens da cidade são considerados como mais festeiros, por falar mais na gíria, estar mais propensos às drogas, à violência, enquanto os jovens do campo são mais tranquilos, mais simples, valorizam mais a família e a comunidade. Por sua vez, ser do MST é que demarca a diferença fundamental em relação aos demais jovens: significa ter responsabilidade, saber divertir-se, aproximar-se do mundo adulto e principalmente ser comprometido. A referência ao jovem urbano e à cidade também é uma das referências quando a definição ser jovem do campo liga-se à categoria trabalho, como pode ser observado abaixo:

Quadro 9: Trabalho

Ser Jovem do campo	Ser jovem militante do MST
<p>Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • é ser trabalhador; • é diferente do jovem da cidade, tem mais experiência prática; • gostar de plantar, gostar da natureza; • divertir-se, valorizar a vida e ligar tudo isso ao trabalho, ao estudo; • é difícil; às vezes, tem que ir para a cidade por falta de opção, não tem trabalho, estudo, lazer; • conseguir levar para o campo as condições desejáveis para você continuar no campo. 	<p>Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • é ajudar nas discussões, contribuir nos debates; • é fazer parte, contribuir com a estrutura orgânica do MST; • é aquele que conquista seu espaço na organização mostrando serviço, atuando; • nunca desanima, está em constante transformação e ligado ao estudo; • é desafio, aprendizado, compartilhar conhecimentos; • tem que ser animador, ser formador; • ter conhecimento.

A cidade aparece como opção para o jovem do campo devido à falta de trabalho, de estudo, de lazer; os jovens da cidade aparecem como ligados a concepções de mundo mais abstratas, enquanto o jovem do campo é mais prático, o que pode ser explicado pelas atividades mais imediatas que esses jovens estabelecem com a natureza e com o trabalho, que,

por sua vez, tende a se diluir na medida em que aumenta a sua escolaridade e diminuem as fronteiras entre rural e urbano. Tem importância a identificação de ser jovem do campo com a condição de trabalhador e trabalhador da terra, reforçando que o pertencimento dos jovens ao campo e sua cultura encontra-se ligado ao trabalho. Todavia, quando se fala em ser jovem do MST, pode-se agrupar na categoria trabalho as atividades ligadas à militância e que se referem à necessidade de formação (conhecimento – estudo - aprendizado), ser organizador, animador, formador, contribuindo com a estrutura organizativa do Movimento, ou seja, trata-se de um trabalho com objetivos políticos. É a partir da categoria política que a concepção de ser jovem do campo e ser jovem militante do MST encontram-se novamente, indicando a importância do envolvimento nas atividades políticas para o reconhecimento dos jovens e para reforçar as diferenças culturais existentes entre estes e os demais.

Quadro 10: Política

Ser Jovem do campo	Ser jovem militante do MST
<p>Política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ser desafiado; • é entender o todo; • tem que ser crítico; • é participar do processo político de construção do campo como lugar de vida; • é ter vontade de fazer as coisas acontecerem. 	<p>Política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • é participar do processo político, ir para a luta, ter o seu espaço; • é estar comprometido com a classe trabalhadora, com a luta pela Reforma Agrária; • é ter dificuldades, ajudar o companheiro, indignar-se com as injustiças e acreditar no amanhã; • é fazer parte da história, contribuir com a transformação social; • é ser persistente, vencer as barreiras; ser humilde, não se deixar levar por elogios, aceitar críticas, ser construtivo; • é ter disciplina; • é fazer parte de um projeto que busca a igualdade, o socialismo e não se acomodar nunca; • é ter oportunidades, falar o que pensa; • aquele que acredita, propõe, contribui, é feliz, tem os pés no chão, sabe diferenciar momentos de diversão e momentos de seriedade, responsabilidade.

O envolvimento político aparece em questões relativas à participação, à luta, ao compromisso com a reforma agrária e com a classe trabalhadora, à persistência, à disciplina, à indignação, ao ideal de transformação social, ao socialismo e revela diferenças culturais que os afastam de outros jovens e os aproximam de uma identidade constituída a partir da classe social. Destaca-se o envolvimento político como referência em todas as definições relacionadas a ser jovem, confirmando que a experiência de ser jovem em um movimento

social é fundamental para a própria percepção deles sobre a condição juvenil e revela uma diferença singular em relação a outros jovens. Deve-se considerar também que a concepção de ser jovem apresentada corrobora com a necessidade de análises sobre a juventude que adotem a perspectiva de entendê-la, considerando suas semelhanças, sem subestimar, entretanto, as diferenças e desigualdades que fazem a juventude diversa e dizem respeito às condições histórico-sociais.

As definições dos jovens entrevistados, em relação as categorias apresentadas, de certa forma, vão na direção daquilo que o MST espera da juventude: que seja responsável, que se identifique como jovem do campo, valorizando a cultura camponesa e que empregue sua energia, disposição, ousadia, criatividade e rebeldia na luta pela transformação social, como sujeito da história. Entretanto, as experiências dos jovens têm indicado dificuldades para a participação nesse processo, pois, no MST, o jovem, ao mesmo tempo, é visto como inovador, criativo, disposto, rebelde, transformador, participativo, também o é como imaturo, incapaz, irresponsável, festeiro, baderneiro, ou seja, desconsidera-se que a juventude é um modo particular de estar no mundo e experimentá-lo; os indivíduos, além de viverem as contradições de seu tempo, também vivenciam contradições próprias da idade e que dizem respeito à afirmação da identidade individual e social como bem observa Foracchi (1965, p. 302):

A juventude é, ao mesmo tempo, uma fase da vida, uma força social renovadora e um estilo de existência. Se a concebermos como uma etapa que antecede a maturidade e que apresenta características singulares, notaremos que ela corresponde a um momento definitivo da descoberta da vida e da história e a uma fase dramática da revelação do eu.

Os jovens reclamam, em seus depoimentos, da maneira como são tratados internamente no Movimento, especialmente nos espaços dos acampamentos e assentamentos, sobressaindo-se características negativas em relação a eles e que os desqualificam para uma participação mais ativa no MST: são considerados incapazes, sem conhecimento: “porque as pessoas acham que por ser jovem não tem aquela capacidade ou conhecimento necessário” (Letícia, entrevistada em 24/08/2007); festeiros: “que se liga muito em festa, que não precisaria estar incluindo a juventude nos debates políticos” (Leonardo, entrevistado em 13/12/2006); irresponsáveis: “porque o jovem é tido como irresponsável” (Gustavo, entrevistado em 27/07/2007).

Desse modo, embora exista o esforço do MST em possibilitar maior participação à juventude, ele ainda não conseguiu romper com as práticas predominantes em relação a ela na sociedade, ou seja, é vista na sua transitoriedade, como alguém que necessita ser preparado,

moldado, desconsiderando que os jovens também são sujeitos e que, se tem muito a aprender, pode ter muito a ensinar e a propor. Essas práticas encontram-se presentes em várias instituições sociais, porém, o seu núcleo básico de referência, especialmente no campo, tem sido a família, estendendo-se a partir daí para outros espaços. Num trabalho desenvolvido, em um assentamento rural da Baixada Fluminense, Castro (2006) observou que a autoridade paterna, na vida dos jovens rurais, produz mecanismos de vigilância e controle sobre eles para além do espaço doméstico, influenciando inclusive nos espaços coletivos do assentamento, no qual os jovens reclamam que são tratados com descaso por parte dos adultos, principalmente em espaços de decisão política. Os jovens entrevistados na presente pesquisa também relataram experiências em que sua participação ou de outros jovens foi pouco considerada em espaços de decisão, especialmente nos acampamentos e assentamentos, deixando claro que as relações entre as gerações interferem, reproduzindo desigualdades entre jovens e adultos no que se refere à participação política, como pode ser observado no depoimento de Lucas ao destacar a dificuldade de aceitação por parte dos mais velhos - daqueles que ajudaram a construir o MST - em absorver a renovação que pode vir com a juventude, aceitando dividir o poder com eles:

Eu já vivenciei muito; um disse para mim: “olha, vocês, jovens, não vão para lugar algum; eu tenho vinte e dois anos de MST, vocês têm dois anos e querem cantar de galo” (Lucas, entrevistado em 14/02/2007).

Esse depoimento é reforçado pela afirmação de Ângelo, que aponta o “ser jovem” como um impedimento para assumir um cargo de direção:

Você faz uma avaliação para entrar na direção e tem uns quatro casos que avaliam, faz todos os processos de avaliação, aí, quando chega à questão da idade, não tem aceitação porque é muito novo; então, se discute outros nomes, até com menos formação, mas porque tem mais idade (Ângelo, entrevistado em 05/12/2006).

Essa perspectiva é compartilhada por adultos que se encontram inseridos na organicidade do MST do Paraná e que também avaliam que, no final, o que prevalece são os encaminhamentos dos adultos: “A opinião dos mais velhos sempre prevalece” (Joana, liderança adulta, entrevistada em 13/08/2007). Os depoimentos são reveladores das dificuldades sentidas pelos jovens em ascenderem politicamente na estrutura organizativa do Movimento e, ao mesmo tempo, apontam para um processo, talvez ainda tímido, em que os jovens tendem a questionar os mais velhos em relação às possibilidades reais de participação políticas a eles reservadas.

Nesse sentido, é importante considerar que a lógica dialógica de educação defendida pelo Movimento acaba sendo deixada de lado em muitos de seus espaços organizativos, prevalecendo a clássica concepção de educação de Durkheim (1975), ou seja, a ação exercida

pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não se encontram preparadas para a vida social. Isso é reforçado à medida que os jovens são tratados como “tarefeiros”: “Tinha mística para fazer, era o grupo de jovens (...) algum torneio que vai ter, alguma gincana quem organiza? É o grupo de jovens” (Izadora, entrevistada em 28/09/2007). Tais tarefas, raramente, são discutidas e propostas pela juventude; são “tarefas que já estão destinadas a eles porque são jovens” (Maria Eduarda, entrevistada em 28/09/2007).

Uma outra atitude em relação aos jovens e que demonstra uma relação de desconfiança é a exigência de que “mostrem serviço” para poderem conquistar um espaço mais efetivo de participação no Movimento:

... mas no envolvimento você trabalha e mostra serviço, é isso; você tem que trabalhar e mostrar o rendimento, aí você conquista o tão sonhado espaço para se inserir mesmo. (Priscila, entrevistada em 05/12/2006)

Quando fui para o acampamento coordenar a escola, o povo ficou duvidando, depois, com o passar do tempo nós passamos à prática e conseguimos fazer... daí o pessoal respeita, mas respeita a partir do momento que vê o trabalho (Lucas, entrevistado em 14/02/2007).

Em ambos os casos, prevalece uma relação na qual são os adultos quem mantêm o controle sobre o processo. Como “tarefeiro”, o jovem cumpre ordens, mas não participa do processo de discussão e decisão e, ao “mostrar serviço”, o jovem apresenta a responsabilidade e o comportamento que o adulto espera dele. Sobre a condição do jovem de tarefeiro, essa tem sido uma preocupação dos jovens que têm contribuído com a discussão sobre juventude no Movimento em âmbito nacional:

... Isso é também uma crítica muito forte que vem, a gente quer participar, mas não é do jeito que falam: que você tem que fazer isso, tem que fazer aquilo. Participar do debate político para, a partir daí, poder pensar as tarefas em que está se comprometendo (José, entrevistado em julho de 2007).

A necessidade de “mostrar serviço”, ser capaz e responsável, correspondendo àquilo que os adultos e dirigentes esperam dele, exigem do jovem um comportamento de adulto para poder exercer a militância. Muitos jovens consideram que a não compreensão da especificidade da juventude faz com que muitos acabem amadurecendo muito cedo ou abandonando a militância. Relata uma jovem:

A gente não conseguiu, como a própria direção não conseguiu, uma conciliação do militante que é jovem e que vai passar pela fase da juventude, e, ao mesmo tempo, vai contribuir com o Movimento e compreender melhor isso. Tem muita juventude que entrou no Movimento e desistiu. Eu acho que um pouco é isso, a cobrança... (Angélica, entrevistada em 25/02/2007).

Aqui se apresenta uma contradição importante: ao mesmo tempo que o MST louva as qualidades rebeldes e inovadoras dos jovens, exige deles comportamentos e atitudes que o afastam das características próprias da juventude. Ou seja, ser militante não combina com ser

jovem. Para sê-lo, os jovens devem adequar-se aos comportamentos e atitudes dos militantes mais velhos, o que quer dizer uma entrega e sacrifício quase que total à causa e ao coletivo.

O medo de perder o espaço, o poder e o controle sobre o próprio Movimento também contribui para que dirigentes e adultos procurem modelar os jovens militantes à sua imagem e semelhança, desconsiderando a realidade histórico-social em que esses jovens vivem a condição juvenil. De certa forma, o MST acaba reproduzindo as relações de poder que caracterizam o encontro entre jovens e adultos nas sociedades capitalistas modernas.

... não que a gente não acredite, não é falta de acreditar, é exatamente proteger aquilo que você ajudou a criar, vamos dizer assim, aquela história, será, será que dá conta? (...) muitas vezes a gente não abre determinados espaços porque a gente ainda tem esse melindre (...) (Joana, liderança adulta, entrevistada em 13/08/2007).

Esse processo contribui para que os jovens, de maneira geral, sejam tratados com desconfiança e que se mantenha em relação a eles uma ação de vigilância e de controle como acontece com as questões culturais, que, por se afastarem do universo camponês e do mundo adulto, são taxadas de “burguesas” ou como “vícios que devem ser superados”, dificultando a apropriação pelo Movimento das novas formas de fazer política que os jovens procuram construir. Foi o que aconteceu com o grupo de teatro do qual Leonardo participava e que, sofrendo a resistência dos adultos, mediu forças com eles para garantir a participação do grupo em um evento do próprio MST:

(...) a primeira peça que a gente organizou e a primeira apresentação foi em Rio Bonito do Iguaçu, no ano passado, e tinha uma barreira, os adultos da direção não queriam deixar de jeito nenhum o grupo de teatro ir: ‘não sei por que teatro, teatro para que e tal, para que esses jovens lá?’ (...) e a gente falava que ia nem que fosse pendurado (Leonardo, entrevistado em 13/12/2006).

É um episódio revelador. Embora exista um movimento interno no MST para propiciar maior participação da juventude, ele esbarra num modelo em que os jovens, para serem aceitos, devem adequar-se ao mundo adulto, revelando dificuldades para compreender a atual realidade da juventude bem como suas formas específicas de expressão, conforme desabafou um dos entrevistados:

A gente tem que partir da realidade das pessoas, o que é esquecido em relação à juventude. A gente precisa entender a juventude, de onde ela veio, quem é ela, quem é a família, para depois falar algo. E é o que nunca aconteceu. Então, se o jovem dá uma balançada, para ele, esse não serve: ‘ah, esse daí me desrespeitou ou fez isso, ou fez aquilo’, então, não é assim, e isso tem afastado muito a juventude (Pedro, entrevistado em 29/09/2007).

Deseja-se a inserção da juventude, mas esbarra-se no próprio preconceito e desconhecimento da condição juvenil: a relação com a juventude é construída tendo como referencial o militante/adulto, acreditando-se que ambos lidam com a realidade histórico-social de maneira idêntica e a partir das mesmas questões. Todavia, os jovens não viveram as

experiências dos adultos nem dos dirigentes mais antigos e se relacionam com elas no plano da memória; além disso, experimentam o estar no mundo de maneira particular e sob condições diferentes das gerações anteriores. Conforme Margulis e Urresti (1996, p. 18), os jovens incorporam em sua socialização novos códigos e habilidades, linguagens e formas de perceber, de apreciar, classificar e distinguir próprias das mudanças sociais e culturais processadas no tempo e que são vividas com intensidade pelos jovens. E, diferentemente, das gerações anteriores, os jovens rurais, na atualidade, aproximam-se e dialogam numa velocidade maior com os valores dos jovens urbanos, como também encontram-se mais próximos das influências da indústria cultural; o que implica, por sua vez, um distanciamento maior em relação às gerações anteriores e seus valores.

A percepção desse processo pelos jovens militantes do MST pode ser observada a partir do questionamento que fazem na resistência do Movimento em aceitar trabalhar com expressões culturais juvenis que se distanciam do universo cultural camponês, como o funk e mesmo o hip-hop e o teatro, ignorando que muitos jovens do MST tem origem nas periferias urbanas e que a cultura camponesa já não corresponde totalmente aos gostos da juventude, conforme pode ser observado no depoimento de Gustavo:

Que pode ser uma cultura ruim, pervertida, mas que pode também ser aproveitada dentro da luta (...). Isso tem que ser trabalhado até porque quem está hoje dentro do Movimento, vem da periferia (...) porque, se a pessoa vem para dentro do Movimento e não consegue se enxergar dentro dele, ela não vai ficar. Então, é a questão cultural (Gustavo, entrevistado em 27/07/2007).

A desconsideração do universo cultural do jovem pode levar à não identificação dele com o Movimento ou, ainda, ter reflexos na própria forma do jovem viver sua juventude e relacionar-se com outros jovens. Nesse caso, assimilar a crítica ao capitalismo significa deixar de viver experiências importantes para a sociabilidade juvenil: “Há jovens que saem para uma festa e nem se divertem porque ‘ah, isso é coisa do capitalismo’” (Gustavo, entrevistado em 27/07/2007).

Embora se concorde sobre o aspecto ideológico presente na cultura juvenil, é preciso considerar que ela, ao mesmo tempo que produz identificação dos jovens entre si, também permite a eles afastarem-se e contraporem-se ao mundo adulto. Nesse sentido, poder-se-ia perguntar se o preconceito observado no MST em relação às expressões culturais dos jovens pode ser explicado somente por fatores ideológicos (como expressão da ideologia capitalista – vícios do capitalismo) ou trata-se também de um certo receio dos adultos de perder o controle em relação aos jovens. O jovem, ao preferir ouvir hip-hop ou funk ao invés de música caipira, estaria afastando-se do universo cultural adulto e do campo, e aproximando-se do universo de

seus pares, de outros jovens do campo e das periferias das cidades. Os jovens ao se organizarem em grupos, ao proporem e realizarem atividades teatrais, de certa forma, encontram uma maneira mais autônoma de participar da vida dos acampamentos e assentamentos e trazer, de sua maneira, reflexões sobre questões individuais e coletivas que os afetam e que geralmente não são contempladas nos debates políticos mais amplos do Movimento, como aquelas relacionadas à sexualidade, à afetividade e que também são geradoras de preconceito: “Trabalhamos no teatro com isso, assim, sobre o homossexualismo, daí vira satírico, eles ficam dando risada” (Leonardo, entrevistado em 13/12/2006).

Os jovens e lideranças adultas entrevistadas relatam as dificuldades do Movimento em lidar com tais questões e que isso dificulta a participação da juventude no Movimento:

... teve um espacinho em que foi trabalhada a sexualidade, mas só que a gente ficava meio fechado porque era junto com os pais, não eram só os jovens. (Izadora, entrevistada em 28/09/2007)

É alguma coisa que é muito forte dentro da militância; tem um pouco essa diferença que o camponês ele é mais conservador, que tem essa coisa da opção sexual, o modo de se vestir, jovem com brinco (Getúlio, entrevistado em 19/09/2006).

A maior dificuldade de trabalhar com a juventude é a gente jogar com coisas que não conhece (...). Como trabalhar a afetividade, a sexualidade dessa juventude (Maria, liderança adulta, entrevistada em 14/08/2007).

As questões levantadas ajudam a revelar as contradições do MST em relação à participação da juventude, ou seja, os jovens estão presentes e existe um esforço para inseri-los na luta como sujeitos, mas, ao mesmo tempo, a presença dos jovens questiona as relações de poder entre as gerações, questiona o significado da militância, questiona os preconceitos existentes na sociedade e também reproduzidos internamente no MST em relação ao próprio jovem, à mulher, ao homossexualismo etc, bem como sugerem a necessidade de pensar em novas formas de fazer a luta para atrair tanto os jovens do campo como da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das experiências sócio-educativas dos jovens do MST no Paraná permitiu uma aproximação com o universo dos jovens militantes do Movimento. Permitiu também revelar a tessitura do “fazer-se” desses jovens como jovens Sem Terra bem como as contradições desse processo. Foram evidenciadas as dificuldades enfrentadas pelo MST em conciliar a luta por transformações estruturais com lutas que se referem às relações de poder presentes no cotidiano dos Sem Terra. Essas dificuldades podem ser retratadas por meio dos obstáculos que os jovens enfrentam para participar de modo mais ativo e decisivo nas diversas instâncias do Movimento.

O MST pode ser considerado como um sujeito coletivo que educa os jovens a partir de um projeto político-ideológico contrário aos interesses da hegemonia capitalista. Esse educar está desenvolvido nas experiências acumuladas pelo MST ao longo da história de luta e resistência dos trabalhadores do campo e que tem nesse Movimento sua continuidade. Os jovens que entram para o MST junto com suas famílias fazem parte dessa história. Eles trazem, em sua trajetória, marcas do sofrimento provocado pelos processos de expropriação e exploração a que foram expostos com o avanço do capitalismo no campo brasileiro e paranaense. Jovens que viram seus pais serem explorados por fazendeiros, sofrerem com o desemprego, experimentarem a dureza da vida de bóia-fria; junto com suas famílias, arriscaram-se tentando a vida nas periferias das grandes cidades e, pela necessidade, pelo sonho da conquista da terra ou motivados por convicções ideológicas aproximaram-se do MST. Jovens que nasceram e cresceram em acampamentos e assentamentos envoltos numa atmosfera de sofrimento, resistência e esperança. Se, inicialmente, foi a necessidade que levou esses jovens e seus familiares para o MST, o processo educativo experimentado por eles como integrantes do Movimento possibilitou que a luta imediata pela terra fosse cedendo espaço para a luta política mais ampla pela Reforma Agrária e por uma outra sociedade.

Por outro lado, a história de vida desses jovens também traz as marcas da ideologia capitalista, caracterizada pelo culto ao indivíduo, pelo consumismo, pela competitividade. Nesse sentido, estar e participar do MST possibilitou que eles problematizassem tanto sua condição social de sem-terras como os próprios valores dominantes na sociedade. Nesse processo, vários espaços educativos foram importantes na experiência dos jovens: o acampamento e o assentamento; a participação em mobilizações, encontros, cursos, marchas, teatros; os confrontos; o estudo individual e coletivo em espaços informais e nos diversos

centros de formação do MST, os momentos de confraternização, a mística. Todos eles podem ser considerados como espaços contra-hegemônicos e trazem presente a conflitualidade que marca a sociedade de classes e as relações entre as gerações. Tornam-se pertinentes as afirmações de Thompson (2002c, p. 439) ao referir-se ao movimento operário inglês do século XVIII: “tudo, das suas escolas, às suas lojas, das suas capelas aos seus divertimentos, converteu-se num campo de batalha de classe”.

Ao analisar a formação política dos jovens integrantes do MST, no Paraná, a experiência, nos termos formulados por E. P. Thompson, foi fundamental. A partir dela foi possível reconstruir a trajetória deles no Movimento, considerando-se os determinantes materiais e culturais que forjaram a identificação como Sem Terra e suas contradições. Esse processo possibilitou entender as relações estabelecidas pelos jovens com o MST como resultado de um conjunto de experiências, observadas no campo de pesquisa:

- da expropriação e da exploração vivida na família, que conjugada com questões religiosas e referentes a relação com o trabalho na terra, explicam a aproximação inicial com o MST;

- as experiências da vivência coletiva construídas na ocupação, no acampamento, no assentamento, na escolarização, na participação nas diversas atividades políticas e culturais do Movimento, etc. que possibilitaram a identificação dos jovens como Sem Terras;

- a experiência do “reconhecimento” revelada a partir do sentimento manifestado pelos jovens da valorização que receberam no MST em detrimento do sentimento de incapacidade, frustração e não valorização vividos antes. Para muitos jovens esse processo de reconhecimento veio pela possibilidade de inserção nos setores, especialmente os ligados a educação e a cultura, e pela oportunidade de darem continuidade aos seus estudos e contribuírem de forma mais qualificada no Movimento;

- a escolarização nos Centros de Formação do MST reforçadoras da vivência e de práticas coletivas entre os jovens e, para muitos, especialmente os que não viveram as experiências do acampamento, fundamental para a identificação com os objetivos do Movimento. Essas experiências também serviram para que os jovens problematizassem a trajetória escolar anterior, passando a compreender o conteúdo de classe da escola burguesa;

- a experiência da “ausência da experiência” que foi observada entre jovens que não viveram a experiência de “luta” de seus pais, mas que a partir da experiência proporcionada pelo coletivo – nos centros de formação, em atividades culturais realizadas pela escola e o MST etc. – recuperam-na e assimilam-na como significativa para ser lembrada e continuada;

- a experiência do simbólico no processo de formação política dos jovens, revelada na importância, atribuída pelos jovens e pelo MST, das expressões culturais midiáticas contemporâneas. A música, o teatro, a dança, a vestimenta etc. apareceram tanto no sentido de reforçar o pertencimento político com o Movimento, como para revelar as suas dificuldades em lidar com expressões culturais próprias da juventude contemporânea e que também se fazem presentes entre os jovens Sem Terras, especialmente aqueles oriundos das periferias urbanas;

- o reconhecimento da condição de ser jovem que trouxe à tona as contradições de ser jovem e militante no MST, desvelando as relações de poder que caracterizam o encontro de jovens e adultos na contemporaneidade e que também são reproduzidos internamente no Movimento, dificultando a participação dos jovens.

Todas essas experiências fazem parte de relações no interior do MST, que contribuíram para que os jovens redefiniram valores, idéias, práticas e sentimentos, confirmando a perspectiva de Thompson, da relação dialética entre o “vivido” e o “percebido” que abre condições para que a experiência vivida seja decodificada pelos sujeitos em termos diferentes daqueles impostos pela consciência social. O uso da categoria experiência permitiu, portanto, analisar a formação política dos jovens como resultado de uma construção processual de educação, de práticas, valores, ideologias, bem como de ações, além de confirmar que educação não pode ser reduzida aos espaços formais, pois relaciona-se as experiências de vida dos sujeitos. Possibilitou, ainda, trazer à tona as desigualdades presentes na sociedade contemporânea, não apenas aquelas que dizem respeito às relações entre as classes, mas também as referentes às gerações.

Vale a pena reforçar que os processos educativos não acontecem apenas nas instituições educacionais formais, mas também dizem respeito às aprendizagens da própria vida, englobando relações pessoais, de trabalho, políticas etc. Assim, a educação não se limita ao espaço escolar, mas liga-se à experiência de vida dos sujeitos, oferecendo outras possibilidades socializadoras, que podem ser diferentes daquelas oferecidas pelas instituições formais e serem importantes num processo de luta contra a hegemonia dominante. A formação política verificada nos diversos espaços do MST pode ser considerada como expressão das possibilidades educativas que acontecem fora dessas instituições e que apresentam novas alternativas aos jovens no que se refere tanto à vida individual como coletiva.

Esse Movimento, ao buscar reconstruir a forma de socializar as novas gerações, a partir de práticas e valores diferentes daqueles que circulam na sociedade de classes bem

como ao reivindicar uma escola do campo, tem oportunizado aos jovens construir uma visão de mundo crítica ao capitalismo que tem como horizonte a perspectiva de que outra sociedade é possível, desde que se lute por ela. O MST, ao propor novas formas de organização das relações sociais, enfatizando a importância de práticas e valores coletivos, contrapõe-se à ordem social capitalista e oferece aos jovens outras possibilidades de socialização direcionadas à construção da contra-hegemonia.

A insistência do Movimento para que os jovens dêem prosseguimento aos seus estudos, profissionalizem-se, contribuam num processo produtivo coletivo, dediquem-se a atividades culturais e artísticas, participem da organicidade do MST e de suas práticas políticas apontam o Movimento como um dos espaços em que as novas gerações convivem com o novo, desafiando e questionando a lógica das instituições formais de educação na sociedade capitalista. Revela, ainda, a sua preocupação com a formação de intelectuais originados de suas bases e que tenham uma atuação ativa e consciente na história, contrariando a perspectiva dominante que nega a capacidade de “direção” aos simples.

O reconhecimento do MST como um movimento educativo, entretanto, não significa a negação da importância da escola como espaço necessário para o acesso ao conhecimento sistematizado, historicamente negado aos trabalhadores, especialmente aos trabalhadores rurais. Porém, o Movimento recusa as práticas escolares tradicionais e sua pretensa neutralidade. Para ele, na escola, também estão presentes os interesses de classe, fazendo-se necessário que os trabalhadores rurais “ocupem a escola”, interferindo diretamente na formação escolar das novas gerações de modo que corresponda aos seus interesses, o que significa uma escola preocupada com a formação política de crianças e jovens bem como ligada à luta dos movimentos sociais rurais, entre eles o MST. É plausível, portanto, que, especialmente a partir dos anos de 2000, frente a uma conjuntura governamental favorável, que propiciou a liberação de recursos para projetos vinculados a universidades e destinados à escolarização e à formação técnica das populações rurais, o Movimento tenha investido na formação escolar e política de jovens em seus Centros de Formação tentando desenvolver neles a Pedagogia do Movimento.

Todavia, chama a atenção o fato de os jovens entrevistados - estudando na época da pesquisa - atribuírem, na sua maioria, a “oportunidade” para dar continuidade aos estudos como primordial na relação com o Movimento. Dessa forma, para muitos a aproximação e identificação com o Movimento deram-se a partir do momento em que houve a oportunidade de dar continuidade aos estudos. Nas escolas do MST, passaram a receber, junto com a escolarização e/ou a profissionalização, uma determinada formação política a partir da

vivência de valores e organização coletivas. Isso indica que, quanto mais jovens experienciarem os processos educativos dos Centros, maiores podem ser as chances de o Movimento incorporar, de fato, jovens em suas fileiras. Assim, as experiências de educação formal do MST adquirem um peso ideológico muito grande na definição das identidades políticas dos jovens, isto é, no processo de produção e reprodução do Movimento em termos geracionais.

Ao mesmo tempo que isso é importante para os jovens e para o MST, por outro lado, revela-se certa fragilidade do Movimento em relação à inserção dos jovens em sua organicidade, ou seja, existem dificuldades em envolver politicamente a juventude no próprio espaço do acampamento e do assentamento, sendo necessário oferecer oportunidade de estudar nos centros de formação para, então, iniciar um processo de identificação maior desses jovens na luta pela Reforma Agrária. A aposta em relação à formação da juventude nesses Centros é mais frágil ainda, caso se considere que ela pode ser transitória, pois dependente de políticas governamentais em relação à educação do campo e à reforma agrária. Outro fator complicador é o processo de escolha daqueles que vão para os cursos, já que as vagas disponíveis são limitadas. A escolha ocorre por decisão de lideranças das Brigadas usando critérios subjetivos, no caso, a avaliação das potencialidades de o jovem vir a contribuir com o MST como militante. Isso significa que nem todos são escolhidos, gerando revolta por parte de jovens não-escolhidos que, assim, acabam afastando-se do próprio Movimento. Isso não anula a importância do MST na reivindicação pelo direito à educação, nem a importância de construir espaços escolares alternativos que se contraponham à lógica da escola tradicional. Todavia, reduz as possibilidades, gerando insatisfações que podem fragilizar as relações entre os jovens e o Movimento. Entende-se que os escolhidos o são devido a algumas características que o Movimento considera importantes e, assim, os demais jovens rejeitados sentem-se excluídos dentro do próprio Movimento. Ainda que a escolha seja feita a partir de critérios definidos, não se pode ignorar que gera insatisfações e incertezas. É compreensível que o MST precise de gente firme quanto ao posicionamento político e por isso faz escolhas, mas, ao fazê-las, também reproduz a seletividade que caracteriza o sistema escolar burguês. Este, na rede pública, exclui dentro da escola e aquele dentro do Movimento.

Indica Thompson que, em condições históricas e sociais determinadas, as experiências são vividas por sujeitos concretos no processo de produção e reprodução de suas vidas. A afirmativa do autor de que cada geração “trata” a experiência de sua maneira reafirma o agir humano na história no tempo presente, ainda que se mantenha o elo histórico,

social e cultural com o passado. A atual geração de jovens do MST tem mostrado capacidade para dar continuidade aos objetivos do Movimento, incorporando seu projeto político-ideológico e participando de forma ativa em sua organicidade. Isso demonstra também a capacidade do MST de formar politicamente, em seus diversos espaços, novos militantes comprometidos com a continuidade de sua prática política.

As relações entre as gerações no MST apresentam a marca da construção social da categoria juventude na sociedade moderna. Os jovens, ao mesmo tempo, que são vistos como criativos, rebeldes, revolucionários, também são considerados inexperientes, baderneiros, festeiros, irresponsáveis. Os jovens são observados como em processo de “preparação” para a vida adulta e para a militância. Assumir a militância na juventude significa ter que provar capacidade e responsabilidade e, ainda, pode significar abandonar a fase específica da juventude e assumir precocemente a vida adulta. Os jovens, para viverem a militância, devem espelhar-se nos padrões dos mais velhos, baseados na entrega e no sacrifício. Isso induz a um controle e vigilância nas atividades que são organizadas pelos próprios jovens nos acampamentos e assentamentos e na própria forma de participação da juventude nos processos de decisão do Movimento. Além disso, mostra a dificuldade do Movimento em reconhecer as especificidades da juventude, o que foi relatado pelos próprios jovens ao reclamarem dos preconceitos que sofrem por serem jovens e indicarem isso como um dos fatores que os afastam do MST. Provavelmente, muitos rapazes e moças de acampamentos e assentamentos não estão na militância, pois preferiram não abdicar de um pedaço da juventude para se moldarem à vida adulta.

Esse processo é agravado à medida que, com o propósito de preservar a cultura camponesa e combater a cultura capitalista e de massa, existem dificuldades para debater e entender expressões da cultura juvenil e de massa, reproduzindo preconceitos em relação aos jovens e algumas de suas expressões culturais. Embora haja um movimento de aproximação com a cultura dos jovens das periferias urbanas, em virtude da própria vinda deles para o MST, internamente, prevalece a concepção de que algumas de suas expressões culturais - como tatuagens, o gosto musical pelo hip-hop ou pelo funk, a dança de rua etc. - são “vícios” ou “desvios” do capitalismo que devem ser combatidos, ou seja, são reduzidos ao econômico.

Além disso, conforme demonstrado, o MST tem incorporado na formação das novas gerações atividades ligadas ao teatro, à música, à dança etc, todavia elas se direcionam, principalmente a temas relativos à reforma agrária, a crítica ao capitalismo e a identificação com o Movimento, sendo poucas as que expressam questões relativas à subjetividade. Desconsidera-se no processo de formação política, os problemas que os jovens sofrem, tais

como a afetividade, a sexualidade, o consumo, as diferenças, enfim, as contradições cotidianas mediante as quais os jovens são desafiados – são problemas ocultados, apagados pela dimensão política que prevalece na atuação do MST. Essa separação entre o domínio político e a existência juvenil, implica que o jovem “em si” não existe para o MST, ele existe na medida de sua participação e envolvimento “para o Movimento”. Isso pode ter como significado a negação de uma etapa existencial das mais significativas nas biografias individuais e coletivas.

O MST, ao priorizar a formação política da juventude, portanto, acaba ignorando outras dimensões importantes da formação humana, especialmente para a juventude. Além disso, a proposta de formação política para a transformação social, como deseja o MST, significa construir mecanismos que solidifiquem a adesão ao MST e aos seus princípios e valores, por isso a ênfase na mística, nas práticas coletivas, na disciplina, na participação, na identificação com o campo e com sua cultura e também a recusa daquilo que se afasta, nega a possibilidade de identificação. Dessa forma, os usos de outros símbolos, de outras linguagens, de outras práticas políticas são vistas com receio pelas lideranças mais antigas, pois fere as raízes, a identidade do Movimento. Elas tentam estabelecer os limites, mas não são capazes de extrair os jovens da sociedade em que vivem. O problema é que o próprio Movimento fica suscetível às determinações sociais, por isso tenta-se controlar as manifestações corporais, estéticas, as atividades e até o pensamento para evitar que os jovens sejam capturados nas armadilhas entre as classes sociais. Esses são os elementos contraditórios com os quais as lideranças se defrontam – a escolarização e a educação têm que resultar numa fé e sentimento de pertença inabaláveis - mas os jovens estão submetidos às influências macrosociais e não podem ser retirados da sociedade em que vivem, por isso o Movimento tem que lidar com o fato contraditório de que a adesão absoluta não é possível.

Acredita-se que nesse ponto, pode estar uma das grandes contribuições que a atual geração de jovens do MST pode trazer para qualificá-lo. É perceptível que os jovens têm discutido estas questões internamente, ainda, que com cautela. Reside aí a potencia de construção de um movimento que articule as lutas por transformações estruturais, com aquelas por mudanças no cotidiano, sem abandono do objetivo político maior do próprio MST. Porém, a continuidade desse processo dependerá da capacidade de jovens e adultos problematizarem as experiências que reproduzem relações de poder e desigualdade no interior do Movimento e buscarem resolver tais contradições; vai depender também do próprio MST e dos jovens não subestimarem, em função da luta política maior por mudanças estruturais, a importância dessas lutas para a construção de uma nova sociedade.

Entende-se que as experiências sócio-educativas vivenciadas pelos jovens do MST, no Paraná, além de proporcionarem a formação e identificação política dos jovens com o Movimento, também tem proporcionado a eles e ao MST questionar as relações de desigualdades e preconceito perpetuadas no seu interior. Como ficou demonstrado, há questões que devem ser enfrentadas, ainda que elas possam parecer pequenas diante da luta política maior empreendida pelo Movimento. Os jovens, à medida que vão ocupando os diversos espaços, têm contribuído para colocar em pauta suas reflexões bem como para dar continuidade aos propósitos do Movimento. Ao mesmo tempo trazem à tona a sua situação de vulnerabilidade e do MST. Sua porque também estão suscetíveis aos apelos da mídia, do consumismo, desprotegidos em relação à garantia dos direitos básicos; do MST, pelas dificuldades de conciliar as suas lutas por transformações estruturais com transformações no cotidiano, enquanto o “inimigo a combater”, o capitalismo e suas estruturas, jogam por todos os lados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, maio/dez.1997.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In.: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista Agricultura**, São Paulo, n. 50, p. 11-24, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Lutas sociais no campo**: o sindicalismo de trabalhadores rurais no Estado do Paraná. Texto mimeo. [S.l.: s.n.], [198?].

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

AMARAL, Marina. A proposta do MST. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 18, set. 2003. (Edição Especial)

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. **A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 1998. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AUED, Bernadete Wrublevski. Nos caminhos da cisão. In.: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 77-101.

BAQUERO, Rute; HAMMES, Lúcio Jorge. Juventude, grupos e participação social. In.: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 25, 2005, Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: Alas, 22 a 26 de ago. 2005.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

BASTOS, Luciana Aparecida. **A industrialização do Paraná: uma nova abordagem.** 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BETTO, Frei. Um Brasil de homens e mulheres novos. In.: LENIN, V.; CASTRO, Fidel, BETTO, Frei. **As tarefas revolucionárias da juventude.** 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 63-69.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura.** 2. ed. Veranópolis/RS: ITERRA, 2000 (Caderno de Formação n. 34).

_____. **Arquitetos de sonhos.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. **Lições da luta pela terra.** Salvador: Memorial da Letras, 1999.

_____. **Sobre o segundo turno.** Texto mimeo: [s.l], 2006.

BOLETIM ELETRÔNICO MST INFORMA. Os crimes da Syngenta Seeds – Fora do Brasil!. v. 5, n. 144, out. 2007.

BONIN, Anamaria; FERREIRA, Ângela Duarte D.; GERMER, Claus. A luta pela terra no Paraná recente. In.: PAZ, Francisco (org.). **Cenários de economia e política: Paraná.** Curitiba: Prephacio, 1991. p. 119-141

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANCO, Maria Teresa Castelo. **Jovens sem-terra: identidade em movimento.** Curitiba: UFPR, 2003.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca: a história do MST.** São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BRASIL DE FATO. Educar para transformar. **Jornal Brasil de Fato.** Ano 4, n. 195, São Paulo, nov. 2006.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

_____. O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 128-163, 2004.

BROIETTI, Marcos Henrique. **Os bóais-frias no Paraná: entre a aparência e a essência**. 2004. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CALDART, Roseli. Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas – texto do Boletim de Educação n. 8. In.: **Dossiê MST escola: documentos e estudos 1990-2001**. Veranópolis/RS: ITERRA, 2005. p. 235-263. (Caderno de Educação n. 13 – Edição Especial).

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Teses sobre a Pedagogia do Movimento. In.: **Educação básica de nível médio nas áreas de Reforma Agrária: textos de estudo**. Veranópolis/RS: ITERRA, 2006. p. 137-149. (Boletim da Educação – n. 11 – Edição Especial).

CAPELO, Maria Regina Clivati; MARTINS, Suely Aparecida; AMARAL, Wagner Roberto do. Jovens do campo: a procura de visibilidade social. In.: JEOLÁS, Leila S.; PAULILO, Maria Ângela S.; CAPELO, Maria Regina C. (orgs.). **Juventudes, desigualdades e diversidades**. Londrina: EDUEL, 2007. p. 203-252.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In.: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

_____. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>> Acesso em: 06 dez. 2006.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Antonio Barros de. **Ensaio sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1972. p. 94-137.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Os jovens estão indo embora? Juventude rural e reforma agrária. In.: MST. **Educação Básica de nível médio nas áreas de reforma agrária: textos de estudo**. São Paulo: MST, 2006. (Boletim da Educação n. 11). p. 117-124

_____. **Sonhos, desejos e a “realidade”: herança, educação e trabalho de ‘jovens rurais’ da Baixada Fluminense/RJ**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>> Acesso em: 01 dez. 2005.

_____. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate**. Disponível em:

<<http://alasru.org/cdalasru2006/02%20GT%Elisa%20Guaran%c%A1%20Castro.pdf>>
Acesso em: 08 dez. 2008.

CASTRO, Fidel. A grande tarefa da revolução consiste em formar o homem novo. In.: LENIN, V.; CASTRO, Fidel, BETTO, Frei. **As tarefas revolucionárias da juventude**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 33-61.

CHAUÌ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST**: da crise da ditadura ao período neoliberal. 2005. 299 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE DA VIA CAMPESSINA. **Programa nacional de formação da juventude da classe trabalhadora**. Guararema/SP: [s.n.], 2007. (Texto Mimeo)

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

CPT-COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Ocupações de terra** – Brasil (1997-2005). Disponível em: <<http://wwwcptanac.com.br/?sistem=new&action=read&id=1261&eid=6>> Acesso em: 20 set. 2007a.

CPT-COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2006. Disponível em: <<http://wwwcptanac.com.br/?sistem=new&action=read&id=1825&eid=6>> Acesso em: 20 set. 2007b.

CPT-COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2007. Disponível em: <<http://wwwcptanac.com.br/?sistem=new&action=read&id=2430&eid=6>> Acesso em: 02 jul. 2008.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In.: SZMRECSÁNYI, Tomás; SUZIGAN, Wilson. **História Econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: EDUSP/IMPrensa Oficial/Hucitec, 2002. p. 209-226

DELLA FLORA, Ângela. **A Teologia da Libertação e a formação político-cristã de uma geração de jovens rurais militantes na diocese de Chapecó – SC**. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez. 2001.

DIAS, Reginaldo. Elementos para uma história da Ação popular no Paraná. **Revista de História Regional**, Maringá, v. 4, n. 2, jun./jul.1999.

DIEESE, NEAD/MDA. **Estatísticas do meio rural**. Brasília: MDA/DIEESE, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

DURSTON, John. Estrategias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In.: CEPAL. **Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 1996. p. 55-80.

_____. **Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual**. Santiago de Chile: CEPAL, 1998.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **A política de formação de quadros**. Guararema/SP: ENFF, 2007.

FABRINI, João E. **A resistência camponesa nos assentamentos**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FARIA, Glauco; SOARES, Nicolau. Um outro MST. **Fórum**, São Paulo, n. 27, p. 8-11, jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In.: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA Artigo do mês, jul.ago. 2006. Disponível em: <http://4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/Desenvolvimento_territorial.pdf> Acesso em: 31 maio 2007.

FERREIRA, Ângela Duarte D. Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2 e 3, p. 86-113, mai./dez. 1995.

_____. Movimentos sociais rurais no Paraná – 1978-1982. In.: BONIM et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Criar/UFPR, 1987. p. 09-50

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Chain, 1988.

FLORESTA, Leila. **Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução?** 2006. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FOLKEMBACK, Elza Maria Fonseca. **Sujeitos sem-terra em movimento: socialização e individuação.** 2002. 236 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Nacional, 1965.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. n. 10, v. 2, p. 11-46. (Coleção Textos Didáticos)

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Histórico do processo FSM.** Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=2&cd_language=1> Acesso em: 27 jun. 2008.

FREITAS, Helana Célia de Abreu. **A construção da rede sócio-técnica de educação de assentados da reforma agrária: o PRONERA.** 2007. 235 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In.: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade.** São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In.: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. p. 64-89.

GOHN, Maria da Glória. A formação do cidadão nos cursos do MST. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 144-189, jul./dez. 1999.

GOHN, Maria da Glória. I e II Fórum Social Mundial em Porto Alegre. In.: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 53-88.

GOMES DE SOUZA, Luiz Alberto. **A JUC: os estudantes católicos e a política.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 173-184, set./dez. 2001.

GÖRGEN, Frei Sérgio. Religiosidade e fé na luta pela terra. In.: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 279-292.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **La política y el estado moderno**. Barcelona: Península, 1971.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José (org.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980a.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980b.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1998.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: EUFRGS, 2003.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais do campo**. Petrópolis/RJ: Vozes/Fase, 1987.

GUIGOU, Jacques. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In.: BRITTO, Sulamita (org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. II, p. 73-88.

HAIGERT, Maria Lucia Lemos. **De pai para filho**: tecendo um novo território familiar. 2000. 123 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

HERSCHMANN, Micael. Articulação entre o campo da política, da cultura e da comunicação. In.: FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003. p. 143-151.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. O modo de fazer pesquisa de um historiador. **Esboços**, Florianópolis, n. 12, p. 37-52, 2004.

HOUTART, François. A formação de quadros e a ENFF. In.: ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **A política de formação de quadros**. Guararema/SP: ENFF, 2007. p. 55-72.

IANNI, Otávio. A formação do proletariado rural no Brasil. In.: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**. O debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 127-146.

_____. O jovem radical. In.: BRITTO, Sulamita (org.). **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. 1. p. 225-242.

IBGE. **Atlas geográfico escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/GeoShow1?SessionID=673185832&SERID=403...>> Acesso em: 21 abr. 2005.

JOSÉ, Emiliano. Em busca da militância perdida. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 32, jul./ago./set. 1996. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/makepdf.php?storyd=2482>> Acesso em: 06 nov. 2008.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENIN, Vladimir Ulianov. Tarefas da juventude na construção do socialismo. In.: LENIN, V.; CASTRO, Fidel, BETTO, Frei. **As tarefas revolucionárias da juventude**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 9-32.

LENIN, V.; CASTRO, Fidel, BETTO, Frei. **As tarefas revolucionárias da juventude**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MADEIRA, Felícia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 58, p. 15-58, ago 1986.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil – 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In.: FORACCHI, Marialice (org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In.: MARGULIS, Mario (ed.) **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARTINS, Adalberto. Um novo impulso para a organização dos assentamentos e a cooperação. In.: MST. **Educação Básica de Nível Médio nas áreas de reforma agrária: textos de estudo**. São Paulo: MST/ITERRA, 2006. p. 105-115. (Boletim da Educação Especial, n. 11).

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p. 96-109, maio/dez. 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec: 1991. p. 43-60.

MARTINS, Suely Aparecida. **Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina**. 2000. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In.: FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 85-170.

MEDEIROS, Evandro Costa de. **A dimensão educativa da mística sem terra: a experiência da Escola Nacional “Florestan Fernandes”**. 2002. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990. In.: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: a classe**

dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Por uma educação do campo**. 2. ed. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2005.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. Tempos em que a “razão deve ranger os dentes”: E.P. Thompson, história e sociologia. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2003. p. 2-17.

_____. E. P. Thompson e a pesquisa em ciências sociais. In.: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu/MG: ANPOCS, 2007. p. 2-30.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In.: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 21-76.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MST. **Educação de jovens e adultos: sempre é tempo de aprender**. 2. ed. São Paulo: MST/ITERRA, 2004.

MST. **Dossiê MST escola: documentos e estudos 1990-2001**. Veranópolis/RS: ITERRA, 2005a. (Caderno de Educação n. 13 – ed. Especial).

MST. **A organicidade e o planejamento: construindo coletivamente**. Curitiba/Pr: Popular, 2005b. (Cartilha de Estudo n. 07).

MST. **O legado de Che Guevara**. São Paulo: MST, 2005c.

MST. **Caminhos da educação básica de nível médio para a juventude das áreas de reforma agrária**. Documento final do 1º Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas áreas de Reforma Agrária. Luziania/GO – 18 a 22 set. 2006a.

MST. **Educação básica de nível médio nas áreas de Reforma Agrária: textos de estudo**. Veranópolis/RS: ITERRA, 2006b. (Boletim da Educação – n. 11 – ed. Especial).

MST. **Todo e toda Sem Terra estudando**. Curitiba: [s.n.], 2006c. (Cartilha de estudo – MST/PR).

MST. **Orientações práticas e a história dos congressos do MST**. 5º Congresso Nacional do MST, Brasília 11 a 15 jun. 2007. São Paulo: MST, 2007a.

MST. **Textos para estudo e debate**: 5º Congresso Nacional do MST. São Paulo: MST, 2007b.

MST. **Assassinatos no campo** – 1995, 1996...2002. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/listagem.php?sc=9&p=3> Acesso em: 10 nov. 2007c.

MST. **Cartilha de subsídio para estudo**: Keno vive! São Miguel do Iguaçu/Pr: MST/PR, 2007d. (Cartilha n. 08).

MST. **Acampamento da Via Campesina na fazenda de Lupion completa uma semana**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1737> Acesso em: 15 jan. 2008.

MST. Setor de Formação. **A força da juventude do MST na luta por um Brasil sem latifúndio e contra a Alca**. [s.l.]: Setor de Formação MST, 2002.

MST. Setor Nacional de Formação. **Método de trabalho e organização popular**. São Paulo: MST/ANCA, 2005.

MÜLLER, Geraldo. O rural e o industrial na transição agrária brasileira. In.: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989. p. 179-196.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 190-232.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

_____. Políticas públicas, direitos e participação. In.: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In.: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: EUGRGS, 1994. p. 45-67.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB. Pelo desenvolvimento econômico capitalista no Brasil. In.: LOWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 223-226.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PIZETTA, Adelar João. A formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade. In.: ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **A política de formação de quadros**. Guararema/SP: ENFF, 2007. p. 85-93

PNERA.DF: MEC/INEP/MDA/INCRA/PRONERA, 2005. Disponível em: <<http://www.inev.gob.br>>.

POCHMANN, Marcio. Juventude e políticas sociais. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp/>> Acesso em: 02 set. 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo. A carismática despolitização da Igreja Católica. IN.: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 59-91.

PRIETO, Abel. Che Guevara e a luta pela hegemonia socialista. In.: VIA CAMPESINA – BRASIL. **Juventude**: alicerce de mudanças. Brasília: Via Campesina, 2004. p. 45-76.

PRIORI, Ângelo. **O protesto do trabalho**: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964. Maringá: EDUEM, 1996.

RABELO, Amaro Korb et al. (orgs.). **Vivência e práticas pedagógicas**: sistematizando a turma Antonio Gramsci. Cascavel: Edunioeste, 2008.

RELATÓRIO do Seminário Estadual da Juventude do MST – PR. Maringá, 06 a 08 de jun. 2008. (Texto Mimeo).

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

RIDENTI, Marcelo. **Do cristianismo ao maoísmo**: o romantismo revolucionário da Ação Popular. 1997. (Texto Mimeo)

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In.: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: EUFRGS, 1994. p. 105-136

SALES, Celecina de Maria Veras. **Criações coletivas da juventude no campo político**: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST. 2003. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SANTOS, Roseli Alves. **Vilas rurais no noroeste do estado do Paraná** – a intervenção estatal atenuando as desigualdades sócio-espaciais. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

SEMERARO, Giovanni. **A primavera dos anos 60**: a geração de Betinho. São Paulo: Loyola, 1994.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

SILVA, Claiton Marcio da. Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S (1959-1977). **Esboços**, Florianópolis, p. 143-156, 2001.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, José de Souza (coord.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 107-157.

SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson**: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. n. 10, v. 2. p. 47-56 (Coleção Textos Didáticos).

SILVA, Vanda. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 22, n. 57, p. 97-115, ago 2002.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo/Florianópolis: Cortez; UFSC, 1995.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Apresentação do dossiê a sociedade vista pelas gerações. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 5, n. 8, p. 9-30, abr. 2006.

_____. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n. 32, fev. 2003.

_____. **Reinvenções da utopia**: a militância política dos jovens nos anos 90. São Paulo: FAPESP/Hacker, 1999.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e cooperação nos assentamentos do MST**. Ponta Grossa: UEPG, 2006a.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In.: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 87-128.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In.: FREITAS, Maria Virginia de.; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57-75.

_____. **Estudos sobre movimentos sociais, juventude e educação**. 2000. 303 f. Trabalho de Livre-Docência – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

STEDILE, João Pedro. **A novela da reforma agrária e a falta de compromisso real**. Rede Social de justiça e direitos humanos. Disponível em: <www.social.org.br/relatorio2005/relatorio005.htm> Acesso em: 19 set. 2007.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 2002. 277 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SUSTAITA, Edmundo. A juventude rural nos países desenvolvidos e em via de desenvolvimento. In.: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. 1. p. 205-224.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

_____. **A formação da classe operária inglesa II**: a maldição de Adão. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.

_____. **A formação da classe operária inglesa III**: a força dos trabalhadores. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002c.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. As peculiaridades dos ingleses. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. n. 10, v. 1 (Coleção Textos Didáticos).

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta.** São Paulo: Alameda, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Normalização.** Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/modules/conteudo/index.php?id=14>> Acesso em: 2008/2009.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. 1968: Movimento estudantil e crise na política brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 2, p. 37-55, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. **Esboços**, Florianópolis, n. 12, p. 25-36, 2004.

VERONESE, Claudino Domingos. **O papel pedagógico da Assesoar no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná.** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 1998.

VIA CAMPESINA. **Organização.** Disponível em: <http://www.viacampesina.org/main_sp/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=44> Acesso em: 27 jun. 2008.

VIA CAMPESINA – BRASIL. **Juventude:** alicerce de mudanças. Brasília: Via Campesina, 2004.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná.** 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar:** educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes. Brasília: MDA/Nead, 2005a.

_____. Jovens agricultores: gênero, trabalho e projetos profissionais. In.: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29, 2005, Caxambu. **Anais....** Caxambu/MG: ANPOCS, 2005b.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

ZALUAR, Alba (org.). **Violência e educação.** São Paulo: Cortez, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM JOVENS

1. Qual o seu nome e sua idade?
2. Tem alguma religião? Qual?
3. Qual sua escolaridade?
4. Estuda atualmente ou está fazendo algum curso? Qual?
5. Onde você mora?
6. O que faz atualmente no MST?
7. É liberado como militante? (tem alguma remuneração/ajuda de custo)
8. Antes de ingressar no MST o que fazia? E sua Família?
9. A sua experiência familiar teve alguma influência na sua decisão de ingressar no MST e na luta pela reforma agrária?
10. A sua experiência religiosa teve alguma influência na sua decisão de ingressar no MST e na luta pela reforma agrária?
11. A sua experiência escolar teve alguma influência na sua decisão de ingressar no MST e na luta pela reforma agrária?
12. Teve algum tipo de participação em outros espaços (grêmio estudantil, escola, Igreja, sindicato etc) antes de ingressar no movimento? Se sim, fale como foi?
13. Essa participação anterior ajudou na sua decisão de ingressar no movimento? Se sim, como?
14. Como ocorreu o seu engajamento no MST? (se for por meio da ocupação falar como foi essa experiência)
15. O que mudou na sua vida, depois de entrar para o MST?
16. Na sua trajetória no movimento, quais espaços/momentos foram importantes na sua formação política enquanto militante do MST?
17. Você tem participado ou participou de algum curso de formação política ou de formação de militantes no MST?
18. Se participou, lembra quais conteúdos foram trabalhados no curso?
19. Quando você entrou no movimento quais eram os espaços de formação política dos jovens no interior do movimento?
20. Atualmente, quais são os espaços de formação política dos jovens?

21. Desses espaços, qual você considera como o mais importante na formação política dos jovens?
22. Existem grupos/espços específicos de jovens no interior do MST no Paraná? Se sim, quais?
23. Os jovens têm estado presente nas diversas instâncias de participação do movimento, inclusive na direção estadual e nacional? Como tem sido esta participação?
24. A opinião dos jovens é respeitada pelos adultos no interior do movimento?
25. Considerando os jovens dos acampamentos e assentamentos o que você considera que atrai parte desses jovens para se inserirem efetivamente na luta do MST?
26. Considerando os jovens dos acampamentos e assentamentos o que você considera que afasta parte desses jovens da luta do MST?
27. O que é ser jovem para você?
28. O que é ser jovem do campo para você?
29. O que é ser jovem militante do MST?
30. Qual é a importância da juventude para o MST?
31. Você considera ser necessário criar mecanismos para reter a juventude no campo? Por que?
32. O que é reforma agrária para você?
33. Qual é o papel do Estado em relação a reforma agrária?
34. Quais são os principais aliados do MST na luta pela reforma agrária?
35. Quais são os principais opositores do MST na luta pela reforma agrária?
36. É a favor ou contra a propriedade privada?

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM LIDERANÇAS ADULTAS

1. Qual o seu nome? Sua Idade? Desde quando participa do MST?
2. O que faz atualmente no Movimento?
3. A sua formação religiosa te influenciou na militância no MST? Como?
4. Qual a importância da juventude para o MST?
5. Em que momento (período) da história do MST ficou mais evidente a preocupação com a juventude?
6. Qual a importância do coletivo para a formação política dos jovens no MST?
7. Qual o resultado obtido pelo movimento com relação a formação política de seus jovens?
8. Do tempo em que você está no MST o que considera que mudou em relação a formação política da juventude?
9. Quais as principais dificuldades que o MST tem em trabalhar com a juventude?
10. Quais os principais espaços de participação política dos jovens no MST?
11. Como tem sido a participação dos jovens nas instâncias?
12. As lideranças jovens têm trazido mudanças ideológicas para o MST?
13. Quais são os desafios dos jovens nos movimentos sociais?